



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 034 - SEXTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21		BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp		LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella		LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE			
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 277, de 18 de janeiro de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de março de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 9 de março de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores..... 07317

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente..... 07318

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior (SEABE), e dá outras providências..... 07318

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 248, de 2006, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando voto de solidariedade à juíza Duília Reis, por estar recebendo ameaças que, segundo informa a imprensa, são feitas por madeireiros da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia. 07319

Nº 249, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Alvaro Dias, solicitando voto de solidariedade, ao ensejo do Dia Internacional da Mulher, à pesquisadora Isabel Gonçalves, que viu seu trabalho de pesquisa genética na Aracruz destruído pelo vandalismo..... 07320

Nº 250, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Alvaro Dias, solicitando voto de repúdio à chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST, que, ontem, dia 8, praticou atos de vandalismo com a invasão da Aracruz Celulose... 07320

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Relatório Final nº 1, de 2006, com a conclusão dos trabalhos da Comissão Tem-

porária criada nos termos dos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, com a finalidade de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa “Fantástico”, exibido pela Rede Globo de Televisão, em 15 de maio de 2005, referente a gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol de conversas com diversos deputados estaduais. 07321

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 17, de 2006, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre a composição e os dias e horários das reuniões das comissões permanentes do Senado Federal..... 07375

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 18, de 2006, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dá nova redação ao § 2º do art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre a dispensa do parecer das proposições em análise nas comissões)..... 07375

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 19, de 2006, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que acrescenta o art. 145-A ao Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre designação de membros de CPI)..... 07375

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 20, de 2006, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dá nova redação ao art. 232 do Regimento Interno do Senado Federal (restringir a renovação de emendas não adotadas pelas comissões, quando da apreciação das proposições em plenário)..... 07375

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 21, de 2006, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dá nova redação aos incisos III e IV do art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre a votação eletrônica nominal no plenário do Senado Federal). 07375

Estabelecimento de calendário para tramitação da Medida Provisória nº 286, de 2006, e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas..... 07375

1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 20/2006, de 8 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, em reunião realizada naquela data. ... 07376

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo para apresentação de emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 07376

1.2.6 – Parecer

Nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002. 07376

1.2.7 – Ofícios

Nº 120/2006, de 8 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 285, de 2006. 07377

Nº 58/2006, de 9 do corrente, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 285, de 2006. 07378

Nº 82/2006, de 9 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 283, de 2006. 07378

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR LEONEL PAVAN – Leitura de textos sobre a agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. 07379

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Necessidade de se repensar o papel constitucional das Forças Armadas. 07382

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – O vandalismo vivido pelo Brasil no dia de ontem, no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Apelo no sentido de que se promova a reforma agrária. 07384

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – A repercussão, no Estado do Rio Grande do Sul, da violenta ação da Via Campesina, que invadiu a empresa Aracruz Celulose. 07387

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Retrospectiva histórica do Estado de Roraima. Destaque para a atuação do atual governador, Ottomar Pinto, bem como de relatório das obras por ele realizadas. 07390

SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Leitura de artigo publicado pelo Presidente Lula, no jornal inglês The Guardian. Manifestação em defesa da política econômica do Governo. 07405

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – A situação de crise permanente no País. Críticas ao Conselho de Ética do Senado, que não se reúne há mais de quatro meses. 07410

SENADOR ALMEIDA LIMA – Críticas à não cassação, durante sessão da Câmara de ontem, de dois parlamentares envolvidos no chamado mensalão. 07411

1.2.9 – Ofício da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo

Nº 2/2006, de 21 de fevereiro de 2006, de indicação da Senadora Ideli Salvatti como Líder do Bloco para a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a partir daquela data. 07412

1.2.10 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 13, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que altera a redação do inciso IV do art. 7º e § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para vincular os benefícios dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ao salário mínimo. 07412

1.2.11 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação

Nº 18/2006, de 7 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que altera o § 1º e o inciso I do § 4º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências, em reunião realizada naquela data. 07417

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo para apresentação de emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação. 07418

1.2.13 – Leitura de requerimentos

Nº 251, de 2006, de autoria do Senador Efraim Morais e outros Srs. Senadores, solicitando a prorrogação do prazo, até o dia 24 de junho de 2006, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado. 07418

Nº 252, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando voto de aplauso pelo transcurso do “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”, que ocorrerá no dia 21 de março próximo. 07420

Nº 253, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto

de Lei do Senado nº 164, de 2003, com o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006, por versarem sobre matérias correlatas..... 07421

Nº 254, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004. 07421

1.2.14 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena..... 07421

Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão, que denomina “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho” o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro..... 07423

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 – (Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005) – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 14.** 07424

Item 2

Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência

da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica. **Apreciação transferida....** 07424

Item 3

Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País. **Apreciação transferida.....** 07424

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP. **Apreciação transferida.....** 07424

Item 5

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica. **Apreciação transferida.....** 07425

Item 6

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências. **Apreciação transferida.** 07425

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da

Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação transferida..**

07425

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno. **Apreciação transferida.....**

07425

Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla. **Apreciação transferida.....**

07425

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado. **Apreciação transferida.....**

07425

Item 11 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar). **Apreciação transferida.....**

07426

Item 12 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. **Apreciação transferida.....**

07426

Item 13

Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com

qualquer das empresas controladas por ela. **Apreciação transferida.....**

07426

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Análise sobre os juros altos e a variação cambial.....

07427

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Reivindicação dos trabalhadores de saúde por uma melhoria nos seus salários.

07429

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Críticas ao Governo do Presidente Lula.

07433

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Contestação de declarações do Presidente Lula sobre repasses federais ao Estado do Pará. Apelo pela solução de impasse que vem impedindo a votação do Orçamento de 2006, quanto ao valor das compensações da União para os estados exportadores, por perdas de arrecadação em decorrência da Lei Kandir.....

07443

SENADOR *JOSÉ JORGE*, como Líder – Considerações sobre a importância da instalação e dos trabalhos empreendidos pela CPI dos Bingos.....

07445

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Cobrança de soluções do Governo Federal pela melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas do Estado de Rondônia. Regozijo pela aprovação de projetos que estabelecem a criação de aposentadoria especial para as donas-de-casa e o fim do chamado fator previdenciário.

07447

SENADOR *EFRAIM MORAIS* – Apoio à aprovação da emenda do Senador Demóstenes Torres que inclui o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho entre os cargos integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, no Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, em tramitação no Senado.

07465

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Considerações sobre a audiência pública realizada hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB).

07466

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Defesa de investimentos nas áreas de educação, saúde e cultura nos morros e favelas do País.....

07472

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Considerações sobre os leilões eletrônicos para a venda de milho.

07474

SENADOR *JOSÉ MARANHÃO* – Encaminhamento de pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre as aplicações constitucionais de estados e municípios na área de saúde. Falta de pagamento de parcelas devidas aos ferroviários aposentados.

07475

SENADOR *PAULO PAIM* – Aprovação de projeto, na Comissão de Assuntos Sociais, que revoga o fator previdenciário.

07478

SENADOR *MÃO SANTA* – Defesa da derrubada do veto presidencial a projeto que trata da reestrut

turação das dívidas dos agricultores. Considerações sobre a Medida Provisória nº 285, de 2006. 07480

SENADOR **GILVAM BORGES** – Preocupação com a incursão do Exército Brasileiro nas ruas do Rio de Janeiro..... 07483

1.3.2 – Leitura de requerimentos

Nº 255, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Anwar Haully, irmão do Deputado Federal Luiz Carlos Haully, ocorrido hoje. 07488

Nº 256, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Senhora Dulce Pinto da Costa, médica no Amazonas, que amanhã, dia 10 do corrente, será homenageada em Manaus pelo transcurso do seu 80º aniversário.... 07488

Nº 257, de 2006, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 07488

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Deferimento do Requerimento nº 247, de 2006, do Senador Renan Calheiros, lido na sessão do dia 8 do corrente, nos termos do art. 41 do Regimento Interno. 07488

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Registro do artigo intitulado “Cada vez mais estranho”, publicado na seção *Opinião*, do jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 3 do corrente..... 07489

SENADOR **ALVARO DIAS** – Registro da matéria intitulada “Lula privilegia governadores aliados com liberação de verba”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 13 de fevereiro último..... 07490

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Registro da matéria intitulada “Amigo de Lula também doou R\$ 25 mil para Vicentinho”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 8 do corrente. 07492

SENADOR **ANTERO PAES DE BARROS** – Registro da matéria intitulada “Presidente é bestalhão ou ladrão bonzinho, ataca Freire”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 do corrente..... 07494

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro da matéria intitulada “Brasil perdeu a melhor hora, admite Furlan”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 do corrente. 07495

SENADOR **JOÃO BATISTA MOTTA** – Registro do artigo intitulado “O Brasil em 1º lugar”, de autoria do deputado federal e primeiro vice-presidente nacional do PSDB, Alberto Goldman, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 16 de fevereiro último. 07496

SENADOR **LEONEL PAVAN** – Comentários sobre a matéria intitulada “Nova denúncia complica

Palocci”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 20 de fevereiro último..... 07497

SENADOR **TEOTONIO VILELA FILHO** – Destaque para a matéria intitulada “Um plano para as lagoas”, de autoria de S. Exª., publicada no **O Jornal**, de Maceió, edição de 7 do corrente. 07498

SENADOR **AMIR LANDO** – Solidariedade com os servidores públicos federais e apelo no sentido da aprovação da Medida Provisória nº 272. .. 07498

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Louvor aos 60 anos de fundação da Confederação Nacional do Comércio – CNC..... 07500

SENADOR **PEDRO SIMON** – Repúdio à invasão, na madrugada de hoje, do horto florestal da empresa Aracruz, no município de Barra do Ribeiro – RS, por ativistas da Via Campesina, organização ligada ao Movimento dos Sem Terra, o MST. 07501

SENADOR **ROMEU TUMA** – Enaltece a Campanha da Fraternidade 2006 e o esforço da CNBB em prol das pessoas com deficiência, sob o lema “Levanta-te, vem para o meio!”. 07502

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 9-3-2006

3 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à 1ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 07505

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata 13ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Efraim Moraes, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Mão Santa e da Sra. Heloísa Helena

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/3/2006 07:42:09 até 9/3/2006 21:12:18

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGLIO		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES		X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO		X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X

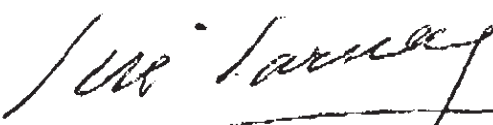
Compareceram: 70 Senadores

Brasília, 9 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que nesta data estive presente à Sessão do Senado Federal e deixei de registrar a minha presença.

Atenciosamente,


Senador JOSÉ SARNEY

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

(12:39) A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Shessarenko, que com brilho preside a nossa sessão solene em homenagem às mulheres do Brasil e, por que não dizer, do mundo; Sra. Mayada Bamie, Embaixadora da Palestina; Sra. Maria Laura, Ministra Adjunta da Secretaria Especial de Políticas das Mulheres; e, em especial, Sra. Verônica Calheiros, esposa do Presidente do Congresso Nacional, que abriu esta sessão mas precisou se ausentar por razões de força maior — S.Exa. quis marcar sua ausência com a presença da esposa, Sra. Verônica. . .

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006

Acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 50-A. No fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Justificação

É muito comum, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua – como por exemplo os serviços de TV a cabo e os de acesso à rede mundial de computadores (internet) –, que os fornecedores promovam ofertas com condições bastante vantajosas para atrair novos clientes.

Disso resulta, muitas vezes, que os fornecedores contratam o fornecimento de bens ou serviços com novos clientes a preços inferiores aos cobrados dos clientes mais antigos, situação que vai de encontro aos princípios norteadores das relações de consumo estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Nos termos do art. 6º do CDC, um dos direitos básicos do consumidor é “a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas” (inciso V).

Ora, se o fornecedor pode oferecer os novos clientes os mesmos bens e serviços que fornece a seus clientes com condições mais favoráveis do que as previstas nos contratos em vigor, especialmente

no que diz respeito ao preço, é razoável presumir que as condições estabelecidas nos contratos em vigor tenham se tornado excessivamente onerosas, motivo pelo qual os clientes mais antigos devem ter o direito de optar pelo mesmo tratamento constante da oferta para novos clientes, com repactuação das cláusulas contratuais.

Ademais, se alguma vantagem especial há de ser concedida pelo fornecedor a seus clientes, seria mais coerente privilegiar o cliente mais antigo do que o novo, assim como ocorre em diversos outros tipos de contrato, em que o tempo de contratação confere ao consumidor certas regalias.

Em vista dos motivos expostos, acreditamos que a proposição que ora apresentamos contribui para o aperfeiçoamento da legislação consumerista, motivo pelo qual contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senadora **Maria do Carmo Alves**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

V – a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

Art. 50. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

Parágrafo único. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada, em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46 DE 2006

Acrescenta parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 17.

Parágrafo único. O detentor da guarda ou posse de fato da criança e do adolescente poderá, mediante breve justificação, requerer ao Juízo competente, em caráter cautelar satisfativo:

I – as medidas necessárias para assegurar a integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente;

II – a proibição de determinada pessoa se aproximar de criança ou adolescente a menos de certa distância, fixada em cada caso. (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigor acrescida do seguinte art. 231-A:

Art. 231-A. Expor, por meio da aproximação pessoal, a integridade física, psíquica e moral de criança ou adolescente a perigo direto e iminente, em descumprimento a decisão judicial:

Pena – detenção de seis meses a três anos, e multa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O respeito à dignidade e à integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente tem lastro nos direitos fundamentais. Todavia, da letra à prática, faltam disposições que viabilizem as normas.

De fato, é resistente a dúvida a respeito de como proceder judicialmente nas hipóteses em que a criança ou o adolescente é assediado por pedófilos ou por traficantes, pois, apesar das garantias constitucionais e legais, não se dispõe de meio prático, efetivo e célere que impeça as aproximações nocivas.

A presente medida, endereçada ao art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, será encartada no Capítulo II, do Título II, que contempla o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade da criança e do

adolescente, e conferirá àquele estatuto meio simples e direto para que o responsável pelo jovem aja no sentido de impedir a aproximação de companhias nocivas.

Em termos processuais, busca-se a adoção de um procedimento de natureza sumária, voltado ao provimento judicial que iniba as aproximações nocivas. Em reforço à medida, acrescenta-se um novo artigo ao capítulo referente aos crimes, tipificando a conduta daquele que desobedece a ordem judicial de não se aproximar da criança ou do adolescente, colocando em perigo a integridade física, psíquica e moral dessas pessoas.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 231. Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2006

Autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior (SEABE), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Secretaria de Apoio aos Brasileiros no Exterior (SEABE).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O grande número de brasileiros residentes no exterior merece atenção especial por parte do Governo brasileiro. Segundo estimativas, acreditam-se haver três milhões de cidadãos brasileiros vivendo como emigrantes ilegais, em busca de melhores condições de vida para si e para suas famílias.

Somente nos Estados Unidos (EUA), dados apontam para dois milhões de brasileiros. Ainda que não sejam dados absolutamente exatos, a verdade é que os dólares por eles enviados anualmente poderiam superar o valor das exportações do Brasil para aquela nação. Não se trata, portanto, apenas de fator social, mas também e, sobretudo, econômico.

Com efeito, o envio de dólares por emigrantes brasileiros revela-se dado de grande relevância para a economia brasileira, pois, além de representar o sustento e a sobrevivência de milhares de pessoas beneficiárias das remessas, contribui sobremaneira para o Balanço de Pagamentos da Nação.

É notório que o atual Governo do Brasil tem demonstrado real interesse pela causa dos brasileiros que residem no exterior. O Governo Lula já realizou várias ações em benefício dessa causa. No entanto, somente ações políticas eficientes poderão produzir efeitos concretos, aptos a realmente beneficiar a causa dos brasileiros que buscam sobreviver longe da pátria.

É de se acreditar que a criação de uma Secretaria Especial de Apoio aos Brasileiros no Exterior, como quer esta proposta legislativa, corresponde a um passo importante para o aperfeiçoamento das relações humanas, sociais e de negócios ligadas ao fenômeno em pauta. Tal Secretaria estaria vinculada diretamente ao Poder Executivo, com canais políticos com o Poder Legislativo e outras instituições governamentais, coordenando e articulando as ações dos consulados e demais repartições brasileiras no exterior.

Cumprе salientar que, dentre os importantes assuntos ao encargo da Secretaria pretendida, alguns são de vital importância aos interesses nacionais, a exemplo de:

- remessas de dinheiro do exterior para o Brasil;
- aumento do comércio, viagens, investimentos, turismo e intercâmbios culturais dos brasileiros no exterior com o Brasil;
- criação de propostas de trabalho com os seguintes alvos: implantação de agências ou escritórios da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, e outras instituições bancá-

rias, fora do Brasil, para o apoio, fomento e financiamento de imóveis a curto, médio e longo prazo, para os brasileiros no exterior, além de outras transações bancárias;

- implantação de agências do Sebrae em cidades que possuam grande concentração de brasileiros, para o oferecimento de serviços e apoio ao brasileiro residente no exterior, mas que deseje empreender no Brasil;

- ações diretas junto aos governos dos países onde vivem os brasileiros, com o objetivo de frutificar ações políticas e sociais que beneficiem nossa gente;

- desenvolvimento de ações políticas junto aos consulados, embaixadas, governos, entidades governamentais e Organizações não-Governamentais (ONG), com o objetivo de discutir e implantar propostas de interesse dos emigrantes;

- auxílio jurídico para a legalização e aquisição de documentos, defesa da integridade física, da liberdade e do patrimônio dos cidadãos brasileiros no exterior.

Por todo exposto, cremos tratar-se de iniciativa inadiável a ser tomada por um governo cidadão, que busca sempre ir ao encontro dos grandes anseios populares. Não resta dúvida de que a secretaria proposta auxiliará em muito o Poder Executivo na consecução de sua missão fundamental: a tutela do bem comum.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesas Nacional, cabendo à última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, voto de solidariedade à juíza Duília Reis da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia. A Doutora Duília Reis vem recebendo ameaças que, segundo informa a imprensa, são feitas por madeireiros contrariados pelo fato da juíza estar fazendo cumprir a Lei nº 9.605, de 1998, que trata de crimes ambientais.

Justificação

É inaceitável que magistrados, no exercício de suas atividades, ao fazer cumprir as normas legais, sejam ameaçados por empresários do setor madeireiro do Estado de Rondônia que militam na ilegalidade renitente.

Importante ressaltar que os madeireiros do Município de Ariquemes foram alertados de que não poderiam continuar burlando a legislação. A própria juíza afirma para o sítio Carta Maior que “fizemos uma reunião com o setor madeireiro e explicamos que vamos cumprir a lei, que determina a perda do carregamento e do caminhão pego com madeira ilegal. Nos oito anos de sua existência [da lei], procuramos possibilitar a adaptação do setor madeireiro às normas legais, mas 90 entre 100 caminhões autuados são reincidentes. Por isso reunimos o setor na última terça (7) e avisamos que a lei será aplicada. Alguns dias antes, caminhões apreendidos foram soltos em seguida e passaram caçoando na frente do Ibama. O protesto do setor agora pode ser interpretado como uma afirmação do tipo: ‘eu pratico um crime, vou continuar praticando e ninguém vai impedir’”. Isso, evidentemente, não é tolerável em nosso Estado Democrático de Direito.

Por isso, Senhores Senadores, este requerimento objetiva parabenizar o trabalho sério da Comarca de Ariquemes, mais principalmente apresentar a solidariedade do Senado Federal com o trabalho sério e corajoso da juíza Duília Reis.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Sibá Machado**.

REQUERIMENTO Nº 249, de 2006

Requer voto de solidariedade, ao ensejo do Dia Internacional da Mulher à pesquisadora Isabel Gonçalves, que viu seu trabalho de pesquisa genérica na Aracruz destruído pelo vandalismo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de solidariedade à pesquisadora Isabel Gonçalves, que viu seu trabalho de pesquisa genética com eucaliptos, no Rio Grande do Sul, destruído pelo vandalismo praticado ontem, dia 8 de março de 2006, por um grupo da chamada Via Campesina, braço do chamado Movimento dos Sem Tem – MST.

Requeiro, ainda, que o voto de solidariedade seja levado ao conhecimento da pesquisadora, da direção

Aracruz Celulose e ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Justificação

O Brasil amanheceu hoje sob o impacto de mais um brutal ato de vandalismo, praticado por um grupo da chamada Via Campesina, braço feminino do chamado MST, movimento clandestino que conta com a simpatia do Presidente Lula (que se exibiu para fotografias com o boné do MST). As cenas mostradas pelo **Jornal Nacional** (8-3-06) por si só dizem tudo. Justo na data em que se comemorava o Dia Internacional da Mulher o grupo invadiu as instalações da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, destruindo com fúria tudo que viam pela frente, inclusive, o mais lamentável, o laboratório de pesquisas da empresa. Ali estavam depositados estudos e pesquisas genéticas sobre a produtividade do eucalipto, levadas a cabo ao longo de 20 anos de trabalho e dedicação da pesquisadora Isabel Gonçalves. Sua reação foi de pranto: o que foi destruído pela insanidade é irrecuperável.

Repugnamos ações como essas que extrapolam os limites do bom-senso e atingem não apenas o patrimônio empresarial, mas, também, o trabalho e o zelo de estudiosos e pesquisadores. Em nome de quê fizeram isso? De uma coisa ninguém duvida: cenas como as de ontem só ocorrem pela leniência com que o Presidente Lula trata movimentos clandestinos, em nome de um pretenso projeto de poder. O poder pela violência.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 250, DE 2006

Requer voto de repúdio à chamada Via Campesina, que ontem dia 8 de março de 2006, praticou ato de vandalismo com a invasão de instalações de empresa legalmente constituída, destruindo tudo, inclusive o laboratório de pesquisa genérica e, com ele, pesquisas de 20 anos.

Requeiro, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio à chamada Via Campesina, movimento ligado ao chamado MST, pelos atos de vandalismo praticados contra a Aracruz Celulose, do Rio Grande do Sul, destruindo, além de outras instalações, o laboratório de pesquisas genéticas, onde estavam depositados estudos de 20 anos sobre produtividade do eucalipto.

Requeiro, ademais, que esta moção seja levada ao conhecimento da Aracruz Celulose e ao Governador do Rio Grande do Sul.

Justificação

O Brasil ficou estupefato ontem à noite, ao tomar conhecimento dos atos de vandalismo que um movimento ligado ao MST, denominado Via Campesina, praticou contra uma empresa legalmente constituída no País. Ali, além de depredar todas as instalações, a Via Campesina desferiu a mesma fúria no laboratório de pesquisas da empresa. Nele estavam depositados estudos e pesquisas de 20 anos de trabalho, levados a cabo pela pesquisadora Isabel Gonçalves. A destruição do laboratório e um atentado à pesquisa científica e tecnológica do País. A indignada reação dos brasileiros diante do ocorrido ontem no Rio Grande do Sul é um retrato do pensamento no Brasil de hoje. Já está se tornando difícil até trabalhar legalmente no País o que se deve em grande parte a omissão e ao apreço do Governo atual, que afaga movimentos clandestinos, ignora ações desse tipo e, enquanto isso, preferir o Presidente flamar pelo mundo e andar de carruagem. O voto de repúdio justifica-se, pois.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A Presidência recebeu o **Relatório Final nº 1, de 2006**, com a conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária criada nos termos dos **Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005**, com a finalidade de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão, em 15 de maio de 2005, referente a gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol de conversas com diversos deputados estaduais.

O Relatório Final lido vai à publicação e será encaminhado às autoridades competentes.

É o seguinte o relatório recebido:

RELATÓRIO FINAL Nº 1, DE 2006

Da Comissão Temporária, criada nos termos dos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, com a finalidade de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa “Fantástico”, exibido pela rede Globo de Televisão, em 15 de maio de 2005, referente a gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol de conversas com diversos deputados estaduais.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

	Pág.
Requerimento nº 535, de 2005, de criação da Comissão...	
Requerimento nº 536, de 2005, em aditamento ao Requerimento nº 535, de 2005 de criação da comissão	
Proporcionalidade Partidária.....	
Folha de tramitação (Sinopse).....	
Ofício nº 102, de 2005, do Presidente da Comissão comunicando encerramento dos trabalhos	
Relatório Final dos trabalhos da comissão	
Composição inicial dos membros da comissão.....	
Composição final dos membros da comissão	
Mapa da publicação de atas	
Ata e notas taquigráficas da 12ª reunião da comissão...	

RELATÓRIO FINAL Nº 1, DE 2006

Da Comissão Temporária, criada nos termos dos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, com a finalidade de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa “Fantástico”, exibido pela rede Globo de Televisão, em 15 de maio de 2005, referente a gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol de conversas com diversos deputados estaduais.


REQUERIMENTO Nº 535, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que seja designada uma comissão temporária externa do Senado Federal com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa “Fantástico” exibido pela rede Globo de Televisão no último domingo, dia 15 de maio de 2005.

Brasília, 17 de maio de 2005. – Senadora **Fátima Cleide**.

Requerimento 536, n.º do 2005

Sr. Criscato

Aproubo
17.5.2005


Em aditamento ao Requerimento
n.º 535, de 2005, requerio que
o número de membros da Comissão
seja 5 membros e igual número de
Suplentes. Sala da Senhoria em 17 de maio de 2005



Situação Estado de Rondônia			
REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº DE INTEGRANTES: Titulares			5
	SEDE	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
Bloco Minoria	29	1,79	2
PMDB	23	1,42	1 <i>Amil</i>
Bloco Governo	23	1,42	1 <i>Fátima</i>
PDT	4	0,25	
P-SOL	2	0,12	
TOTAL	81	5	5
REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº DE INTEGRANTES: Suplentes			5
	SEDE	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
Bloco Minoria	29	1,79	2
PMDB	23	1,42	1
Bloco Governo	23	1,42	1
PDT	4	0,25	
P-SOL	2	0,12	
TOTAL	81	5	5
Bloco Governo: PT, PSB, PTB, PL e PPS.			
Bloco da Minoria: PFL e PSDB.			
Atualizado em			
18/05/05			

Tramitação de Matérias (Proposições)

Outros números SF RQS 536/2005

Autor Senador – **Fátima Cleide**

Ementa Requer, nos termos regimentais designação de uma Comissão Temporária Externa do Senado Federal com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa “Fantástico” exibido pela Rede Globo de Televisão, dia 15 de maio de 2005, e em aditamento o (Requerimento nº 535/2005) solicita que o número de membros da Comissão seja cinco e igual número de suplentes (Requerimento nº 536/2005).

Observações Prazo Final: 15-12-2005.

ramitações

Inverter ordenação de tramitações

(Data Ascendente)

RQS Nº 535/2005

27-1-2006 SGM – Secretaria Geral da Mesa

Recebido neste órgão, nesta data.

26-1-2006 SGM – Secretaria Geral da Mesa

Encaminhado à SGM.

25-1-2006 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito – Anexado às fls. 343 Ofício nº 102/2005 – CExt. – “Rondônia”, datado de – 24-1-2006, que comunica ao Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, o encerramento dos trabalhos da Comissão no dia 14-12-05.

19-1-2006 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. De Inquérito Anexado às fls. 70-342. Atas das Reuniões da Comissão, acompanhadas das respectivas Notas Taquigráficas.

19-1-2006 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Anexado às fls. 66/67 Composição Inicial e Composição Final da Comissão.

18-1-2006 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito – Anexado às fls.57/65 transcrição das gravações exibidas pela Rede Globo de Televisão.

29-12-2005 SGM – Secretaria Geral da Mesa – Devolvido à SACEI para juntar as atas das reuniões da comissão.

16-12-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Anexado às fls. 14/56 o Relatório Final da Comissão aprovado na 12ª reunião, realizada dia 14 de dezembro de 2005 e encaminhado à SGM.

14-12-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito – Na presente data foi realizada a 12ª reunião, onde foi lido e aprovado o Relatório – Final da Comissão.

8-11-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito – Nesta data foi realizada a 11ª reunião, onde foi ouvido o Excelentíssimo Senhor Ivo Narciso Cassol – Governador do Estado de Rondônia.

24-8-2005 SSCLSF – Subsec. Coordenação Legislativa do Senado

Juntei, às fls. 13, o OF. GLPMDB nº 316, de 23-8-2005, comunicando o desligamento do Senador Amir Lando, como titular, da Comissão.

24-8-2005 SSCLSF – Subsec. Coordenação Legislativa do Senado

Recebido neste Órgão, nesta data.

24-8-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito

Encaminhado por solicitação à SGM.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito.

Em 28-6-2005, foi designado para secretariar a Comissão o servidor Francisco Naurides Barros,

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito.

Em 28-6-2005, foi realizada a reunião em caráter sigiloso, na cidade de Porto Velho onde foram ouvidas as seguintes pessoas; Doutor Renato Sayão Dias, – Delegado de Polícia Federal que preside o inquérito que investiga a corrupção no Estado, o Doutor Rudson Coutinho da Silva, representante do Ministério Público e o Doutor Abdiel Ramos Figueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado, a Comissão ainda esteve reunida com o Desembargador Valter de Oliveira, Presidente do – Tribunal de Justiça do Estado.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. De Inquérito.

Em 23-6-2005, foi realizada a reunião destinada a ouvir os Deputados do Estado de Rondônia Bento do Trento; Everton Leone; Neodi de Oliveira; Marcos Donadon e o senhor Expedito Júnior.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Em 21-6-2005, foi realizada a reunião destinada a ouvir as fitas, Mídia Digital (CD) encaminhadas pela Polícia Federal de Rondônia que foram apreendidas na residência do Governador Ivo Cassol. Foi designada uma Subcomissão para analisar a documentação que deverá chegar para a Comissão, composta pelas seguintes pessoas; Doutor Tito Souza do Amaral, representando o Senador Demóstenes Torres; Maraemide Paraguassu de Oliveira, representando a Senadora Fátima Cleide; Erlando Alves da Melo; representando o Senador Sibá Machado e o senhor Francisco Eugenio Machado Arcanjo Consultor Legislativo do Senado Federal.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Em 16-6-2005, foi realizada a 6ª reunião destinada a ouvir os senhores Deputados do Estado de Rondônia Carlão de Oliveira, Marcos Donadon, Edison Gazoni e Chico Doido.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Em 15-6-2005, foi realizada a 5ª reunião destinada ouvir os senhores Deputados do Estado de Rondônia, Edézio Martelli, Chico Paraíba, Kaká Mendonça, João Batista dos Santos e Amarildo de Almeida.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito. Em 14-6-2005, foi realizada a 48 reunião destinada a ouvir os senhores Deputados – do Estado de Rondônia, Edézio Martelli, Ronilton Capixaba, Leudo Buriti, Ellen – Ruth, Emilio Paulista e Daniel Neri.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. De Inquérito. Em – 7-6-2005, foi realizada a 38 reunião para às oitivas dos Deputados do Estado de Rondônia, Carlão de Oliveira, Ronilton Capixaba, Daniel Neri e João da Muleta.

30-061– 2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito. Em – 1º-6-2005, foi realizada a 2ª reunião em caráter administrativo para elaborar o roteiro de trabalho, ficando acordado que deverão ser convidados a prestar depoimentos perante a comissão os Deputados de Rondônia envolvidos na denúncia feita pelo programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, bem como o Governador daquele Estado senhor Ivo Cassol, ainda ficou acordado que sejam requisitadas cópias das fitas da Rede Globo e também cópias de toda documentação existente sobre o fato junto a Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito.

Em – 1º – 6-2005, foi realizada a 1ª reunião de instalação da Comissão, sendo eleitos – Presidente o Senador Sibá Machado e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho e – foi designado para ser o Relator o Senador Demóstenes Torres.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. De Inquérito.

Em – 1º – 6 -2005, foi designado para secretariar a Comissão o servidor Wanderley – Rabelo da Silva.

30-6-2005 ATA-PLEN – Subsecretaria de Ata – Plenário – 15:34 – A Presidência em resposta à solicitação do Senador Sibá Machado, no sentido de que a Comissão Especial Externa criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, funcione no período de 1º a 31 de julho, a Presidência informa que poderá funcionar até o dia em que for aprovado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Á SACEI. Publicação em – 1º – 7 – 2005 no DSF Página(s): 21560 (Ver diário)

30-6-2005 SSCLSF – Subsec. Coordenação Legislativa do Senado – Encaminhado ao Plenário.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Encaminhado nesta data à SSCLSF, a pedido

31-05-2005 ATA-PLEN – Subsecretaria de Ata – Plenário Leitura do Ofício nº 287/2005-GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Delcídio Amaral, no qual indica o Senador Sibá Machado como titular e a Senadora Fátima Cleide como suplente, alterando, dessa forma, a composição anterior da presente Comissão. À SACEI. – Publicação em – 1º -6-2005 no **DSF** Página(s): 16644 (Ver diário)

31-5-2005 SSCLSF – Subsec. Coordenação Legislativa do – Senado – Encaminhado ao Plenário.

31105/2005 SGM – Secretaria Geral da Mesa – Recebido neste Órgão, nesta data.

31-5-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito a pedido.

18-5-2005 ATA-PLEN – Subsecretaria de Ata – Plenário – A Presidência designa os seguintes Senadores para comporem a presente Comissão – Especial Temporária. Titulares: Bloco Parlamentar da Minoria – Demóstenes Torres – e Arthur Virgílio: PMDB – Amir Lando; Bloco de Apoio ao Governo – Fátima – Cleide, PDT/PSOL – Augusto Botelho. Suplentes: Bloco Parlamentar da Minoria – – Romeu Tuma e Magno Malta (por cessão); PMDB – João Alberto Souza; Bloco de – Apoio ao Governo – Sibá Machado; PDT/PSOL – Heloísa Helena. A SACEI.

18-5-2005 SGM – Secretaria Geral da Mesa – Encaminhado ao Plenário.

17-5-2005 ATA-PLEN – Subsecretaria de Ata – Plenário – Lido e aprovado o RQS 535/2005, da Senadora Fátima Cleide em que solicita a criação de Comissão com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia com relação aos fatos divulgados pelo programa Fantástico da Rede Globo. Posteriormente é lido e aprovado o RQS 536/2005, em aditamento ao RQS 535/2005, solicitando que o número de membros da referida Comissão seja de cinco membros e igual número de suplentes. Ao Pleg, com destino à Secretaria-Geral da Mesa. – Publicação em 18-5-2005 no DSF Página(s): 15101 – 15102 (Ver diário) Publicação em 18-5-2005 no **DSF** Página(s): 15105 – 15106 (Ver diário)

17-5-2005 PLEG – Protocolo Legislativo – Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas. À SGM.

Subsecretaria de Apoio as Comissões Especiais e – Parlamentares de Inquérito

Ofício Nº 0102/2005 – Cext – Rondônia

Brasília, 24 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial Externa Criada Pelos Requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de – autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão encerrou seus trabalhos no dia 15 de dezembro de 2005 e, na presente data, encaminho o processado para as providências que se fizerem necessárias.

Na oportunidade apresento minhas sinceras considerações. – Senador **Sibá Machado**, Presidente da Comissão.

RELATÓRIO FINAL Nº 1 DE 2006**Membros Titulares:**

Senador Sibá Machado (PT – AC) – Presidente
 Senador Augusto Botelho (PDT – RR) – Vice-Presidente
 Senador Demóstenes Torres (PFL – GO) – Relator
 Senador Arthur Virgílio (PSDB – AM)

Suplentes:

Senador Romeu Tuma (PFL – SP)
 Senador Magno Malta (PL – ES)
 Senador João Alberto de Souza (PMDB – MA)
 Senadora Fátima Cleide (PT – RO)
 Senadora Heloísa Helena (PSOL – AL)

Agradecimentos:**Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**

Desembargador Sansão Batista Saldanha

Ministério Público do Estado de Rondônia

Promotor de Justiça Dr. Rudson Coutinho

Superintendência da Polícia Federal em Rondônia

Delegado Dr. Joaquim Mesquita

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Rondônia

Presidente Dr. Orestes Muniz

Secretaria de Comissões Especiais do Senado Federal

Secretário Francisco Naurides de Barros

Assessores de Gabinetes do Senado Federal

Erlando Alves da Silva Melo
 Tânia Maria de Oliveira

Consultor Legislativo do Senado Federal

Francisco Eugênio Machado Arcanjo

SUMÁRIO**Apresentação**

1. Introdução.....	1
2. Histórico.....	2
3. Antecedentes em Rondônia	3
4. Fatos relacionados À Assembléia legislativa	4
4.1. Delitos constantes nas fitas gravadas – pelo Governador Ivo Cassol	4
4.1.1. Apuração da Comissão Especial – da Assembléia Legislativa	4
4.1.2. Julgamento da Comissão Temporária de Ética e Decoro Parlamentar	4
4.2. Delitos nos contratos – de serviços e obras.....	4
4.3. Delitos nas folhas salariais	4
5. Recomendações.....	4

Anexos

(esta constituição e maneira de vida) é chamada democracia porque é administrada para muitos e não para poucos. Nela a lei assegura a mesma justiça para todos em suas disputas privadas, mas o requisito de excelência também é reconhecido (...) Nossos cidadãos comuns, embora ocupados com seus negócios, são bons juizes dos assuntos públicos. Somos os únicos a considerar um homem que não se interessa pelas questões públicas não um personagem inofensivo, e sim um inútil.

Péricles, por Tucídides, em A Guerra do Peloponeso

O que essas palavras deixam claro é que a prosa da participação regular na conduta nos negócios públicos não exclui, e sim favorece, a busca individual de padrões de excelência nas várias formas do agir e do fazer. Dito de outro modo: a democracia, solução ótima (...) do problema do poder, ainda consegue ser também o regime político mais propício à elevação do caráter. (...) Modo e garantia da liberdade, ela pode ser igualmente o seu prêmio: aquilo que a aproxima do ideal de nobreza da vida humana.

José Guilherme Merquior, em A Natureza do Processo**APRESENTAÇÃO**

Nos dias 15, 22 e 29 de maio de 2005, a Rede Globo de Televisão veiculou, no programa dominical “Fantástico”, gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol em sua residência de conversas com diversos deputados estaduais. As fitas divulgadas envolveram os nomes de 12 parlamentares. Os diálogos mostravam o Governador Ivo Cassol em negociações para pagamento de propina a um grupo de 10 parlamentares em troca de apoio político. Os deputados Ellen Ruth e Ronilton Capixaba falam em 50 mil reais por mês e em um acerto que passaria pelo superfaturamento em postos terceirizados de vigilância.

Em outro diálogo, o Deputado Amarildo Almeida pede apoio em uma licitação e o Deputado Emílio Paulista diz ao governador que governos passados faziam o mesmo, ou seja, ajudavam financeiramente parlamentares em troca de apoio político.

Uma terceira veiculação mostrou um assessor do Deputado Edson Gazoni, José Ailton Magalhães, que responde a processo por estelionato em Goiás, relatando o envolvimento de seu chefe num esquema de cheques nominiais emitidos pelo gabinete. Confessou que descontava cheques emitidos a fornecedores, e que uma vez se deslocou em um veículo portando a quantia de 500 mil reais.

Ante esses graves fatos, no dia 17 de maio de 2005, com base no Regimento Interno do Senado Federal e nos Requerimentos nºs 535 e 536, de autoria da

Senadora Fátima Cleide, foi criada a Comissão Especial Externa do Senado Federal “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”, doravante denominada Comissão Externa para Rondônia.

A finalidade da Comissão foi, portanto, acompanhar os episódios e as investigações subseqüentes envolvendo as denúncias de corrupção na Assembléia Legislativa levantadas pelo Governador do Estado de Rondônia.

Há indícios de que a corrupção acontecia nos governos anteriores. Porém, tendo em vista o requerimento aprovado, o objeto dessa Comissão se circunscreve aos episódios atuais da corrupção em Rondônia envolvendo o Poder Legislativo.

A Comissão foi instalada no dia 1º de junho de 2005, com a seguinte composição e direção:

Titulares

Sibá Machado, Presidente
Augusto Botelho, Vice-presidente
Demóstenes Torres, Relator
Arthur Virgílio
Amir Lando

Suplentes

Romeu Tuma
Magno Malta
João Alberto de Souza
Fátima Cleide
Heloísa Helena

Em 23 de agosto de 2005, em razão de sua vinculação a outros compromissos funcionais, o Senador Amir Lando solicitou desligamento da Comissão Externa para Rondônia.

A figura da Comissão Externa está prevista no Regimento Interno do Senado Federal, nos arts. 71 e seguintes. Ela se extingue após a conclusão de sua missão e da devida comunicação de seu desempenho ao Senado Federal, o que se fará pela entrega do presente Relatório após sua aprovação na Comissão.

A Comissão Externa aprovou em sua primeira reunião o seguinte plano de trabalho:

Roteiro de Trabalho:

1. Depoimentos em Brasília de:

- a) Membros do Legislativo de Rondônia envolvidos;
- b) Governador de Rondônia;
- c) Representantes da sociedade civil de Rondônia;
- d) Autoridades administrativas e policiais; e
- e) Especialistas em direito administrativo e constitucional

2. Audiências públicas em Rondônia, coleta de documentos e oitiva de autoridades

3. Relatório previsto contendo:

- a) Histórico circunstanciado sobre os fatos, descrição e avaliação dos participantes;
- b) Diagnóstico sobre as principais medidas tomadas pelas autoridades competentes; e
- c) Proposição de sugestões de caráter legislativo e político a serem tomadas para o tratamento da questão, com enfoque principalmente no papel que o Poder Legislativo Federal possa desempenhar para sua implementação.

Para o alcance de sua missão a Comissão Externa para Rondônia realizou 11 reuniões, entre administrativas e audiências públicas para as oitivas dos envolvidos, realizou 2 viagens a Porto Velho, em 28 de junho e em 4 de outubro de 2005, com reuniões realizadas naquela cidade na Superintendência da Polícia Federal, na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, no Tribunal de Justiça e na Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.

1. Introdução

A Comissão Externa para Rondônia, em seus procedimentos, desenvolveu uma série de atividades que consistiram principalmente em:

- coleta de documento;
- oitiva das pessoas envolvidas;
- visita ao Estado de Rondônia e às principais instituições envolvidas nas investigações.

Estas diligências proporcionaram o acúmulo de elementos que permitiu a formulação de algumas linhas para as atividades da comissão.

A crise de Rondônia tem, comprovadamente, o envolvimento de grande parte dos deputados estaduais, de diversas formas, o que será analisado neste Relatório.

Quanto aos delitos perpetrados pelos deputados estaduais, podem ser classificados, grosso modo, da seguinte forma:

a) Mensalão – estopim da crise constante da reportagem realizada pela TV Globo; bem como outras gravações recolhidas pela Polícia Federal que corroboram o achaque de deputados contra o governador.

b) Fraude da folha de pagamentos – nomeação de funcionários “fantasmas”, por deputados estaduais, que eram pagos por meio de folha “paralela”, cujos salários eram embolsados pelos parlamentares; nomeações fraudulentas e recebimentos indevidos mesmo por meio da folha oficial e empréstimos consignados forjados. A “folha paralela” foi di-

vidida na investigação da Polícia Federal em dois períodos:

i) a fraude no período posterior a junho de 2004, que era praticada em um **laptop**, fora da Secretaria de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa, por servidores públicos a mando do presidente.

ii) antes dessa data, quando a fraude era praticada nas dependências da Secretaria de Recursos Humanos da Assembleia, também a mando do deputado Carlão de Oliveira.

c) Compras e contratos da Assembleia – são numerosas as compras oficiais feitas sem a observância dos preceitos legais, sem notas fiscais, com valores astronômicos e sem correspondência com os produtos ou serviços adquiridos, entre as quais se destacam:

i) licitações fraudulentas para a reforma do prédio da Assembleia.

ii) aquisição de passagens aéreas com recursos da assembleia para familiares dos deputados para destinos turísticos.

iii) apropriação de cheques, por parte de pessoas de confiança de deputados, que deveriam ser utilizados para pagamento de bens e serviços adquiridos pela Assembleia, que após descontados no banco, seus valores eram entregues aos parlamentares.

d) Evidências de rápido enriquecimento de diversos deputados, com compras de bens luxuosos e imóveis.

e) Ilícitos do Presidente da Assembleia Carmo de Oliveira:

i) compra de votos de deputados para sua eleição à presidência;

ii) desobediência aos princípios legais nas compras de bens e serviços feitas pela Assembleia Legislativa;

iii) enriquecimento sem causa; e

iv) comando na distribuição de recursos a deputados.

Frente a esse calamitoso quadro, as instituições que atuam no Estado de Rondônia adotaram até o momento as seguintes atitudes:

Polícia Federal:

- Realizou a análise e perícia dos documentos e fitas de vídeo apreendidos, concluindo, pelo laudo exarado em 14 de outubro de 2005, que não houve edição nas fitas.

- Instaurou inquéritos policiais para apurar os crimes praticados na Assembleia Legislativa, referidos anteriormente, priorizando aqueles relativos às folhas de pagamento.

- Forneceu e continua fornecendo suporte às investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual.

Ministério Público Estadual:

- Decidiu pela condução da investigação em três grupos de crimes e improbidades administrativas envolvendo membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e pessoas a eles vinculadas: eles vinculadas:

a) O primeiro grupo está centrado no conteúdo das fitas já mencionadas e descortina a aparente exigência de vantagens indevidas por deputados estaduais ao Governador do Estado, a fim de garantir-lhe apoio político. Esses fatos estão sendo investigados pelo Inquérito Civil Público nº 200500/160002646.

b) O segundo grupo de ilicitudes envolve parte considerável dos membros do Parlamento de Rondônia e consiste na existência volumosa de servidores comissionados irregulares na folha de pagamento da Assembleia. Tais servidores, por vezes constam de uma “folha paralela”, mantida à margem de qualquer formalidade, que ultrapassa a cota individual de cada Deputado e, em alguns casos, traz nomes dos chamados servidores fantasmas, cujos vencimentos acabam nas mãos dos deputados envolvidos.

Em outras situações, mesmo servidores da folha de pagamento oficial, são verdadeiros fantasmas, pois foram nomeados sem que eles próprios saibam, e suas remunerações aportam nas mãos dos deputados. E, finalmente, outras vezes ainda, deputados realizam, em seu benefício, empréstimos por consignação em folha de pagamento usando, de fachada, o nome de servidores fantasmas ou mesmo servidores regulares.

Durante a vigência desses empréstimos os vencimentos do respectivo servidor passam a ter significativo e espúrio aumento a fim de exatamente poderem amortizar o valor levantado pelos deputados juntos às instituições de crédito. Estes fatos estão sendo investigados, no âmbito civil, pelo ICP nº 2005001060001359.

c) O terceiro grupo aponta a existência de corrupção, capitaneada pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado José Carlos de Oliveira, e por seu irmão Moisés de Oliveira, envolvendo ainda Haroldo Augusto Filho, conhecido por Haroldinho, Marlon Sérgio Lustosa Jungles, cunhado de José Carlos de Oliveira, além de outras pessoas físicas e jurídicas a eles ligadas. Esse terceiro grupo,

cuja investigação vem sendo realizada em pelo menos onze ICP (**2005001060004820, 4.849, 4.829, 6.669, 6.667, 6.670, 6.674, 6.716, 6.715, 6.673 e 1.379**), está centrado em diversos processos administrativos e contratos firmados para prestação de serviços, construção de obras ou fornecimento de bens à Assembléia Legislativa do Estado, onde há robustas evidências de repasses espúrios realizados pelas contratadas aos réus ligados ao Presidente da Assembléia.

Assembléia Legislativa Estadual

- Instalou Comissão Especial um dia após as denúncias. A Comissão concluiu seus trabalhos em 15 de agosto de 2005 e recomendou a instauração de apuração para perda de mandato por quebra de decoro para 6 (deputados) envolvidos nas gravações (excetuando Emilio Paulista, o único que renunciou ao mandato); e
- Instalou Comissão Temporária de Ética e Decoro Parlamentar, com a designação do deputado Nereu Klosinsky (PT) para a relatoria. As conclusões serão expostas em item próprio neste relatório.

Da parte da Comissão Externa do Senado Federal, ao longo dos trabalhos, duas alternativas se vislumbravam como uma contribuição para a superação da crise. Uma externa ao Estado, oriunda da União, com base nos instrumentos constitucionais, embora alavancados por interpretação mais extensiva e inovadora, e outra ou outras alternativas, estaduais, com fulcro nas instituições locais.

Tendo em vista as evidências de completo esfacelamento de um dos poderes políticos (o possível comprometimento de 22 dos 24 deputados com a fraude na folha de pagamento), a Comissão houve por bem, em caráter preliminar, estudar a viabilidade de sugerir o pedido de intervenção federal, que será tratado ao final deste Relatório.

Na visita a Rondônia, a Comissão encontrou forte resistência a essa tese, mormente do Ministério Público Estadual. Nesse embate, e tendo em conta a engenharia jurídica que se começou a esboçar, a Comissão manteve-se no aguardo dessa solução, que consistiria em apoiar o único parlamentar remanescente, em tese, imune à fraude da folha de salário para que ele solicitasse na Assembléia o afastamento por improbidade dos deputados envolvidos, o que acabou sendo feito. Paralelamente, requerer-se-ia cautelarmente ao Tribunal de Justiça do Estado, com interveniência do Ministério Público, o afastamento liminar dos deputados e a convocação dos suplentes para o julgamento dos afastados.

Esse mecanismo foi discutido pela assessoria da Comissão Externa com o Ministério Público, quando se detectou uma hesitação dos promotores para a iniciativa, em razão de possível insuficiência da caracterização das provas. De qualquer forma, o MP continuou preparando uma ação de afastamento por improbidade, embora sem se considerar ainda seguro para pedir a liminar até aquele momento.

Ante a esse conjunto de dificuldades, esta Comissão Externa voltou a refletir e a decidir sobre a tese da intervenção, objeto das conclusões deste Relatório.

2. Histórico

O fato desencadeador da sequência de acusações recíprocas entre um grupo de deputados estaduais e o Governador do Estado de Rondônia foi a exibição no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, na noite de 15 de maio de 2005, de fita gravada pelo Governador Ivo Cassol, em sua residência, com sete deputados estaduais negociando vantagens e mesada de 50 mil reais para cada parlamentar de um grupo formado por 10 deles. A gravação não foi exibida em Rondônia em razão de decisão cautelar do Desembargador Gabriel Marques, a pedido da quase totalidade dos 24 parlamentares que compõem a Assembléia Legislativa. A infeliz decisão do desembargador, tomada instantes após ter sido indeferido pelo juiz de plantão o pedido de suspensão da veiculação, gerou revolta na cidade, resultando em danos às estruturas físicas da Assembléia Legislativa e do Palácio do Governo. Os parlamentares que aparecem nas gravações são: Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Daniel Neri, João da Muleta, Emílio Paulista, Amarildo Almeida e Kaká Mendonça.

No domingo seguinte, em 22 de maio, o *Fantástico* levou ao ar novas imagens com o Governador Ivo Cassol e três dos sete deputados anteriores. A gravação foi feita provavelmente no mesmo dia da exibida anteriormente, vez que os participantes estão usando os mesmos trajes. Nesta gravação, o deputado Emilio Paulista (PFL) revela que o presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira (PFL), pagou 2,8 milhões de reais para um grupo de 14 deputados a fim de se eleger presidente da Casa, cargo para o qual foi reeleito.

Outra revelação importante foi feita por Ronilton Capixaba (PL), que cita os nomes dos parlamentares que integrariam o esquema dos 10 para recebimento da propina mensal.

Em seguida, são citados os deputados Leudo Buriti (PTB); Edson Gazoni (PDT); Chico Paraíba (PMDB); Chico Doido (PSB) e Marcos Donadon (PMDB). Amarildo Almeida e João da Muleta, que surgem na primeira gravação, o primeiro tratando do favorecimento para uma licitação, e o segundo sem nada dizer, não são citados para a divisão do butim.

As fitas foram periciadas pela Polícia Federal, que não constatou nelas nenhuma edição, caracterizando-as assim como prova perfeita para o procedimento acusatório. Suas transcrições estão no Anexo I deste Relatório.

A partir dessas denúncias a Comissão Externa para Rondônia estruturou seu trabalho conforme o roteiro citado anteriormente, qual seja, destinado a acompanhar as investigações concernentes ao conteúdo das gravações e formular as recomendações que julgar necessárias.

Somado a isso, o decorrer das investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Estadual descortinou uma miríade de irregularidades e crimes na Assembléia Legislativa, distintos do fato motivador inicial, e que deram origem a diversas outras linhas de investigação e procedimentos judiciais, conforme já mencionado anteriormente e que se detalhará em capítulo próprio.

3. Antecedentes em Rondônia

Essa análise considera só os fatos recentes divulgados pela imprensa nacional acerca do Poder Legislativo, de conhecimento da imprensa local, de boa parte da opinião pública e das entidades da sociedade civil organizada de Rondônia, comportamento há muito degenerado pela corrupção agora desnudada nacionalmente. A manchete da reportagem da Rede Globo originadora do escândalo forneceu uma pista sobre o que estaria em jogo entre o Legislativo e Executivo: “violenta disputa por poder e dinheiro.”

O mérito das gravações mantidas em sigilo e agora de conhecimento da população brasileira reside no fato que representou a cristalização de uma crise institucional entre poderes, crise que dormitava antes da atual gestão, e que resultou desse rompimento da cumplicidade entre o Poder que arrecada e o Poder que legitima a democracia. A fragilidade das instituições em Rondônia, Estado de criação recente, recomenda, portanto, que as investigações e punições sejam exemplares, para que inviabilizem rearranjos entre agentes superiores das instituições envolvidas. A expectativa da população rondoniense e no Brasil é que esse episódio permita a depuração das instituições, para que o Estado passe não mais a ser visto como uma terra sem lei e sem ordem. A atuação de órgãos federais, diante do exposto, é vital para a construção desse processo, para o fortalecimento das instituições.

Quanto a Carlão de Oliveira, apesar de ter imprimido uma administração com forte investimento na imagem e comunicação, implementando programas de rádio e televisão, e a interligação do Parlamento com o Sistema interlegis, é nula a transparência dos

gastos da Casa que comanda. O orçamento da Assembléia tem sido considerado por técnicos do Tribunal de Contas abusivo, muito além do que seria necessário, e ninguém tem idéia real de quanto se gasta com folha de pessoal e quantos funcionários abriga.

Mencionada pelo deputado Emilio Paulista na segunda gravação, a compra de votos feita pelo deputado Carmo de Oliveira, pelo valor per capita de 200 mil reais, a um grupo de 14 parlamentares, foi abordada timidamente por setores da imprensa na época. O segundo mandato de Carlão de Oliveira como presidente da Assembléia Legislativa foi “comprado” poucos meses depois de iniciado o cumprimento do primeiro. O presidente Carlão assegurou seu reinado de quatro anos de duração logo no início de sua gestão. Se não fosse a gravidade criminosa da situação cairia bem no bestiário político de Stanislaw Ponte Preta.

4. Fatos Relacionados à Assembléia Legislativa

O Relatório do Tribunal de Contas, concluído em fevereiro de 2005, aponta que os deputados estaduais excederam em 30 milhões de reais as despesas com folha de pagamento em relação ao permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Naquela Casa de leis não se sabe de que forma os recursos são geridos ante a disposição negativa de integrar-se ao Siafem. Em suma, o Legislativo Estadual se tornou uma caixa-preta em termos de gestão de dinheiro público”, diz o Parecer dos conselheiros do Tribunal. Por determinação da Lei Estadual nº 946, de 2000, a Assembléia deveria ter aderido ao Siafem desde 2001.

O Parecer constatou também sonegação do pagamento de R\$8 milhões em despesas previdenciárias, e falta de controle do número de funcionários.

Os repasses anuais, segundo estudos do Tribunal de Contas, estão abaixo do formalmente aprovado. Em 2003 foi de R\$81 milhões; em 2004, o aprovado foi R\$102 milhões, mas o governo Cassol cortou para R\$94 milhões; e em 2005, dos R\$95 milhões previstos, foram repassados, na data da apuração pela Comissão, R\$36 milhões. O corte feito pelo Governador também foi realizado nos demais Poderes e no Ministério Público. Ainda assim, o Tribunal de Contas assegura ter sobrado dinheiro no caixa do Ministério Público e do Judiciário.

Foi nesse caldo fértil que irrompeu a crise das fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol e que se desdobraram nos escândalos das folhas de pagamento e das licitações.

4.1. Delitos constantes nas fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol

O desenrolar dos fatos constantes nas gravações, e suas circunstâncias, já foram descritos nos itens an-

teriores. Cabe agora discorrer sobre as investigações subseqüentes, pelas instituições com atuação em Rondônia e pela Comissão Externa do Senado. Pelo seu papel de provocador e vértice das articulações ilícitas, confrontamos aqui os fatos com as explicações do Governador Ivo Cassol.

Na conversa que o Governador teve em 25 de abril com o deputado Amando Almeida, o parlamentar pede favorecimento numa licitação e indica o caminho de “forma técnica” para atender todos os parlamentares sem deixar rastro; o Governador conta sobre a proposta de 50 mil reais para cada deputado e fala que “se tivesse condições, tinha acertado”, fazendo em seguida a contraproposta de pagar a metade.

O deputado Amarildo mostra-se muito experiente, dizendo que em Ouro Preto, quando secretário, atendia vereadores mediante convênios, que em todo lugar se faz isso e colocou à sua disposição um contador de extrema confiança dele, com experiência de mais de 10 anos, de nome Edvaldo, para fazer as coisas andarem tecnicamente. Sugeriu que fosse escolhida uma secretaria de destaque, a Educação ou a Saúde, para fazer negócios com os deputados, chamando fornecedores e dirigindo licitações. O Governador retrucou que iria conversar com o Cartão, presidente da Assembléia, e voltar a conversar com o deputado Amarildo sobre o assunto.

Na conversa com o deputado João da Muleta, gravada pelo Governador, o parlamentar diz que vai acertar com seu colega Kaká Mendonça, destinando dinheiro público para a manutenção da fundação deste. Logo após o deputado Kaká é chamado à casa do Governador pelo deputado João da Muleta. A eles o Governador manifesta desconfiança no acordo com o deputado Carlão de Oliveira, dizendo que na hora de repassar dinheiro para os deputados pode haver desavenças, então prefere negociar separado para isso não acontecer. Em resposta à Comissão, o Governador disse: “Na realidade, primeiro numa época lá, eles se reuniram e me chamaram. Eles estavam em grupo. Como eu precisava documentar aquilo, um grupo de dez, doze, não viria a minha casa. Então eu ia criando expectativa para ver se os trazia individualmente, para poder ir documentando. Era o único caminho que eu tinha. Se eu falasse assim, venha um grupo maior aqui, o pessoal ia desconfiar. Automaticamente, o cara sozinho se sentia mais encorajado para poder abrir o jogo, e foi o que acabou acontecendo”.

Ainda naquela conversa, os dois deputados revelam que ganham 20 mil reais além do salário, através de assessorias. João da Muleta diz que, com seis assessorias, tira “20 contos”, e Kaká confirma que tem o mesmo procedimento. A conversa insinua o que a

Polícia Federal chamou de folha paralela, descoberta em um notebook, e que beneficia a quase totalidade dos parlamentares, tema de um outro item desse Relatório.

No dia 28 de abril, três dias após conversar com esses deputados, o Governador gravou uma conversa com Moisés de Oliveira, irmão e homem de confiança do deputado Carlão de Oliveira, presidente da Assembléia. Boa parte do diálogo nessa gravação está ininteligível, existem palavras de entendimento duvidoso. Mas um trecho está muito claro o professor Moisés, preso pela Polícia Federal, pede para o Governador mandar pagar a obra de uma ponte em Parecis, que sua “empresinha” chamada Graúna, segundo ele mesmo revela, fez. O Governador diz que a ponte é mim, malfeita, não vale 25 mil reais. Moisés afirma também que teria mais de 100 mil reais para receber do DEVOP.

Na fita 6 (páginas 36/37), há nova conversa com o deputado Amarildo, desta vez em 28 de abril, acompanhado do deputado Carlão de Oliveira. Carlão pede para o Governador favorecer o deputado Amarildo “num contratinho de vigilante”. Reclama que o empresário Aires do Amaral é o único que presta serviços neste setor ao Estado. O Governador pergunta então se o amigo que Amarildo menciona tem firma. Ele diz que sim. Em julho, Amarildo pede para fazer “o acordo” com o amigo, para o Governador autorizar a conversa dele com o então chefe da Casa Civil, José Caúla, para fazer “uns negócios” (página 52). O desdobramento disso, segundo o Governador, foi que o “negócio nunca se concretizou. Eu só ganhava tempo. Se V. Ex^a, pegar a primeira data e a segunda data em que foi falando, o assunto era o mesmo e eu enrolando e ganhando tempo”.

Nas páginas 38, 39 e 40 da transcrição preparada pela Polícia Federal, o Deputado Haroldo Santos, dono de uma fundação de assistência à saúde, pede para o Governador restabelecer convênio com o laboratório. Elogia a qualidade da estrutura do prédio, e diz que todo mundo (os deputados) está querendo ajuda do Governo. “Todo mundo tem seu detalhezinho financeiro, detalhezinho político”, diz Haroldo. No começo de seu governo, o Governador anunciou que não ia repassar dinheiro para fundação de deputado, ia acabar com isso, e ao que tudo indica, pela queixa do Deputado Haroldo, o corte foi feito. Entretanto, é provável que tenha havido a volta às práticas antigas, pela melhoria da relação com os deputados, verificada pós-gravação.

Na página 58 (Fita 9, com Amarildo), o deputado afirma que o grupo está fechado em 20 parlamentares, que não há grupo do Carlão ou do Deputado Ronilton Capixaba. Afirma que Carlão uniu todos. Mas nas conversas ora o Governador fala de um grupo de

14, ligados a Carlão, ora de 10, ligados ao Deputado Ronilton, diz que não pode passar 50 mil para cada, mas pede entendimento e faz uma nova proposta, em tomo de 10 a 15 mil reais. Ao Deputado Ronilton Capixaba, na fita de número 10, gravada no dia 1º de julho, o Governador revela que esteve antes com Carlão de Oliveira, presente também seu secretário Caúla, e fez um acordo: passar 50% das obras do Estado para o Sinduscon, a fim de atender “o grupo que num tem nada”. Sobre esse esquema com o Sinduscon, confirmado pelo Deputado Ronilton Capixaba na Comissão Externa, o Governador nega ter feito o acordo.

Na mesma fita, Capixaba diz que está fechado com dez deputados e que o grupo tem a solução para satisfazer-lhes o apetite financeiro: querem 250 postos de vigilância, que pelas suas contas dariam, cada um, um lucro de 1960 reais, totalizando 490 mil reais por mês. “Resolve o problema de dez deputados”, diz Ronilton. Combinam, ao final, que o deputado ia organizar o esquema, “vai botar pra frente”, segundo suas palavras e em 60 dias estaria concluído (página 85). Adiante afirma mais: “O senhor cresceu muito o contrato deles, né?” referindo-se aos colegas deputados Haroldo Santos, Maurão de Carvalho e João da Muleta que mantêm contratos com o Estado na prestação de serviço de limpeza e alimentação. Afirma que agora eles estão atendendo às regiões de Buritis e Extrema. O Governador diz que os contratos deles estão acenados, homologados, que têm duração de 60 meses, e mais adiante fala ter combinado com o João da Muleta para “dividir o pão” com o Marcos.

Na fita 11 (páginas 92/93), em 1º de julho, o Deputado João da Muleta confirma que são 21 os deputados que querem fazer o acordo com o Governador. Fala também que cada deputado já ganha 20 mil reais mensais, além do salário. Não ficou claro se esse dinheiro teria sido retirado do orçamento mensal da Assembléia ou se teria sido acertado de outra forma entre o Executivo e a Assembléia.

Ainda com o Deputado João da Muleta, o Governador fala que estaria “fechado” com nove deputados: o próprio João da Muleta, Renato Veloso, Maurão de Carvalho, Haroldo Santos, Marcos Donadon, Everton Leoni, Beto do Trento, Deusdete e Neodi de Oliveira. Não ficou claro o que significava esse apoio, se envolvia os contratos aqui já mencionados e mesada de 20 mil reais.

Sobre a denúncia de participação do de Deputado Chico Paraíba na “folha paralela”, veiculada também no “Fantástico” de 30 de outubro de 2005, o parlamentar enviou a esta Comissão esclarecimento de que o servidor Tercílio Botecca é lotado no gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa, à disposi-

ção de seu gabinete, e percebe a remuneração mensal de 461 reais.

Na fita 12, gravada em 2 de julho, o Governador diz ao Deputado João da Muleta que do orçamento da Assembléia mensalmente sobram três milhões de reais, e por isso não acredita na informação dele de que 20 mil reais é o valor extra que cada um dos deputados recebe. O Governador afirma a vários de seus interlocutores que o parlamento de Rondônia é, depois do Amapá, o mais caro do Brasil, tendo um orçamento mensal superior a cinco milhões de reais.

O mais elucidativo nas gravações parece estar nas páginas 324 a 129 (fita 12). Depois de muita conversa com Ellen Ruth, Ronilton Capixaba e Daniel Neri, quando o Governador disse que não seria possível viabilizar os 50 mil reais através dos 250 postos de vigilância, a deputada Ellen declarou “nos não podemos os mudar o mundo, você não pode mudar o mundo”, insistindo que o meio seria por outros serviços terceirizados. O Governador sugere o nome de Edson para eles conversarem, dizendo – “Posso fazer a ponte, num posso fazer o rio”. Na mesma conversa, é estabelecido o valor de 20 mil reais para cada, em vez de 50 mil.

Na página 135 (fita 13), de 8 de julho, em conversa com Moisés de Oliveira, além de já ter mencionado o mesmo tema com outros deputados, o Governador fala que o presidente da Assembléia queria um contrato sob a responsabilidade de Luiz Costa, possivelmente de Ji-Paraná, em valor superior a 4 milhões de reais.

No mesmo trecho, ainda com Moisés, o Governador fala que o orçamento de 5 milhões e 900 mil reais para a Assembléia legislativa não está adiantando nada, foi um acordo somente para eleger o Carlão presidente, que os deputados não estavam cumprindo seu papel.

Outra conversa crucial está na página 194 (fita 18). Ali o Governador conversa com um funcionário antigo da Assembléia, lotado na ocasião da conversa, em 14 de março, no gabinete do Deputado Edson Gazoni. Chama-se José Ailton Guimarães, estelionatário, procurado pela Justiça de Goiás. Ele também apareceu no Fantástico, e relata esquema do Deputado Gazoni, do qual ele participava, de sacar mensalmente até 80 mil reais ora do Banco Rural, ora do Banco do Brasil, mediante vários cheques endossados.

O Deputado Chico Paraíba, inconformado com as denúncias que envolviam seu nome interpelou judicialmente o Governador, perante o Superior Tribunal de Justiça. Em sua resposta, Ivo Cassol afirmou que não teve qualquer interesse em difamar o interpellante e não confirmou que o parlamentar teria pedido qualquer tipo de vantagem, seja de ordem econômica ou pessoal.

4.1.1. Apuração da Comissão Especial da Assembléia Legislativa

No dia 16 de maio de 2005, um dia após o primeiro “Fantástico” com as gravações, o Presidente da Assembléia Legislativa instituiu uma Comissão Especial, com o prazo de 60 dias, para averiguar as denúncias.

A Comissão ficou composta pelos deputados Leudo Buriti, Edézio – Martelli, Everton Leoni, Doutor Deusdete e Chico Paraíba, sendo o – primeiro seu Presidente e o segundo o Relator. Em 18 de maio de 2005, com a renúncia à Comissão do Deputado Chico Paraíba, foi efetivado o primeiro suplente, Deputado Renato Velloso, como membro titular. Deputado Chico Doido permaneceu como segundo suplente.

A Comissão Especial da Assembléia Legislativa realizou ao todo 13 (treze) reuniões entre os dias 17 de junho e 9 de agosto de 2005.

Em deliberação preliminar, a Comissão entendeu a gravidade dos fatos imputados aos deputados nas gravações, que poderiam ter desdobramentos imprevisíveis que afetariam a segurança e a tranquilidade institucional do Estado, propôs a perda temporária do exercício parlamentar, sem vencimentos, pelo prazo de 30 dias, aos deputados Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Neri, nos termos do art. 88 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa e do art. 34 da Constituição do Estado de Rondônia. A proposição da comissão foi aprovada pelo Plenário da Assembléia no dia 19 de maio de 2005.

Entretanto, em 22 de junho de 2005, a Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa emitiu o Parecer nº 64, de 2005, sobre a suspensão dos vencimentos dos deputados atingidos. A Procuradoria entendeu que não houve o cumprimento do preceito constitucional da ampla defesa para a aplicação da sanção de perda temporária do mandato sem os vencimentos, e por isso o pagamento deveria ser feito. Revogou-se, assim, um dispositivo da resolução proposta pela comissão especial.

A Comissão Especial, em seguida, conferiu notificação aos deputados para apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias, o que foi observado por todos eles.

Subseqüente à defesa prévia e à audição das fitas, a comissão promoveu a oitiva de todos os envolvidos, incluindo os deputados estaduais nominados e o Governador Ivo Cassol. Resumos dessas oitivas encontram-se no relatório da Comissão Especial da Assembléia, aprovado em 15 de agosto de 2005.

Em seu voto, o deputado Edézio Martelli analisou a participação de cada agente em todo o processo, confrontando o teor das gravações com as defesas apresentadas. Constituem importantes peças de considerações dedutivas que contribuem para demonstrar a participação ativa dos deputados estaduais no ilícito investigado.

De especial acuidade jurídica é ainda a parte conclusiva do Parecer da Comissão, no que diz respeito à tipificação da conduta dos investigados, da qual extraem-se os seguintes trechos:

Os Senhores Deputados Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Neri aparecem nas gravações como fazendo parte de um grupo de deputados com o objetivo de tirar proveito próprio para fazer parte de urna base de sustentação do governo. (...) Não há dúvida de que as imagens e as vozes são dos investigados nas gravações de vídeo.

(...) Com efeito, a conduta de extrema reprobabilidade levada a efeito pelos Parlamentares citados foi detalhadamente esmiuçada nas divulgações das imagens do Programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão e explicitada nas gravações encaminhadas a esta comissão.

Tais fatos demonstram de forma muito clara, com objetividade e sem rodeios, que os Deputados investigados estavam exigindo dinheiro do Governador para aprovar matérias na Assembléia Legislativa.

Os elementos de prova colhidos em poder da comissão atestam de forma inquestionável que os Deputados investigados solicitaram ao Sr. Governador vantagem financeira como forma de atuar na Assembléia Legislativa em favor do Governo.

E após transcrever mais um trecho da conversa, aduz:

A conduta dos Deputados investigados caracteriza, em tese, o delito previsto no art. 317 do Código Penal Brasileiro (corrupção passiva), o que por certo ensejará atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário, por meio de suas instâncias competentes.

Todavia, para a instância parlamentar, depositária do voto popular, é necessário o enquadramento em quebra de decoro, situação tão grave quanto à subsunção na hipótese do Código Penal. E sobre esse tema o Parecer também discorre:

(...) O julgamento legislativo não se confunde com a esfera judicial penal, pois é político. Eventual cometimento de crime deve ser objeto de apuração junto ao Poder Judiciário se assim entender cabível o Ministério Público.

A independência do processo que estamos levando a termo é tema que merece realce, razão pela qual reportamo-nos às razões que fundamentaram o relatório do Deputado Inaldo Leitão, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara Federal, por ocasião do processo instaurado para apurar

a quebra de decoro parlamentar do Deputado Hildebrando Pascoal:

O processo de perda de mandato em razão de comportamento incompatível com o decoro parlamentar inicia e tem fim na Câmara a que pertencer o parlamentar que adota a conduta que se ajuste à visão da maioria quanto à postura ética que a instituição exige observada pelos seus membros.

Essa visão – entendemos – há de vir sempre informada do sentimento contemporâneo da sociedade com o qual os parlamentares, representando o somatório de todos os interesses, ideologias e aspirações, devem estar permanentemente afinados.

Daí a impertinência de critérios rígidos que impeçam o julgamento político, sem prejuízo, no entanto, da observância de regras formais que assegurem o amplo direito de defesa.

Quando o comportamento do parlamentar, no entanto, rido só corresponder a uma infração à conduta ética, mas caracterizar, também, atitude delituosa, tipificada como crime, esta última circunstância, a nosso entender, não poderá ser sopesada pela Casa Legislativa para efeito de adotar, ou não, sanção justificada em motivação de ordem ética. Mas isto não impede, no entanto, que as circunstâncias do momento, o choque que a atitudes delitivas venham a provocar na sociedade, autorizem ao corpo legislativo que no seu conjunto se veja ofendido indiretamente em razão de comportamento delituoso de um de seus membros firme-se no poder-dever de dar uma satisfação à sociedade, em correspondência com o status da relevada representação recebida, adotando a sanção que entender cabível àquele que conclua haver conspurcado a honra da respectiva instituição.

Vê-se que a falta de decoro parlamentar é a falta de decência no comportamento pessoal, capaz de desmerecer o Parlamento, e a falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas.

Portanto, para que se configure a quebra de decoro não é necessário ter o deputado praticado conduta tipificada pelo Código Penal. Basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa.

E conclui, ainda antes de proferir o voto:

Na apuração levada a termo por esta comissão, as provas colhidas demonstram de forma inequívoca que os Deputados Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta e Daniel Neri solicitaram e tentaram negociar o paga-

mento de valores a fim de darem sustentação ao governo na Assembléia Legislativa. Tal solicitação indubitavelmente fere a dignidade e a decência que devem revestir o exercício do mandato parlamentar.

A conduta dos mencionados Deputados atingiu a honradez e o seu próprio respeito, cabendo à Assembléia Legislativa rejeitar esse comportamento. (...) Portanto, esta comissão tem a prerrogativa e a independência necessária para, comprovada a falta de decoro parlamentar, recomendar a instauração de processo com vistas à cassação dos mandatos dos referidos parlamentares por quebra de decoro.

Após estas considerações, o Relator conclui seu voto, que foi em seguida aprovado pela comissão, com as seguintes recomendações:

a) Instauração de processo com vistas à decretação de perda de mandato dos Deputados Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Amarildo Almeida, João da Muleta e Daniel Neri;

b) Instauração de inquérito para averiguar indícios de quebra de decoro pelo deputado Kaká Mendonça;

c) Não aplicação de qualquer recomendação sobre o Deputado Emílio Paulista por este ter renunciado ao mandato; e

d) Instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito da Administração Estadual para investigar indícios de conduta incompatível com os princípios básicos da administração pública (legalidade, impessoalidade e moralidade), mais precisamente na contratação de empresas no âmbito da construção civil e prestadoras de serviços.

4.1.2. Julgamento da Comissão Temporária de Ética e Decoro Parlamentar

Foi instalada no dia 18 de agosto pela Mesa Diretora da Assembléia uma Comissão Temporária de Ética e Decoro Parlamentar para apreciar o pedido de cassação dos seis deputados. A Comissão ficou composta pelos deputados Romeu Reolon (Presidente), Nereu Klosinski (Relator), Doutor Deusdete, Doutor Carlos e Beto do Trento, como membros titulares, e os Deputados Everton Leoni e Chico Doido, como suplentes.

Com relação aos Deputados Kaká Mendonça, Daniel Neri e João da Muleta, prevaleceu na Comissão o voto do Deputado Doutor Deusdete, que determinou a absolvição de Kaká Mendonça e Daniel Neri, por falta de provas, e suspensão do mandato por trinta dias do Deputado João da Muleta.

Com relação aos demais, o relator Deputado Ne-reu Klosinski, com base precipuamente no levantamento já efetuado pela Comissão Especial, recomendou:

Amarildo Almeida: perda do mandato por afronta ao art. 55, inciso II e § 1º, da Constituição Federal, art. 34, inciso II, da Constituição Estadual, combinados com os artigos 88 a 90 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Ronilton Capixaba: perda do mandato por afronta ao art. 55, inciso II e § 1º, da Constituição Federal, art. 34, inciso II, da Constituição Estadual, combinados com os artigos 88 a 90 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Ellen Ruth: perda do mandato por afronta ao art. 55, inciso II e § 1º, da Constituição Federal, art. 34, inciso II, da Constituição Estadual, combinados com os artigos 88 a 90 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Entretanto, como se sabe, e para a mais completa decepção dos que aguardavam o início do saneamento pela própria casa legislativa, o plenário da Assembléia absolveu todos os acusados e que tinham parecer do Conselho de Ética pela cassação.

4.2. Delitos nos contratos de serviços e obras

Nesse item será adotada a classificação das investigações do Ministério Público de Rondônia, que as separou em razão das empresas envolvidas nos ilícitos e de cujos inquéritos foram retiradas as seguintes informações.

a) **Áudio Vídeo e System Ltda. (Inquérito Civil nº 2005001060004820)**

Nesse inquérito investiga-se desvio de R\$3.025.087,99 dos cofres da Assembléia por ter havido pagamentos ilegais à Audio System, cujo montante R\$ 2.311.200,00 foram embolsados pelo esquema liderado por José Carlos de Oliveira, enquanto o restante (R\$ 713.887,99) foi apropriado pela empresa.

A fim de alicerçar os desvios, praticou-se um superfaturamento de mais de 1.260% no preço de um dos serviços prestados pela Áudio System à Assembléia Legislativa (filmagem integral, com captação de áudio ambiente, das sessões realizadas pela Assembléia Legislativa), pois vendeu-se dito serviço por R\$300,00 o minuto, quando custa, no mercado, em tomo de R\$23,82 o minuto.

Além disso, houve o pagamento de 1228 minutos desse mesmo serviço (filmagem integral com captação de áudio ambiente), que não guardaram qualquer correspondência com o objeto do contrato, pois a Audio System apropriou-se ilicitamente de imagens de filmes produzidos por terceiros e divulgados num festival de cinema de Porto Velho, o Cine-Amazônia, e as vendeu à Assembléia, que, conivente, pagou-lhe R\$300,00 por minuto, num total aproximado de R\$368.000,00.

Nesse caso houve uma criminoso apropriação de serviço alheio e sua venda à Assembléia ao preço escandaloso de R\$300,00 o minuto. A conduta revela

o espírito malsão que motivava as panes envolvidas nesse contrato, cuja finalidade tramada era não o serviço honesto, mas a produção, a qualquer custo, de despesas que dessem ar de liceidade ao desvio de recursos dos cofres da Assembléia.

Além dos repasses em espécie, em alguns casos houve – transferências bancárias (TED) para pagamento de débitos de José – Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira a terceiros, como, por exemplo, a de R\$40.000,00 à empresa L.S.. Turismo e Câmbio, em abril de 2005, a de R\$25.000,00 ao Posto Ale, em agosto de 2004, e a de R\$15.000,00 a João Carlos Batista de Souza, também em agosto de 2004.

b) **Capri Marketing Consultoria e Informática Ltda. (Inquérito Civil nº 2005001060004849)**

Nesse Inquérito Civil do Ministério Público de Rondônia constatou-se que a empresa Capri, possuidora de pelo menos três contratos com a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, repassou ao Deputado José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira, Haroldinho e Marlon Jungles, quantia superior a R\$480.000,00, relativa aos processos 01634/03, 217/04 e 0163/04, entre março de 2004 e maio de 2005. Para tanto, superfaturou, a pedido de Moisés de Oliveira, dois dos contratos (Proc. Adm. Nº 1.634/03 e 217/04), elevando-os a valores próximos a R\$80.000,00 (oitenta mil) cada um, valor máximo admitido para deflagração de licitação mediante convite, modalidade licitatória que facilitaria a escolha antecipada e fraudulenta da Capri.

Segundo José Lacerda, proprietário de fato da empresa, do total recebido referente a esses dois processos a Capri ficou com apenas R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). O restante (em tomo de R\$114.000,00) foi repassado aos envolvidos. Maria Lídia, representante legal da contratada, às vezes endossava cheques da própria Assembléia e sacava na “boca” do caixa, entregando o montante a Haroldinho ou à sua secretária Luciane, outras vezes emitia cheques da própria empresa e os endossava com a mesma finalidade.

Finalizados os pagamentos dos Processos nº 1.634/03 e 217/04, insatisfeitos com a sangria que vinham proporcionando aos cofres públicos, Carlão de Oliveira e os demais envolvidos incrementaram o desvio de recursos do Erário. Para tanto, a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia assinou o Contrato ALE/DT/005/20045 com a empresa Capri **Marketing**, com suporte no Processo Administrativo nº 00163/ALE/04, para prestar serviços de **telemarketing**, sob o pretexto da criação de um canal de comunicação com a sociedade por meio de telefone 0800.

Mencionados serviços seriam remunerados ao preço de R\$39.750,00 mensais pelo período de um ano, perfazendo o valor global de R\$477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais), dos quais foram pagos R\$424.000,00. Do total desse pagamento, foi

repassada a José Carlos de Oliveira e demais envolvidos quantia superior a R\$366.000,00.

Nesse período não houve sequer uma ligação ao 0800, ou seja, nenhum serviço foi efetivamente prestado. Assim, apropriaram-se criminosamente de R\$424.000,00 pertencentes ao erário.

A dinâmica dos desvios seguiu o mesmo caminho: com a expressiva participação de Moisés, Marlon e Haroldinho os cheques eram retirados do Departamento Financeiro da Assembléia Legislativa, endossados pela empresa e sacados ou depositados na conta da empresa que emitia outros cheques, cujos valores, depois de descontados, eram embolsados por José Carlos de Oliveira, Moisés, Marlon e Haroldinho.

Esses fatos estão perfeitamente delineados pelos inúmeros documentos que compõem o Inquérito Civil Público nº 2005001060004849, em especial pelas declarações de José Lacerda, proprietário de fato da Capri, de Maria Lídia, sócia-proprietária da mencionada empresa, de Luciane Maciel da Silva Oliveira, do próprio Haroldinho, e ainda corroborados por Luciana de Ross, Kátia Maria Tavares das Neves e Terezinha Esterlita Grandi Marsaro.

O depoimento de Luciane Maciel da Silva Oliveira é bastante ilustrativo:

“Que no caso da empresa Capri, a depoente recebia vários cheques do Banco Rural, assinados por Maria Lidia, e esses cheques tinham seus valores sacados e levados, em dinheiro vivo, para Haroldinho e às vezes feitos depósitos, Teds Ou Docs; Que Sabia Que Haroldinho levava dinheiro em espécie para Moisés; Que uma vez fez um saque, juntamente com Maria Lídia, no Unibanco, de dinheiro que havia sido repassado pela ALE para a Capri; que nesta oportunidade Maria Lidia ficou com parte do dinheiro para pagamentos da empresa e a depoente levou o restante, em espécie, para o escritório na D. Pedro II; (...) Que o dinheiro sacado em espécie pela depoente era repassado para Moisés, haroldinho e Marlon jungles; (...) Que conhece José Lacerda de mel o, da empresa Capri a quem foi apresentada por Haroldinho;”

Também se constatou que em 2005, a Capri, a pedido do esquema liderado por Carlão de Oliveira, abriu uma conta em nome da empresa no Banco Bradesco, na qual houve uma movimentação bancária de R\$100.000,00. Esse valor teve origem no depósito de um cheque emitido pela Assembléia para pagamento da empresa Tropical Táxi Aéreo, que, a propósito, é um dos fornecedores que tinha pagamentos retirados irregularmente do departamento financeiro.

Dessa movimentação transparece indícios de desvio de recursos da assembléia envolvendo outro

fornecedor (Tropical Táxi Aéreo), exatamente pelo suspeito caminho percorrido pelo dinheiro, ante o comprovado fato de que esse valor foi sacado pelo esquema de José Carlos de Oliveira.

E neste ano de 2005 avolumaram-se suspeitas movimentações bancárias na conta da Capri entrelaçando as empresas HMCO, Ajucel e 3Millenium, todas reconhecidamente envolvidas no esquema de desvios de dinheiro da Assembléia.

Assim, constatou-se uma transferência de R\$312.000,00 da conta da Capri para a conta da AJUCEL; um crédito de R\$151.985,00 na conta Capri, feito por Marcelo Suzuki, sócio de Haroldinho na HMCO, empresa que, por sua vez, representa a 3Millenium em Rondônia. Esse crédito partiu de uma agência do Banco do Brasil em Goiânia, cidade onde está a sede da 3Millenium. Muito sintomático que imediatamente após esse crédito, a Capri sacou o valor de R\$152.000,00 através de um cheque nominal a Luciane, secretária de Haroldinho, a indicar que esse valor destinou-se ao esquema de desvio citado, comandado por Carlão de Oliveira

c) 3Milenium (Inquérito Civil 2005001060006669)

A empresa 3Milenium, situada em Goiânia – GO, investigada pelo Inquérito Civil 2005001060006669 recebeu dos cofres da Assembléia, de 2003 até hoje, a expressiva quantia de R\$12.351.919,73.

Terezinha Marsaro, Diretora Financeira da Assembléia, retrata com firmeza que os cheques destinados à 3Milenium seguiam aquele irregular trâmite anteriormente mencionado, sendo intensas as participações de Moisés, Haroldinho e Marlon.

Da 3Milenium já se tem indícios de que pelo menos R\$301.985,00 foram desviados para o esquema liderado por Carlão. Com efeito, R\$151.985,00 foram depositados na conta da Capri e, em seguida, sacados por Luciane Maciel, que, como dito, realizava as operações bancárias para o grupo. Outros R\$150.000,00 foram depositados na conta de L.S. Turismo, também fornecedora da Assembléia, e repassados a José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira e Marlon Jungles.

d) L.S. Turismo Ltda. (Inquérito civil 2005001060006667)

A L.S. Turismo, também uma das empresas cujos pagamentos – eram realizados de forma irregular, foi palco de inacreditáveis improbidades. Do revelador depoimento de seu proprietário extrai-se o seguinte:

- exigência, pelo esquema, de volumosa propina da empresa para o pagamento dos serviços prestados e para a continuidade do fornecimento de passagens aéreas à Assembléia;

- escancarada lavagem de dinheiro, utilizando-se da conta da empresa para recebimento de propina de outra fornecedora da Assembléia (3Milenium);

- pagamento de dívidas de Carmo, Moisés e Marlon à L.S Turismo mediante a nomeação de parentes de Roberto Carlos Barbosa (proprietário da L.S.) como fantasmas da folha de pagamentos da Assembléia.

As declarações de Roberto Carlos Barbosa confirmam o absurdo e a gravidade desses fatos.

e) Rondoforms Indústria Gráfica Ltda. (Inquérito civil – 2005001060006670)

As investigações realizadas dão conta de que irregularidades semelhantes àquelas já descritas envolveram também a Rondoforms Indústria Gráfica Ltda.

Essa empresa prestou serviços para a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia nos anos de 2003, 2004 e 2005, quando recebeu, respectivamente, R\$155.233,18, R\$1.086.363,50 e R\$52.000,00. As declarações de Terezinha Marsaro, Diretora Financeira da ALE, retratam a existência de procedimento irregular quando dos pagamentos à Rondoforms.

Adriane Wittwer Baran, Gerente de Contas, na Agência Setor Público (2757-X), do Banco do Brasil, em Porto Velho, esclareceu ter presenciado Luciane (secretária de Haroldinho) acompanhando o sócio da Rondoforms em pelo menos um saque em dinheiro realizado. Naquele período, a Rondoforms realizou saques em dinheiro que despertaram a atenção da gerência do banco, que prontamente comunicou as operações ao COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão do Governo Federal, que disciplina, aplica penas administrativas, recebe, examina e identifica ocorrências suspeitas de atividade ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro. Também nesse caso, portanto, são fortes os indícios de desvio de dinheiro público.

f) Ajucel Informática Ltda. (Inquérito civil 2005001060006674)

A Ajucel, por sua vez, foi, do mesmo modo, relacionada por Terezinha Marsaro e por Kátia Tavares das Neves, outra servidora do Setor Financeiro da ALE, dentre as empresas envolvidas em pagamentos irregulares.

Citada empresa possui um milionário contrato com a Assembléia de mais de R\$26.000.000,00. A própria Luciane, em pelo menos um depoimento prestado na Polícia Federal, embora tenha se retratado de forma não convincente, asseverou ter acompanhado algumas vezes o responsável pela empresa Ajucel Informática Ltda., à agência bancária onde foram feitos saques e

o dinheiro entregue a Moisés de Oliveira, a Haroldinho ou a Marlon, no mesmo esquema já mencionado.

Dos extratos bancários conclui-se a existência de volumosos saques de cheques emitidos pela ALE à Mucel. Há, também, a já citada transferência de R\$312.000,00 de uma conta (CAPRI) movimentada de fato pelo esquema liderado por Carlão, para a conta da Ajucel, numa clara demonstração das operações espúrias que eram realizadas entre o presidente da Assembléia e alguns dos seus fornecedores.

g) Brasil Agenciamentos e Touris Brasil (Inquérito Civil – 2005001060006716)

Nessas empresas o esquema atuou de forma incisiva. Amarildo Gomes Horeay, proprietário das empresas, esclareceu que, em um ano, foram pagos aproximadamente R\$200.000,00 de propinas. Além disso, a conta corrente da Touris Brasil foi utilizada pelo mesmo esquema para lavar em tomo de R\$400.000,00.

Para tanto, a pedido de Moisés, Amarildo consentiu fosse depositado o montante já citado na conta da Touris Brasil. Após o depósito, cuja origem Amarildo diz desconhecer, o dinheiro foi sacado e entregue às pessoas de costume.

h) Reforma da Assembléia – Fox, Pretender e Fernandes Salame (Inquérito civil 2003001060001379)

Em investigação feita pelo Ministério Público, constatou-se que a reforma do prédio da Assembléia, realizada sob a Presidência de José Carlos de Oliveira, foi objeto de volumosas irregularidades, que redundaram num gasto de aproximadamente R\$2.000.000,00.

Essa obra foi realizada por três empresas, contratadas em diversos processos licitatórios na modalidade convite, numa escandalosa fragmentação de despesa.

Todas as empresas envolvidas na reforma (Fox Construções Ltda., Fernandes Salame – ME e Pretender Comércio e Representações Ltda.) tinham os pagamentos realizados da forma absolutamente irregular já mencionada (pagamentos com cheques fragmentados por determinação de Moisés, Marlon e Haroldinho, sem a comprovação da prestação do serviço, etc).

Além disso, grande parte dos cheques dados em supostos pagamentos às empresas citadas, foi sacada nas agências bancárias, numa inequívoca demonstração da forma estranha e pouco convencional em que se deu a reforma sob análise. Destaque-se que a Fox é uma empresa sediada na pequena e distante cidade de Alto Alegre dos Parecis, sendo que no endereço por ela apresentado, segundo auto de constatação do Ministério Público, existe uma empresa absolutamente diversa.

i) Aquarius Comércio e Serviços de Limpeza Ltda. (Inquérito Civil no 2005001060004829)

Aqui se investigam pagamentos da Assembléia Legislativa à Aquarius Comércio e Serviços de Limpeza Ltda., realizados no período de outubro de 2004 a maio de 2005, no montante de R\$930.500,00 (novecentos e trinta mil e quinhentos reais), referentes a despesas com locação de veículos.

Essa empresa está em nome de Laertes Ribeiro de Oliveira e Donizete Dalcoquio Stedile, aquele primo e este cunhado de José Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira, a quem, de fato, pertence a empresa em questão.

Da análise dos processos administrativos a que o Ministério Público teve acesso, verifica-se que a locação de veículos pela Assembléia Legislativa da empresa Aquarius se deu sem licitação, havendo apenas em dois processos (n^{os} 1.249/04 e 1.501/04) despacho do Presidente da Casa de Leis reconhecendo e homologando as urgência para sanar problemas, sem existir, contudo, nos respectivos processos a motivação da urgência mencionada. Todavia, há outros pagamentos sem qualquer espécie de justificativa.

Apesar de os pagamentos terem sido efetuados, não há certificação da realização dos serviços, tampouco especificação dos veículos, em tese, locados à Assembléia Legislativa, tais como placa, ano, cor e chassi, o que evidenciam graves irregularidades nos respectivos pagamentos.

Agrega-se a essas circunstâncias que por si só causam estranheza, as informações de Kátia Maria Tavares das Neves, Luciana de Ross e Terezinha Marsaro, servidoras da Assembléia Legislativa, de que os pagamentos à empresa Aquarius não seguiam os procedimentos regulares. Primeiro efetuavam os pagamentos e só depois os serviços eram recebidos, e ainda assim **pro forma**, vez que há fortes indícios de que o serviço não era efetivamente prestado, pelo menos em sua integralidade. A empresa era uma ponte a mais nos desvios promovidos pela estrutura de corrupção montada na Assembléia.

Essa evidência toma-se mais patente ante as informações de que a empresa arcou com os custos da aquisição de dois veículos ligados ao presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira. Esses dois veículos constituem a expressão mais clara da absoluta desfaçatez com que se conduziam os deputados desse Estado e a total confiança na impunidade que os cercavam. Trata-se do sorteio de dois veículos entre os parlamentares e suas esposas.

No final de 2004, durante os festejos de fim de ano, o Presidente da Assembléia, José Carlos de Oliveira, promoveu uma confraternização entre os deputados

e seus familiares, no Clube da Engecom, na cidade de Porto Velho.

Para abrilhantar a confraternização, Carlão de Oliveira, à guisa de mimo, sorteou entre os deputados um veículo zero 1cm, de luxo, marca Toyota Corolla XEI, câmbio automático, 04/05, e entre as esposas dos deputados, um veículo popular, também zero Kcm, marca GM – Chevrolet, modelo Celta.

Para tanto, atuando mais uma vez em nome do grupo, Haroldinho esteve na empresa Nissey Motors Lula, a fim de adquirir o veículo de luxo. Na ocasião informou que a nota fiscal deveria ser emitida após o evento para que saísse diretamente em nome do sorteado. Além disso, precisavam levar o carro ao local do evento para expô-lo. Para a liberação e exposição do veículo no Clube da Engecom, foi entregue por Haroldinho um cheque da empresa Aquarius, ocasião em que afirmou que a empresa era “nossa” e que ela era a responsável pelo evento.

O veículo foi levado ao Clube da Engecom por uma funcionária da concessionária e colocado ao lado do veículo Celta, que também havia sido adquirido e pago com um cheque da empresa Aquarius, que foi depois resgatado.

Sorteados os veículos, a esposa do Deputado Nedi de Oliveira foi contemplada com o Celta e o Deputado Chico Doido ganhou o Corolla. Na segunda-feira, após o sorteio, o cheque emitido pela Aquarius, cuja beneficiária era a Nissey Motors foi depositado e pago. Posteriormente, Haroldinho informou que o sorteado preferia o dinheiro, razão pela qual pretendia devolver o veículo à Nissey Motors. Ante a discordância da empresa, Carlão de Oliveira decidiu ficar com o veículo e determinou então que ele fosse faturado no nome de João Carlos Batista de Souza, conhecido por “João Sujo” (pessoa notoriamente a ele vinculada).

Intuitivo, pois, que o dinheiro público, de forma direta ou indireta, custeou essas benesses.

As informações colhidas dão conta também que o próprio deputado Carlão de Oliveira já estivera, juntamente com “João Sujo” em outra revendedora de Veículos (Ivel, concessionária Honda), mostrando seu interesse na aquisição de um veículo de luxo, mas não houve acerto, ante a negativa desta em permitir a saída do veículo para exposição no local do sorteio sem o respectivo faturamento.

Aliás, a confraternização no Clube da Engecom, acima mencionada, foi veiculada nos jornais eletrônicos “Rondônia Notícias”, de 29-12-04, “Observador.com”, de 30-12-04, e “Clarim da Amazônia”, de 30-12-04, com a seguinte manchete: José Carlos de Oliveira: veículo comprado em nome de terceiro.

No dia 12 de março de 2004, João Carlos Batista de Souza, o “João Sujo”, esteve na empresa Nissey Motors Ltda e entabulou negociação para aquisição de uma camioneta Hilux informando que o veículo seria destinado ao Presidente da Assembleia Legislativa. Porém, o carro deveria ser faturado em nome de Daniela Feitosa Monteiro, mulher de Nilson de Oliveira, administrador das fazendas de Carlão, em nome de quem, aliás, já esteve parte do gado do Presidente da Assembleia.

O faturamento efetivamente saiu para Daniela, embora esta jamais tenha ido àquela concessionária. O pagamento de R\$70.000,00, foi realizado da seguinte forma: R\$39.900,00 financiados junto ao Banco Sudameris, R\$8.100,00 entregues em moeda corrente e dois cheques de Daniela, um de R\$7.500,00 e outro de R\$10.000,00, com prazo de 30 e 60 dias, respectivamente. Há ainda um débito de R\$5.100,00 para ser quitado junto à concessionária.

Não fosse a estranheza da negociação, as investigações permitiram comprovar que Daniela é servidora comissionada da Assembleia Legislativa de Rondônia, lotada exatamente no gabinete da Presidência. Tratou-se, portanto, a aquisição em nome de Daniela, de mais uma forma de desvio de recursos públicos, agora relacionada às irregularidades da folha de pagamento, constituindo, aliás, figura característica do crime de lavagem de dinheiro, que será obviamente apreciado quando da conclusão dos inquéritos policiais.

4.3. Delitos nas folhas salariais

Em suas investigações das irregularidades na Assembleia, inclusive com a apreensão de computador portátil usado na fraude, a Polícia Federal verificou a existência de fraudes na folha de pagamentos da Casa Legislativa, envolvendo confecção de folha “fantasma”, fraude na própria folha oficial e empréstimos consignados forjados. Apenas a “folha paralela” ou “fantasma” teria, em 11 meses, desviado 15 milhões de reais da Assembleia Legislativa, segundo a Polícia Federal.

O Partido dos Trabalhadores protocolou representação na Assembleia Legislativa e no Ministério Público requerendo a abertura de procedimentos visando a apurar o envolvimento da quase totalidade dos deputados estaduais (22) no desvio de recursos por meio da mencionada “folha paralela”.

O Ministério Público determinou o arquivamento da representação citada no parágrafo anterior entendendo que “os documentos e as Representações nada acrescentam as investigações e também nada inovam no que se refere à configuração jurídica das medidas a serem, oportunamente, adotadas”. E instaurou inquérito civil para investigar o assunto.

O procedimento do Ministério Público apura comprovada folha de pagamento paralela, composta de servidores comissionados, que seguia trâmite absolutamente diverso da folha oficial. O pagamento dos integrantes do quadro de pessoal regular da Assembleia era encaminhado diretamente aos bancos em que os servidores possuem conta corrente, em geral o Unibanco. Entrementes, a dita “folha paralela” era confeccionada mês a mês e, logo após, os cheques correspondentes aos salários dos supostos servidores eram entregues diretamente aos deputados ou seus chefes de gabinetes, sendo os da presidência entregues a Moisés de Oliveira ou Marlon Jungles.

A indigitada “folha paralela” era confeccionada no Departamento Financeiro e não no Departamento de Recursos Humanos, como ocorria com os servidores da folha regular. Para sua confecção, a cada mês o Presidente da Assembleia, deputado Carlão de Oliveira, seu irmão Moisés de Oliveira ou, ainda, Marlon Jungles informavam à Diretora do Departamento Financeiro os valores a serem repassados a cada deputado. A eles também competia apresentar a relação de nomes que deveriam figurar como servidores comissionados da Assembleia Legislativa no mês, de forma a justificar o recebimento do valor destinado pela Presidência. Tais “servidores”, segundo apurou a Polícia Federal, não possuíam cadastro, ficha funcional e sequer ato de nomeação.

Com a citada “folha paralela” desviaram-se, de junho de 2004 a maio de 2005, em tomo de R\$15.000.000,00, segundo investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Estadual.

As folhas de pagamento (oficial e paralela) possuíam outra grave irregularidade: nelas figuravam servidores que sequer tinham conhecimento disso. Eram verdadeiros “funcionários fantasmas” dos deputados estaduais. Nesses casos, os cheques de pagamento não eram entregues aos supostos servidores, mas endossados, geralmente, por terceiros não identificados, que dissimulavam ser o favorecido, após o que os valores eram sacados ou depositados em contas predeterminadas e tinham como destino final o deputado do gabinete em que o servidor, em tese, estava lotado. Toda essa operação consistia, na verdade, em um estratagemma forjado para desvio de dinheiro público.

Finalmente, os deputados realizaram, em nome de servidores comissionados, empréstimos junto a instituições de crédito, para desconto em folha, em que o valor levantado era destinado a eles próprios. Os empréstimos feitos em nome dos funcionários constituíam verdadeira antecipação do valor que pretendiam ilicitamente receber durante a manutenção do “fantasma” na folha de pagamento.

Em outros casos, os empréstimos eram feitos em nome de servidores regulares, que, entretanto, tinham os vencimentos acrescidos da quantia que seria destinada mensalmente ao pagamento do empréstimo levantado em favor do deputado.

De acordo com dados preliminares levantados pela Polícia Federal no **notebook** apreendido, no qual era confeccionada a “folha paralela”, foram desviados recursos da Assembléia Legislativa, entre 10-6-/04 e 30-4-/05, aos seguintes deputados:

1. **Beto do Trento** nomeou na folha paralela de pagamento de seu gabinete nove “servidores”, aos quais a Assembléia Legislativa pagou salário bruto de R\$172.400,00 (cento e setenta e dois mil e quatrocentos reais);

2. **Amarildo de Almeida** gastou com seus 25 “fantasmas” a quantia de R\$604.400,00 (seiscentos e quatro mil e quatrocentos reais);

3. **Doutor Carlos** (Carlos Henrique Bueno da Silva) pagou a 13 servidores a importância de R\$299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais);

4. **Daniel Néri de Oliveira**, com 43 funcionários, pagou R\$800.500,00 (oitocentos mil e quinhentos reais);

5. **Deusdete Antônio Alves** pagou a 13 servidores R\$323.400,00 (trezentos e vinte e três mil e quatrocentos reais);

6. **Edezio A. Martelli**, tinha 21 funcionários e pagou-lhes R\$598.200,00 (quinhentos e noventa e oito mil e duzentos reais);

7. **Edison Gazoni** pagou aos 28 funcionários lotados em seu gabinete a importância de R\$760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais);

8. **Ellen Ruth C. de Sales Rosa**, com 26 servidores gastou R\$887.500,00 (oitocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais);

9. **Everton Leoni** pagou aos seus 26 funcionários a importância de R\$683.600,00 (seiscentos e oitenta e três mil e seiscentos reais);

10. **Chico Doido** (Francisco Izidro dos Santos) gastou com 28 funcionários R\$705.500,00 (setecentos e cinco mil e quinhentos reais);

11. **Leudo Buriti** (Francisco L. B. Souza) tinha 28 funcionários e lhes pagou R\$811.500,00 (oitocentos e onze mil e quinhentos reais);

12. **Haroldo F. Carvalho Santos**, com 22 funcionários, despendeu R\$ 898.800,00

(oitocentos e noventa e oito mil e oitocentos reais);

13. **João da Muleta** (João Batista dos Santos) gastou com seus 16 funcionários a importância de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

14. **Kaká Mendonça** (João Ricardo Geromolo Mendonça) tinha 50 funcionários com os quais gastou R\$1.130.100,00 (um milhão e cento e trinta mil e cem reais);

15. **Emílio Paulista** (José Emílio Mancuso de Almeida), com 24 funcionários gastou R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais);

16. **Marcos Antônio Donadon**, tinha 20 funcionários e com eles gastou R\$694.000,00 (seiscentos e noventa e quatro mil reais);

17. **Mauro de Carvalho** com 43 funcionários pagou R\$754.550,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais);

18. **Neodi Carlos Francisco de Oliveira** pagou aos seus 10 servidores fantasmas R\$344.500,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais);

19. **Nereu José Klosinski**, com apenas 4 funcionários gastou R\$182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais);

20. **Paulo R. O. Moraes**, afastado para exercer o cargo de secretário de Segurança Pública, contratou 8 servidores e pagou-lhes R\$153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais);

21. **Renato Euclides Carvalho Veloso Viana** nomeou na folha paralela 40 servidores aos quais pagou a soma de R\$667.400,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e quatrocentos reais);

22. **Ronilton Capixaba** (Ronilton Rodrigues Reis) com 29 funcionários gastou R\$919.900,00 (novecentos e dezenove mil e novecentos reais);

23. **Carlão de Oliveira** (José Carlos de Oliveira), presidente da Assembléia Legislativa, empregou 41 funcionários aos quais destinou R\$1.401.500,00 (um milhão e quatrocentos e um mil e quinhentos reais).

Esse esquema de locupletamento ilícito de parlamentares em detrimento do erário e de pessoas que sequer sabiam que seus nomes figuravam na folha de pagamento da Assembléia encontra-se evidenciado em inquérito civil público do Ministério Público de Rondônia. E também robusto o conjunto probatório produzido

pela Polícia Federal. Os vários documentos apreendidos, que já foram periciados, integram os inquéritos policiais que estão em fase de conclusão.

O envolvimento do presidente da Assembléia Legislativa, Deputado José Carlos de Oliveira, de Moisés José Ribeiro de Oliveira e de Marlon Sérgio Lustosa Jungles, estes últimos, como já dito, irmão e cunhado do primeiro, é de perfeita visualização nos depoimentos colhidos.

5. Recomendações

A situação no Estado de Rondônia, como visto, é extremamente grave e excepcional. A ordem pública, que não deve ser confundida com segurança pública, encontra-se seriamente comprometida. Esta premissa pode ser comprovada em um simples “passeio” pelas ruas da capital Porto Velho. As pessoas estão revoltadas e prontas para tomar medidas violentas o que, aliás, já foi feito no recente ataque à Assembléia Legislativa, O Estado Democrático de Direito, e, portanto, a ordem pública reclama respostas moralizadoras urgentes. E, não obstante o trabalho árduo que está sendo desenvolvido pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Federal, o Poder Judiciário ainda não conseguiu entregar efetivamente a prestação jurisdicional, determinando o afastamento dos parlamentares estaduais comprovadamente envolvidos nos escândalos.

Alerte-se que as provas da corrupção que grassa na Assembléia Legislativa de Rondônia são robustas. Todavia, essa robustez não foi suficiente para que os envolvidos fossem cassados por quebra de decoro parlamentar no procedimento administrativo que tramitou naquele parlamento.

Assim, após tudo o que se apurou, esta comissão externa entende por bem fazer as seguintes recomendações às autoridades, Poderes e instituições:

a) Pugnar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que decrete intervenção federal no Estado de Rondônia

Diante do grave comprometimento da ordem pública e do não funcionamento adequado do Poder Legislativo no Estado de Rondônia é imperativo que se instrumentalize o instituto constitucional da intervenção federal na citada unidade federativa.

A intervenção é ato político que consiste na incursão da entidade interventora nos negócios da entidade que a suporta. Constitui a antítese da autonomia, pois afasta momentaneamente a atuação autônoma do Estado, do Distrito Federal ou do município que a tenha sofrido.

A Constituição consagra o princípio da não-intervenção. Isso porque tal ato se traduz em medida excepcional de defesa do Estado Federal e de proteção das unidades federadas que o integram. E instituto essen-

cial ao sistema federativo, sendo exercido em função da integridade nacional e da tranqüilidade pública.

Quando a intervenção for da União nos Estados ou no Distrito Federal, o artigo 34 da Constituição relaciona as hipóteses de incidência.

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I – manter a integridade nacional;

II – repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III – pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

IV – garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V – reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI – prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

E sobre a hipótese prevista no inciso III (pôr termo a grave comprometimento da ordem pública), a aplicável ao presente caso, vale transcrever os ensinamentos de Enrique Ricardo Lewandowski, em sua obra – Pressupostos materiais e formais da Intervenção Federal no Brasil:

O direito anterior, conforme se verificou, exigia que a perturbação da ordem pública fosse de excepcional gravidade para que a intervenção se apresentasse como lícita. As Constituições de 1891, com a redação dada pela Emenda de 1926, de 1934 e de 1946 falavam, inclusive, em guerra civil. E, como observa Manoel Gonçalves Ferreira Filho, embora a primeira Constituição republicana admitisse

a medida “para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados”, condicionava-se “à requisição dos respectivos governos”.

A Carta Ditatorial de 1937, por sua vez, autorizava a intervenção quando a ordem estivesse ‘gravemente alterada’ e se o Estado não quisesse ou não pudesse restabelecê-la. Mesmo a Constituição de 1967, editada sob a égide de um governo militar, exigia que a perturbação da ordem fosse grave.

Apenas na Constituição de 1969 (ou de 1967 com a redação dada pela EC nº 1/69), como recrudescimento do autoritarismo e da centralização do sistema federativo, é que a intervenção passou a ser admitida na hipótese de simples ‘perturbação da ordem’ ou ainda em face da mera ‘ameaça de sua irrupção’, conforme estabelecia o art. 10, III, da Carta. No mesmo dispositivo previa-se também a ação interventiva no caso de definição do poder público estadual’.

Com a volta à normalidade institucional, restabelecidas as franquias democráticas, já sob atual Constituição, a medida somente pode ser desencadeada na hipótese de “grave comprometimento da ordem pública”.

Isso significa que não é qualquer perturbação da ordem que toma lícita a intromissão do governo central nos negócios internos das unidades da Federação. Medida extrema que é, posto que fere a autonomia constitucionalmente assegurada aos entes federados, ela somente se justifica caso não possa a desordem ser debelada pelas autoridades locais ou se estas, por qualquer razão, não queiram fazê-lo. Como nota Manoel Gonçalves Pereira Filho, “outra exegese esvaziaria a autonomia estadual, uma vez que a deixaria vulnerável sempre que ocorresse qualquer desordem, embora perfeitamente superável pelos próprios meios do Estado Federado”.

A interrupção da ordem, pois, há de ser fora do comum, excepcional, como se disse. Nas palavras de José Cretella Júnior, ordem é o contrário de caos, registrando-se vários graus de perturbação da ordem, devendo, contudo, esta apresentar-se como grave para abonar a ação federal.

Mas no que consiste, afinal, a ordem pública? Para Plácido e Silva ela constitui “a situação e o estado de legalidade, normal em que as autoridades exercem suas atribuições precípuas e os cidadãos as respeitam e acatam, sem constrangimento ou protesto”. Trata-se, pois, da paz e da tranquilidade no meio social, usufruídas ao abrigo da ordem jurídica assegurada pelo Estado.

Na hipótese de grave perturbação da ordem, a intervenção é decidida pelo Presidente da República,

independentemente de qualquer apreciação prévia do Congresso Nacional ou do Poder Judiciário, após a verificação da ocorrência dos fatos que a justificam.

Cuida-se, no caso, de uma competência discricionária, quer dizer, diferentemente da hipótese de assegurar o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação em que o exercício da competência interventiva é vinculado, nesta hipótese pode ou não ser exercida por seu titular, segundo um juízo de oportunidade e conveniência da parte deste. Em outras palavras, nas hipóteses supra-tencionadas, a intervenção é deixada ao prudente arbítrio do Presidente da República, que age **motu proprio**, independentemente de provocação.

Os pressupostos formais, aqueles que dizem respeito a efetivação, limitação e requisitos da intervenção estão concentrados no artigo 36 da Constituição Federal, que estabelece:

Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

I – no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II – no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

Assim, para sanar o problema que experimenta o Estado de Rondônia, qual seja o grave comprometo-

timento da ordem pública, basta que o Presidente da República decrete a intervenção, especificando a amplitude, o prazo e as condições de execução, nomeie o interventor e submeta a medida ao Congresso Nacional no prazo de 24 horas.

b) Instar a Polícia Federal e o Ministério Público do Estado de Rondônia a agilizar a conclusão dos inquéritos que instauraram e este último ainda a ajuizar as ações civis públicas que objetivem a declaração de perda de mandato dos parlamentares envolvidos em atos de corrupção.

O Ministério Público estadual instaurou diversos inquéritos civis públicos para servir de base à propositura de ações que objetivam a responsabilização dos parlamentares envolvidos em atos de corrupção.

Da mesma forma, a Polícia Federal instaurou os correspondentes inquéritos policiais, a fim de elucidar os atos criminosos cometidos na Assembléia e instrumentalizar a propositura das ações penais cabíveis.

É necessário que sejam urgentemente concluídas essas investigações e ajuizadas as competentes ações – cíveis e criminais – e, respeitado os devidos processos legal, punidos, inclusive com a cassação dos mandatos, todos os culpados. Dentre as condutas já apuradas, inegavelmente a mais grave é a que diz respeito à “folha paralela”, citada neste relatório. E, pelo que já está provado, é imprescindível que o Tribunal de Justiça decrete a perda dos mandatos dos deputados estaduais a seguir nominados e que seja dada posse aos seus respectivos suplentes:

1. Carlão de Oliveira (José Carlos de Oliveira);
2. Beto do Trento;
3. Amarildo de Almeida;
4. Doutor Carlos (Carlos Henrique Bueno da Silva);
5. Daniel Neri de Oliveira;
6. Deusdete Antônio Alves;
7. Edezio A. Martelli;
8. Edison Gazoni;
9. Ellen Ruth;
10. Everton Leoni;
11. Chico Doido;
12. Leudo Buriti (Francisco L. B. Souza);
13. Haroldo F. Carvalho Santos;
14. João da Muleta (João Batista dos Santos);
15. Kaká Mendonça (João Ricardo Geromolo Mendonça);
16. Emílio Paulista (José Emílio Mancuso de Almeida);
17. Marcos Antônio Donadon;

18. Mauro de Carvalho;

19. Neodi Carlos Francisco de Oliveira;

20. Nereu José Klosinski;

21. Paulo R. O. Moraes (afastado temporariamente para exercer o cargo de secretário de Segurança Pública);

22. Renato Euclides Carvalho Veloso Viana;

23. Ronilton Capixaba

c) Solicitar ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia que analise com celeridade os pleitos relacionados aos crimes e improbidades cometidos na Assembléia do Estado.

Os inquéritos civis e policiais alicerçam ações judiciais cujo julgamento estará a cabo do Tribunal de Justiça, no caso dos crimes, e das Varas da Fazenda Pública, no caso das improbidades.

O julgamento ágil desses feitos, sem obviamente afastar-se das exigências do devido processo legal, é condição imprescindível para por cobro à impunidade e restabelecer a confiança nas Instituições no Estado de Rondônia.

d) Recomendar ao Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Estado de Rondônia que não se quedem a pressões da maioria dos deputados estaduais envolvidos nos ilícitos relatados, os quais, desvirtuando sua função constitucional de legislar em nome do povo, exercem essa função com finalidades menores, por vezes condicionando-a a benesses pouco ortodoxas.

Esta Comissão percebeu que nos bastidores da análise da lei orçamentária ora em discussão em Rondônia – e isso vem refletido na mídia local – a votação do orçamento vem servindo de instrumento de pressão contra o Tribunal de Justiça e o Ministério Público para que estes amenizem sua atuação contra os deputados envolvidos nos ilícitos aqui retratados.

e) Solicitar ao Ministério Público e à Polícia Federal que promovam as investigações relativas às denúncias que envolvam o Senhor Governador do Estado.

Pelas investigações já feitas, há indícios de que o senhor Governador Ivo Narciso Cassol, no exercício do cargo, possa ter cometido irregularidades administrativas, civis e penais, que devem ser apuradas e o(s) responsável (eis) punido(s) exemplarmente na medida de sua(s) culpabilidade(s).

f) Solicitar ao Senhor Presidente do Congresso Nacional que seja priorizada a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2005.

A Senadora Fátima Cleide (PT-RO), integrante desta Comissão, apresentou em 26 de outubro de 2005 a PEC nº 62, que “atribui ao Senado Federal a competência de processar e julgar legisladores estaduais,

distritais e municipais quando houver envolvimento de mais da metade de seus membros “.

A inovação deve ser apreciada com a rapidez possível uma vez que, se adotada, poderá colocar termo a situações como a do Estado de Rondônia. E necessário que o Senado Federal, diante de grave violação institucional, possa interferir no Estado e restabelecer a ordem”.

g) Solicitar ao Senhor Presidente do Senado Federal que officie aos chefes da Polícia Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário de Rondônia tecendo referências elogiosas às autoridades que vêm atuando na apuração das denúncias.

Inegável que às autoridades compete cumprir o que lhes determina o ordenamento jurídico do País. Assim, em princípio, nenhum elogio mereceria as autoridades envolvidas nas investigações realizadas no Estado de Rondônia. Todavia a coragem, presteza e competência com que se houveram o Delegado Federal Dr. Joaquim Mesquita, o Promotor de Justiça Dr. Rudson Coutinho e o Desembargador Sansão Batista Saldanha não devem passar em claro. Assim é que esta Comissão se sente no dever de prestar

h) Sugerir ao Senhor Presidente do Senado Federal que encaminhe cópia do presente Relatório às seguintes autoridades:

- Presidente da República;
- Procurador-Geral da República;
- Ministro da Justiça;
- Diretor-Geral da Polícia Federal;
- Superintendente Regional da Polícia Federal de Rondônia;
- Governador do Estado de Rondônia;
- Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia;
- Procurador-Geral de Justiça de Rondônia;

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2005.

Membros Titulares:

Senador Sibá Machado (PT-AC), Presidente

Senador Augusto Botelho (PDT-RR), Vice presidente

Senador Demóstenes Torres (PFL-GO), Relator

Senador Arthur Vigílio (PSDB-AM)

Suplentes:

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)

Senador Magno Malta (PL-FS)

Senador João Alberto de Souza (PMDB-MA)

Senadora Fátima Cleide (PT-RO)

Senadora Heloísa Helena (PSOL-AL)

ANEXO I

Transcrição das gravações exibidas pela Rede Globo de Televisão

Transcrição parcial das reportagens e diálogos contidos nas exibições do Fantástico dos dias 15 e 22, entremeados por trechos de discursos dos parlamentares envolvidos, na primeira delas, e na segunda pela confirmação do grupo que levada a mesada, abaixo reproduzidas do sítio da TV Globo, programa “Fantástico”:

Matéria do dia 15 de maio de 2005

Exclusivo! Os bastidores do pior da política brasileira. Um Governador de estado grava com uma câmera escondida cenas explícitas de corrupção. Deputados fazem fila na casa dele para extorquir dinheiro e fazer negociatas.

“Durante a semana, a bancada federal enviou à casa de leis ofícios pedindo providências sobre os desmandos do Governador do Estado”, diz a locutora da Assembléia Legislativa de Rondônia.

O estado de Rondônia atualmente é cenário de uma violenta disputa por poder e dinheiro. De um lado, a bancada dos deputados estaduais de oposição. De outro, o Governador Ivo Cassol, do PSDB. Cassol é acusado pela bancada de oposição de não repassar para os poderes estaduais verbas previstas no orçamento de 2004.

“O orçamento de 2004 ele sancionou e depois, de forma unilateral, ele baixou um decreto no dia 5 de janeiro, que esse é o fruto da denúncia, baixou um decreto de forma unilateral, onde ele diminui o repasse de todos os poderes, bem como do Ministério Público, descumprindo a lei de responsabilidade fiscal”, diz a deputada estadual Ellen Ruth.

Segundo Ivo Cassol, que está sujeito a um processo de impeachment, o que está por trás da disputa é um jogo de interesses. Ele afirma que os deputados de oposição fizeram da Assembléia Legislativa um balcão de negócios. Em troca de apoio político, dinheiro. “Nos governos passados, os Governadores sempre foram reféns da Assembléia Legislativa. Portanto, logo no começo da administração, começaram a ter propostas indecentes”, declara Ivo Cassol.

O Governador de Rondônia resolveu, então, gravar as tais propostas indecentes com uma câmera escondida. As imagens que o Fantástico mostrou, com exclusividade, revelam a face mais sórdida da política brasileira.

“Nesse momento, eu tinha no meu escritório a visita do deputado Ronilton Capixaba, da deputada Ellen Ruth e do deputado Daniel Nery. Eles queriam R\$ 50 mil de pagamento cada um, por fora, mensal. E

eles falavam em nome de um grupo de dez deputados estaduais”, diz o Governador. “A própria deputada Ellen Ruth dizia que, se eu quisesse a governabilidade no estado, eu tinha que aceitar a proposta deles, sob pena de não ter condições de governar.”

Numa das cenas mostradas, a deputada Ellen Ruth e o deputado Ronilton Capixaba sugerem ao Governador o superfaturamento dos custos de um serviço terceirizado: os postos de vigilância.

Ellen: Você já conversou com o Ivo a respeito dos valores?

Ronilton: Nós falamos na questão de 250 postos, daria para bancar 10 deputados.

Ellen: O que foi quando você conversou ontem com o Ivo? O que deu os 250 postos? Daria quanto isso?

Ronilton: Sobrariam R\$500 mil para dar a 10 deputados.

O Governador Ivo Cassol pergunta aos deputados: Mas vamos dizer o seguinte: vamos dizer que eu não consigo viabilizar os R\$50 mil para cada um? Tá, quer dizer então que eu não tenho como fazer nada? Ellen: Não. Ai você vai nos dizer quanto você tem quanto você pode viabilizar.

Ronilton: É o seguinte, Governador nós não podemos sair daqui com uma conversa, por exemplo, o senhor falou: “não posso viabilizar isso aqui”, eu vou levantar e falar “então tá bom, tchau”.

A deputada Ellen Ruth insinua que o Governador também está recebendo o dele.

Ellen: Ninguém tá comprando ninguém. Ninguém está comprando ninguém. Porque dentro do orçamento do estado você está levando o seu como executor.

Ivo: Eu, não.

Ellen: Então tá, alguém leva, tá bom. Então tá, alguém leva.

Ivo: Eu tô ao contrário.

Ellen: Mas aí alguém leva como executor. Porque isso é de praxe. Você não vai consertar o mundo, nós não vamos consertar o mundo. Só um minutinho, só acabar meu raciocínio. Não adianta nós dizermos para eles, por exemplo, para os deputados, que isso não acontece na tua administração porque eles não vão acreditar. Está certo? Não adianta eles não vão acreditar.

Em outra cena, o deputado Ronilton Capixaba mostra, num papel sobre a mesa, o valor da propina. Ele afirma também que, se o dinheiro sair, acaba a oposição na Assembléia e todos vão poder aproveitar.

Ronilton: Quando nós pensamos aqui é porque nós vamos pegar, vamos sentar lá e vamos dizer “sim! Sim! Sim! Sim!” Pro o sítio!

Ivo: Eu não quem nem saber...

Ronilton: Mas espera aí, tudo pro sítio vamos para o Rio de Janeiro, onde tá o sol hoje? Tem sol no final de semana onde? Vup vamos pra lá!

Ellen Ruth conclui o raciocínio:

Ellen: Você é empresário, você sabe. Se você não fosse político, o empresário dá suporte ao político. Mas depois ele quer trabalhar. É uma via de mão dupla. Esquece o teu lado Governador. O teu lado empresário. O empresário quando podia o Ronilton Capixaba, ele apóia porque quando o Ronilton estiver na Assembléia, ele quer obra. Ele quer obra.

“Ora, vamos sim, vamos mostrar que nós queremos, sim, governar com transparência!”, discursou Elle Ruth na Assembléia.

“Porque aqui nessa casa é que o povo tem a garantia de, um dia, o dever ser cumprido. E nessa casa que se faz a democracia!”, também discursou Ronilton Capixaba.

“Esse deputado é o Paulista. Emilio Paulista, de Cacoal. Ele já é um deputado, se não me engano, de três mandatos. E ele está me explicando de que maneira ele conseguia no passado de outros Governadores liberarem recursos”, apresenta outro trecho das gravações Cassol.

O deputado Emilio Paulista também faz parte do grupo que queria receber os R\$ 50 mil mensais de propina. Em um momento, ele incrimina o ex-Governador Valdir Rap, hoje senador da República, e seu assessor, José de Almeida Júnior.

Paulista: Sabe o que o Raupp fazia? Através do Almeida? Eu estava com o Almeida ontem. Infelizmente, ele fazia uma coisa errada. O Almeida, naquela época, tempo de vacas gordas, pegava R\$40 mil na época e dava para os caras. Muito dinheiro, isso.

Ivo: Como é que ele fazia?

Paulista: Não sei, não sabia de onde tirar.

Ivo: Ele dava quanto para cada deputado? Paulista: R\$40 mil. O Almeida me falou ontem.

Ivo: Quem?

Paulista: O Almeida.

Ivo: Na época do Raupp?

Paulista: Do Raupp.

Num outro trecho, Emilio Paulista revela que era peça-chave da Assembléia durante o mandato de outro ex-Governador de Rondônia, José Bianco de Abreu, hoje prefeito de Ji-Paraná. Em troca, ganhava o direito de explorar o setor de alimentação em várias cidades do estado.

Paulista: O Bianco é o seguinte: o Bianco eu sustentava o gabinete do Bianco e era líder do Bianco na seguinte condição. A comida de Ariquemes era minha, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Vilhena e tudo.

Paulista também revela um medo entre os deputados que negociam a propina de R\$50 mil mensais: traição na hora do repasse.

Paulista: Esse negócio de dinheiro é importante, mas esse valor também eu acho abusivo, o valor de R\$50 mil. Mas acontece que uns que já vendendo os outros. Esse que está sendo o problema.

Ivo: Isso é que é o problema. Eles voltam lá, fazem o inferno e todo mundo.

Paulista: Aí um está negociando aqui por 100,150, ta vendendo o outro por 20, por 30. Ta havendo esse negócio aí também.

Em mais um trecho das gravações feitas com câmera escondida pelo Governador No Cassol, outro deputado do grupo dos dez aparece pedindo favores: Amarildo Santos.

Amarildo: Essa licitação, só mostrar aqui... Essa licitação que vai acontecer agora, essa ainda não abriu ainda não. Essa aqui, ó. Tem essa, lá perto de uma empresa lá. Você já tem compromisso com esse pessoal aí, já? Com esse pessoal?

Ivo: Eu não sei, tem que ver a licitação.

Em troca, Amarildo promete apoio incondicional.

Amarildo: isso é jogo político, é a mesma coisa, por exemplo, se o senhor precisar de qualquer coisa, por exemplo, que resolva um problema interno rápido seu pela Assembléia, vota até no escuro e faz. Quando as coisas estão caminhando, o que o senhor não pode ter é restrição dentro da Assembléia. O resto o senhor pode deitar e rolar.

“ Porque aqui neste momento eu represento o povo do estado de Rondônia!”, discursou Amarildo na Assembléia.

Em outro trecho, o deputado Ronilton Capixaba é visto pedindo ao Governador favores para o colega de bancada Amando Santos e acaba revelando um detalhe da relação de algumas empreiteiras com governos.

Ronilton: Por que naquela obra lá de Teixeirópolis o Amarildo não pega, tira um edital a mais, que está dando emprego para as “empreitinhas”, as “empreitazinha” que pega e faz, pega e faz, Tem muitas fraquinhas, com escritório debaixo do braço, mas faz. Mas faz. Aí ele está dando emprego, está fazendo política, o Governador é f..., o Governador faz, o deputado que arranhou a obra, e tal, tal, tal. O empreiteiro terminou, passa para o deputado aquela mixariazinha ali, quer dizer, o deputado, além de tudo está dando emprego para o miserável que fica enchendo o saco dele, e diz que é empresário.

Mais dois deputados estaduais do grupo dos dez aparecem nas gravações negociando apoio ao

Governador de Rondônia: Kaká Mendonça e João da Muleta.

Kaká: O caminho mais importante, pelo menos para mim, eu vejo dessa forma, é ser parteiro do governo. É ser companheiro do governo. E o Governador acreditar em mim e dizer ‘eu tenho um parteiro. Aquele ali? Aquele ali eu posso contar com ele. Aquele ali e um cara que segura, que pode chover canivete, porque tem cara que só quer aproveitar.

‘Mostrem a verdade! Eu não ligo que falem de mim) mas falem a verdade’, discursou Kaká na Assembléia.

O Governador Ivo Cassol, responsável pelas gravações, é, ele próprio, alvo de uma investigação: foi denunciado pelo Ministério Público Federal por suspeita de formação de quadrilha e fraudes em licitações públicas quando era prefeito da cidade de Rollim De Moura, em Rondônia.

Depois que o Fantástico teve acesso às gravações, nossos repórteres procuraram os deputados estaduais que aparecem nas fitas. Nenhum quis dar entrevista. Ellen Rutti, que tinha sido entrevistada dias antes para comentar o processo de impeachment que corre contra Ivo Cassol, não quis fazer novas declarações.

“Se a Receita Federal vier em nosso estado, a Polícia Federal e levantar as propriedades de todos os políticos do Poder Legislativo, vão perceber que muitos deles conseguiram do dia para a noite ter propriedade, ter fazenda, ter gado, está em nome de laranjas, mas é só procurar no estado de Rondônia que tem à vontade, quando na verdade, eles, como parlamentares, jamais podiam chegar no ponto em que chegaram”, diz o Governador.

As cenas mostradas foram gravadas em Rondônia. O Brasil tem outros 25 estados e um Distrito Federal. Um total de 1.059 deputados estaduais.

O ex-Governador e atual senador pelo PMDB, Valdir Raupp, não quis comentar as denúncias e disse que só falaria depois de conhecê-las com mais detalhes. José de Abreu Bianco, também ex-Governador de Rondônia e atual prefeito de Ji-paraná pelo PFL, não foi encontrado.

Matéria do dia 22 de maio de 2005

Locução: Ao longo de vários meses, entre o final de 2003 e o primeiro semestre de 2004, o Governador usou uma câmera escondida em sua casa para gravar as conversas com os deputados. Depois de ameaçado por um processo de impeachment, Ivo Cassol decidiu entregar para o Fantástico parte das gravações. Você vai ver trechos inéditos.

Num deles, o deputado Ronilton Capixaba lê para o Governador a lista dos deputados que fadam parte do esquema.

Ronilton: Nós temos lá a Ellen, Gazoni, Daniel Neri, Paulista, Leudo, Donadon, Kaká, Chico Doido, Ronilton e Chico Paraíba.

Ivo: Isso tudo eu já consigo o voto?

Ronilton: Certo.

São estes os dez deputados citados: Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Daniel Neri, Emilio Paulista, Kaká Mendonça, que podem ser vistos nas gravações, – além de Edison Gazoni, Chico Paraíba, Chico Doido, Leudo Buriti e Marcos Donadon, que, segundo Ronilton Capixaba, fariam parte do esquema.

Além dos dez, aparecem ainda nas gravações do Governador negociando propinas os deputados Amarildo Santos de Almeida e João da Muleta. Um total de 12 deputados envolvidos.

Em outro trecho inédito, a deputada Ellen Ruth pressiona Ivo Cassol. Ela quer que o Governador diga qual o valor da propina mensal que poderia ser paga, e afirma que os deputados do grupo estão ansiosos por uma resposta.

Ellen: Não pode esse valor? Nós não podemos sair daqui dizendo pra eles que simplesmente isso não pode e que eles precisam repensar. Nós não vamos chegar em canto nenhum. A minha sugestão é: não pode? reúne com o teu pessoal, com o teu pessoal, vê o que pode. Posso passar isso dia tal. Pra gente ter uma proposta concreta pra eles. Porque a cada cinco minutos eles ligam pro Ronilton, ligam pra gente, e começa a gerar até assim, além da expectativa, tem a dúvida. Nós somos seres humanos.

O deputado Amarildo Santos ressalta a importância de se fechar um acordo com o grupo inteiro.

Amarildo: Porque se a gente puxar Gazoni, Ellen, eles vão bater sempre que querem o grupo, querem o grupo. Porque esse povo é bandido.

Em outro trecho inédito, quem aparece é o deputado Emilio Paulista. Ele diz que o presidente da Assembleia, deputado Cartão de Oliveira, teria pago propinas a deputados para conseguir a presidência.

Ivo Cassol: Quanto o Cartão gastou nessa presidência? Quanto ele gastou pra fazer essa presidência?

Emilio Paulista: O Cartão nessa presidência agora...

Ivo Cassol: Não nessa segunda, na primeira.

Emilio Paulista: Na primeira presidência. 14 por R\$200 mil, dá quanto?

Ivo Cassol: 14 deputados por R\$200 mil.

Emilio Paulista: Dá quanto isso aí?

Ivo Cassol: Dá 2 e 800. Custou 200 paus cada deputado? 200? 200 mil reais

ANEXO II

Cronologia dos acontecimentos

15 de maio

- Divulgação de gravações editadas, no Fantástico, mostrando cenas de extorsão e propostas de negociações envolvendo sete parlamentares estaduais e o Governador.

- Nomes dos ex-Governadores Valdir Raupp e José Bianco são citados por parlamentar eles teriam negociado com parlamentares para ter condições de governar.

- Suspensão, pela Justiça de Rondônia, da veiculação das imagens, a pedido de 20 dos 24 deputados.

- Imprensa local noticia, por meio eletrônico, que manifestantes pró-Cassol protestaram em frente à TV Rondônia, retransmissora da Globo, e tentaram invadir o prédio da Assembleia na mesma noite.

- “Denúncias provocam crise entre o governo e AL de Rondônia”, é o título de matéria **on line** publicada pelo **Estado de São Paulo**, primeiro a abordar as denúncias de corrupção que pesam sobre o Governador e apontar seus motivos para divulgar a gravação.

16 de maio

- PT divulga nota, a mais abrangente sobre a crise repudia a censura, condena a extorsão, pede apuração dos atos dos parlamentares e do Governador e desmente participação de seus quatro deputados no pedido de censura.

- Senadora Fátima Cleide visita OAS e Ministério Público.

- Deputado federal Eduardo Valverde protocola na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara requerimento solicitando a presença do Governador para esclarecer as circunstâncias das gravações por ele feitas, suas motivações e consequências.

- Manifestantes protestam em frente aos prédios do Tribunal de Justiça e da Assembleia.

- Presidente da Assembleia anuncia criação de comissão temporária especial para investigar as denúncias, composta pelos deputados Chico Paraíba (PMDB), Leudo Buriti (PTB), Edézio Martelli (PT), Everton Leoni (PSDB) e Deusdete Alves (PDT).

- Governador anuncia ida a Brasília para entregar fitas ao Ministério da Justiça.

- Imprensa local afirma que o Governador tem gravações com jornalista e dono de veículo de comunicação dele exigindo 40 mil reais.

- Jornal eletrônico divulga que em setembro de 2004 o MPF pediu abertura de inquérito contra o Go-

vernador por envolvimento na extração de diamantes da reserva Cinta-Larga, imputando-lhe crime de responsabilidade, descaminho e prevaricação.

- Bancada federal de Rondônia encaminha ofício à Assembléia pedindo providências para apuração da corrupção envolvendo os deputados.

- Globo anuncia que irá recorrer da decisão judicial que patrocinou a censura em RO.

- O jornal “Hoje” e o jornal “Nacional” repercutem o assunto, O Nacional faz ampla cobertura, com ênfase na censura, divulgando declarações dos representantes nacionais da OAB, Fenaj, ABI, ANJ, do procurador-geral da República e do arcebispo de Porto Velho, Dom Moacir Grechi. O procurador da República assim se manifesta: “É fundamental que as idéias circulem. Qualquer tentativa de volta à censura é condenável, e não pode ser aplaudida nem tolerada”.

- “Assembléia de Rondônia vai investigar denúncias feitas pelo Governador”, é título de matéria da Folha Online.

17 de maio

- Governador não entrega fitas ao ministro da Justiça.

- Governador concede entrevista à imprensa local e diz que só entregou gravações ao Fantástico porque o MPF nada fez. Afirma também ter gravações recentes, de 30, 60 dias.

- Presidente da AL confirma leitura de relatório que investiga crime de responsabilidade orçamentária. Relatora é Ellen Ruth, deputada envolvida no escândalo.

- Imprensa local anuncia renúncia de Ellen Ruth da comissão processante contra o Governador

- Senadora Fátima Cleide discursa no Plenário contra a censura, pede apuração rigorosa sobre todos os envolvidos e aponta crise institucional em Rondônia.

- Senadora apresenta requerimento para criação de comissão externa do Senado com finalidade de apurar a situação em Rondônia. Plenário aprova pedido.

- Senadores Ideli Salvatti, Arthur Virgílio, Heloisa Helena, Romeu Tuma e Tião Viana debatem situação de Rondônia em Plenário.

- CPMI da Terra aprova requerimento para que o Governador trate de denúncias de trabalhadores rurais da Gleba Massaco, de Alta Floresta. Durante audiência da CPMI em Rondônia, no mês passado, eles de-

nunciaram que o Governador e família os ameaçam e os perseguem.

- Deputados desistem de ação judicial e pedem liberação de gravações.

- Manifestação popular ocorre em Porto Velho, quando prédios da Assembléia e do Governo são depredados.

- Ministério Público de Rondônia anuncia instalação de inquérito, divulgando portaria 780, de 16 de maio, documento em que informa pedir à rede Globo cópia da matéria levada ao ar e cópia das fitas originais de onde foi extraído o conteúdo jornalístico, e também ao Governador as “fitas relacionadas ao programa mencionado e eventuais documentos que possam subsidiar o caso”. O procurador-geral do MP nomeia para as investigações os procuradores Cláudio José de Barros Silveira e Júlio César Amaral Tomé e os promotores de Justiça Eriberto Gomes Barroso e Rudson Coutinho da Silva.

- Repercussão na imprensa nacional, com chamadas na capa: Folha de São Paulo – “Fita provoca crise e protesto em Rondônia”, é a manchete principal, com foto de estudantes protestando, exibindo “notas” de R\$50 mil, com inscrição no verso “válida somente para compra de deputado corrupto”, e foto do Governador; também um Box com a matéria “Globo vai recorrer da censura” e fotos das cenas de TV onde aparecem os deputados. A matéria tornou uma página. O Globo – “Condenada censura a reportagem sobre corrupção” e “Avanço da corrupção preocupa especialistas”, com análise de cientistas políticos sobre crimes de corrupção, e foto das cenas dos deputados Ellen Ruth e Ronilton Capixaba. **Correio Braziliense** “Rondônia vive clima de guerra”, é a manchete, com loto dos manifestantes em frente à Assembléia, e loto do Governador em Box que trata das denúncias contra ele

- O jornal eletrônico **Folha Online** repercute declarações de Fátima em plenário, ao pedir a renúncia dos envolvidos, com a matéria “Senadores criam comissão para apurar denúncias de corrupção em Rondônia”.

- O **Globo**, **Gazeta do Paraná**, **Diário de Pernambuco**, **A Crítica**, **Tribuna da Imprensa** e **O Tempo** repercutem o pedido de criação de comissão externa e discurso da senadora Fátima.

18 de maio

- Comissão Especial aprova relatório pela denúncia contra o Governador, por crime de responsabilidade, em função do não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento de 2004.

- Comissão Temporária Especial conclui relatório elaborado pelo deputado Edézio Martelli(PT), sugerindo o afastamento dos sete deputados inicialmente envolvidos, o que é acatado.

- Repercussão na imprensa nacional, com chamada na capa: **Folha de São Paulo** – “Assembléia e sede do governo são depredadas em Rondônia”, é a manchete, com foto de estudantes e policiais, trazendo ainda o Box “Entenda o caso” e “Deputados se recusam a falar sobre a gravação”. **O Globo** – “Cai a censura a reportagem sobre corrupção”, é o título, com foto dos manifestantes e Box com a notícia de aprovação do requerimento da senadora Fátima; **Correio Braziliense** – “Revolta popular em Porto Velho”, é o título, com três fotos dos protestos e Box “Congresso vai acompanhar crise”, com a seguinte declaração “O Estado de Direito não chegou a Rondônia. Temos que restabelecer o Estado de Direito”, da senadora e sua sugestão de renúncia aos parlamentares.

- “Grupo depreda AL”, é o título do Jornal do Brasil.

- No **Folha Online**: “Cassol diz que só revelou fitas agora porque Procuradoria não fez nada”; “TJ da Rondônia revoga liminar que impedia divulgação de reportagem” e “Governador de Rondônia acusa o PT de envolvimento nas manifestações”.

- TJ de Rondônia pede explicações sobre nota do PT

19 de maio

- Encaminhado à Folha pedido para que seja publicada declaração da senadora Fátima em contraponto a Cassol, sendo atendido.

- Executiva do PT se manifesta na imprensa local e diz que acusações do Governador não tem fundamento

- MPF de Rondônia rebate Governador em nota, afirmando que fita entregue por ele nada tem a ver com as veiculadas pela Globo; material teria sido entregue em fevereiro deste ano

- Comissão aprova relatório contra Cassol; anunciada a aprovação do relatório pelo deputado Leudo Burity, que substituiu Ellen Ruth.

- Folha Online e Estado Online, respectivamente: “Deputados acusados em Rondônia são afastados” e “Assembléia abre sindicância e afasta deputados”.

- Governador ataca novamente o PT dizendo que a intervenção e renúncia é oportunismo do partido.

- Assembléia não sabe se suplentes dos afastados devem assumir.

20 de maio

- PMDB nacional anuncia que deseja o afastamento dos deputados João da Muleta e Daniel Néri.

- Presidido por Raupp, PMDB regional não afasta parlamentares.

- Jornalista Carlos Nascimento, da TV Bandeirantes, questiona Cassol por privilegiar a Globo.

- MPF, MP estadual e Assembléia continuam sem fitas e Globo anuncia novas imagens.

- Aprovada a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito requerida pelo deputado Nereu Klosinski(PT) para investigar irregularidades diversas na Seduc.

- **Folha de Rondônia** ataca Fátima Cleide, Valverde e deputado Nereu – Diz que a senadora é desprestigiada, informando que “romaria” na Suframa em nada resultou, enquanto o órgão liberou mais de 1 bilhão de reais para a Zona Franca de Manaus recentemente

- Repercussão na imprensa nacional: Folha de São Paulo, com chamada na capa – “Deputados acusam Cassol de armação”, é o título, com foto da passeata de protesto no dia anterior em rua da capital e Box “Deputada do PP afirma ter caído em uma arapuca”. Mesmo material é divulgado na **Folha On line**; **Correio Braziliense** – “Apuração de fraude no Estado”, é a manchete, com foto de manifestantes segurando caixão simbolizando o Governo do Estado em frente a Assembléia; a matéria anuncia a instalação de uma CPI para apurar irregularidades na Secretaria da Educação, e traz declarações da senadora contra-atacando o Governador, que teria se “irritado por Fátima integrar comissão”. O Correio traz ainda o Box “Gastos sem controle”, com foto do Governador e texto que trata de relatório do TC apontando gastos exorbitantes da Assembléia com folha de pagamento. Jornal do Brasil – “Instalação de Comissão do Senado é adiada” e Estado de São Paulo – “CPI vai apurar desvio de verba em Rondônia”, contendo declarações da senadora Fátima.

21 de maio

- Novas gravações a serem exibidas no Fantástico de domingo 22 são anunciadas

- Jornal de Brasília publica artigo da senadora intitulado “A desfaçatez de pessoas públicas”, abordando o comportamento de quem ocupa cargo público e a corrupção.

22 de maio

- Revistas **Época** e **Veja** da semana tratam de casos de corrupção; caso de Rondônia é abordado.
- Imprensa local repercute reportagens das revistas
- Imprensa local informa que, conhecendo conteúdo do que será divulgado, deputado Edson Gazoni(PDT) deixa o Conselho do Sebrae e se desliga do partido.
- Fantástico traz os mesmos personagens da gravação anterior. O deputado Ronilton Capixaba lê para o Governador os nomes dos deputados que integrariam o grupo de 10 para recebimento da mesada – Chico Doido(PSB), Chico Paraíba(PMDB), Leudo Buriti(PTB), Edson Gazoni(PDT), Marcos Donadon(PMDB), Emilio Paulista(PFL), Ellen Ruth(PP), Ronilton Capixaba(PL), Kaká Mendonça e Daniel Néri.
- Outra revelação na gravação é feita pelo deputado Paulista. Ele afirma ao Governador que para se eleger presidente da Assembléia pela primeira vez o deputado Carlão de Oliveira pagou 200 mil reais para cada um de grupo formado por 14 deputados, totalizando 2,8 milhões de reais.
- Jornal de Brasília publica matéria feita por correspondente enviado a Porto Velho, Áureo Germano, com o título “Suspeita de corrupção na educação de Rondônia, na contratação de aeronaves e serviços de vigilância”.

23 de maio

- Governador dá nova entrevista coletiva e diz que nunca entregou fita ao Ministério Público Federal
- Repercute na grande imprensa as gravações de domingo 22: com chamada na capa, a **Folha de São Paulo** publica “Em fita, deputado de RO diz que pefelista comprou voto”, trazendo o Box “Entenda o caso”. **O Globo** – “Nova denúncia de propinas para deputados de RO”, também com chamada na capa, e Box “Ao todo, 12 parlamentares citados em fita”. Portal do PT – “Nova fita mostra mais corrupção em RO”, trazendo entrevista com a senadora.
- Governador entrega 10 fitas ao Ministério Público Estadual.

24 de maio

- Sítio de Rondônia (www.oestadoderondonia.com.br) revela que Chico Paraíba tem gravações telefônicas em que o Governador promete vantagens
- “Acusados elegeram presidente da AL”, diz a Folha de São Paulo, fazendo belo gol, pois mostra que os 12 nomes que aparecem na fita integram o grupo

que elegeu Cartão de Oliveira para a Presidência, e publica de novo o Box “Entenda o caso” e outro com os nomes de todos os deputados, se primeira eleição ou não e sua base política.

- “As armas do Governador e do presidente da Assembléia”, é título de O Estado de São Paulo, fazendo referencia ao jornal “**Folha de Rondônia**”, para o Estado o único aliado do Governador, e a Cartão de Oliveira, que teria como aliado conselheiro do TC. Nota-se que foi estabelecida sua ligação com Natanael Silva.

- Nota na coluna Painel (Folha) informa que os procuradores do Ministério Público Federal não receberam fitas, e que aguardam laudo pericial para saber se fitas veiculadas pela Globo foram editadas.

- Comissão do Meio Ambiente no Senado aprova requerimentos convocando os Governadores Cassol e Blairo Maggi(MT) para dar explicações sobre os altos índices de desmatamentos nos Estados que dirigem

25 de maio

- Imprensa local anuncia que Polícia Federal vai atuar junto com MP Estadual
- Chefe do MP Estadual encaminha ofício ao Governador pedindo provas de corrupção no órgão. Cassol havia dito antes das gravações irem ao ar que no Ministério Público tinha corrupção.
- Sítio de notícias Rondoniagora divulga que o STJ recebeu defesa do Governador relativa ao processo que trata de improbidade administrativa quando prefeito de Rolim de Moura.
- Deputado Edson Gazoni fala sobre corrupção no Detran, órgão chefiado por irmã do Governador.
- Repercussão na imprensa nacional: **O Globo** – “Cassol entrega cópia de fita a Fonteles”, diz o título, com texto em que o Governador nega retaliação devido a processo de afastamento, e foto dele com o ministro interino da Justiça Paulo Barreto. JB – “Cassol pede empenho para investigação”, tratando da conversa com o ministro interino da Justiça. Estado de São Paulo – “Briga pelo poder em RO com o Governador e Cartão começou pelo mogno”, diz a matéria, mostrando que os dois adversários disputam a mesma região eleitoral, onde começaram sua vida política; tem foto do Governador.

28 de maio

- No Programa do Ratinho, Governador dispara artilharia agora contra o Tribunal de Contas, enaltecendo apenas o nome do conselheiro Amadeu Machado, e se declarando “iluminado por Deus” para moralizar Rondônia. Além disso, declarou que os processos a que responde não passam de conspiração política.

COMPOSIÇÃO INICIAL

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS N°s 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

PRESIDENTE:	
VICE-PRESIDENTE:	
RELATOR:	

(05) Senadores Titulares e (05) Senadores Suplentes

SENADORES TITULARES

SENADORES SUPLENTES

Bloco da Minoria (PFL-PSDB)

Demóstenes Torres
Arthur Virgílio

GO-2092/93
AM-1301/1413

Romeu Tuma
Magno Malta (por cessão)

SP-2051/59
ES-4161/5867

PMDB

Amir Lando

RO-3131/32

João Alberto de Souza

MA-1411/4073

Bloco de Apoio ao Governo (PT-PSB-PTB-PL-PPS)

Fátima Cleide

RO-2391/2397

Siba Machado

AC-2184/89

PDT-PSOL

Augusto Botelho

RR-2041/1931

Heloísa Helena

AL-3197/98

Dia
Dia
Dia
Dia

- É lida e aprovada a criação da Comissão
- Designação dos Membros -
- Instalação da Comissão
- Término do prazo da Comissão

COMPOSIÇÃO FINAL

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

PRESIDENTE: SENADOR SIBÁ MACHADO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
RELATOR: SENADOR DEMÓSTENES TORRES

(05) Senadores Titulares e (05) Senadores Suplentes

SENADORES TITULARES

SENADORES SUPLENTEs

Bloco de Minoria (PFL-PSDB)

Demóstenes Torres	GO-2092/93	Romeu Tuma	SP-2051/59
Arthur Virgílio	AM-1301/1413	Magno Malta (por cessão)	ES-4161/5867

PMDB

Vago (2)	RO-3131/32	João Alberto de Souza	MA-1411/4073
-----------------	-------------------	------------------------------	---------------------

Bloco de Apoio ao Governo (PT-PSB-PTB-PL-PPS)

Siba Machado (1)	Fátima Cleide (1)	RO-2391/2397
---------------------------	----------------------------	---------------------

PDT-PSOL

Augusto Botelho	RR-2041/1931	Heloísa Helena	AL-3197/98
------------------------	---------------------	-----------------------	-------------------

Dia 17/05/05 - É lida e aprovada a criação da Comissão

Dia 18/05/05 - Designação dos Membros -

Dia 01/06/05 - Instalação da Comissão

Dia 15/12/05 - Término do prazo da Comissão

1 Indicação do **Senador Sibá Machado** como Membro Titular e a **Senadora Fátima Cleide** como Membro Suplente na Comissão – Of. Nº 287/2005, de 30 de maio de 2005, do Gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

2 Em **23/08/05** Recebido o Of. GLPMDB Nº316/05 comunicando o desligado do Senador Amir Lando

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nº s 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

MAPA DE PUBLICAÇÃO DE ATAS

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
1ª	01/06/2005 14:00hs	Instalação da Comissão. Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e indicação do Relator. Os eleitos e indicado, respectivamente, foram: Senador Siba Machado, Senador Augusto Botelho e Senador Demóstenes Torres. Iniciou a Presidência da Reunião o Senhor Senador Augusto Botelho, concluiu a Presidência da Reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03881 a 03882
2ª	01/06/2005 20:50hs	Apreciação do Roteiro de Trabalhos apresentado pelo Senhor Relator, Senador Demóstenes Torres. Presidiu a Reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03882 a 03883
3ª	07/06/2005 10:30hs	Audição dos Parlamentares estaduais, Deputados, Carlão de Oliveira, Ronilton Capixaba, Daniel Néri e João da Muleta, que não compareceram à Reunião. Discutido novo calendário de atividades da Comissão. Presidiu a Reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03883 a 03888
4ª	14/06/2005 11:45 horas	Audição dos Senhores Parlamentares estaduais, Deputados Edézio Martelli, Ronilton Capixaba, Leudo Buriti, Ellen Ruth, Emili Paulista e Daniel Néri. Presidiu a reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03888 a 03930
5ª	15/06/2005 11:45hs	Audição dos Senhores Parlamentares estaduais, Deputados Edézio Martelli, Chico Paraíba, Kaká Mendonça, João Batista dos Santos e Amarildo de Almeida. Presidiu a reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03930 a 03952

6ª	16/06/2005 12:16hs	Audição dos Senhores Parlamentares estaduais Deputados, Carlão de Oliveira, Marcos Donadon, Edison Gazoni e Chico Doido. A audição teve caráter sigiloso. Presidiu a reunião do Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03952 a 03964
7ª	21/06/2005 10:45hs	Audição das fitas apreendidas pela Polícia Federal, na residência do Governador de Rondônia, Senhor Ivo Cassol. A reunião ocorreu em caráter sigiloso e foi presidida pelo Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03964 a 03965
8ª	23/06/2005 14:29hs	Audição de fitas e mídias apreendidas pela Polícia Federal, na residência do Governador de Rondônia, Senhor Ivo Cassol. Audição dos Parlamentares estaduais, Deputados, Beto do Trento, Everton Leoni, Neodi de Oliveira, Marcos Donadon e o Senhor Expedito Júnior. A reunião teve caráter sigiloso e foi presidida inicialmente pelo Senhor Senador Augusto Botelho e finalmente pelo Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03965 a 03995
9ª	29/06/2005 09:10hs	Audição dos Senhores, Dr. Renato Sayão Dias, Dr. Rudson Coutinho da Silva, Dr. Abdiel Ramos Figueira, Dr. Joaquim Mesquita e Dr. Heitor Alves Soares. A reunião teve caráter sigiloso e foi presidida pelo Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03996 a 03997
10ª	15/09/2005 14:57hs	Discussão da agenda e encaminhamentos finais da Comissão.	18	10/02/06	03997 a 03999
11ª	08/11/2005 15:27hs	Audição do Governador de Rondônia, Senhor Ivo Cassol. A reunião teve caráter sigiloso e foi presidida pelo Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03999 a 04021
12ª	14/12/2005 09:55hs	Leitura, discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Presidiu a reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	04022 a 04042

Sala das Comissões – 15 de dezembro de 2005.
Secretário: Francisco Naurides Barros

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA
PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 E 536,
DE 2005, DE AUTORIA DA
SENADORA FÁTIMA CLEIDE,
“COM O OBJETIVO ESPECÍFICO DE APURAR
A ATUAL SITUAÇÃO EM QUE
SE ENCONTRA O ESTADO DE RONDÔNIA,
QUANTO AOS FATOS DIVULGADOS
PELO PROGRAMA FANTÁSTICO
EXIBIDO PELA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.

Ata da 12ª Reunião, realizada em 14-12-2005

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senador Sibá Machado, com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Augusto Botelho, membros, reúne-se a **Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, informando que a pauta da presente reunião destina-se a leitura, discussão e votação do Relatório Final da Comissão. A ata da reunião anterior está sobre a mesa e aqueles que concordam com a mesma, permaneçam como estão. Aprovada. O senador Sibá Machado (presidente da Comissão) passa a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres, para os seus comentários em relação à Comissão e para a leitura do Relatório. Com a palavra o Presidente, que agradece a todos pelo empenho nos trabalhos desta Comissão, faz alguns comentários em relação ao Relatório lido e concorda com o mesmo no que se refere à cassação dos 23 envolvidos que foram citados. O Senador Augusto Botelho, vice-presidente, fez algumas considerações finais, posteriormente o Relatório foi votado e aprovado. A presente reunião foi encerrada às doze horas e quarenta e oito minutos e não havendo nada mais a tratar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. — **Sibá Machado.**

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
— Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Especial Externa criada pelos Requerimento nº 535, 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia

quanto aos fatos divulgados pelo programa do Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão.

Esclarecemos que a presente reunião destina-se à leitura e à apresentação e votação do relatório final dos trabalhos desta Comissão.

Antes de mais nada, peço a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O Srs. Parlamentares que concordam com a proposição queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Convido, então, o nobre Relator, Senador Demóstenes Torres, para a leitura do relatório.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
— Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais pessoas aqui presentes.

Sr. Presidente, conseguimos concluir os trabalhos da Comissão Externa constituída para acompanhar as apurações sobre as denúncias de corrupção na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Inicialmente, eu gostaria de fazer um relato sobre a conclusão destes trabalhos.

Nós ficamos pendentes da degravação das fitas da Polícia Federal, o que fez com o trabalho se prolongasse demasiadamente. Mas, não havia também outra alternativa porque nós não podíamos fazer um trabalho temerário, incriminar pessoas que, por ventura, não tinham nada a ver com a situação ou inocentar culpados.

Então, nós procuramos fazer o nosso trabalho da forma mais correta possível, com a maior discricção possível, a fim de que o trabalho finalmente concluído pudesse render frutos, como nós vamos fazer agora.

Lamentavelmente, há cerca de três semanas aconteceu um episódio em que uma primeira versão do relatório, preparada pela Assessoria desta Comissão, foi indevidamente divulgada nos órgãos de comunicação, especialmente nos do Estado de Rondônia. Ou seja, vazou dentre os Senadores, para a imprensa local, o que gerou um tumulto extraordinário.

Primeiro, porque a primeira versão é sempre dada pela assessoria, a assessoria engloba todos os fatos e o Relator, em seguida, junto com o Presidente, com os demais membros da Comissão faz o trabalho final que é o trabalho que hoje nós estamos apresentando. Por que foi desagradável? Porque a nossa proposta, como até o nome da Comissão diz, Comissão Externa para Acompanhar as Apurações sobre as Denúncias de Corrupção na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, o nosso trabalho se circunscreveu a isso. É óbvio que apareceram fatos, apareceram indícios, apareceram versões que levaram e podem ainda levar — para isso nós estamos remetendo a documentação aos órgãos pertinentes, Polícia Federal, Ministério Público Federal — a crer que a corrupção não se cir-

cunscree a Assembléia Legislativa de Rondônia, que não é fato presente, é fato pretérito. Mas, sobre isso, nós não temos condições de fazer qualquer juízo de valor, até porque nós não fizemos investigação neste sentido. O que nós fizemos foi a investigação em cima da corrupção na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia. Daí por que o relatório é neste sentido.

Ao sairmos daqui, se aprovado, nós faremos a entrega ao Presidente do Senado, à Presidência da República, ao Ministério da Justiça, ao Sr. Procurador-Geral da República e a outros órgãos que forem necessários e encaminharemos toda a documentação necessária para a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, a fim de que efetivamente nós consigamos nosso objetivo. E imprescindível a intervenção Federal no Estado de Rondônia. A Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia não funciona, é um caos, ela se contrapõe à ordem estabelecida, é uma verdadeira máquina montada para fazer corrupção e beneficiar os Deputados Estaduais, uma verdadeira quadrilha tomou de assalto um poder que tem por finalidade justamente a formulação de leis, a fiscalização do Poder Executivo e um desvio completo de finalidade, e mais que desvio, na prática corriqueira de crimes o que configura uma quadrilha, esses deputados, 22 deles e mais um licenciado que hoje é secretário de segurança pública no Estado de Rondônia acabaram por malversar os recursos e fazer com que a imagem da Assembléia de Rondônia pudesse ser conspurcada.

Como eles se encontram em plena atividade, uma vez que as medidas judiciais ainda não lograram êxito, uma vez ainda que nem mesmo internamente conseguiu-se qualquer punição, hoje eles se encontram pressionando o Ministério Público e o Poder Judiciário — o instrumento de pressão é o orçamento. Para que nenhuma medida seja efetivamente tomada é que ainda nós temos reforçado o nosso sentimento de que é necessário essa intervenção federal para que o Poder Legislativo de Rondônia possa finalmente voltar a exercer a sua função e fique livre dos ratos que acabaram ingressando na vida pública no lugar do homem de bem.

Sr. Presidente, inicialmente, nós gostaríamos de dirigir os nossos agradecimentos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na pessoa do Desembargador Sanção Batista Saldanha, que é um homem verdadeiramente devotado a sua causa de bem julgar.

Pode-se ter alguma estranheza pelo fato de estarmos agradecendo a um desembargador que está cumprindo a sua missão, que está julgando, mas é imprescindível que seja assim, Sr. Presidente, o senhor bem verificou, porque lamentavelmente pairam

suspeitas quanto a imparcialidade do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

E quanto ao Desembargador Sanção, é estreme de dúvidas que é um desembargador que cumpre bem a sua função, é um homem honrado, competente e que representa muito bem a população do Estado de Rondônia.

No Ministério Público do Estado de Rondônia nós gostaríamos de agradecer pela mesma forma o Dr. Rudson Coutinho, Promotor de Justiça que também desempenha com muita galhardia a sua função e tenta resolver os problemas que estão sendo criados pela Assembléia Legislativa, sempre com muita trabalho, com muito denodo.

Agradecer à Superintendência da Polícia Federal, em Rondônia, na pessoa do Delegado o Dr. Joaquim Mesquita e de todo o seu quadro de auxiliares. A Polícia Federal fez um trabalho extraordinário e sem esse trabalho, naturalmente, nós não poderíamos ter chegado às conclusões que nós chegamos; à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Rondônia na pessoa do seu Presidente, Dr. Orestes Muniz, que também não poupou esforços para nos auxiliar na conclusão desse trabalho.

Agradecer também à Secretaria de Comissões Especiais do Senado Federal na pessoa do Secretário Francisco Naurides Barros e ao fazer esse agradecimento, estender a saudação a todos esses auxiliares que tanto trabalharam para que nós pudéssemos concluir essas investigações.

Aos assessores de gabinetes Erlando Alves da Silva Meio e Tânia Maria de Oliveira e ao Consultor Legislativo do Senado Federal, Francisco Eugênio Machado Arcanjo que é o nosso braço direito.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Constituição e maneira de vida é chamada democracia porque é administrada para muitos e não para poucos, nela a lei assegura a mesma justiça para todos em suas disputas privadas, mas o requisito de excelência também é reconhecido.

Nossos cidadãos comuns, embora ocupados com os seus negócios são bons juizes dos assuntos públicos, somos os únicos a considerar um homem que não se interessa pelas questões políticas, não um personagem inofensivo e, sim, um inútil. Péricles, por Tucídides, em **A Guerra do Peloponeso**. O que essas palavras deixam claro é que a prosa da participação regular na conduta dos negócios públicos não exclui e, sim, favorece a busca individual de padrões de excelência nas várias formas de agir e do fazer. Dito de outro modo: a democracia, solução ótima do problema do poder, ainda consegue ser também o regime político mais propício à elevação do caráter, modo e

garantia da liberdade, ela pode ser igualmente o seu prêmio, aquilo que a aproxima do ideal de nobreza da vida humana. José Guilherme Merchior em **A Natureza do Processo**.

Nos dias 15, 22 e 29 de maio de 2005, a Rede Globo de Televisão veiculou no programa dominical, Fantástico, gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol, em sua residência, de conversas com diversos deputados estaduais.

As fitas divulgadas envolveram os nomes de 12 parlamentares, os diálogos mostravam o Governador Ivo Cassol em negociações para pagamento de propina a um grupo de dez parlamentares em troca de apoio político. Os Deputados Helen Ruth e Ronilton Capixaba falam em R\$50 mil por mês e em um acerto que passaria pelo superfaturamento em postos terceirizados de vigilância.

Em outro diálogo, o Deputado Amarildo Almeida pede apoio em uma licitação e o Deputado Emilio Paulista diz ao Governador que governos passados faziam o mesmo, ou seja, ajudavam financeiramente parlamentares em troca de apoio político.

Uma terceira veiculação mostrou um assessor do Deputado Edson Gazoni, José Ailton Magalhães, que responde a processo por estelionato em Goiás, relatando o envolvimento do seu chefe em um esquema de cheques nominais emitidos pelo gabinete, confessou que descontava cheques emitidos a fornecedores e que, uma vez, se deslocou em um veículo portando a quantia de R\$500 mil.

Ante esses graves fatos, no dia 17 de maio de 2005, com base no Regimento interno do Senado Federal e nos requerimentos nºs 535 e 536, de autoria da Senadora Fátima Cleide, foi criada a Comissão Especial Externa do Senado Federal, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo Programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão, doravante denominada Comissão Externa para Rondônia.

A finalidade da Comissão foi, portanto, acompanhar os episódios e as investigações subsequentes envolvendo as denúncias de corrupção, na Assembléia Legislativa, levantadas pelo Governador do Estado de Rondônia. Há indícios de que a corrupção acontecia nos governos anteriores. Porém, tendo em vista o requerimento aprovado, o objeto desta Comissão se circunscreve aos episódios atuais de corrupção em Rondônia envolvendo o Poder Legislativo.

A Comissão foi instalada no dia 1 de junho de 2005, com a seguinte composição e direção. Titulares: Sibá Machado, Presidente; Augusto Botelho, Vice-Pre-

sidente, Demóstenes Torres, Relator; Arthur Virgílio e Amir Lando.

Suplentes: Romeu Tuma, Magno Malta, João Alberto de Souza, Fátima Cleide e Heloísa Helena.

Em 23 de agosto de 2005, em razão de sua vinculação a outros compromissos funcionais, o Senador Amir Lando solicitou desligamento da Comissão Externa para Rondônia.

A figura da Comissão Externa está prevista no Regimento Interno do Senado Federal nos artigos 71 e seguintes, ela se extingue após a conclusão de sua missão e da devida comunicação do seu desempenho ao Senado Federal o que se fará pela entrega do presente relatório após sua aprovação na Comissão.

A Comissão Externa aprovou, em sua primeira reunião, o seguinte plano de trabalho.

Roteiro de trabalho.

Depoimentos em Brasília de:

a) membros do legislativo de Rondônia envolvidos;

b) governador de Rondônia;

c) representantes da sociedade civil de Rondônia;

d) autoridades administrativas e policiais, e

e) especialistas em direito administrativo e constitucional,

2) audiências públicas em Rondônia, coleta de documentos e oitivas de autoridades

3) relatório previsto contendo:

a) histórico circunstanciado sobre os fatos, descrição e avaliação dos participantes;

b) diagnóstico sobre as principais medidas tomadas pelas autoridades competentes e

c) proposição de sugestões de caráter legislativo e político a serem tomadas para o tratamento da questão, com enfoque principalmente no papel que o Poder Legislativo Federal possa desempenhar para a sua implementação.

Para o alcance da sua missão, a Comissão Externa para Rondônia realizou 11 reuniões entre administrativas e audiências públicas para as oitivas dos envolvidos; realizou duas viagens a Porto Velho, em 28 de junho e em 4 de outubro de 2005, com reuniões realizadas naquela cidade na Superintendência da Polícia Federal, na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, no Tribunal de Justiça e na Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.

Introdução.

A Comissão Externa para Rondônia, em seus procedimentos, desenvolveu uma série de atividades que consistiram principalmente em: coleta de documento, oitiva das pessoas envolvidas, visita ao Esta-

do de Rondônia e as principais instituições envolvidas nas investigações.

Estas diligências proporcionaram o acúmulo de elementos que permitiu a formulação de algumas linhas para as atividades da Comissão.

A crise de Rondônia tem comprovadamente o envolvimento de grande parte dos deputados estaduais de diversas formas, o que será analisado neste relatório.

Quanto aos delitos perpetrados pelos deputados estaduais, estes podem ser classificados, a grosso modo, da seguinte forma:

a) Mensalão, estopim da crise constante da reportagem realizada da IV Globo, bem como outras gravações recolhidas pela Polícia Federal que corroboram o achaque de deputados contra o Governador;

b) fraude da folha de pagamentos, nomeação de funcionários fantasmas por deputados estaduais que eram pagos através de folha paralela, cujos salários eram embolsados pelos parlamentares, nomeações fraudulentas e recebimentos indevidos, mesmo através da folha oficial e empréstimos consignados forjados.

A folha paralela foi dividida na investigação da Polícia Federal em dois períodos:

1 – A fraude no período posterior a junho de 2004, que era praticado em um *laptop* fora da Secretária de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa por servidores públicos a mando do Presidente:

2 – Antes desta data, quando a fraude era praticada nas dependências da Secretária de Recursos Humanos da Assembleia, também a mando do Deputado Carlão de Oliveira;

C) Compras e contratos da Assembleia.

São numerosas as compras oficiais feitas sem observância dos preceitos legais, sem notas fiscais, com valores astronômicos e sem correspondências com os produtos ou serviços adquiridos entre os quais se destacam:

1 – Licitações fraudulentas para a reforma do prédio da assembleia;

2 – Aquisição de passagens aéreas com recursos da Assembleia para familiares dos deputados para destinos turísticos,

3 – Apropriação de cheques por parte de pessoas de confiança de deputados que deveriam ser utilizados para pagamento de bens e serviços adquiridos pela assembleia, que, após descontados nos bancos, seus valores eram entregues ao parlamentares;

D – Evidência de rápido enriquecimento de diversos deputados com compras de bens luxuosos e imóveis.

E – Ilícitos do Presidente da Assembleia Carlão de Oliveira.

1 – Compra de voto de deputados para a sua eleição à Presidência;

2 – desobediência dos princípios legais nas compras de bens e serviços feitos pela Assembleia Legislativa;

3 – Enriquecimento sem causa e

4 – Comando na distribuição de recursos a deputados.

Frente a este calamitoso quadro, as instituições que atuam no Estado de Rondônia adotaram até o momento as seguintes atitudes:

Polícia Federal.

Realizou análise e perícia dos documentos e fitas de vídeos apreendidos, concluindo pelo laudo exarado em 14 de outubro de 2005, que não houve edição nas fitas, instauração de inquéritos policiais para apurar os crimes praticados na Assembleia Legislativa referidos anteriormente priorizando aqueles relativos as folhas de pagamento, forneceu e continua fornecendo suporte às investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual.

Ministério Público Estadual.

Decidiu pela condução da investigação em três grupos de crimes e improbidades administrativas, envolvendo membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e pessoas a eles vinculadas.

A – O primeiro grupo está centrado no conteúdo das fitas já mencionadas e descortinam a aparente exigência de vantagens indevidas por deputados estaduais ao governador do Estado, a fim de garantir-lhe apoio político. Esses fatos estão sendo investigados pelo Inquérito Civil Público nº 2005001060002646.

B – O segundo grupo de ilicitudes envolve parte considerável dos membros do parlamento de Rondônia e consiste na existência volumosa de servidores comissionados irregulares na folha de pagamento da assembleia. Tais servidores por vezes constam de uma folha paralela, mantida à margem de qualquer formalidade, que ultrapassa a cota individual de cada deputado e, em alguns casos, traz nomes dos chamados servidores fantasmas, cujos vencimentos acabam nas mãos dos deputados envolvidos. Em outras situações, mesmo servidores da folha de pagamento oficial são verdadeiros fantasmas, pois foram nomeados sem que eles próprios saibam e suas remunerações aportam nas mãos dos deputados.

E, finalmente, outras vezes ainda deputados realizam em seus benefícios empréstimos por consignação em folha de pagamento, usando, de fachada, o nome de servidores fantasmas ou mesmo servidores regulares. Durante a vigência desses empréstimos, os vencimentos do respectivo servidor passam a ser

significativos, e espúrio aumento, a fim de exatamente poderem amortizar o valor levantado pelos deputados junto às instituições de crédito. Esses fatos estão sendo investigados no âmbito civil pelo Inquérito Civil Público nº 2005001060001359.

C – O terceiro grupo aponta a existência de corrupção capitaneada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado José Carlos de Oliveira e por seu irmão, Moisés de Oliveira, envolvendo ainda Haroldo Augusto Filho, conhecido por Haroldinho, Marlon Sérgio Lustosa Jungles, cunhado de José Carlos de Oliveira, além de outras pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas.

Esse terceiro grupo, cuja investigação vem sendo realizada em pelo menos onze inquéritos civis públicos, 2005001060004820, 4849, 4829, 6669, 6667, 6670, 6674, 6716, 6715, 6673 e 1379, e está centrado em diversos processos administrativos e contratos firmados para prestação de serviços, construção de obras ou fornecimento de bens à Assembléia Legislativa do Estado, onde há robustas evidências de repasses espúrios realizados pelas contratadas aos réus ligados ao presidente da Assembléia.

A Assembléia Legislativa Estadual instalou comissão especial um dia após as denúncias. A comissão concluiu os seus trabalhos em 15 de agosto de 2005 e recomendou instauração de apuração para perda de mandato por quebra de decoro para seis deputados envolvidos nas gravações, excetuando Emilio Paulista, o único que renunciou ao mandato, e instalou comissão temporária de ética e decoro parlamentar, com a designação do Deputado Nereu Klosinski, PT, para a relatoria. As conclusões serão expostas em item próprio nesse relatório.

De parte da Comissão Externa do Senado Federal, ao longo dos trabalhos, duas alternativas se vislumbravam como uma contribuição para a superação da crise, uma externa ao Estado oriundo da União, com base nos instrumentos constitucionais, embora alavancados por interpretação mais extensiva e inovadora ou outras alternativas estaduais, com fulcro nas instituições locais.

Tendo em vista as evidências de completo esfacelamento de um dos poderes políticos, o possível comprometimento de vinte e dois dos vinte e quatro deputados com a fraude na folha de pagamento, a comissão houve por bem, em caráter preliminar, estudar a viabilidade de sugerir o pedido de intervenção federal, que será tratado ao final desse relatório.

Na visita a Rondônia, a comissão encontrou forte resistência a essa tese, mormente do Ministério Público Estadual. Nesse embate, e tendo em conta a engenharia jurídica que se começou a esboçar, a comissão

manteve-se no aguardo dessa solução, que consistiria em apoiar o único parlamentar remanescente em tese, imune à fraude da folha de salário, para que ele solicitasse na Assembléia o afastamento por improbidade dos deputados envolvidos, o que acabou sendo feito. Paralelamente, requerer-se-ia cautelarmente ao Tribunal de Justiça do Estado, com interveniência do Ministério

Público, o afastamento liminar dos deputados e a convocação dos suplentes para o julgamento dos afastados.

Esse mecanismo foi discutido pela Assessoria da Comissão Externa com o Ministério Público, quando se detectou uma hesitação dos promotores para a iniciativa, em razão de possível insuficiência da caracterização das provas. De qualquer forma, o Ministério Público continuou preparando a ação de afastamento por improbidade, embora sem se considerar ainda seguro para pedir a liminar até aquele momento.

Ante a esse conjunto de dificuldades, esta Comissão Externa voltou a refletir e a decidir sobre a tese da intervenção, objeto das conclusões deste relatório.

Histórico.

O fato desencadeador da sequência de acusações recíprocas entre um grupo de deputados estaduais e o governador do Estado de Rondônia foi a exibição no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, na noite de 15 de maio de 2005, de fita gravada pelo Governador Ivo Cassol, em sua residência, com sete deputados estaduais negociando vantagens e mesada de R\$50 mil para cada parlamentar de um grupo formado por dez deles. A gravação não foi exibida em Rondônia em razão de decisão cautelar do Desembargador Gabriel Marques, a pedido da quase totalidade dos vinte e quatro parlamentares que compõem a Assembléia Legislativa.

A infeliz decisão do desembargador, tomada em instantes após ter sido indeferido pelo juiz de plantão, o pedido de suspensão da veiculação gerou revolta na cidade, resultando em danos às estruturas físicas da Assembléia Legislativa e Palácio do Governo.

Os parlamentares que aparecem nas gravações são: Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Daniel Nery, João da Muleta, Emilio Paulista, Amarildo Almeida e Cacá Mendonça.

No domingo seguinte, em 22 de maio, o Fantástico levou ao ar novas imagens com o Governador Ivo Cassol e três dos sete deputados anteriores. A gravação foi feita provavelmente no mesmo dia da exibida anteriormente, vez que os participantes estão usando os mesmos trajes. Nessa gravação, o Deputado Emilio Paulista, PFL, revela que o Presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira, PFL, pagou R\$2.800 milhões para

um grupo de quatorze deputados, a fim de se eleger presidente da casa, cargo para o qual foi reeleito.

Outra revelação importante foi feita por Ronilton Capixaba, PL, que cita os nomes dos parlamentares que integrariam o esquema dos dez para recebimento da propina mensal. Em seguida, são citados os Deputados Leudo Buriti, PTB, Edson Gasoni, PDT, Chico Paraíba, PMDB, Chico Doido, PSB e Marcos Donadon, PMDB, Amarildo Almeida e João da Muleta, que surgem na primeira gravação. O primeiro, tratando do favorecimento para uma licitação, e o segundo, sem nada dizer, não são citados para a divisão do butim.

As fitas foram periciadas pela Polícia Federal, que não constatou nelas nenhuma edição, caracterizando-as, assim, como prova perfeita para o procedimento acusatório. Suas transcrições estão no anexo I deste relatório.

A partir dessas denúncias, a Comissão Externa para Rondônia estruturou seu trabalho conforme roteiros citados anteriormente, qual seja, destinada a acompanhar as investigações concernentes ao conteúdo das gravações e formular as recomendações que julgarem necessárias. Somando a isso, o decorrer das investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Estadual descortinou uma miríade de irregularidades e crimes na Assembléia Legislativa, distintos do fato motivador inicial e que deram origem a diversas outras linhas de investigação e procedimentos judiciais, conforme já mencionado anteriormente, e que se detalhará em capítulo próprio.

Antecedentes em Rondônia:

Essa análise considera só os fatos recentes divulgados pela Imprensa Nacional acerca do Poder Legislativo, de conhecimento da imprensa local, de boa parte da opinião pública e das entidades da sociedade civil organizada de Rondônia, comportamento há muito degenerado pela corrupção, agora desnudada nacionalmente. A manchete da reportagem da Rede Globo, originadora do escândalo, forneceu uma pista sobre o que estaria em jogo entre o Legislativo e o Executivo: violenta disputa por poder e dinheiro.

O mérito das gravações mantidas em sigilo, e agora de conhecimento da população brasileira, reside no fato que representou a cristalização de uma crise institucional entre poderes; crise que dormitava antes da atual gestão e que resultou desse rompimento da cumplicidade entre o poder que arrecada e o poder que legitima a democracia.

A fragilidade das instituições em Rondônia, Estado de criação recente, recomenda, portanto que as investigações e punições sejam exemplares para que inviabilizem rearranjos entre agentes superiores das instituições envolvidas. A expectativa da população

rondoniense e do Brasil é que esse episódio permita a depuração das instituições para que o Estado passe não mais a ser visto como uma terra sem lei e sem ordem. A atuação de órgãos federais, diante do exposto, é vital para a construção desse processo para o fortalecimento das instituições.

Quanto a Carlão de Oliveira, apesar de ter imprimido uma administração com forte investimento na imagem, comunicação, implementando programa de rádio e televisão e a interligação do Parlamento com o sistema Interlegis, é nula a transparência dos gastos da Casa que comanda. O orçamento da Assembléia tem sido considerado por técnicos do Tribunal de Contas abusivo, muito além do que seria necessário, e ninguém tem idéia real de quanto se gasta com folha de pessoal e quantos funcionários abriga.

Mencionada pelo Deputado Emilio Paulista, na segunda gravação, a compra de votos feita pelo Deputado Carlão de Oliveira, pelo valor per capita de R\$ 200 mil, a um grupo de 14 parlamentares, foi abordada timidamente por setores da imprensa na época.

O segundo mandato de Carlão de Oliveira, como Presidente da Assembléia Legislativa, foi comprado poucos meses depois de iniciado o cumprimento do primeiro. O Presidente Carlão assegurou o seu reinado de quatro anos de duração logo no início de sua gestão. Se não fosse a gravidade criminoso da situação cairia bem no bestário político de Estanislau Ponte Preta.

Fatos relacionados à Assembléia Legislativa:

O relatório do Tribunal de Contas, concluído em fevereiro de 2005, aponta que os Deputados estaduais excederam em R\$ 30 milhões as despesas com folha de pagamento em relação ao permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Naquela Casa de leis não se sabe de que forma os recursos são geridos ante a disposição negativa de integrar-se ao Siafem. Em suma, o Legislativo Estadual se tornou uma caixa preta em termos de gestão de dinheiro público, diz o parecer dos Conselheiros do Tribunal. Por determinação da Lei Estadual nº 946/2000, a Assembléia deveria ter aderido ao Siafem desde 2001.

O parecer constatou também sonegação do pagamento de R\$ 8 milhões em despesas previdenciárias e falta de controle do número de funcionários.

Os repasses anuais, segundo estudos do Tribunal de Contas, estão aquém do que deveria. Em 2003, foi de R\$ 81 milhões. Em 2004, o aprovado foi AS 102 milhões, mas o Governo Cassol cortou para AS 94 milhões; e em 2005, dos AS 95 milhões previstos, já foram repassados AS 36 milhões. O corte feito pelo Governador também foi realizado nos demais Poderes e no Ministério Público. Os técnicos do Tribunal de Contas asseguram ter sobrado dinheiro no caixa do Ministé-

rio Público e do Judiciário. Foi nesse caldo fértil que irrompeu a crise das fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol e que se desdobraram nos escândalos das folhas de pagamento e das licitações; delitos constantes nas fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol.

O desenrolar dos fatos constantes nas gravações e suas circunstâncias já foram descritos nos itens anteriores, cabe agora discorrer sobre as investigações subseqüentes pelas instituições com atuação em Rondônia e pela Comissão Externa do Senado.

Pelo seu papel de provocador e vértice das articulações ilícitas, confrontamos aqui os fatos com as explicações do Governador Ivo Cassol.

Na conversa que o Governador teve, em 25 de abril, com o Deputado

Amarildo Almeida, o Parlamentar pede favorecimento numa licitação e indica o caminho de forma técnica para atender a todos os Parlamentares sem deixar rastro. O Governador conta sobre a proposta de R\$50 mil para cada deputado e fala que se tivesse condições, tinha acertado, fazendo, em seguida, a contraproposta de pagar a metade.

O Deputado Amarildo mostra-se muito experiente, dizendo que “em Ouro Preto, quando secretário, atendia vereadores mediante convênios; que em todo lugar se faz isso”; e colocou a sua disposição um contador de extrema confiança dele, com experiência de mais de dez anos, de nome Edvaldo, para fazer as coisas andarem tecnicamente.

Sugeriu que fosse escolhida uma secretaria de destaque, a de educação ou saúde, para fazer negócios com os deputados, chamando fornecedores e dirigindo licitações. O Governador retrucou que queria conversar com Carlão, Presidente da Assembléia, e voltar a conversar com o Deputado Amarildo sobre o assunto.

Na conversa com o Deputado João da Muleta, gravada pelo Governador,

o Parlamentar diz que vai acertar com seu colega Cacá Mendonça, destinando dinheiro público para a manutenção da Fundação deste. Logo após, o Deputado Cacá é chamado à casa do Governador pelo Deputado João da Muleta. A eles o Governador manifesta desconfiança no acordo com o Deputado Carlão de Oliveira, dizendo que “na hora de repassar dinheiro para os Deputados, pode haver desavenças. Então, prefere negociar separado para isso não acontecer”.

Em resposta à Comissão, o Governador disse: “Na realidade, primeiro numa época lá eles se reuniram e me chamaram. Eles estavam em grupo. Como eu precisava documentar aquilo, um grupo de dez ou doze não viria a minha casa. Então, eu ia criando expectativa para ver se os trazia individualmente, para

poder ir documentando. Era o único caminho que eu tinha. Se eu falasse assim: vem um grupo maior aqui, o pessoal iria desconfiar. Automaticamente, o cara sozinho se sentia mais encorajado para poder abrir o jogo”. E foi o que acabou acontecendo.

Ainda naquela conversa, os dois deputados revelam que ganham R\$20 mil reais além do salário, através de assessorias. João da Muleta diz que com seis assessorias tira vinte contos. E Cacá confirma que tem o mesmo procedimento. A conversa insinua que a Polícia Federal chamou de Folha Paralela, descoberta em um *notebook*, e que beneficia a quase totalidade dos parlamentares, tema de um outro item desse relatório.

No dia 28 de abril, três dias após conversar com esses deputados, o Governador gravou uma conversa com Moisés de Oliveira, irmão e homem de confiança do Deputado Carlão de Oliveira, Presidente da Assembléia. Boa parte do diálogo nessa gravação está ininteligível. Existem palavras de entendimento duvidoso. Mas, um trecho está muito claro: o Professor Moisés, preso pela Polícia Federal, pede para o Governador mandar pagar a obra de uma ponte em Paresis, que sua empresinha chamada “Graúna” – segundo ele mesmo revela – fez.

O Governador diz que “...a ponte é ruim, mal feita, não vale R\$25 mil reais”. Moisés afirma também que teria mais de R\$100 mil reais para receber do Devop. Na fita seis, páginas nº 36 e 37, a nova conversa com o Deputado Amarildo, dessa vez em 28 de abril, acompanhado do Deputado Carlão de Oliveira, Carlão pede para o Governador favorecer o Deputado Amarildo num “contratinho” de vigilante. Reclama que o empresário Aires do Amaral é o único que presta serviços, nesse setor, ao Estado. O Governador pergunta, então, se o amigo que Amarildo menciona tem firma. Ele diz que sim. Em julho, Amarildo pede para fazer o acordo com o amigo, para o Governador autorizar a conversa dele com o então Chefe da Casa Civil, José Caúla, para fazer uns negócios.

O desdobramento disso, segundo o Governador, 101 que o negócio nunca se concretizou. “Eu só ganhava tempo. Se V. Exª pegar a primeira data e a segunda data em que foi falando, o assunto era o mesmo e eu enrolando e ganhando tempo”.

Nas páginas nºs 38, 39 e 40 da transcrição preparada pela Polícia Federal, o Deputado Aroldo Santos, dono de uma fundação de assistência à saúde, pede para o Governador restabelecer o convênio com o laboratório, elogia a qualidade da estrutura do prédio e diz que todo mundo, os Deputados, está querendo ajuda do governo. “Todo mundo tem seu detalhezinho financeiro, detalhezinho político”, diz Aroldo. No começo

do seu governo, o Governador anunciou que não iria passar dinheiro para a Fundação de Deputados; iria acabar com isso. E, ao que tudo indica, pela queixa do Deputado Aroldo, o corte foi feito.

Entretanto, é provável que tenha havido a volta às práticas antigas, pela melhoria da relação com os Deputados verificada pós-gravação.

Na página nº 58, fita 9, com Amarildo, o Deputado afirma que o grupo está fechado em vinte parlamentares, que não há grupo do Carlão ou do Deputado Ronilton Capixaba. Afirma que Carlão uniu todos, mas, nas conversas, ora o Governador fala de um grupo de quatorze ligados à Carlão, ora de dez, ligados ao Deputado Ronilton. Diz que não pode passar 50 mil para cada, mas, pede o entendimento e faz uma nova proposta em torno de 10 mil a 15 mil reais.

O Deputado Ronilton Capixaba, na fita nº 10, gravada no dia 1º de julho, o Governador revela que esteve antes com Carlão de Oliveira, presente também seu Secretário Caúla, e fez um acordo: passar 50% das obras do Estado para o Sinduscon, a fim de atender o grupo que não tem nada.

Sobre esse esquema com o Sinduscon, confirmado pelo Deputado Ronilton Capixaba, na Comissão Externa, o Governador nega ter feito o acordo. Na mesma fita, Capixaba diz que está fechado com dez deputados e que o grupo tem a solução para satisfazer-lhes o apetite financeiro. Querem 250 postos de vigilância que, pelas suas contas, dariam, cada um, um lucro de R\$ 1.960 reais, totalizando R\$ 490 mil reais por mês. “Resolve o problema de dez deputados”, diz Ronilton. Combinam, ao final, “que o Deputado iria organizar o esquema, vai botar para frente”, segundo suas palavras, e em 60 dias estaria concluído (pág. 85).

Adiante, afirma mais: “...o Senhor cresceu muito o contrato deles, não é?”, referindo-se aos colegas Deputados Aroldo Santos, Maurão de Carvalho e João da Muleta, que mantêm contatos com o Governador na prestação de serviços de limpeza e alimentação. Afirma que agora eles estão atendendo às regiões de Buritis e Extrema. O Governador diz “que os contratos deles estão acertados, homologados, que têm duração de 60 meses”. E mais adiante, fala “ter combinado com João da Muleta para dividir o pão com Marcos”.

Na fita 11, páginas 92 e 93, em 1º de julho, o Deputado João da Muleta confirma que são 21 os deputados que querem fazer o acordo com o Governador. Falam também que cada deputado já ganha R\$ 20 mil reais mensais, além do salário. Não ficou claro se esse dinheiro teria sido retirado do orçamento mensal da Assembléia ou se teria sido acertado de outra forma com o Executivo e a Assembléia.

Ainda com o Deputado João da Muleta, o Governador fala que estaria fechado com nove deputados. Ao próprio João da Muleta, Renato Veloso, Maurão de Carvalho, Aroldo Santos, Marcos Donadon, Everton Leoni, Beto Dutrento, Deusdete e Neudir de Oliveira, não ficou claro o que significava esse apoio, se envolvia os contratos já mencionados aqui e a mesada de R\$ 20 mil reais.

Sobre a denúncia de participação do Deputado Chico Paraíba na folha paralela, veiculada também no Fantástico, em 30 de outubro de 2005, o Parlamentar enviou a essa Comissão esclarecimento de que o servidor Tercílio Boteca é lotado no gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa, à disposição do seu gabinete e percebe a remuneração mensal de R\$ 461,00 reais.

Na fita 12, gravada em 2 de julho, o Governador diz ao Deputado João da Muleta que do orçamento da Assembléia, mensalmente, sobram R\$ 3 milhões e, por isso, não acredita na informação dele de que R\$ 20 mil reais é o valor extra que cada um dos deputados recebe.

O Governador afirma a vários de seus interlocutores que o Parlamento de Rondônia é, depois do Amapá, o mais caro do Brasil, tendo um orçamento mensal superior a R\$ 5 milhões.

O mais elucidativo nas gravações parece estar nas páginas 124 a 129, fita 12, depois de muita conversa com Hellen Ruth, Ronilton Capixaba e Daniel Néri, quando o governador disse que não seria possível viabilizar os R\$ 50 mil através dos 250 postos de vigilância e a Deputada Hellen declarou: “nós não podemos mudar o mundo, você não pode mudar o mundo”, insistindo que o meio seria por outros serviços terceirizados. O governador sugere o nome Edson para eles conversarem, dizendo: “posso fazer a ponte, não posso fazer o rio”. Na mesma conversa é estabelecido o valor de R\$ 20 mil para cada ao invés de R\$ 50 mil.

Na página 135, fita 13, de 8 de julho, em conversa com Moisés de Oliveira, além de já ter mencionado o mesmo tema com outros deputados, o governador fala que o Presidente da Assembléia queria um contrato sob a responsabilidade de Luís Costa, possivelmente de Ji-Paraná, em valor superior a R\$ 4 milhões. No mesmo trecho, ainda com Moisés, o governador fala que o orçamento de R\$ 5,9 milhões para a Assembléia Legislativa não está adiantando nada, foi um acordo somente para eleger o Carlão Presidente... Que os deputados não estavam cumprindo o seu papel.

Outra conversa crucial está na página 194, fita 18. Ali o governador conversa com um funcionário antigo da Assembléia, lotado na ocasião da conversa, em 14 de março, no gabinete do Deputado Edison Gazoni,

chama-se José Hilton Guimarães, estelionatário, procurado pela Justiça de Goiás. Ele também apareceu no “Fantástico” e relata esquema do Deputado Gazoni, do qual ele participava de sacar mensalmente até R\$80 mil, ora do Banco Rural, ora do Banco do Brasil, mediante vários cheques endossados.

O Deputado Chico Paraíba, inconformado com as denúncias que envolviam o seu nome, interpelou judicialmente o Governador perante o Superior Tribunal de Justiça. Em sua resposta Ivo Cassol afirmou que não teve qualquer interesse em difamar o interpelante e não confirmou que o Parlamentar teria pedido qualquer tipo de vantagem, seja de ordem econômica ou pessoal.

Apuração da Comissão Especial da Assembléia Legislativa.

No dia 16 de maio de 2005, um dia após o primeiro “Fantástico”, com as gravações, o Presidente da Assembléia Legislativa instituiu uma Comissão Especial com prazo de 60 dias para averiguar as denúncias. A Comissão ficou composta pelos Deputados Leudo Buriti, Edézio Martelli, Everton Leoni, Dr. Deusdete e Chico Paraíba, sendo o primeiro seu Presidente, o segundo o Relator.

Em 18 de maio de 2005, com a renúncia do Deputado Chico Paraíba, foi efetivado [renúncia a este cargo] o primeiro suplente, Deputado Renato Velloso, como membro titular; o Deputado Chico Doido permaneceu como segundo suplente.

A Comissão Especial da Assembléia Legislativa realizou ao todo 13 reuniões entre os dias 17 de junho e 9 de agosto de 2005. Em deliberação preliminar, a Comissão entendeu a gravidade dos fatos imputados aos deputados nas gravações que poderiam ter desdobramentos imprevisíveis e afetariam a segurança e a tranquilidade institucional do Estado; propôs a perda temporária do exercício parlamentar sem vencimentos pelo prazo de 30 dias aos Deputados Hellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Néri, nos termos do art. 88 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, e do art. 34 da Constituição do Estado de Rondônia.

A proposição da Comissão foi aprovada pelo plenário da Assembléia no dia 19 de maio de 2005. Entretanto, em 22 de junho de 2005, a Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa emitiu o Parecer nº 64, de 2005, sobre a suspensão dos vencimentos dos deputados atingidos. A Procuradoria entendeu que não houve o cumprimento do preceito constitucional da ampla defesa para a aplicação da sanção de perda temporária do mandato sem os vencimentos e, por isso, o pagamento deveria ser feito. Revogou-se, assim,

um dispositivo da resolução proposta pela Comissão Especial. A Comissão Especial, em seguida, conferiu notificação aos deputados para apresentarem defesa prévia no prazo de cinco dias, o que foi observado por todos eles. Segundo a defesa prévia e a audição das fitas, a Comissão promoveu a oitiva de todos os envolvidos, incluindo os Deputados Estaduais nominados e o Governador Ivo Cassol.

O resumo dessas oitivas encontra-se no Relatório da Comissão Especial da Assembléia, aprovada em 15 de agosto de 2005. Em seu voto, o Deputado Edézio Martelli analisou a participação de cada agente em todo o processo, confrontando o teor das gravações com as defesas apresentadas. Constituem importantes peças de considerações dedutivas que contribuem para demonstrar a participação ativa dos Deputados Estaduais no ilícito investigado.

De especial acuidade jurídica é ainda a parte conclusiva do Parecer da Comissão no que diz respeito à tipificação da conduta dos investigados, da qual extraem-se os seguintes trechos:

“Os Srs. Deputados Hellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Néri aparecem nas gravações como fazendo parte de um grupo de deputados com o objetivo de tirar proveito próprio para fazer parte de uma base de sustentação do governo. Não há dúvida de que as imagens e as vozes são dos investigados nas gravações de vídeo. Com efeito, a conduta de extrema reprobabilidade levada a efeito pelos parlamentares citados foi detalhadamente esmiuçada nas divulgações das imagens do programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão, e explicitada nas gravações encaminhadas a esta Comissão. Tais fatos demonstram de forma muito clara, com objetividade e sem rodeios, que os deputados investigados estavam exigindo dinheiro do governador para aprovar matérias na Assembléia Legislativa. Os elementos de prova colhidos em poder da Comissão atestam de forma inquestionável que os deputados investigados solicitaram ao governador vantagem financeira como forma de atuar na Assembléia Legislativa em favor do governo”.

E após transcrever mais um trecho da conversa aduz:

“A conduta dos deputados investigados caracteriza, em tese, o delito previsto no art. 317 do Código Penal brasileiro, corrupção passiva, o que por certo ensinará a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário através de suas instâncias competentes. Todavia, para a instância parlamentar depositária do voto popular, é necessário o enquadramento em quebra de decoro, situação tão grave quanto a subjunção da hipótese do Código Penal”.

E sobre esse tema o parecer também discorre:

O julgamento legislativo não se confunde com a esfera judicial penal, pois é político. Eventual cometimento de crime deve ser objeto de apuração junto ao Poder Judiciário, se assim entender cabível o Ministério Público. A independência do processo que estamos levando a termo é tema que merece realce, razão pela qual reportamo-nos às razões que fundamentaram o Relatório do Deputado Inaldo Leitão, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da Câmara Federal, por ocasião do processo instaurado para apurar a quebra de decoro parlamentar do Deputado Hildebrando Pascoal.

O processo de perda de mandato, em razão do comportamento incompatível com o decoro parlamentar, inicia e tem fim na Câmara a que pertence o parlamentar que adota conduta que se ajusta à visão da maioria quanto à postura ética que a instituição exige, observada pelos seus membros. Essa visão, entendemos, há de vir sempre informada do sentimento contemporâneo da sociedade, com o qual os parlamentares, representando o somatório de todos os interesses ideológicos, ideologias e aspirações, devem estar permanentemente afinados.

Daí a impertinência de critérios rígidos que impeçam o julgamento político sem prejuízo, no entanto, da observância de regras formais que assegurem o amplo direito de defesa. Quando o comportamento do parlamentar, no entanto, não só corresponde a uma infração à conduta ética, mas caracterizar também atitude delituosa, tipificada como crime, essa última circunstância, a nosso entender, não poderá ser sopesada pela Casa Legislativa para efeito de adotar ou não sanção justificada em motivação de ordem ética, mas isso não impede, no entanto, que as circunstâncias do momento, o choque que atitude ou atitudes delitivas venham a provocar na sociedade, autorizem ao como legislativo que, no seu conjunto, se veja ofendido indiretamente em razão de comportamento delituoso de um de seus membros, firme-se no poder/dever de dar uma satisfação à sociedade em correspondência com o *status* da relevada representação recebida, adotando a sanção que entender cabível àquele que conclua haver conspurcado a honra da respectiva instituição.

Vê-se que a falta de decoro parlamentar é a falta de decência no comportamento pessoal capaz de desmerecer o parlamento, é a falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo de modo a expô-lo a críticas. Portanto para que se configure a quebra de decoro não é necessário ter o deputado praticado conduta tipificada pelo Código Penal, basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa.

E conclui, ainda antes de proferir o voto. Na apuração levada a termo por esta Comissão, as provas colhidas demonstram de forma inequívoca que os Deputados Hellen Ruth, Onilton Capixaba, Emilio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta e Daniel Néri solicitaram e tentaram negociar o pagamento de valores a fim de darem sustentação ao Governo na Assembléia Legislativa. Tal solicitação, indubitavelmente, fere a dignidade e a decência que devem revestir o exercício do mandato parlamentar. A conduta dos mencionados Deputados atingiu a honradez e o seu próprio respeito, cabendo à Assembléia Legislativa rejeitar esse comportamento.

Portanto esta Comissão tem a prerrogativa e a independência necessárias para, comprovada a falta de decoro, recomendar a instauração de processo com vista à cassação dos mandatos dos referidos parlamentares por quebra de decoro.

Após essas considerações, o relator conclui seu voto que foi em seguida aprovado pela Comissão com as seguintes recomendações: **a)** instauração de processo com vistas à decretação da perda de mandato dos Deputados Hellen Ruth, Onilton Capixaba, Emilio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, e Daniel Néri; **b)** instauração de inquérito para averiguar indicio de quebra de decoro pelo Deputado Cacá Mendonça; **c)** não aplicação de qualquer recomendação sobre o Deputado Emilio Paulista, por este ter renunciado ao mandato e **d)** instalação de comissão parlamentar de inquérito no âmbito da administração estadual para investigar indicio de conduta incompatível com os princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade e moralidade, mais precisamente na contratação de empresas no âmbito da construção civil e prestadora de serviços.

412. Julgamento da comissão temporária de ética e decoro parlamentar. Foi instalado no dia 18 de agosto pela Mesa Diretora da Assembléia uma comissão temporária de ética e decoro para apreciar o pedido de cassação de seis deputados. A comissão ficou composta pelos Deputados: Romeu Reolon, Presidente, Nereu Klosinsk, Relator, Dr. Deusdeth, Dr. Carlos e Beto do Trento, como membros titulares e os Deputado Everton Leoni e Chico Doido, como suplentes.

Com relação aos Deputados Cacá Mendonça, Daniel Néri e João da Muleta, prevaleceu na Comissão o voto do Deputado Dr. Deusdeth que determinou a absolvição de Cacá Mendonça e Daniel Néri por falta de provas e suspensão do mandato por 30 dias do Deputado João da Muleta. Com relação aos demais, o Relator, Deputado Nereu Klosinski, com base precipuamente no levantamento já efetuado pela Comissão Especial recomendou: "Amarildo Almeida, perda

do mandado por afronta ao art. 55, inciso II, § 1º da Constituição Federal; art. 34, inciso II da Constituição Estadual, combinado os arts. 88 a 90 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Ronilton Capixaba, perda do mandato, pelas mesmas razões; Hellen Ruth, perda do mandato por afronta aos mesmos artigos”.

Entretanto, como se sabe, e para a mais completa decepção dos que aguardavam o início do saneamento pela própria Casa Legislativa, o Plenário da Assembleia absolveu todos os acusados e que tinham parecer do Conselho de Ética pela cassação.

4.2 – Delitos nos contratos de serviços e obras. Nesse item será adotada a classificação das investigações do Ministério Público de Rondônia, que as separou em razão das empresas envolvidas nos ilícitos e de cujos inquéritos foram retiradas as seguintes informações:

a – Áudio Vídeo e *Sistem* Ltda, Inquérito Civil nº 2005001060004820.

Neste inquérito investiga-se desvio de R\$3.025.087,99 dos cofres da Assembleia Legislativa, por ter havido pagamentos ilegais à *Áudio Sistem*, cujo montante, R\$2.311.200,00, foi embolsado pelo esquema liderado por José Carlos de Oliveira, enquanto o restante, R\$713.887,99, foi apropriado pela empresa.

A fim de alicerçar os desvios, praticou-se um superfaturamento de mais de 1.260% no preço de um dos serviços prestados pela *Áudio Sistem* à Assembleia Legislativa, filmagem integral com captação de áudio ambiente das sessões realizadas pela Assembleia Legislativa, pois se vendeu o dito serviço por R\$300,00 o minuto, quando custa, no mercado, em tomo de R\$23,82 o minuto.

Além disso, houve o pagamento de 1.228 minutos desse mesmo serviço, filmagem integral com captação de áudio ambiente que não guardaram qualquer correspondência com o objeto do contrato, pois a *Áudio Sistem* apropriou-se ilicitamente de imagem de filmes produzidos por terceiros e divulgados no Festival de Cinema de Porto Velho, o Cine Amazônia, e as vendeu à Assembleia, que, conivente, pagou-lhe R\$300,00 por minuto, num total aproximado de R\$368.000,00. Nesse caso, houve uma criminoso apropriação de serviço alheio e de sua venda à Assembleia ao preço escandaloso de R\$300,00 o minuto.

A conduta revela o espírito malsão que motivava as partes envolvidas nesse contrato, cuja finalidade tramada era não o serviço honesto, mas a produção a qualquer custo de despesas que dessem ar de liceidade ao desvio de recursos dos cofres da Assembleia.

Além dos repasses em espécie, em alguns casos houve transferências

bancárias, TEDs, para pagamentos de débitos de José Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira, como, por exemplo, a de R\$40 mil à empresa LS Turismo e Câmbio, em abril de 2005; a de R\$25 mil ao Posto Ale, em agosto de 2004; e a de R\$15 mil a João Carlos Batista de Souza, também em agosto de 2004.

b – Capri Marketing Consultoria e Informática Ltda., Inquérito Civil nº 2005001060004849.

Nesse Inquérito Civil do Ministério Público de Rondônia, constatou-se que a empresa Capri, possuidora de pelo menos três contratos com a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, repassou ao Deputado José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira, Haroldinho e Marlon Jungles quantia superior a quatrocentos e oitenta mil Reais relativos aos processos 16.34/03, 217/04 e 163/04 entre março de 2004 e maio de 2005. Para tanto, superfaturou a pedido de Moisés de Oliveira dois dos contratos, Processo Administrativo nº 1634/03 e 217/04, elevando-se a valores próximos a oitenta mil Reais cada um, valor máximo admitido para a deflagração de licitação mediante convite, modalidade licitatória que facilitaria a escolha antecipada e fraudulenta da Capri.

Segundo José Lacerda, proprietário de fato da empresa, do total recebido referente a esses dois processos, a Capri ficou com apenas quarenta e cinco mil Reais. O restante, em torno de cento e catorze mil Reais foi repassado aos envolvidos.

Maria Lídia, representante legal da contratada, as vezes endossava os cheques da própria Assembleia e sacava na boca do Caixa entregando o montante a Haroldinho ou a sua Secretária Luciane. Outras vezes, emitia cheques da própria empresa e os endossava com a mesma finalidade.

Finalizados os pagamentos do Processo nº 1634/03 e 217/04, insatisfeitos com a sangria que vinham proporcionando aos cofres públicos, Carlão de Oliveira e demais envolvidos incrementaram o desvio de recursos do erário. Para tanto, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia assinou contrato ALE/DT/005/245 com a empresa Capri Marketing com suporte no Processo ADM 00163/ALE/O4 para prestar serviço de telemarketing sob o pretexto da criação de um canal de comunicação com a sociedade por meio de telefones 0800.

Mencionados serviços seriam remunerados ao preço de trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais mensais pelo período de um ano, perfazendo o total global de quatrocentos e setenta e sete mil Reais, dos quais foram pagos quatrocentos e vinte e quatro mil Reais. Do total desse pagamento, foi repassado a

José Carlos de Oliveira e demais envolvidos a quantia superior a trezentos e sessenta e seis mil Reais.

Nesse período, não houve sequer uma ligação para o 0800, ou seja, nenhum serviço foi efetivamente prestado. Assim, apropriaram-se criminosamente de quatrocentos e vinte e quatro mil Reais pertencentes ao erário. É um mini-Delúbio. Sem trocadilho, Presidente.

A dinâmica dos desvios seguiu o mesmo caminho com a expressiva participação de Moisés Marlon e Haroldinho. Os cheques eram retirados do Departamento Financeiro da Assembléia Legislativa e endossados pela empresa e sacados ou depositados na conta da empresa que emitia outros cheques, cujos valores, após descontados, eram embolsados por José Carlos de Oliveira, Moisés, Marlon e Haroldinho.

Esses fatos estão perfeitamente delineados pelos inúmeros documentos que compõem o Inquérito Civil Público nº 2005001060004849, em especial pelas declarações de José Lacerda, proprietário de fato da Capri, de Maria Lídia, sócia proprietária da mencionada empresa, Luciane Maciel da Silva Oliveira, do próprio Haroldinho e ainda corroborados por Luciana de Rossi, Kátia Maria Tavares das Neves e Terezinha Esterlita Grande Massaro.

O depoimento de Luciane Maciel da Silva Oliveira é bastante ilustrativo. Que no caso da empresa Capri, a depoente recebia vários cheques do Banco Rural assinados por Maria Lídia e esses cheques tinham seus valores sacados e levados em dinheiro vivo para Haroldinho e, às vezes, feitos depósitos, ted's ou doc's; que sabia que Haroldinho levava dinheiro em espécie para Moisés; que uma vez fez um saque juntamente com Maria Lídia no Unibanco, de dinheiro que havia sido repassado pela ALE para a Capri; que nesta oportunidade, Maria Lídia ficou com parte do dinheiro para pagamento da empresa e a depoente levou o restante em espécie para o escritório na D. Pedro II; que o dinheiro sacado em espécie pela depoente era repassado para Moisés, Haroldino, Marlon, Jungles; que conhece o José Lacerda de Meio, da empresa Capri a quem foi apresentado por Haroldinho; que também se constatou que, em 2005, Capri, a pedido do esquema liderado por Carlão de Oliveira abriu uma conta em nome da empresa no banco Bradesco no qual houve uma movimentação bancária de cem mil Reais. Esse valor teve origem no depósito de um cheque emitido pela Assembléia para pagamento à empresa Tropical Táxi Aéreo que, a propósito, é um dos fornecedores que tinham pagamento retirado irregularmente do departamento financeiro.

Dessa movimentação, transparece indícios de desvios de recursos da Assembléia envolvendo outro

fornecedor, Tropical Táxi Aéreo, exatamente pelo suspeito caminho percorrido pelo dinheiro, ante o comprovado fato de que esse valor foi sacado a retalho pelo esquema de José Carlos de Oliveira. Nesse ano de 2005, avolumaram-se suspeitas movimentações bancárias na conta da Capri, entrelaçando as empresas HMCO, Ajucel e Transmilenium, todas reconhecidas envolvidas no esquema de desvio de dinheiro da Assembléia.

Assim, constatou-se uma transferência de R\$312mi1 da conta da Capri para a conta da Ajucel, um crédito de R\$151.985,00 na conta Capri, feito por Marcelo Suzuki, sócio de Haroldinho na HMCO, empresa que, por sua vez, representa a Transmilenium em Rondônia. Esse crédito partiu de uma agência do Banco do Brasil em Goiânia, cidade onde está sede da Transmilenium, muito sintomático que imediatamente após esse crédito a Capri sacou o valor de R\$152mil através de um cheque nominal à Luciane, secretária de Haroldinho, a indicar que esse valor destinou-se ao esquema de desvio citado, comandado por Carlão de Oliveira.

C – Transmilenium. Inquérito Civil nº 2005001060006669. A empresa Transmilenium, situada em Goiânia, Goiás, investigada pelo Inquérito Civil nº 2005001060006669, recebeu dos cofres da Assembléia de 2003 até hoje a expressiva quantia de R\$12.351.919,73. Teresinha Marsaro, diretora financeira da Assembléia retrata, com firmeza, que os cheques destinados à Transmilenium seguiam aquele irregular trâmite anteriormente mencionado, sendo intensas as participações de Moisés, Haroldinho e Marlon.

Da Transmilenium já se tem indícios de que, pelo menos, R\$301.985,00 foram desviados para o esquema liderado por Carlão. Com efeito, R\$151.985,00 foram depositados na conta da Capri e, em seguida, sacados por Luciane Maciel que, como dito, realizava as operações bancárias para o grupo. Outros R\$150 mil foram depositados na conta da LS Turismo, também fornecedora da Assembléia e repassados a José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira e Marlon Jungles.

D – LS Turismo Ltda., Inquérito Civil nº 2005001060006667. A LS Turismo é também uma das empresas cujos pagamentos serão realizados de forma irregular foi palco de inacreditáveis improbidades. Do revelador depoimento de seu proprietário extrai-se o seguinte: exigência pelo esquema de volumosa propina da empresa para pagamento dos serviços prestados e para continuidade do fornecimento de passagens aéreas à Assembléia, escancarada lavagem de dinheiro, utilizando-se da conta da empresa para recebimento de propina de outra fornecedora da Assembléia Transmilenium, pagamento de dívidas de Carlão Moisés e

Marlon à LS Turismo, mediante nomeação de parente de Roberto Carlos Barbosa, proprietário da LS como fantasmas da folha de pagamento da Assembléia. As declarações de Roberto Carlos Barbosa confirmam o absurdo e a gravidade desses fatos.

E – Rondoforms – Indústria Gráfica Ltda., Inquérito Civil nº 2005001060006670. As investigações realizadas dão conta de que irregularidades semelhantes àquelas já descritas envolveram também a Rondoforms Indústria Gráfica Ltda. Essa empresa prestou serviços para a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, nos anos de 2003, 2004 e 2005 quando recebeu respectivamente R\$155.233,18, R\$1.086.363,50 e R\$2 mil. As declarações de Teresina Marsaro, diretora Financeira da Assembléia Legislativa, retratam a existência de procedimentos irregular, quando dos pagamentos à Rondoforms.

Adriane Wittwer, gerente de contas na agência setor público 2757-X, do Banco do Brasil, em Porto Velho, esclareceu ter presenciado Luciane, secretária de Haroldinho acompanhando o sócio da Rondoforms, em pelo menos um saque em dinheiro realizado naquele período. A Rondoforms realizou saques em dinheiro que despertaram atenção da gerência do Banco, que prontamente comunicou as alterações ao Coaf, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão do Governo Federal que disciplina, aplica penas administrativas, recebe, examina e identifica ocorrências suspeitas de atividades ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro. Também nesse caso, portanto, são fortes os indícios de desvio de dinheiro público.

F – A Ajucel Informática Ltda. Inquérito Civil 2005001060006674. A Ajucel, por sua vez, foi do mesmo modo relacionada por Terezinha (*Inaudível.*) e por Kátia Tavares das Neves, outras servidoras do setor financeiro da Assembléia Legislativa, dentre as empresas envolvidas em pagamentos irregulares.

A citada empresa possui um milionário contrato com a Assembléia de mais de R\$26 milhões. A própria Lucina, em pelo menos um depoimento prestado na Polícia Federal, embora tenha se retratado de forma não convincente, asseverou ter acompanhado algumas vezes o responsável pela empresa Ajucel Informática Ltda à agência bancária onde foram feitos saques e o dinheiro entregue a Moisés de Oliveira, Haroldinho ou a Marlon, no mesmo esquema já mencionado.

Dos extratos bancários conclui-se a existência de volumosos saques de cheques emitidos pela Assembléia Legislativa à Ajucel. Há também a já citada transferência de R\$312 mil de uma conta Capri, movimentada de fato pelo esquema liderado por Carlão para a conta da Ajucel, numa clara demonstração das operações

espúrias que eram realizadas entre o Presidente da Assembléia e alguns dos seus fornecedores.

G – Brasil Agenciamentos e (*Inaudível*) Toures Brasil – Inquérito Civil 2005001060006716. Nessas empresas o esquema atuou de forma incisiva. Amarildo Gomes (*Inaudível.*), proprietário das empresas, esclareceu que, em um ano, foram pagos aproximadamente R\$200 mil de propinas. Além disso, a conta corrente da (*Inaudível.*) Toures Brasil foi utilizada pelo mesmo esquema para lavar em tomo de R\$400 mil. Para tanto, a pedido de Moisés, Amarildo consentiu fosse depositado o montante já citado na conta da (*Inaudível*) Brasil. Após o depósito, cuja origem Amarildo diz desconhecer, o dinheiro foi sacado e entregue às pessoas de costume.

H – Reforma da Assembléia. Fox Pretender e Fernandes (*Inaudível.*) Inquérito Civil 2003001060011379. Em investigação feita pelo Ministério Público, constatou-se que a reforma do prédio da Assembléia, realizada sob a presidência de José Carlos de Oliveira foi objeto de volumosas irregularidades que redundaram num gasto de aproximadamente R\$2 milhões. Essa obra foi realizada por três empresas contratadas em diversos processos licitatórios na modalidade “convite”, numa escandalosa fragmentação de despesas. Todas as empresas envolvidas na reforma, Fox Construções Ltda., Fernandes Salami, ME e Pretender Comércio e Representações Ltda., tinham os pagamentos realizados da forma absolutamente irregular já mencionada, pagamentos com cheques fragmentados, por determinação de Moisés, Marlon e Haroldinho, sem a comprovação da prestação de serviços. Além disso, grande parte dos cheques dados em supostos pagamentos às empresas citadas foi sacada nas agências bancárias, numa inequívoca demonstração da forma estranha e pouco convencional em que se deu a reforma sob análise. Destaque-se que a Fox é uma empresa sediada na pequena e distante cidade de Alto Alegre dos Parecis, sendo que no endereço por ela apresentado, segundo o auto de constatação do Ministério Público, existe uma empresa absolutamente diversa.

I. Aquários Comércio e Serviços de Limpeza Ltda., Inquérito Civil nº

2005001060004829. Aqui se investigam pagamentos da Assembléia Legislativa à Aquários Comércio e Serviços de Limpeza Ltda., realizados no período de outubro de 2004 a maio de 2005, num montante de R\$930.500, referentes a despesas de colocação de veículos. Essa empresa está em nome de Laerte Ribeiro de Oliveira e Donizete (*Inaudível.*), aquele primo e este cunhado de José Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira, a quem de fato pertence a empresa em questão.

Da análise dos processos administrativos a que o Ministério Público teve acesso, verifica-se que a locação de veículos pela Assembléia Legislativa pela empresa Aquários se deu sem licitação, havendo apenas em dois processos nºs 1.249/04 e 1.501/04, despacho do Presidente da casa de leis, reconhecendo e homologando as despesas sobre o argumento de urgência para sanar problemas, sem existir, contudo, nos respectivos processos, a motivação da urgência mencionada.

Todavia, há outros pagamentos sem qualquer espécie de justificativa. Apesar de os pagamentos terem sido efetuados, não há certificação da realização do serviço, tão pouco especificação dos veículos, em tese, locados na Assembléia Legislativa, tais como placa, ano, cor e chassi, o que evidencia graves irregularidades nos respectivos pagamentos.

Agregam-se a essas circunstâncias, que por si só causam estranheza, informações de Kátia Maria Tavares das Neves, Luciano de Rossi e Terezinha Marsaro, servidores da Assembléia Legislativa, de que os pagamentos à empresa Aquários não seguiam os prosseguimentos regulares. Primeiro efetuavam os pagamentos e só depois os serviços eram recebidos. E ainda assim, pro forma, vez que há fortes indícios de que os serviços não eram efetivamente prestados, pelo menos em sua integralidade. A empresa era uma ponte a mais nos desvios promovidos pela estrutura de corrupção montada na Assembléia.

Essa evidência torna-se mais patente ante as informações de que a empresa arcou com os custos de aquisição de dois veículos ligados ao Presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira. Esses dois veículos constituem a expressão mais clara da absoluta desfaçatez com que se conduziam os deputados deste Estado e a total confiança na impunidade que os cercavam. Trata-se do sorteio de dois veículos entre os parlamentares e suas esposas. No final de 2004, durante os festejos de fim de ano, o Presidente da Assembléia, José Carlos de Oliveira, promoveu uma confraternização entre os deputados e seus familiares no Clube da Engecom, na cidade de Porto Velho.

Para abrilhantar a confraternização, Carlão de Oliveira, à guisa de mimo, sorteou entre os Deputados um veículo zero quilômetro, de luxo, marca Toyota Corolla, XEI, câmbio automático, ano 2004, modelo 2005. E entre as esposas dos deputados, um veículo popular – mulher é discriminada, Presidente, não pode – também zero quilômetro, marca GM, Chevrolet, modelo Celta. Para tanto, atuando mais uma vez em nome do grupo, Aroldinho esteve na empresa Nissei Motors Ltda., a fim de adquirir um veículo de luxo.

Na ocasião, informou que a nota fiscal deveria ser emitida após o evento, para que saísse diretamente em nome do sorteado. Além disso, precisavam levar o carro ao local do evento para expô-lo, para liberação e exposição do veículo no Clube da Engecom. Foi entregue por Aroldinho um cheque da Empresa Aquários, ocasião em que afirmou que a empresa era nossa, e que ela era responsável pelo evento. O veículo foi levado ao Clube da Engecom, por uma funcionária da concessionária, e colocado ao lado do veículo Celta, que também havia sido adquirido e pago com o cheque da empresa Aquários que foi depois resgatado. Sorteados os veículos, a esposa do Deputado Neldir de Oliveira foi contemplada com o Celta, e o Deputado Chico Doido ganhou o Corolla.

Na segunda-feira, após o sorteio, o cheque emitido pela Aquários, cuja beneficiária era a Nissei Motors, foi depositado e pago. Posteriormente, Aroldinho informou que o sorteado preferiu o dinheiro, razão pela qual pretendia devolver o veículo à Nissei Motors. Ante a discordância da empresa, Cartão de Oliveira decidiu ficar com o veículo e determinou então que ele fosse faturado no nome de João Carlos Batista de Souza, conhecido por João Sujo, pessoa notoriamente a ele vinculada. Intuitivo, pois que o dinheiro público de forma direta ou indireta custeou essas benesses.

As informações colhidas dão conta também de que o próprio Deputado Carlão de Oliveira já estivera juntamente com João Sujo em outra revendedora de veículos, Ivel, concessionária Honda, mostrando o seu interesse na aquisição de um veículo de luxo. Mas não houve acerto ante a negativa desta em permitir a saída do veículo para exposição no local do sorteio sem o respectivo faturamento.

Aliás, a confraternização no Clube da Engecom acima mencionada foi veiculada nos jornais eletrônicos: Rondônia Notícias, de 29-12-2004, Observador.com, de 30-12-2004 e Clarim da Amazônia, de 30-12-2004 com a seguinte manchete: José Carlos de Oliveira, veículo comprado em nome de terceiro.

No dia 12 de março de 2004, João Carlos Batista de Souza, o João Sujo, esteve na empresa Nissei Motors Ltda., e entabulou negociação para aquisição de uma caminhonete Hilux, informando que o veículo seria destinado ao Presidente da Assembléia Legislativa, porém o carro deveria ser faturado em nome de Daniela Feitosa Monteiro, mulher de Nilson de Oliveira, administrador das fazendas de Carlão, em nome de quem, aliás, já esteve parte do gado do Presidente da Assembléia.

O faturamento efetivamente saiu para Daniela, embora esta jamais tenha ido àquela concessionária. O pagamento de R\$70 mil foi realizado da seguinte

forma: R\$39.900,00 financiados junto ao Banco Sudameris; R\$8.100,00 entregues em moeda corrente, e dois cheques de Daniela, um de R\$7.500,00 e outro de R\$10.000,00, com prazo de 30 e 60 dias respectivamente. Há ainda um débito de R\$5.100,00 para ser quitado junto à concessionária.

Não fosse a estranheza da negociação, as investigações permitiram comprovar que Daniela é servidora comissionada da Assembléia Legislativa de Rondônia, lotada exatamente no gabinete da Presidência. Tratou-se, portanto, a aquisição em nome de Daniela de mais uma forma de desvio de recursos públicos, agora relacionadas às irregularidades da folha de pagamento, constituindo aliás figura característica do crime de lavagem de dinheiro, que será obviamente apreciado quando da conclusão dos inquéritos policiais.

43. Delitos nas folhas salariais.

Em suas investigações nas irregularidades na Assembléia, inclusive com a apreensão de computador portátil usado na fraude, a Polícia Federal verificou a existência de fraudes na folha de pagamento da casa legislativa, envolvendo confecção de folha fantasma, fraude na própria folha oficial e empréstimos consignados forjados. Apenas a folha paralela ou fantasma teria em 11 meses desviado 15 milhões de reais da Assembléia Legislativa, segundo a Polícia Federal.

O Partido dos Trabalhadores protocolou representação na Assembléia Legislativa e no Ministério Público requerendo a abertura de procedimentos visando apurar o envolvimento da quase totalidade dos deputados estaduais, 22, no desvio de recursos por meio da mencionada folha paralela.

O Ministério Público determinou o arquivamento da representação citada no parágrafo anterior, entendendo que os documentos e as representações nada acrescentam às investigações e também nada inovam, no que se refere à configuração jurídica das medidas a serem oportunamente adotadas e instaurou inquérito civil para investigar o assunto.

O procedimento do Ministério Público apura comprovada folha de pagamento paralela, composta de servidores comissionados, que seguia trâmite absolutamente diverso da folha oficial. O pagamento dos integrantes do quadro de pessoal regular da Assembléia era encaminhado diretamente aos bancos em que os servidores possuem conta-corrente, em geral o Unibanco.

Entrementes, a dita folha paralela era confeccionada mês a mês e logo após os cheques correspondentes aos salários dos supostos servidores eram entregues diretamente aos deputados e aos seus chefes de gabinete, sendo os da Presidência entregues a Moisés de Oliveira ou Marlon Jungles. A indigitada folha pa-

ralela era confeccionada no departamento financeiro e não no departamento de recursos humanos, como ocorria com os servidores da folha regular. Para sua confecção, a cada mês, o Presidente da Assembléia, Carlos de Oliveira, seu irmão Moisés de Oliveira ou ainda Marlon Jungles repassava à diretora do departamento financeiro os valores a serem repassados a cada deputado. A eles também competia apresentar a relação de nomes que deveriam figurar como servidores comissionados da Assembléia Legislativa no mês, de forma a justificar o recebimento do valor destinado pela Presidência.

Tais servidores, segundo apurou a Polícia Federal, não possuíam cadastro, ficha funcional e sequer ato de nomeação. Com a citada folha paralela, desviaram-se de junho de 2004 a maio de 2005 em torno de R\$15 milhões, segundo informações da Polícia Federal e do Ministério Público estadual.

As folhas de pagamento oficial e paralela possuíam outra grave irregularidade. Nelas figuravam servidores que sequer tinham conhecimento disso, eram verdadeiros funcionários fantasmas dos deputados estaduais. Nesses casos, os cheques de pagamento não eram entregues aos supostos servidores, mas endossados geralmente por terceiros não identificados que eles simulavam ser o favorecido, após o que os valores eram sacados ou depositados em contas predeterminadas e tinham como destino final o Deputado, o gabinete, em que o servidor em tese estava lotado. Toda essa operação consistia na verdade em um esquema forjado para desvio de dinheiro público.

Finalmente, os Deputados realizaram em nome dos servidores comissionados empréstimos junto a instituições de crédito para desconto em folha em que o valor levantado era destinado a eles próprios. Os empréstimos feitos em nome de terceiros constituíam verdadeira antecipação do valor que pretendiam ilícitamente receber durante a manutenção do fantasma na folha de pagamento. Em outros casos, os empréstimos eram feitos em nome dos servidores regulares que, entretanto, tinham os vencimentos acrescidos da quantia que seria destinada mensalmente ao pagamento do empréstimo levantado em favor do Deputado.

De acordo com dados preliminares levantados pela Polícia Federal, o notebook apreendido no qual era confeccionada a folha paralela, foram desviados recursos da Assembléia Legislativa entre 1º de junho de 2004 e 30 de abril de 2005 aos seguintes Deputados:

- 1) O Deputado Beto do Trento nomeou na tolha paralela de pagamento do seu gabinete nove servidores, aos quais a Assembléia pagou salário bruto de R\$172.400,00;

2) O Deputado Amaril de Oliveira gastou com seus 25 fantasmas a quantia de R\$602.400,00;

3) O Deputado Dr. Carlos, Carlos Henrique Bueno da Silva, pagou a 13 servidores a importância de R\$299.00,00;

4) O Deputado Daniel Néri de Oliveira com 43 funcionários pagou R\$800.500,00;

5) O Deputado Deusdete Antônio Alves pagou a 13 servidores R\$323.400,00;

6) O Deputado Edésio Amartele tinha 21 funcionários pagou-lhes R\$598.200,00;

7) O Deputado Edson Gasone pagou aos 28 funcionários lotados em seu gabinete a importância de R\$760.00,00;

8) A Deputada Helen Ruth O. de Saltes Rosa com 26 servidores gastou R\$887.500,00;

9) O Deputado Everton Leoni pagou seus 26 funcionários a importância de R\$683.600,00;

10) O Deputado Chico Doido, Francisco Isidro dos Santos, gastou com 28 funcionários R\$705.500,00;

11) O Deputado Léo do Buriti, Francisco L. B. Sousa, tinha 28 funcionários e lhes pagou R\$811.500,00;

12) O Deputado Haroldo F. Carvalho Santos, com 22 funcionários despendeu R\$898.800,00;

13) O Deputado João da Muleta, João Batista dos Santos, gastou com seus 16 funcionários a importância de R\$240.000,00;

14) O Deputado Cacá Mendonça, João Ricardo Geromolo Mendonça, tinha 50 funcionários, com os quais gastou R\$1.130.100,00;

15) O Deputado Emilio Paulista, José Emilio Mancuso de Almeida, com 24 funcionários, gastou R\$936.000,00;

16) O Deputado Marcos Antônio Donadon tinha 20 funcionários e com eles gastou R\$694.000,00;

17) O Deputado Mauro de Carvalho com 43 funcionários pagou R\$754.550,00;

18) O Deputado Neudi Carlos Francisco de Oliveira pagou seus 10 servidores fantasmas R\$344.500,00;

19) O Deputado Nereu José Closins com apenas 4 funcionários gastou R\$182.000,00;

20) O Deputado Paulo R. O. Morais, afastado para exercer o cargo de Secretário de Segurança Pública contratou 8 servidores e pagou R\$153.000,00 – até afastado pagava;

21) O Deputado Renato Euclides Carvalho Veloso Viana nomeou ria folha paralela 40 servidores, aos quais pagou a soma de R\$667.400,00;

22) O Deputado Ronilton Capixaba, Ronilton Rodrigues Reis, com 29 funcionários, gastou R\$19.900,00;

23) O Deputado Carlão de Oliveira, José Carlos de Oliveira, Presidente da Assembléia, empregou 41 funcionários, os quais destinou R\$1.401.500,00.

Esse esquema de locupletamento ilícito de Parlamentares em detrimento do erário de pessoas que sequer sabiam que seus nomes figuravam na tolha de pagamento da Assembléia encontra-se evidenciado em inquérito civil público do Ministério Público de Rondônia. E também robusto o conjunto probatório produzido pela Política Federal. Os vários documentos apreendidos que *já* foram periciados integram os inquéritos policiais que estão em fase de conclusão. O envolvimento do Presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos de Oliveira, de Moisés José Ribeiro de Oliveira e de Marlon Sérgio Lustosa (*Inaudível*). Esse último, como já dito, irmão e cunhado do primeiro, é de perfeita visualização dos depoimentos colhidos.

Recomendações.

5 – A situação no Estado de Rondônia, como visto, é extremamente grave e excepcional. A ordem pública, que não deve ser confundida com segurança pública, encontra-se seriamente comprometida. Essa premissa pode ser comprovada em um simples passeio pelas ruas da capital Porto Velho. As pessoas estão revoltadas e prontas para tomar medidas violentas, o que, aliás, já foi feito em um recente ataque à Assembléia Legislativa. O Estado democrático *de* direito e, portanto, a ordem pública, reclamam respostas moralizadoras urgentes, e, não obstante o trabalho árduo que está sendo desenvolvido pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Federal ao Poder Judiciário ainda não conseguiu entregar efetivamente entregar a prestação jurisdicional, determinando o afastamento dos Parlamentares Estaduais comprovadamente envolvidos nos escândalos.

Alerte-se que as provas de corrupção que grassa na Assembléia Legislativa de Rondônia são robustas. Todavia, essa robustez não foi suficiente para que os envolvidos fossem cassados por quebra de decoro Parlamentar no procedimento administrativo que tramitou naquele Parlamento. Assim, após tudo que se apurou, esta Comissão Externa, entende por bem fazer as seguintes recomendações às autoridades, poderes e instituições:

“A – Pugnar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que decrete intervenção federal no Estado de Rondônia diante do grave comprometimento da ordem pública e do não-funcionamento adequado do Poder Legislativo no Estado de Rondônia é imperativo que se instrumentalize o instituto constitucional da intervenção federal na citada unidade federativa.”

A intervenção é ato político que consiste na incursão da entidade interventora nos negócios da entidade que a suporta. Constitui a antítese da autonomia, pois afasta momentaneamente a atuação autônoma do Estado do Distrito Federal ou do Município que a tenha sofrido.

A Constituição consagra o princípio da não-intervenção, isso porque tal ato se traduz em medida excepcional de defesa do Estado Federal e de proteção das unidades federadas que o integrem. E instituto essencial ao sistema federativo, sendo exercido em função da integridade nacional e da tranquilidade pública. Quando o interventor for da União nos Estados ou no Distrito Federal, o art. 34 da Constituição relaciona as hipóteses de incidência.

“Art. 34 A União não intervirá nos Estados ou no Distrito Federal nem no Distrito Federal exceto para:

- 1 – Manter a integridade nacional.
- 2 – Repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra.
- 3 – Por termo a grave comprometimento da ordem pública.
- 4 – Garantir o livre exercício de qualquer dos poderes das unidades da federação.
- 5 – Reorganizar as finanças das unidades da federação, que:
 - a) Suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.
 - b) Deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias nessa Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei, fixados nessa Constituição.
- 6 – Prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.
- 7 – Assegurar observância dos seguintes princípios fundamentais:
 - a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
 - b) direitos da pessoa humana;
 - c) autonomia municipal;
 - d) prestação de contas à administração pública direta e indireta.

Aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações do serviço público de saúde. E sobre a hipótese prevista no inciso III, “pôr termo” – Sr. Assessor, corrija, por favor – a grave comprometimento da ordem pública, a aplicação ao presente caso vale sobre a hipótese prevista no art. 3, ou seja, pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, aplicável ao presente caso.

Vale transcrever os ensinamentos de Henrique Ricardo Lewandowski, em sua obra *Pressupostos Materiais e Formais da Intervenção Federal no Brasil*: o direito anterior, conforme se verificou, exigia que a perturbação da ordem pública fosse de excepcional gravidade, para que a intervenção se apresentasse como lícita.

As Constituições de 1891, com a redação dada pela emenda de 26, de 34 e de 46, falavam inclusive em guerra civil. E como observa Manoel Gonçalves Ferreira Filho, embora a primeira constituição republicana admitisse a medida para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados condicionava-se à requisição dos respectivos governos.

A Carta ditatorial de 37, por sua vez, autorizava a intervenção quando a ordem estivesse gravemente alterada. E se o Estado não quisesse ou não pudesse restabelecê-la, mesmo a Constituição de 67, editada sob a égide de um governo militar, exigia que a perturbação da ordem fosse grave.

Apenas na Constituição de 69 ou de 67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 01/69, como recrudescimento do autoritarismo e da centralização do sistema federativo, é que a intervenção passou a ser admitida na hipótese de simples perturbação da ordem, ou ainda em face da mera ameaça de sua irrupção, conforme estabelecia o art. 10, inciso III, da Carta. No mesmo dispositivo previa-se também ação interventiva no caso de corrupção do poder público estadual.

Com a volta à normalidade institucional, restabelecidas as franquias democráticas, já sob a atual da Constituição, a medida somente pode ser desencadeada na hipótese de grave comprometimento da ordem pública.

Isso significa que não é qualquer perturbação da ordem que torna lícita a intromissão do governo central nos negócios internos das Unidades da Federação, medida extrema que é, posto que fere a autonomia constitucionalmente assegurada aos entes federados. Ela somente se justifica caso não possa a desordem ser debelada pelas autoridades locais, ou se estas, por qualquer razão, não queiram fazê-lo.

Como nota Manoel Gonçalves Ferreira Filho, outra exegese esvaziaria a autonomia estadual, uma vez que a deixaria vulnerável sempre que ocorresse qualquer desordem, embora perfeitamente superável pelos próprios meios do Estado Federado.

A interrupção da ordem, pois, há de ser de fora do comum, excepcional. Como se disse, nas palavras de José Cretela Júnior: ordem é o contrário de caos, registrando-se vários graus de perturbação da ordem, devendo, contudo, estar presente como grave para abonar a ação federal.

Mas em que consiste, afinal, a ordem pública? Para Plácido e Silva ela constitui a situação e o estado de legalidade normal em que as autoridades exercem suas atribuições precípuas e os cidadãos as respeitam e acatam sem constrangimento ou protesto. Trata-se, pois, da paz e da tranquilidade no meio social usufruídas ao abrigo da ordem jurídica assegurada pelo Estado.

Na hipótese de grave perturbação da ordem, a intervenção é decidida pelo Presidente da República, independentemente de qualquer apreciação prévia do Congresso Nacional ou do Poder Judiciário, após a verificação da ocorrência dos fatos que a justificam. Cuida-se, no caso, de uma competência discricionária. Quer dizer, diferente da hipótese de assegurar o livre exercício de qualquer dos Poderes nas Unidades de Federação, em que o exercício da competência interventiva é vinculada. Nessa hipótese, pode ou não ser exercida por seu titular, que é o Presidente da República, segundo um juízo de oportunidade e conveniência da parte deste.

Em outras palavras, nas hipóteses supramencionadas, a intervenção é deixada ao prudente arbítrio do Presidente da República, que age moto-próprio, independentemente de provocação. Os pressupostos formais, aqueles que dizem respeito à efetivação, limitação e requisitos da intervenção, estão concentrados no art. 36 também da Constituição Federal, que estabelece:

“Art. 36 – A decretação da intervenção dependerá:

I – no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II – no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da Repú-

blica, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.”

Assim, para sanar o problema que experimenta o Estado de Rondônia, qual seja, o grave comprometimento da ordem pública, basta que o Senhor Presidente da República decrete a intervenção, especificando a amplitude, o prazo e as condições de execução, nomeie o interventor e submeta a medida ao Congresso Nacional no prazo de 24 horas.

B – Instar a Polícia Federal e o Ministério Público do Estado de Rondônia a agilizar a conclusão dos inquéritos que instauraram e este último, ainda, a ajuizar as ações civis públicas que objetivem a declaração de perda de mandato dos Parlamentares envolvidos em atos de corrupção.

O Ministério Público Estadual instaurou diversos inquéritos civis públicos para servir de base à propositura de ações que objetivem a responsabilização dos Parlamentares envolvidos em atos de corrupção. Da mesma forma, a Polícia Federal instaurou os correspondentes inquéritos policiais a fim de elucidar os atos criminosos cometidos na Assembléia e instrumentalizar a propositura das ações penais cabíveis. É necessário que sejam urgentemente concluídas essas investigações, ajuizadas as competentes ações cíveis e criminais e respeitado o devido processo legal, punidos, inclusive, com a cassação dos mandatos todos os culpados.

Entre as condutas apuradas, inegavelmente, a mais grave é que diz respeito à folha paralela, citada neste relatório. Pelo que já está provado, é imprescindível que o Tribunal de Justiça decrete a perda dos mandatos dos Deputados Estaduais a seguir nominados e que seja dada posse a seus respectivos suplentes:

- 1 – Carlão de Oliveira, José Carlos de Oliveira.
- 2 – Beto do Trento.
- 3 – Amarildo de Almeida.
- 4 – Dr. Carlos (Carlos Henrique Bueno da Silva).
- 5 – Daniel Nery de Oliveira.
- 6 – Deusdete Aíves.
- 7 – Edésio A. Marteli.
- 8 – Edson Gazoni.
- 9 – Helen Ruth.
- 10 – Everton Leoni.
- 11 – Chico Doido.
- 12 – Leudo Buriti, Francisco L. B. Souza.
- 13 – Aroldo F. Carvalho Santos.
- 14 – João da Moleta, João Batista dos Santos.
- 15 – Cacá Mendonça (João Ricardo Geromolo Mendonça).
- 16 – Emilio Paulista, José Emílio Mancúcio de Almeida.
- 17 – Marcos Antônio Donadon.
- 18 – Mauro de Carvalho.
- 19 – Neudi Carlos Francisco de Oliveira.
- 20 – Nereu José Klosinsky.
- 21 – Paulo R. O. Moraes (afastado para exercer o cargo de Secretário de Segurança Pública).
- 22 – Renato Euclides Carvalho Veloso Viana.
- 23 – Ronilton Capixaba.

Aqui tem 23, porque um é o Secretário de Segurança, que está afastado. Então, tem dois Deputados lá que não estão envolvidos e estão no exercício do mandato. E um está envolvido fora do mandato, ocupando a Secretaria de Segurança Pública.

O Sr. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. *Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É.

C – Solicitar ao Tribunal de Justiça de Rondônia que analise com celeridade os pleitos relacionados aos crimes e improbidades cometidos na assembléia do Estado. Os inquéritos civis e policiais alicerçam ações judiciais cujo julgamento estará a cabo do Tribunal de Justiça nos casos dos crimes e das Varas das Fazendas Públicas no caso das improbidades. O julgamento ágil desses feitos sem, obviamente, afastar-se das exigências devido o processo legal é condição imprescindível para por cobro à impunidade e restabelecer a confiança nas instituições no Estado de Rondônia.

D – Recomendar ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público do Estado de Rondônia que não

se quedem às pressões da maioria dos Deputados Estaduais envolvidos nos ilícitos relatados, os quais desvirtuando, mais uma vez, sua função constitucional de legislar em nome do povo, exercem essa função com finalidades menores, por vezes condicionando-a a benesses pouco ortodoxa.

Esta Comissão percebeu que, nos bastidores da análise da Lei Orçamentária ora em discussão em Rondônia, isso vem refletido na mídia local, a votação do Orçamento vem servindo de instrumento de pressão contra o Tribunal de Justiça e o Ministério Público para que estes amenizem sua atuação contra os Deputados envolvidos nos ilícitos ali retratados.

E – Solicitar ao Ministério Público e à Polícia Federal que promovam as investigações relativas às denúncias que envolvam o Sr. Governador do Estado. Pelas investigações já feitas, há indícios que o Sr. Governador Ivo Narciso Cassol, no exercício do cargo, possa ter cometido irregularidades administrativas civis e penais, que devem ser apuradas e o responsável, ou responsáveis, punido ou punidos exemplarmente na medida de sua ou suas culpabilidades.

F – Solicitar ao Sr. Presidente do Congresso Nacional que seja priorizada a apreciação da proposta de emenda à Constituição nº 62, de 2005. A Senadora Fátima Cleide (PT – RO), integrante desta Comissão, apresentou em 26 de outubro de 2005, a PEC nº 62, que atribui ao Senado Federal a competência de processar e julgar Legisladores Estaduais, Distritais e Municipais quando houver envolvimento de mais da metade dos seus membros.

A inovação deve ser apreciada com a rapidez possível, uma vez que se adotada, poderá colocar a termo situações como a do Estado de Rondônia. É necessário que o Senado Federal, diante de grave violação institucional, possa interferir no Estado e restabelecer a ordem.

G – Solicitar ao Sr. Presidente do Senado Federal que oficie aos Chefes da Polícia Federal, do Ministério Público do Poder Judiciário de Rondônia tecendo referências elogiosas às autoridades que atuaram até o momento na apuração da denúncias. Inegável que às autoridades compete cumprir o que lhes determina o ordenamento jurídico do País.

Assim, em princípio, nenhum elogio mereciam as autoridades envolvidas nas investigações realizadas no Estado de Rondônia. Todavia, a coragem, a presteza e a competência com que se houveram o Delegado Federal Joaquim Mesquita, o Promotor de Justiça Rudson Coutinho e o Desembargador Sansão Batista Saldanha não devem passar em claro. Esta Comissão sente-se no dever de prestar reconhecimento ao desempenho das autoridades apontadas.

H – Sugerir ao Sr. Presidente do Senado Federal que encaminhe cópia do presente relatório às seguintes autoridades: Presidente da República, Procurador-Geral da República, Ministro da Justiça, Diretor-Geral da Polícia Federal, Superintendente Regional da Polícia Federal de Rondônia, Governador do Estado de Rondônia, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia e Procurador-Geral de Justiça de Rondônia.

Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente. Sala das nossas Comissões na data de hoje. O Relator foi o Sr. Demóstenes Torres, estando presentes o Presidente Sibá Machado e o Vice-Presidente Augusto Botelho. Em síntese, Sr. Presidente, era o que havia a ser relatado.

O SR. PRESIDENTE (Siba Machado. Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Demóstenes Torres, primeiramente, foi um prazer muito grande ter trabalhado com V. Ex^a durante este período. Nós nos conhecemos melhor quando trabalhamos na Comissão Externa que apurava o assassinato da Irmã Dorothy, da qual eu era apenas membro. Desta feita, estou presidindo honrosamente a Comissão de que V. Ex^a faz parte como Relator. Saúdo também o Senador Augusto Botelho, que, de maneira bastante atuante, nos ajudou bastante no encaminhamento dos trabalhos bem como todas as pessoas que participaram como colaboradoras para chegar a este resultado.

Tenho informação, segundo o nosso colega ex-Senador Odacir Soares, que o Parlamentar que estava afastado para assumir a função de Secretário de Segurança Pública já retornou aos trabalhos, porque o Governador o exonerou.

Do nosso relatório, compete-me apenas fazer o seguinte comentário: eu estava muito preocupado com o papel e a competência da nossa Comissão e com o que ela poderia propor de concreto à solução daquele tão grave problema. Chegou-se a uma situação em que uma Casa Legislativa de 24 Parlamentares teve 22 envolvidos – agora 23, porque o titular e o suplente participaram dos ilícitos. A ambigüidade que estamos vivendo agora é como tomar a providência.

Mas os fatos são tão claros, exemplares e notórios que a própria Casa, em sua Comissão de Ética, admite que vários Parlamentares cometeram tais ilícitos e ela mesma sugere a cassação dos respectivos mandatos – evidentemente, não do número que apresentamos, mas de alguns –, mostrando que a situação é real.

Cabe também um elogio ao trabalho da Polícia Federal, que nos apresentou papéis irrefutáveis e irrecorríveis, e do Ministério Público do Estado de Rondônia bem como às demais autoridades que V. Ex^a já citou.

Compete ressaltar o pedido de cassação dos 22 Parlamentares – agora, no caso, 23, porque certamen-

te o suplente ficaria impedido de assumir por praticar o mesmo ilícito – e a nossa solicitação de uma força maior para tomar essa providência.

No que diz respeito ao Governo do Estado, também admito o que aponta o nosso relatório, porque ele não foi um alvo muito forte de investigação. Como

não encontramos uma matéria contundente, a questão ficará sob avaliação da continuidade da investigação pelas autoridades aqui já relatadas a fim de verificar o aparecimento de um fundamento maior.

Assim, Sr. Relator, estou de acordo, de muito bom grado, com o que apresenta o relatório de V. Ex^a, sem nenhuma ressalva ou consideração final. Acredito também que a medida que a Senadora Fátima Cleide apresentar para retirarmos definitivamente, em força constitucional, esse tipo de problema, para que se um dia vier a se repetir, o Senado Federal tenha essa autoridade de tomar as providências, dessa vez agora de forma direta e objetiva. São as considerações que eu queria fazer.

Ainda tenho que avisar a esta Comissão que nós fizemos um pedido de audiência, hoje, com o Senador Renan Calheiros, o Presidente da Casa, que nos aguarda tão logo possamos ir. Ele não quis marcar um horário; fica a nosso critério. Peço que saíamos de imediato, tão logo votemos o relatório.

Segundo. Nós tínhamos um horário reservado com o Ministério Público Federal, com o nosso Procurador-Geral, entre 11h e meio-dia. Nós estamos no limite do horário e estou pedindo para ele nos receber em seguida. E ficou, ainda, o Ministro da Justiça interino, porque o titular está viajando, para às 16h. E a Ministra Dilma Rousseff ficou de fazer um contato conosco; marcou para o período da tarde, mas não definiu o horário cem por cento. Devido a essa agenda, rogarei a ela que fique para a última entrega do Ministro da Justiça, após às 16h.

Eu passo a palavra, se quiser fazer comentário, ao Senador Augusto Botelho e em seguida poderemos tratar da votação do relatório, a não ser que V. Ex^a queira fazer, ainda, alguns comentários.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu espero que o nosso trabalho seja levado em consideração, porque o Estado não pode ficar da forma que está. É uma vergonha a situação daquele Estado. Algo parecido ocorreu no meu Estado em menor intensidade, mas as medidas judiciais foram todas tomadas e estão correndo.

Eu gostaria de parabenizar o nosso Presidente e o nosso Relator pela dedicação e pela inteligência com a qual foi elaborado esse trabalho. Eu tenho certeza de que a justiça deverá ser feita. Esse trabalho feito aqui, justamente com a contribuição da Procuradoria

e da Polícia Federal, que realmente investigou e achou os ilícitos, trazendo-os para as nossas mãos, a fim de tomarmos as providências. Acredito que a justiça irá acontecer e o povo de Rondônia será beneficiado. Não somente o povo de Rondônia como de todo Brasil, porque os próximos que quiserem fazer algo semelhante passarão a temer. Mas se nada acontecer, prejudicará até o Estado de Goiás, que é mais evoluído politicamente do que os nossos. Se ficar impune, todos continuarão fazendo o mesmo.

Eu acredito que o Brasil está passando por uma mudança e nós, aqui nesta Casa, representamos a vontade de mudança das pessoas que querem mudar. Cada brasileiro deve fazer a sua parte na mudança deste País. Fazemos a nossa e esperamos que a Justiça faça a dela.

Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Diante disso, eu quero submeter o relatório à votação nominal, para não termos nenhum problema futuro.

Dos nossos membros titulares nós temos cinco. Um pediu afastamento; então são quatro e os demais suplementes, porque não foi preenchida a quarta vaga. Assim sendo, três são quorum absoluto para votação do relatório.

Nesse caso, eu pergunto ao Senador Augusto Botelho qual é o seu voto?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O Meu voto é “sim”, de acordo integralmente com o relatório do nosso Senador Demóstenes Torres, o jurista do Senado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Peço ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu voto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O meu voto é sim e acho que a única solução que hoje existe, a curto prazo, é o Sr. Presidente da República se sensibilizar com esse relatório e determinar a intervenção no Estado, para resolver os problemas na Assembléia Legislativa.

É um voto “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O meu voto também é favorável ao relatório, ao trabalho do nosso relator, e peço, então, que possamos de imediato nos dirigir ao Presidente Renan Calheiros.

Antes de mais nada, eu faço aqui um agradecimento ao Dr. Tito, pela presteza de seu trabalho; aos nossos colegas que nos ajudaram aqui tão brilhantemente. Desculpem-me, porque me deu uma falha de memória. Ao Dr. Eugênio; ao nosso guerreiro Naurides, que nos ajudou inclusive com alguns endereços para jantar um peixe em Porto Velho; à minha companheira Tânia, que me ajuda bastante nesses trabalhos e aos demais que nos acompanharam.

Então, definitivamente, declaramos encerrada a presente reunião e, concomitantemente, encerrados os trabalhos desta Comissão.

Obrigado a todos e vamos agora ao Senador Renan Calheiros.

(Levanta-se a reunião às 11h59min.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 17, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dispõe sobre a composição e os dias e horários das reuniões das comissões permanentes do Senado Federal*;
- **Projeto de Resolução nº 18, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dá nova redação ao § 2º do art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre a dispensa do parecer das proposições em análise nas comissões)*;
- **Projeto de Resolução nº 19, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *acrescenta o art. 145-A ao Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre designação de membros de CPI's)*;
- **Projeto de Resolução nº 20, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dá nova redação ao art. 232 do Regimento Interno do Senado Federal (restringir a renovação de emendas não adotadas pelas comissões, quando da apreciação das proposições em plenário)*; e
- **Projeto de Resolução nº 21, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dá nova redação aos incisos III e IV do art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre a votação eletrônica nominal no plenário do Senado Federal)*.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 286, de 2006**, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$250.500.000,00 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos mil reais), para os fins que especifica*, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 286

Publicação no DO	9-3-2006
Emendas	até 15-3-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	9-3-2006 a 22-3-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	22-3-2006
Prazo na CD	de 23-3-2006 a 5-4-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	5-4-2006
Prazo no SF	6-4-2006 a 19-4-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	19-4-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	20-4-2006 a 22-4-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	23-4-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	7-5-2006 (60 dias)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 20/2006-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 8 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 189, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Filogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Relator: Senador **MARCO MACIEL**

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 12, de 2006, visa à ratificação, pelo Brasil, do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, assinado pelo País em 10 de junho de 2002. O Tratado foi discutido e aprovado pela 31ª Conferência das partes da FAO, realizada em Roma, em novembro de 2001. Entrou em vigor em 29 de junho de 2004, noventa dias após ter sido ratificado por quarenta países.

Para que o Tratado seja ratificado pelo Brasil, deve ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, por meio de Decreto Legislativo, à luz do que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal. Encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 489, de 16 de agosto de 2004, o projeto foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que o aprovou, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 20 de outubro de 2004. A matéria passou, ainda, naquela Casa, pelo crivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que a aprovou em 28 de junho de 2005; da e Justiça e de Cidadania, que emitiu pare-

cer favorável em 16 de junho de 2005. O referido ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 1º de dezembro de 2005.

Vindo ao Senado Federal, aqui tramita na forma do PDS nº 12, de 2006, tendo sido encaminhado a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para emitir Parecer.

De acordo com seu art. 1º, o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a alimentação e a agricultura tem por objetivo a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, bem como à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização.

De acordo com os termos do Tratado, as partes se comprometem a estabelecer um sistema multilateral para facilitar o acesso aos Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e a Alimentação. O sistema se aplica a 64 espécies de cultivos e de forrageiras, na forma de um acordo de transferência de material genético.

O acordo valoriza a contribuição do conhecimento tradicional dos agricultores, ao garantir o direito de participação destes agricultores nos benefícios advindos do compartilhamento de material fitogenético originado a partir de comunidades específicas.

O Anexo I do Tratado relaciona as espécies cultivadas que compõe o sistema multilateral de compartilhamento de material genético. Entre os cultivos de maior interesse econômico para o Brasil destacam-se os citros, a mandioca, a banana, o arroz, a batata, o trigo e o milho.

II – Análise

O Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura foi concebido em harmonia com a Conferência sobre Diversidade Biológica (CDB), com vistas a criar um sistema multilateral de acesso e distribuição de benefícios derivados do uso de recursos fitogenéticos. A CDB, aprovada em 1992, declara a soberania dos países sobre seus recursos genéticos.

O sistema multilateral criado pelo tratado consiste em um mecanismo de facilitação do acesso a recursos genéticos, com finalidade de uso em pesquisas científicas e melhoramento genético. Como contrapartida o sistema prevê a repartição dos benefícios para os países de origem dos recursos, como a transferência de tecnologia e de informações. Também há a previsão de um fluido de benefícios monetários, a serem pagos quando a pesquisa resultar em cultivo explorável economicamente.

Outro ponto que merece ser destacado é o reconhecimento da contribuição das comunidades locais e indígenas e dos agricultores para a conservação e o desenvolvimento dos recursos fitogenéticos. Dessa forma, as partes contratantes do Tratado concordam em adotar medidas para proteger e promover o direito dos agricultores.

Dessa forma, concordamos com a ratificação do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, ressaltando a sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura e para o combate à fome, além do reconhecimento do patrimônio genético de países ricos em diversidade biológica, como o Brasil.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Decreto Legislativo nº 12, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de março de 2006. – **Senador Roberto Saturnino**, Presidente – **Marco Maciel**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Jefferson Péres** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **José Jorge** – **Eduardo Azeredo** – **Pedro Simon** – **Sérgio Zambiasi** – **Gerson Camata** – **Flexa Ribeiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Heráclito Fortes** – **Romeu Tuma** – **Mão Santa**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB nº 120/2006

Brasília, 8 de março de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Leonardo Vilela, como membro titular, e o Deputado Átila Lira, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 285/06, que dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente. – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

OF/A/PSB/ nº 58/06

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado B. SÁ como titular da Medida Provisória nº 285, de 2006, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências”, em substituição ao já indicado.

Atenciosamente. – Deputado **Paulo Baltazar**, Líder PSB.

Of. nº 82/2006

Brasília, 9 de março de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Senhor Deputado Josué Bengtson (PTB – PA), na qualidade de Titular e em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB – PE) para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 283, de 24 de fevereiro de 2006, que “altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios”, a Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, altera a lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de

setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e revoga o art. 4º da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, que altera a Legislação Tributária Federal”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Antes de passarmos à lista de oradores, concedemos a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Zambiasi, Senador Almeida Lima e Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – De acordo com o Regimento, V. Exª está inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Exª está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exª terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, de acordo com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já existem três inscritos para uma comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Dois.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então também quero me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Exª será a terceira inscrita.

Há oradores inscritos.

Pela ordem de inscrição, vamos conceder a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Com a cordialidade de sempre, o Senador Juvêncio da Fonseca cedeu a vez para o Senador Leonel Pavan, que vai viajar.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao querido amigo Senador Sérgio Zambiasi, nosso companheiro gaúcho, que estava inscrito como Líder, e ao Senador Juvêncio da Fonseca, que me proporciona este momento para que eu possa mencionar alguns textos, algumas palavras referentes à agricultura familiar do nosso Estado de Santa Catarina.

Senador Juvêncio da Fonseca, fizemos uma pesquisa referente à agricultura familiar de nosso País e de nosso Estado. Segundo os especialistas em movimentos populacionais, entre 1960 e 2000, cerca de 60 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais brasileiras e migraram em direção aos grandes centros urbanos da Região Centro-Oeste. No caso do Distrito Federal, a nossa Capital, por exemplo, que ocupa um pequeno espaço de 5.801 Km², em apenas 45 anos, houve uma verdadeira explosão demográfica em seu entorno.

Quando Brasília foi fundada, em 21 de abril de 1960, sua população não ultrapassava os 150 mil habitantes. Hoje, cerca de 2,2 milhões pessoas vivem no Distrito Federal, a maioria imprensada em habitações precárias na periferia.

A partir do início da década de 1960, com a acelerada modernização da agricultura brasileira, a pequena e média propriedade rural, ou seja, a economia rural familiar, passou a enfrentar sérias dificuldades. Apenas para exemplificar, nas regiões canavieiras, uma máquina para colher cana-de-açúcar podia ser operada por apenas três pessoas e dispensava o trabalho de pelo menos 40 empregados. Vale destacar que o mesmo aconteceu mais tarde com a soja e com a colheita de todos os outros grãos. Assim, enquanto o grande negócio agrícola nacional transformava a paisagem agrária do País, a agricultura familiar afundava em dívidas e não recebia qualquer incentivo. Por isso, o único caminho para o pequeno produtor era abandonar a terra e tentar uma nova vida na cidade.

Sr. Presidente, meu querido amigo Senador Augusto Botelho, esses dados que buscamos, sem dúvida alguma, servem para trabalharmos ainda mais as nossas reivindicações junto ao Governo Federal. V. Ex^a, que é um professor, portanto, um homem ligado à educação, e também um produtor, tem também ligação com o agricultor, sabe que esses números são reais e o quanto podem significar nas nossas reivindicações junto ao Governo Federal.

É fato que a economia rural brasileira globalizada, ao utilizar tecnologia de última geração, alcança facilmente altas escalas de produção e altos níveis de produtividade, com o emprego de muito pouca mão-

de-obra. Indiscutivelmente, a grande empresa agrícola agrícola, ao longo de todos esses anos, é a maior responsável pelo desemprego de milhares de pequenos trabalhadores rurais que não dispõem das mesmas condições de créditos vantajosos, de garantias atraentes e das facilidades governamentais que são oferecidas aos grandes exportadores do agronegócio.

Em todos os Estados brasileiros, inclusive em Santa Catarina, a agricultura familiar tem clamado por apoio das autoridades, em termos de assistência técnica eficiente, de sementes de boa qualidade, de taxas de juro menos agressivas, de acesso ao crédito com melhores garantias, de eliminação das dificuldades burocráticas, de impostos menos onerosos, de garantia de preços justos para os seus produtos, de estradas eficientes, de meios de transporte adequados para evitar maiores prejuízos no escoamento da produção, enfim, de tudo o que o pequeno e o médio produtor recebem do governo nos países desenvolvidos.

De uma maneira geral, creio que a agricultura familiar no Estado de Santa Catarina e no resto do Brasil reivindica que as autoridades governamentais fixem sua atenção em três pontos, que devem ser vistos como básicos para impulsionar o desenvolvimento da pequena e média atividade rural: em primeiro lugar, a organização do produtor para que ele possa atender, da melhor maneira possível, às exigências dos consumidores; em segundo lugar, a implantação de políticas públicas pontuais em favor do pequeno e médio agricultor, ou seja, ampliação das linhas de crédito com taxas de juros razoáveis, incentivo à inovação tecnológica e incentivo ao seguro rural; por fim, a implantação de planos de safra que garantam previamente as atividades produtoras rurais de pequeno e médio porte.

Por outro lado, entendo ainda que o Governo precisaria agir com urgência no sentido de buscar uma integração mais transparente entre as necessidades da agricultura familiar e os objetivos dos programas governamentais que tenham eventualmente os seguintes fins: promover a distribuição de renda e combater a pobreza; gerar empregos; estimular o mercado interno; democratizar o acesso à terra; privilegiar a produção de alimentos essenciais ao consumo das famílias; incentivar a proteção da natureza; investir em infra-estrutura e na promoção da qualidade de vida nos assentamentos rurais; expandir os programas de assistência técnica aos pequenos e médios produtores; criar mecanismos mais democráticos de acesso ao crédito destinado ao desenvolvimento de pequenas atividades urbanas e rurais; abrir perspectivas concretas para a construção de agroindústrias e para a estruturação de uma rede de pequenas cooperativas, com o objetivo de assegurar

uma maior independência dos pequenos em relação às grandes empresas, que exercem grande influência sobre o complexo agroindustrial.

Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, gostaria que fosse dado como lido o restante do meu pronunciamento, para que ficasse arquivado nesta Casa. No dia 16, poderemos usá-lo por inteiro em uma palestra que faremos aos agricultores familiares da nossa querida cidade de Ituporanga, a Capital da Cebola, no Alto Vale do Itajaí, no meu Estado.

Agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores a atenção dispensada. Com certeza, as reivindicações que constam deste pronunciamento são muito úteis ao Governo Federal, que poderia elaborar uma política mais ampla, mais transparente e mais adequada para ajudar os agricultores familiares.

Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, parece que houve uma confusão na troca dos pronunciamentos. Porém, poucas vezes se respeita o Regimento Interno quanto ao tempo nesta tribuna. Há Líderes que permanecem aqui por 40 minutos ou 50 minutos e não são advertidos. Portanto, não podemos ser advertidos quando usamos da palavra, porque aqui somos todos iguais. Não vou admitir que isso aconteça! Sou Senador como qualquer outro, até como os Líderes, e, por igualdade, temos de cumprir o Regimento! Que se cobre o Regimento de todos os Senadores e não apenas de um!

Obrigado.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR LEONEL PAVAN.*

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, segundo os especialistas em movimentos populacionais, entre 1960 e 2000, cerca de 60 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais brasileiras e migraram em direção dos grandes centros urbanos e da Região Centro-Oeste. No caso do Distrito Federal, por exemplo, que ocupa um pequeno espaço de 5 mil 801 quilômetros quadrados, em apenas 45 anos houve uma verdadeira explosão demográfica em seu entorno. Quando Brasília foi fundada, em 21 de abril de 1960, sua população não ultrapassava os 150 mil habitantes. Hoje, cerca de 2 milhões e 200 mil pessoas vivem no DF, a maioria imprensada em habitações precárias na periferia.

A partir do início da década de 1960, com a acelerada modernização da agricultura brasileira, a pequena e média propriedade rural, ou seja, a economia rural familiar, passou a enfrentar sérias dificuldades. Apenas para exemplificar, nas regiões canavieiras, uma máquina para colher cana-de-açúcar podia ser operada

por apenas três pessoas e dispensava o trabalho de pelo menos quarenta empregados. Vale destacar que o mesmo aconteceu mais tarde com a soja e com a colheita de todos os outros grãos. Assim, enquanto o grande negócio agrícola nacional transformava a paisagem agrária do País, a agricultura familiar afundava em dívidas e não recebia qualquer incentivo. Por isso, o único caminho para o pequeno produtor era abandonar a terra e tentar uma nova vida na cidade.

É fato que a economia rural brasileira globalizada, ao utilizar tecnologia de última geração, alcança facilmente altas escalas de produção e altos níveis de produtividade com o emprego de muito pouca mão-de-obra. Indiscutivelmente, a grande empresa agrícola, ao longo de todos esses anos, é a maior responsável pelo desemprego de milhares de pequenos trabalhadores rurais que não dispõem das mesmas condições de créditos vantajosos, de garantias atraentes, e das facilidades governamentais que são oferecidas aos grandes exportadores do agronegócio.

Em todos os Estados brasileiros, inclusive aqui em Santa Catarina, a agricultura familiar tem clamado por apoio das autoridades, em termos de assistência técnica eficiente, sementes de boa qualidade, taxas de juro menos agressivas, acesso ao crédito com melhores garantias, eliminação das dificuldades burocráticas, impostos menos onerosos, garantia de preços justos para os seus produtos, estradas eficientes, meios de transporte adequados para evitar maiores prejuízos no escoamento da produção, enfim, tudo o que o pequeno e o médio produtor recebem do governo nos países desenvolvidos.

De uma maneira geral, creio que a agricultura familiar no Estado de Santa Catarina e no resto do Brasil reivindica que as autoridades governamentais fixem sua atenção em três pontos, que devem ser vistos como básicos para impulsionar o desenvolvimento da pequena e média atividade rural. Em primeiro lugar, a organização do produtor para que ele possa atender, da melhor maneira possível, às exigências dos consumidores. Em segundo lugar, a implantação de políticas públicas pontuais em favor do pequeno e médio agricultor, ou seja, ampliação das linhas de crédito com taxas de juro razoáveis, incentivo à inovação tecnológica e incentivo ao seguro rural. Por fim, implantação de planos de safra que garantam previamente as atividades produtoras rurais de pequeno e médio porte.

Por outro lado, entendo ainda que o Governo precisaria agir com urgência no sentido de buscar uma integração mais transparente entre as necessidades da agricultura familiar e os objetivos dos programas governamentais que tenham eventualmente os seguintes fins: promover a distribuição de renda e combater a

pobreza; gerar empregos; estimular o mercado interno; democratizar o acesso à terra; privilegiar a produção de alimentos essenciais ao consumo das famílias; incentivar a proteção da natureza; investir em infra-estrutura e na promoção da qualidade de vida nos assentamentos rurais; expandir os programas de assistência técnica aos pequenos e médios produtores; criar mecanismos mais democráticos de acesso ao crédito destinado ao desenvolvimento de pequenas atividades urbanas e rurais; abrir perspectivas concretas para a construção de agroindústrias e para a estruturação de uma rede de pequenas cooperativas, com o objetivo de assegurar uma maior independência dos pequenos em relação às grandes empresas, que exercem grande influência sobre o complexo agroindustrial.

Para concluir esta primeira parte de minha intervenção, gostaria de tecer um rápido comentário sobre o Plano Safra, que tem como maior objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, e sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Realmente, os valores do Plano Safra da Agricultura Familiar aumentaram recentemente, mas ainda não são suficientes para superar as grandes dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, que necessita de um volume de recursos bem mais importante. O Governo declarou que foram disponibilizados cerca de 9 bilhões de reais para a safra 2005–2006.

Por outro lado, em minha opinião, o Pronaf também enfrenta dificuldades. As autoridades agrícolas adiantam que, no início do atual Governo, existiam 900 mil contratos assinados. Até o final de 2005, as mesmas fontes disseram que cerca de 700 mil novos contratos foram assinados. Devo dizer que dificilmente o Governo conseguirá atingir, este ano, a meta de 2 milhões de contratos, como ainda continua prometendo.

Sr^{as} e Srs. Senadores presentes a este encontro, convém dizer que o setor que acolhe a agricultura familiar cresce ano a ano em nosso País, apesar dos contratempos, das perdas, da falta de maior atenção, e dos prejuízos como os que estão acontecendo aqui, em nossas pequenas e médias propriedades rurais.

Em 2003, a riqueza gerada por essa cadeia produtiva respondeu por mais de 10% de toda a produção nacional. Dos 4 milhões e 800 mil estabelecimentos rurais brasileiros, 4 milhões e 100 mil são familiares e geram 77% dos empregos no campo. Por fim, a atividade agrícola familiar fornece 60% dos alimentos que chegam à nossa mesa. De um total de 17,3 milhões de trabalhadores ocupados na agricultura, mais de 12 milhões trabalham em regime familiar. Como podemos concluir, são números verdadeiramente importantes.

Prezados Agricultores, segundo dados oficiais, o Estado de Santa Catarina está entre os seis primei-

ros produtores nacionais de alimentos e apresenta os maiores índices de produtividade por área. Sem dúvida alguma, esse sucesso se deve à capacidade de trabalho, de organização e de inovação do nosso produtor rural, e ao caráter familiar de mais de 90% de nossas explorações agrícolas. Portanto, não é por acaso que o setor agrário responde por cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Nossa área rural destaca-se em nível nacional como uma das primeiras na produção de cebola, maçã e carne suína. Somos o segundo maior produtor de carne de frango, alho, fumo e mel de abelha, e ocupamos a terceira posição na produção de arroz e banana. Graças aos altos níveis de produtividade alcançados na cultura do alho, arroz, maçã, suínos, aves e fumo, ganhamos destaque. Por sinal, a avicultura catarinense produz 2,5% da produção mundial e detém 8% dos negócios no comércio internacional, que deverão aumentar significativamente em virtude do surto da gripe aviária que até agora não nos atingiu. Indiscutivelmente, nossa produção avícola é referência mundial, nacional e no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Seria exaustivo continuar enumerando as nossas possibilidades agrícolas.

Minhas Senhoras e meus Senhores, a estiagem do verão passado atingiu cerca de 30% do Estado de Santa Catarina e causou prejuízos consideráveis à nossa agricultura familiar. Segundo o noticiário, devido à seca, 17% da produção de milho foi perdido, e houve danos importantes em outras culturas, como a soja, o feijão e a produção de leite, que apresentaram prejuízos significativos. Estima-se que os estragos foram superiores a 241 milhões de reais.

Segundo a própria Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, os Municípios de Concórdia e Campos Novos tiveram diminuição de ganhos de 48% e 44%, respectivamente, na safra de milho, ou seja, corresponde a cerca de 260 mil toneladas a menos. Na região de Xanxerê, em algumas propriedades, os resultados negativos atingiram cerca de 80% da safra. Só de soja, foram 63 mil toneladas de perda, segundo avaliação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc). Com essa situação, que envolve gravemente pelo menos 30 municípios catarinenses, os produtores estão apavorados, em razão dos prejuízos e das dívidas que restaram e que certamente serão cobradas.

Nos últimos dias de janeiro, tomei conhecimento das justas reivindicações encaminhadas pelas associações dos nossos produtores rurais ao Governo Federal e ao Governo Estadual, visando à superação dos grandes prejuízos acumulados pelos agricultores. Como bem sabemos, as entidades mais representa-

tivas da agricultura catarinense, entre elas a Faesc, a Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc) e a Federação dos Trabalhadores de Santa Catarina (Fetaesc), concluíram que as condições climáticas que afetaram várias regiões do Estado provocaram perdas estimadas em 343 milhões de reais, concentradas principalmente nas regiões de Chapecó, São Lourenço do Oeste, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia, Videira e Campos Novos. Segundo as entidades citadas, o quadro é ainda mais preocupante devido a dois problemas: a forte retração dos preços de alguns produtos no mercado interno e internacional, entre eles o milho, a soja, o trigo, o arroz, o feijão e o leite, e a forte valorização do real frente ao dólar.

Por todos esses sérios motivos que prejudicam o conjunto da agricultura familiar em nosso Estado, nada mais justo do que o Governo Federal e o Governo Estadual unirem seus esforços para atender aos nossos agricultores, neste instante de grande dificuldade. Assim, entre as 12 reivindicações que foram encaminhadas às autoridades federais e estaduais, pelo menos as emergenciais deveriam ser atendidas no mais curto espaço de tempo. São elas: a criação de um programa de bolsa-estígio no valor de 1.800 reais por família; alocação de 100 milhões de reais para as cooperativas de crédito rural; liberação de 120 milhões de reais para as cooperativas agropecuárias catarinenses poderem prorrogar os financiamentos concedidos aos seus associados; e, finalmente, a obtenção de uma resolução do Banco Central para permitir a prorrogação dos pagamentos dos financiamentos de custeio.

Se essas demandas gerais não forem atendidas rapidamente, tenho certeza de que a maioria dos produtores não conseguirá saldar seus compromissos com os agentes financeiros e com as suas cooperativas de produção agropecuária e de crédito rural. A consequência mais imediata deverá ser, seguramente, um forte impacto negativo em toda a economia do Estado, que poderá perder, de uma só vez, emprego, renda, produção e posição no *ranking* agrícola nacional.

Era o que eu tinha a dizer nesta importante reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador Leonel Pavan. O problema já foi resolvido. Fique tranquilo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas não se pode chamar atenção do orador o tempo todo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão à Mesa de que, na relação dos Senadores inscritos, quando houver a observação de que o orador já falou mais de uma vez, o nome não conste no início da lista, mas no final. Quando se observa a lista, há o primeiro inscrito e o segundo, levando-nos ao erro que cometemos aqui. Não é culpa de ninguém. Mas penso que a Mesa pode perfeitamente usar este critério: toda vez que houver a inscrição de um Senador que já falou duas vezes na semana, o nome passe a figurar no final da lista e não no início. Assim, não haveria engano. Estou aqui desde a primeira hora aguardando a minha vez e tive dificuldade de entender a lista.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Certo, Senador Juvêncio. Eu também fiz confusão com a lista e, por isso, peço desculpas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever, mesmo que seja como primeiro ou segundo suplente, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cinco minutos, como Líder, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, em primeiro lugar, para agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi a gentileza de me permitir a troca, porque estava inscrito como Líder, em virtude de eu ter de participar, dentro em pouco, da CPI dos Bingos e de somente agora ter acabado a reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde ouvimos alguns educadores. Agradeço, portanto, a V. Ex^a mais essa gentileza.

Volto hoje, Sr. Presidente, a falar sobre um assunto cuja gravidade é cada vez maior. Em maio de 2000 – vejam bem que isso se deu em maio de 2000, portanto há seis anos –, defendi desta tribuna a necessidade inadiável de ser repensado o papel constitucional das Forças Armadas.

Lembro-me de ter indagado qual poderia ser a reação do Exército, por exemplo, se um general fosse vítima de ação criminosa. Certamente, a Força entraria

em ação e, dependendo do ato criminoso praticado, talvez nem sequer desse satisfação a qualquer órgão de segurança pública, inclusive ao seu Comandante-em-Chefe, que é o Presidente da República.

Recebi inúmeros apartes favoráveis. Lembro-me da intervenção do Senador Pedro Simon, que defendeu que as Forças Armadas deveriam aproximar-se da sociedade civil.

Em 2000, o Governo era outro, mas os problemas de violência urbana e rural eram os mesmos de agora. As desculpas para manter alheias as Forças Armadas também eram as mesmas: a ação reclamada não seria de sua alçada constitucional; da alçada constitucional das Forças Armadas seria a luta com países vizinhos ou mesmo países que vizinhos não fossem. Isso não acontece mais no mundo inteiro. A não ser que o Brasil queira fazer o que fez no Haiti, quando o Haiti é aqui.

Ora, Sr. Presidente, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux foi agredido a golpes de marreta ao reagir a um assalto em sua própria casa, em Copacabana. Mais uma vez protestei desta tribuna e defendi, como agora faço, o urgente ingresso das Forças Armadas no combate ao crime.

À época, o então Presidente do Superior Tribunal de Justiça chegou a afirmar que “o jeito seria convocar as Forças Armadas, porque o momento que vivemos é excepcional”. Não fui eu, foi o Presidente do STJ.

Em 2000 e em 2003, essa era uma providência urgente. Agora, passaram-se mais de três anos – em 2003 voltei a falar sobre isso – sem que nada tenha sido feito. Estamos em 2006 e o quadro é desolador. A criminalidade já não respeita sequer os quartéis. Os oficiais são feridos, atingidos, e dois generais brasileiros, sem explicação plausível, suicidaram-se em menos de trinta dias. O Exército deve se juntar a essa guerra permanente. O Rio de Janeiro virou um campo de guerra entre brasileiros.

Mais uma vez, cito o que disse o comandante do Exército, General Francisco Roberto de Albuquerque: “A Força deve acompanhar a evolução do quadro de segurança pública, com atenção às áreas em que a capacidade do aparato policial das unidades da Federação, para manter a lei e a ordem, esteja se esgotando”.

Infelizmente essas palavras são mais do que atuais. Lamentavelmente continuam atuais também os meus reclamos e as minhas sugestões.

A sociedade civil está amedrontada e, sabendo que está desassistida, permanece sitiada em suas casas.

Vamos trazer as Forças Armadas para a defesa da população. Vamos treiná-las e equipá-las adequa-

damente. Há mais de um ano, o Ministro da Justiça disse-me que as Forças estavam prontas para entrar em ação, caso necessário. Mais do que necessário agora? O que se está esperando? A sociedade não espera mais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Já terminarei, Sr. Presidente. Os dados desta manhã mostram que a criminalidade caiu nos bairros próximos às favelas ocupadas por tropas do Exército desde sexta-feira. O número de roubos e furtos de carros caiu pela metade e os assaltos a ônibus tiveram uma redução de 40%.

Enquete de uma agência informa que 90% dos leitores aprovaram a operação das Forças Armadas e disseram que se sentem mais seguros, contra 11% que acham que o Exército não deveria fazer as operações apenas porque os soldados não são treinados.

Que se treine o Exército, segundo esses 11%!

Pergunto: o que o Governo e esta Casa do Congresso estão esperando? Que morra mais gente?

Hoje, os índices de criminalidade baixaram. Enquanto isso – vejo o Senador Juvêncio da Fonseca, um homem que tem tratado desse assunto com muita coragem nesta Casa –, as invasões do MST se multiplicam por dez vezes mais do que antes. Isso tudo por uma incúria ou pela ajuda até financeira que o Governo dá. O Governo irresponsável está terminando com a agricultura brasileira e também com os movimentos dos sem-terra.

Se os agricultores já não têm como pagar financiamentos, como plantar, como trabalhar nem como exportar, eles agora são vítimas também do MST. Ninguém diz nada contra o MST. Todos ficam acovardados. É preciso uma ação, mas, para isso, deve-se pagar corretamente as Forças Armadas, que estão sendo humilhadas no Governo Lula. Ele pensa que pode humilhar todos, inclusive os militares, mas não pode. Chegou o momento de se dar um basta. E esse basta terá de ser dado ainda agora. Este Congresso não pode ficar omissos nessa situação.

Essa situação de gravidade já está chegando ao Nordeste. Na Bahia, as invasões também se multiplicaram. Em Pernambuco, decuplicaram.

Ora, Sr. Presidente, como vamos assistir a isso achando que está tudo correndo bem, permitindo que o Lula volte a tomar as suas bebidas, como agora na Inglaterra? Eu sabia que ele não demoraria muito, mas não pensei que fosse tão rápido. A abstenção foi curta. O Ministro Furlan tinha razão: ele não agüenta ficar

sem esse ingrediente que torna a sua vida agradável e que inferniza a vida dos brasileiros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Neste instante, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e, ao mesmo tempo, peço ao Congresso Nacional uma ação legal para permitir que as Forças Armadas continuem trabalhando pela segurança pública interna, porque, na externa, evidentemente, há muito tempo não existe trabalho para elas.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, por ordem de inscrição, a quem peço desculpas pelo equívoco que cometi, a S. Ex^a e ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em seguida, usará da palavra o Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança, e depois o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Aproveito para registrar a presença na tribuna de honra – Roraima tem pouca gente e raramente vem alguém aqui – de duas queridas professoras de Roraima, Sr^a Socorro Brandão e Sr^a Ana Célia de Oliveira Paz.

Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço à Mesa a compreensão pela minha falha, porque fui eu que me enganei e cedi meu lugar para o ilustre Senador Leonel Pavan, erradamente. Mas isso foi consertado em seguida pela Mesa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil viveu, ontem, um instante de vandalismo nacional. Podemos chamar de vandalismo nacional essas invasões que foram orquestradas, inclusive e principalmente no Rio Grande do Sul, em que os invasores, primeiramente, comunicaram à imprensa e à televisão, levaram a equipe de reportagem consigo e cometeram um ato de vandalismo que a natureza cristã e democrática do País não aceita. Destruíram tudo o que havia naquela área de plantação, inclusive um laboratório com pesquisa de mais de 20 anos, pesquisa esta que foi perdida, em um país como o Brasil, que precisa do conhecimento e da ciência para se desenvolver. E o MST, comandado por Stédile, ao cometer este vandalismo, Sr. Presidente, está atentando contra a democracia brasileira. Levamos tanto tempo para consolidar a nossa democracia, levamos tanto tempo para fazer com que a lei imperasse antes da violência, e o MST,

sob a complacência do Governo, comete essas irregularidades e essas violências.

Vim aqui hoje para falar justamente sobre um assunto correlato a este. Estivemos nos ministérios na parte da manhã: eu, coordenando a Bancada de Mato Grosso do Sul, juntamente com outros dois Senadores, Delcídio Amaral e Ramez Tebet, e com os Deputados Federais. Fazendo o quê? Levando a reivindicação dos homens do campo do Mato Grosso do Sul, que são as mesmas reivindicações dos homens do campo do Brasil inteiro.

Sabemos, Sr. Presidente – permita-me fazer esta abordagem – que o agronegócio é o responsável pelo equilíbrio da nossa balança de pagamento, do superávit da nossa balança comercial; é responsável pela maior parte do nosso PIB e é responsável pela maior parte do emprego oferecido aos brasileiros. Esse é o agronegócio, que está sendo violentado e ameaçado por essas invasões.

Também já ouvi desta tribuna o Senador Osmar Dias falar das dificuldades dos homens do campo nessa quadra que estamos vivendo. Passamos um período bom, realmente, em relação a emprego e renda no campo, um agronegócio crescente. No entanto, de dois anos para cá, a situação se inverteu, e o que levamos hoje, principalmente ao Ministro Ciro Gomes, é a seca no Mato Grosso do Sul. Impressionante. Seca no Mato Grosso do Sul em praticamente três safras! A aftosa abalou o comércio da carne, abalou o comércio comum também, porque se fecharam as portas comerciais dos outros Estados para os outros produtos.

Estamos levando essa reivindicação ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Indústria e Comércio, ao Banco do Brasil, ao FCO, num esforço grande em favor daqueles que produzem para o País. Observamos que o MST age de forma diferente: dirigem-se para aonde estão produzindo e destroem a produção. E o Sr. Stédile, o grande líder Stédile, diz que isso não tem nada a ver com a reforma agrária, mas que agem em defesa do meio ambiente e são contra o monopólio do eucalipto. O Sr. Stédile é uma das grandes lideranças deste Governo e pratica esses atos de vandalismo e de violência abertamente na rua, mas nada acontece com este personagem. Nada acontece!

Quando saí de casa, pensei em como é ruim tocar nesses assuntos de violência, que geram violência. É como se tratássemos do ódio entre brasileiros, que estimulássemos brasileiros a lutarem entre si, algo que nunca aconteceu neste País. Mas a minha consciência permitiu que eu dissesse a minha mulher: “Tenho de falar sobre isso e temos de continuar falando. Temos de aprender a nos indignar contra esses atos”. A indignação é importante nessa hora, porque tenho

filhos, tenho família, tenho netos, tenho uma Pátria onde quero viver bem.

Qual é a razão desse vandalismo? Qual é o prazer dessa ação? Qual é o objetivo dessa ação? Ideologicamente, diz-se que é para se conquistar o poder por meio da força dos movimentos sociais. Essa é uma utopia dos ideólogos da extrema Esquerda que não se vai realizar, não é por aí que a humanidade caminha. A história já nos está dando lição diferente.

É interessante, Sr. Presidente, que o Ibope fez uma pesquisa de opinião entre os dias 12 e 20 de fevereiro. Foram questionados habitantes de 142 Municípios, num total de mais de duas mil pessoas. Aqui estão alguns dos resultados dessa pesquisa.

Pergunta: “Pelo que o senhor e a senhora ouvem falar, as ações do MST trazem mais resultados positivos ou mais resultados negativos para as negociações da reforma agrária?” Resposta de 56% dos entrevistados: “Mais resultados negativos”.

Por que 56% da população responde assim: “mais negativos”? Porque nós, brasileiros, queremos a reforma agrária, mas queremos uma reforma agrária pacífica, de terras não produtivas, respeitando a propriedade e, principalmente, aquela que produz o alimento que comemos. É por isso que 56% dos entrevistados dizem que trazem mais resultados negativos do que positivos.

Uma outra pergunta: “Na sua opinião, destes, qual é o maior responsável pelos conflitos que atualmente ocorrem no campo: fazendeiros, 15%; MST, 16%?” A seguir vem Polícia, Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal e Ministério da Reforma Agrária, com 58%. São estes os responsáveis por esses conflitos: 58% compreendem que o Governo Federal e as instituições federais são os responsáveis.

Por que a população pensa assim? Porque ela deseja a reforma agrária, mas está vendo que esta reforma agrária está desordenada. Não há disciplina. Cometem-se as piores violências, e o Governo Federal não as coíbe, não faz acontecer o império da lei. Por isso a população responde assim.

Outra pergunta: “Na sua opinião, o Governo deve ou não utilizar a Polícia para retirar integrantes do MST quando esses ocupam propriedades rurais?” Resposta: 53% da população diz que deve usar a Polícia para retirar o MST das invasões.

Uma outra: “Pelo que o senhor e a senhora sabem ou ouvem falar, a maioria das famílias assentadas pela reforma agrária: permanece na terra, 26%; abandonam as terras, 9%; acabam vendendo as terras, 57%?” Que reforma agrária é essa, em que 57% dos assentados deixam as suas terras?!

Mas a pergunta que vem no final é muito boa: “Na sua opinião, qual dessas palavras melhor representam a postura do Governo Federal em relação às invasões?” “Não tem controle da situação, 67%”. Como eu falava, a última pergunta era importante, à qual a população respondeu assim: “Na sua opinião, as invasões de terra promovidas pelo MST abalam ou não a democracia brasileira”? Resposta: 76% dos entrevistados disseram que abalam a democracia brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a aborda um tema sobre o qual, realmente, muita gente não quer falar, porque, em tese, o movimento dos trabalhadores sem terra é politicamente correto. Buscar dar aos agricultores pobres terra em que possam trabalhar e produzir, verdadeiramente, é muito importante e o Governo deve-se empenhar nisso. No entanto, quando o movimento descamba para certas ações que não têm relação com o seu objetivo, qual seja, o de fazer assentamentos e reforma agrária, como a invasão de propriedades produtivas, ferindo a Constituição, e de laboratório de pesquisa, como ocorreu no Rio Grande do Sul, colocando a perder todo um tempo de experimentos, ele afronta não somente a lei, mas o bom-senso e o amor que se deve ter pela pesquisa e pelo progresso da produção. V. Ex^a disse, também, que o agronegócio é importantíssimo para a balança comercial do Brasil. Não bastassem já os eventos naturais a que se está sujeito, como estiagem e doenças, cria-se também a instabilidade no campo, o que o prejudica muito, com certeza, o agronegócio. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e me solidarizo com ele.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Realiza-se, hoje, a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, no Rio Grande do Sul, promovida pelo Incra, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, mas justamente essas autoridades e esses agentes políticos do Governo Federal estimulam as invasões, dizendo: “Vá e invada. Vá e liquide o laboratório! Destrua as plantações que estão em pesquisa! Acabe, se possível, com toda a pesquisa neste País”. No entanto, não vão acontecer esses fatos que desejam, de forma alguma, porque o Brasil é maior do que esse vandalismo. Essas lideranças haverão de acabar. Haverão de acabar! Está perto disso acontecer.

Por falar no Rio Grande do Sul, concedo um aparte ao Senador Paulo Paim, com muita alegria.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a sabe do carinho que tenho

pelo seu trabalho no Senado Federal. V. Ex^a presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde tive a satisfação de ser seu subordinado e, eu diria até, seu fiel escudeiro, pela causa que defende. Não acompanhei esse impasse no Rio Grande do Sul, mas tenho conhecimento da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural que está sendo realizada no meu Estado. V. Ex^a nos traz as suas preocupações e o Senador Mozarildo Cavalcanti fez-lhe um aparte dizendo que a questão não é o debate da reforma agrária, demonstrando, também, a sua apreensão. Se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de dar um testemunho: pode ter certeza de que Miguel Rossetto e Rolf Hackbart, do Incra, não estão por trás desse movimento. Estou falando de forma desarmada e até encorajado pelo seu pronunciamento. Alguns preferem não falar desse tema, o que é uma maneira de ficarem bem com todo mundo. V. Ex^a, porém, de forma corajosa, coloca o seu ponto de vista. O Ministro Miguel Rossetto falou comigo ainda hoje, preocupado com esse fato. A mesma coisa fez o Presidente do Incra, Rolf Hackbart. Ambos são gaúchos e eu os conheço. Posso adiantar-lhe que esse episódio, que V. Ex^a relata de forma drástica, não contou, estou certo, com a participação ou o apoio do Ministro Miguel Rossetto e do Presidente do Incra, Rolf. Eu precisava dar esse testemunho pela minha convicção e por conhecer ambos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a. Vou fazer um esforço bastante grande para crer que esses setores mais da esquerda do Governo Federal, que são o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, realmente não pensam como o Presidente, que não ouve nada e não sabe de nada. Acredito que ele sabe de tudo.

De todo e qualquer movimento que se faça no sentido de invasão, ainda mais como essa, onde se verificou um vandalismo completo e para a qual a imprensa foi chamada, o Ministério deveria saber. Se, por acaso, não soubesse, deveria agir imediatamente, ele próprio chamando a polícia e ajudando as autoridades de segurança deste País a coibir a violência que atenta não contra a propriedade privada, nada disso, mas contra o espírito democrático e cristão do brasileiro, que ama a liberdade e discorda da violência e do derramamento de sangue de irmãos.

Isso não está acontecendo nessa ala esquerda do Governo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Juvêncio, permite-me um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Termina, Sr. Presidente, concedendo um aparte ao Senador Sibá Machado e, em seguida, ao Senador

Flexa Ribeiro, se possível, pois já ultrapassei seis minutos de meu tempo.

Senador Sibá Machado, peço-lhe urgência.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Serei muito rápido, Senador Juvêncio da Fonseca. A violência ocorre em ambos os lados. Recebo a notícia desse acontecimento com todo o constrangimento que senti pela barbaridade do caso da Irmã Dorothy. Creio que a presença do Estado deve ser firme e inabalável em relação aos dois lados. Quando se tratam dos métodos de uso da violência, não importam a cor, a origem ou a ideologia da pessoa. Ouvi a exposição do Ministro Rossetto pelo rádio e o que o Senador Paulo Paim acabou de dizer. Está sendo realizada a Conferência da FAO, no Rio Grande do Sul, e foram negociadas com o movimento social, antecipadamente, a sua agenda e pauta. Tudo o mais foi feito, mas, infelizmente, há pessoas que tomam outras direções e não temos como controlar isso. Tenha V. Ex^a consciência de que o Ministro Miguel Rossetto está completamente isento nesse tipo de atitude que aconteceu. Pelo contrário, ficou também abalado e assustado, porque teve sucessivas conversas, no início do ano, a respeito de como seria 2006. Sinceramente, também não posso compreender o que aconteceu. Deixo, assim, o meu registro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Agradeço, Senador Sibá, mas lhe digo que, quanto à questão da Irmã Dorothy, já houve um processo e os culpados foram presos e estão cumprindo pena. É preciso que isso aconteça também com o Stédile, pois o que ocorreu foi um crime contra o patrimônio de terceiros, com invasão, inclusive.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a deve ocupar essa tribuna por mais tempo do que o Presidente, na sua generosidade, já lhe concedeu – 16 minutos –, porque o assunto que aborda é da maior gravidade. Quero me solidarizar com o seu pronunciamento e, como V. Ex^a, dizer ao nobre Senador Sibá Machado, que fez referência ao lamentável assassinato da Irmã Dorothy, que os criminosos estão presos e cumprindo pena. Infelizmente, o Senador Sibá Machado sabe disso, todos os compromissos assumidos naquela altura pelo Governo Federal, com uma pirotecnia que já é praxe sua, não foram cumpridos até hoje. É lamentável, Senador Juvêncio da Fonseca, que nessa ação da reforma agrária e dos assentamentos, que seriam metas do Governo Lula, ocorram fatos como os que aconteceram nos nossos Estados. Há algum tempo, fiz a denúncia de que uma propriedade da Camargo Corrêa Metais S. A. está sendo invadida repetidamente pelo MST, quando já houve pronunciamento do Incra de que ela é produ-

tiva. Mesmo assim, o MST a invade e o Incra atende seus integrantes com cestas básicas, colocando-os acampados na estrada, inclusive com prejuízo para a empresa devido à destruição de prédios. No Pará, existe um projeto exitoso, que o Senador Sibá Machado conhece, pois já o visitou, de assentamento agrário com agricultura familiar. O Governo Federal deve copiar o que dá certo e não o que dá errado, como assentamentos em que mais de 50% acabam vendendo suas terras, porque não são atendidos na área tecnológica e na de financiamento. Parabéns!

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Sr. Presidente, concluo a meu pronunciamento concitando o Presidente da República e o Ministro Miguel Rossetto a promoverem a reforma agrária. Estamos ansiosos para que ela se realize dentro da lei e dos bons princípios, inclusive atendendo ao homem que tem calo na mão. O MST – Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra – é também conhecido como MSC – “Movimento dos Trabalhadores Sem Calos nas Mãos”. Aqueles que têm calos nas mãos merecem todo o respeito. Vamos trabalhar para pôr o calo na nossa mão.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi.

S. Ex^a falará pela Liderança do PTB. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, seguindo a lista de inscrição.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Juvêncio da Fonseca, desta tribuna, manifestou-se largamente sobre a manifestação ocorrida ontem no Rio Grande do Sul e que repercutiu enormemente pelo Brasil afora.

Comungo com a opinião do Senador Paulo Paim em relação ao Ministro Miguel Rossetto. Ouvi e li as manifestações de S. Ex^a, e entendo que a palavra do Ministro tem crédito entre todos nós. S. Ex^a afirmou, publicamente, que “não concorda e entende que atos como aqueles ocorridos ontem não contribuem em nada para o avanço da tão sonhada reforma agrária

no Brasil”. Ouvi também, com atenção, o meu Líder, Senador Mozarildo Cavalcanti, que também repudiou, chamou a atenção e alertou para as consequências de tais atos, assim como o Senador Sibá Machado, que nos lembrou o caso Irmã Dorothy, que revoltou não apenas o Brasil, mas o mundo, exigindo uma pronta ação, que se efetivou com a condenação e a prisão dos responsáveis pelo crime, como bem nos lembrou o Senador Juvêncio da Fonseca. Entendo que um ato não justifica o outro. O meu pronunciamento caminha exatamente nessa direção.

Repercutiu intensamente no Rio Grande do Sul, como bem registrou o Senador Paulo Paim há pouco, a violenta ação do MST, que invadiu e destruiu um horto florestal e um laboratório no Município de Barra do Ribeiro, próximo a Porto Alegre. Para dimensionar o episódio, socorro-me dos editoriais de dois dos principais jornais gaúchos, que retratam o sentimento de preocupação generalizado no Estado com o fato. Ouçam o que diz o editorial do jornal **Correio do Povo**:

Violência

A invasão do Horto Florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro, de propriedade da Aracruz Celulose, às 5h da madrugada de ontem, por cerca de 2 mil militantes, sob o comando da Via Campesina [...] dá bem a dimensão da violência crescente nas ações que estão sendo promovidas pelas lideranças dos movimentos, como o MST, em todo o país. O pretexto é o mesmo de sempre: forçar o governo a acelerar a reforma agrária. No episódio da invasão da propriedade da Aracruz Celulose, o vandalismo empregado foi espantoso. Com rostos cobertos com lenços, toucas ninjas, e o *hata*, lenço-símbolo da revolução palestina, para impedir a identificação, os invasores destruíram 10 milhões de mudas de eucalipto, prontas para o plantio, e um laboratório de alta tecnologia genética. E foram, mais tarde, participar da Marcha das Mulheres Campesinas em Porto Alegre. Comemoraram, assim, o Dia Internacional da Mulher. Não é a primeira vez que o Rio Grande do Sul assiste a atos de vandalismo promovidos pela Via Campesina e movimentos assemelhados.

Em 2001, por ocasião do Fórum Social Mundial, que foi sediado em Porto Alegre, militantes da Via Campesina e do MST destruíram 2,5 hectares de soja e milho, plantados em área experimental da empresa Monsanto, em Não-Me-Toque, e ninguém foi punido até hoje pela ação ilegal praticada. O ataque à propriedade da Aracruz Celulose ocorre num

momento em que o governo se empenha a fundo, contando com projetos de reflorestamento, com forte investimento privado, para alavancar o desenvolvimento da chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul.

O Governador em exercício Antonio Hohlfeldt, diante do ocorrido, agiu com presteza, convocando a empresa não apenas para manifestar repúdio ao vandalismo em Barra do Ribeiro, como também para assegurar à empresa atingida, como às demais que estão participando do processo de reflorestamento, absoluta garantia de segurança para que permaneçam no Estado. A impunidade que beneficiou os vândalos que agiram em 2001 não pode prevalecer agora, em 2006. Quem desafia a lei, como voltou a acontecer, deve ser punido com todo o rigor”, diz o jornal no seu editorial.

Vejam V. Ex^{as} como o fato está colocado no editorial do jornal **Zero Hora** de hoje:

Autodestruição de imagem

A destruição de milhões de mudas de eucaliptos do viveiro da Aracruz, em Barra do Ribeiro, por integrantes da Via Campesina, caracteriza-se como um ato de truculência que provoca ao mesmo tempo prejuízos para o agronegócio e para a própria imagem do movimento dos sem-terra. A operação [...] ultrapassou os limites das manifestações democráticas que os movimentos sociais têm o direito de promover. Soa como provocação despropositada num momento de extrema tolerância das autoridades com as invasões e até mesmo com a desobediência às ordens judiciais de desocupação.

A área atingida pelo vandalismo, que inclui até mesmo laboratórios de pesquisa, é parte de um vasto projeto de florestamento que começa a tomar forma no Rio Grande do Sul e em países do Cone Sul. Responsável pela propriedade, a empresa Aracruz está na iminência de anunciar um investimento de US\$1,2 bilhão, disputado pelo governo gaúcho, que a depredação de ontem pode acabar prejudicando.

Não cabe à Via Campesina concluir que propriedades dedicadas ao florestamento descumprem a função social prevista pela Constituição. Igualmente, não é atribuição dos movimentos sociais organizados decidir que su-

postas violações a esse princípio significam carta-branca para a invasão e a destruição.

A reforma agrária é uma pretensão legítima de segmentos sociais excluídos, desde que os meios para chamar a atenção para a causa respeitem a lei. A substituição do diálogo pela força gera inequívoco repúdio da sociedade, como mostra recente pesquisa de opinião realizada pelo Ibope [já amplamente citada e comentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca].

Por sua vez, manifesto da Via Campesina afirma que a ação foi um ato contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucaliptos, acácias e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina. Onde o deserto verde avança, a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam e a poluição das fábricas de celulose contamina o ar, as águas e ameaçam a saúde humana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, respeitamos os argumentos dos manifestantes, porém, não podemos concordar com os métodos. Aliás, para nosso alívio, o próprio Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, como muito bem lembraram os Senadores Paulo Paim e Sibá Machado, condenou a invasão. Repito: o Ministro Miguel Rossetto afirmou peremptoriamente que a invasão em nada contribui na busca da reforma agrária. Já as entidades empresariais do Rio Grande do Sul afirmaram, em nota, que esses atos afrontam a lei, agredem a democracia, destroem as oportunidades sociais e os empregos gerados por esses empreendimentos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, 200 mil pessoas trabalham em toda a cadeia florestal no Rio Grande do Sul. Segundo o Governador em exercício, Antonio Hohlfeldt, 267 projetos foram aprovados pelos Governos do Estado e Federal, atendendo à demanda de pequenos produtores, que acreditam nessa forma de desenvolvimento para a Metade Sul gaúcha, deprimida há muitas décadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sérgio Zambiasi, permita-me um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há muito venho advertindo que a ignorância é audaciosa, principalmente a ignorância por parte daqueles que governam este País. Faltam-lhes entendimento. Rui Barbosa deixou uma mensagem muito clara de que só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça. Em 5 de outubro de 1988, Ulysses Guimarães beijava esse livro de leis, que

é a Constituição, que ele chamou de cidadã. Beijou-a e disse que desrespeitar a Constituição seria rasgar a Bandeira, abrir uma cova para enterrar as nossas liberdades. Seria rasgar a Bandeira! E é o que eles fizeram. Lula, em sua grandiosa ignorância, confessa não gostar de ler. Nunca leu nem a Constituição de Deus, que, no seu 4º Mandamento, diz “não roubarás”, quanto mais a Constituição do Brasil! Eu pediria ao Presidente da República que, pelo menos neste momento de crise, lesse, na nossa Bandeira, a mensagem republicana e positivista: “Ordem e Progresso”.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Quero agradecer a sua manifestação, Senador Mão Santa.

Concluo, recordando episódios como esse, seja aquele lembrado pelo Senador Sibá Machado, o assassinato covarde e cruel da Irmã Dorothy Stang, seja essa invasão, essa destruição ocorrida no Rio Grande do Sul. Graças a Deus, no Rio Grande do Sul, não houve vítimas, nem sequer pessoas feridas, o que realmente é relevante.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, quero fazer um aparte muito pequeno. O fato aconteceu, o Senado da República tem justa razão de estabelecer o debate sobre o quadro. Só quero deixar no ar – aproveitando o pronunciamento de V. Exª, que é muito equilibrado – que V. Exª relata os fatos. Em sã consciência, alguém de nós aqui acredita que, por exemplo, Miguel Rossetto, candidato a Senador pelo Rio Grande do Sul, vai incentivar o conflito e a violência? Como falamos, às vezes, alguém burro e incompetente não chega a esta Casa e muito menos ao cargo em que está hoje o Ministro Miguel Rossetto, que inclusive foi Vice-Governador do Rio Grande do Sul e Deputado Federal. Alguém acredita que o Presidente Lula teria interesse num conflito desses?! Estamos em plena campanha eleitoral, como aqui foi dito por todos. O Brasil é um País de diálogo, de entendimento; ama a paz, a verdade e a justiça. Todos somos contra a violência. Houve o incidente? Houve. É lamentável? É lamentável. O Ministro Miguel Rossetto, publicamente, condenou o fato. Apenas aproveito, como V. Exª fez, de forma muito tranqüila, para deixar claro que o Presidente Lula não concorda com isso, não aceita que a reforma agrária seja feita dessa forma. O Ministro Miguel Rossetto tem a mesma posição, tenho certeza absoluta. E quanto ao Hohlfeldt – assim me dirijo a ele, porque é gaúcho e foi meu assessor, inclusive, quando fui Deputado Federal –, com a mesma convicção, faço este depoimento em relação ao fato acontecido. O Presidente Lula, o Ministro Miguel Rossetto e o Hohlfeldt nada têm a ver com esse conflito que lá aconteceu.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Agradeço sua participação, Senador Paulo Paim. Solicito a generosidade do Presidente, para que nos conceda apenas mais um pequeno espaço para que o Senador Sibá Machado também possa manifestar-se.

Concordo com V. Exª, Senador Paulo Paim. Conheço o Hohlfeldt, conheço o Miguel Rossetto como Vice-Governador do Estado, conheço sua articulação com todos os segmentos sociais do Rio Grande do Sul, com os movimentos sociais, com o movimento empresarial, com os trabalhadores e com a Federação das Indústrias. E, sob hipótese nenhuma, partiria de seu gabinete, do seu Ministério qualquer simpatia por uma mobilização com conseqüências negativas, cuja dimensão só saberemos adiante, quando, por exemplo, a empresa que está lá, disputada por inúmeros Estados do Brasil, concluir por permanecer no Estado. Penso que, agora, sim, o Presidente Lula e o Ministro Miguel Rossetto devem solidarizar-se com o Governador Antônio Hohlfeldt e com o Rio Grande do Sul, para que a empresa acredite no Rio Grande e lá permaneça, gerando empregos e desenvolvimento.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio Zambiasi, assim que cheguei ao Senado Federal, procurei algumas empresas que trabalham com monocultura e expus uma opinião muito pessoal sobre alguns investimentos: que essas empresas pensassem em ter a tecnologia de produção, em dominar a segunda parte da cadeia produtiva, que é o processo industrial em diante, mas que deixassem a produção primária a cargo dos assentados da reforma agrária, porque, em muitos assentamentos, não há o viés da economia. E há, sim, uma preocupação no Brasil de que a monocultura garanta, sim, as exportações, garanta, sim, a arrecadação de dólares, garanta uma série de coisas, mas não faz a distribuição automática de renda. Fiz isto: apresentei essas idéias e sobre elas escrevi e fiz discursos aqui. Nesse aspecto, eles têm razão. Quanto a dizer que determinada atividade econômica provoca ou não maior agressão ambiental, isso também tem de ser levado a cabo, tomando-se esses cuidados. Mas o que pude observar dentro da CPI da Terra, quando lá atuei, é que existem muitas organizações no campo brasileiro. Acostumamo-nos a ver um único Movimento, o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas há vários, como a Contag e as subdivisões que têm as mesmas cores do MST – às vezes, mudam o nome, e não as conseguimos distinguir direito. Todas essas organizações são muito próprias no seu modo de pensar. Talvez, estejamos aqui cometendo até um equívoco em dizer que linearmente todo mundo está concordando com aquele tipo de atividade. Então, nesse aspecto dos

métodos utilizados, se o Ministro tivesse se recusado a conversar, a negociar, a trabalhar a Agenda 2006, eu estaria também constrangido e diria que houve uma incitação não explícita porque não houve um diálogo anterior. Mas houve esse diálogo. Então, quanto a isso, de novo, quero reiterar as palavras de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e também as do Ministro Miguel Rossetto. Não conversei com o Ministro nem com o Presidente do Incra, mas ouvi pelo rádio a entrevista, que se deu exatamente nesta linha: não compartilhou, ficou também espantado de ver a atitude, porque não a esperava jamais. Imagine que está acontecendo neste momento o encontro da FAO, no Rio Grande do Sul, com delegações de muitos países! E não havia nenhum sentimento da parte governamental. Então, quero tirar aqui a preocupação do Senador Juvêncio e de outros. Essa preocupação não existe. Está lá o problema, mas não se pode dizer que ele se deu por omissão ou por indução de quem quer que seja, da parte do Governo ou da parte de qualquer pessoa que conhecemos muito bem aqui. Então, é muito bom o discurso de V. Ex^a, que vem esclarecer esse episódio.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Mais uma vez, quero reiterar aqui, como gaúcho, que conheço o Ministro Miguel Rossetto. Convivi com S. Ex^a, repito, como Vice-Governador daquele Estado e, agora, como Ministro da Reforma Agrária. Repito suas palavras, que testemunham a surpresa em relação às consequências do ato. Repito que, dessas situações, temos de retirar experiências, para que não se repitam fatos lamentáveis, em que se roubam vidas, como é o caso já amplamente citado da Irmã Dorothy, nem fatos que abalam estruturas de entendimento, como é o caso que aconteceu na empresa do Rio Grande do Sul na madrugada de ontem, que pode implicar seriíssimos prejuízos econômicos e sociais não só para o Rio Grande, como também para o Brasil.

Sr. Presidente, muito obrigado por sua generosidade, obrigado aos Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por cessão do Senador Osmar Dias, peço que me inscreva antes da Ordem do Dia pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a estará inscrito, Senador Jefferson Péres.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por cessão do Senador Rodolpho Tourinho, peço a V. Ex^a a minha inscrição em seguida à do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Após S. Ex^a, falará, pela Liderança, o Senador Sibá Machado e, depois, o Senador Almeida Lima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é até uma coincidência feliz que V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, esteja presidindo esta sessão no momento em que vou fazer um pronunciamento sobre o nosso Estado de Roraima, onde ambos nascemos.

Começo justamente fazendo uma retrospectiva histórica do nosso Estado. Roraima, Amapá e Rondônia, que antigamente se chamava Guaporé, surgiram da visão estratégica, nacionalista e desenvolvimentista do Presidente Getúlio Vargas, que, em 1943, criou – naquela época, podia fazê-lo por decreto – esses Territórios Federais nas então mais longínquas ainda fronteiras da Amazônia brasileira.

Roraima, portanto, de 1943 a 1988, quando foi promulgada a Constituição, viveu sob a condição de Território Federal, administrado por um Governador nomeado, de livre escolha do Presidente da República, que passou por fases. Inicialmente, a indicação era política, quer dizer, até política de fora do Território, que realmente era pequeno, tinha pouca gente. Havia um acordo na época entre o Presidente da República e os Senadores, e coube ao Senador Vitorino Freire, do Maranhão, indicar sucessivamente vários Governadores do então Território Federal de Roraima. Depois, veio a época dos militares, e os Territórios foram divididos de acordo as Forças Armadas. Então, Rondônia cabia a um oficial do Exército; o Amapá, a um oficial da Marinha; e Roraima, a um oficial da Aeronáutica.

Nesses 45 anos de existência como Território Federal, passaram por lá mais de 40 Governadores, o que dá, em média, pouco mais de um ano para cada um, considerando que houve Governador que ficou apenas seis ou nove meses, pois era demissível a qualquer momento.

Destaco, Sr. Presidente, exatamente a figura do atual Governador do Estado de Roraima, que foi Governador do Território e começou realmente a fazer um planejamento visando a criar as condições para que o Território efetivamente se transformasse em Estado. Primeiro, criou novos Municípios, pois tínhamos apenas dois. Ainda hoje, o Estado tem poucos Municípios

– são 15, incluindo a capital –, mas naquela época havia apenas dois. Depois, também fez um planejamento com o Incra, de colonização, de implantação realmente de colonos no interior do Estado, abrindo vicinais e interligando o Estado de maneira importante. Depois desse período, foi eleito Deputado Federal Constituinte. Tive oportunidade de ser seu colega, bem como de sua esposa, a Primeira-Dama Marluce Pinto, que foi Senadora por dois mandatos aqui, quando trabalhamos juntos para a transformação do Território em Estado.

A implantação do Estado deu-se com a posse do primeiro Governador eleito. E quem foi o primeiro Governador eleito? Foi exatamente o Governador Ottomar Pinto, que tinha preparado, digamos assim, as bases infra-estruturais para a implantação do Estado.

E o atual Governador, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um homem que serviu à Força Aérea Brasileira durante 35 anos, desde cadete a oficial general. Construiu quase todos os aeroportos pavimentados da Amazônia, bastando citar Santarém, Cachimbo, Araguaína, Conceição do Araguaia, Marabá, Imperatriz, Altamira, Oiapoque, Macapá, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Boa Vista, capital do meu Estado, e muito outros, em um total de 34 aeroportos. Fez obras aeroportuárias no Nordeste – Petrolina, Salvador, Natal, Fernando de Noronha, entre outros.

Por onde passou deixou sempre a imagem de um homem trabalhador, íntegro, estudioso; seu nome é legenda na Força Aérea Brasileira e na Região Amazônica. Além dos cargos que já mencionei, de ter sido eleito o primeiro Governador, foi também eleito, como citei, Deputado Federal Constituinte, depois Prefeito da capital, Boa Vista, e agora, novamente, Governador, por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que cassou o mandato do Governador eleito, porque o TSE encontrou motivos para tal. O Governador Ottomar Pinto assumiu na metade do mandato, vamos dizer assim – hoje está com pouco mais de um ano –, e vem fazendo um trabalho seriíssimo, de buscar recolocar o Estado nos trilhos. Realmente, o Governador tem tido muitas dificuldades, porque se administrar um Estado próspero do Sul ou do Sudeste já é difícil, imaginem administrar um Estado pequeno, como é o de Roraima, distante, com os problemas que existem, inclusive causados pela insensibilidade do Governo Federal – não só do Governo Lula, pois vem de muito tempo, desde quando fomos transformados em Estado.

O certo é que esse trabalho tem colocado o Governador muito folgadoamente à frente nas pesquisas para sua reeleição. Isso é exatamente o reflexo do que o povo está vendo, do que é feito nas diversas áreas.

É evidente, Sr. Presidente, a liderança do Governador Ottomar Pinto.

Quero dizer aqui que, em alguns momentos, fui adversário de S. Ex^a, mas também fui seu Secretário de Saúde quando foi Governador do Território Federal de Roraima. Então, trabalhei na sua campanha em 1990, no segundo turno, na primeira eleição para Governador. Apoiei-o para Prefeito da nossa capital, Boa Vista, mas, em muitos momentos, estivemos realmente em campos políticos opostos. Portanto, tenho tranquilidade para fazer o depoimento que ora faço.

Sr. Presidente, trouxe uma relação das obras e ações que o Governador Ottomar Pinto tem desenvolvido nas diversas áreas. Como se trata de um material extenso, apesar de pouco mais de um ano de governo, peço que esta relação conste, na íntegra, no pronunciamento para ficar cabalmente demonstrado o trabalho de uma pessoa que, como se diz, “pegou o carro andando” e tem que consertá-lo sem parar o carro. S. Ex^a está fazendo esse trabalho difícil.

É lógico que, se, por um lado, gera admiração, principalmente na população mais pobre, pelo respeito que o Governo devota às pessoas das classes menos favorecidas, por outro lado, gera, evidentemente, algumas animosidades dos seus adversários. Isso é natural, faz parte do jogo político. O que precisamos é ter urbanidade e respeito democrático para com uma pessoa que tem a biografia do Governador Ottomar Pinto.

Faço este depoimento porque entendo que um Estado como o meu precisa, mais do que tantos outros, estar bem inserido...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite um aparte, Senador?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...no contexto nacional e não somente mal falado no contexto nacional.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, eu estava me dirigindo a outro destino, à reunião de Líderes convocada pelo Presidente da Casa, mas ouvi a sua voz, soube do tema e me apressei a comparecer ao plenário para lhe dar um aparte que é de testemunho sobre a atuação pública do Brigadeiro Ottomar Pinto, Governador do meu Partido no seu Estado de Roraima. O Brigadeiro Ottomar é um executivo vitorioso, é um homem público de vida correta, e nos dá muita alegria e muito orgulho tê-lo no PSDB. A opção que ele fez pelo PSDB aconteceu, inclusive, numa hora dura, numa hora de adversidade política, numa hora de enfrentamento ao Governo Federal, numa hora de oposição. Isso tudo só fez aumentar o apreço que o Partido tinha e tem por ele. E a

mim não surpreendeu, porque sou seu companheiro de Amazônia e alguém que, pessoalmente, mantém com ele uma relação de amizade familiar, uma relação de companheirismo político e de solidariedade em relação aos pleitos que Roraima tem para apresentar ao País. V. Ex^a faz um discurso muito feliz, que merece a inteira solidariedade, o inteiro respaldo da Bancada do PSDB, que tenho a honra de liderar nesta Casa. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, pelo aparte.

Como V. Ex^a disse, o Governador Ottomar Pinto fez a opção pelo PSDB muito recentemente. Ele foi o fundador do PTB em Roraima, a que hoje tenho a honra de pertencer, e ele tem realmente a cara do PTB em Roraima. Mas hoje eu diria que ele tem o coração e a mente no PSDB por várias razões, uma das quais, Senador Arthur Virgílio, foi exatamente o descumprimento de um acordo do Governo Federal na questão da demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol e na questão das outras terras não-indígenas que estão hoje sob o domínio do Incra e estão emperrando o desenvolvimento do Estado. Então, acho que a opção foi duplamente pensada.

O mais importante, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Srs. e Sr.^{as} Senadores, é que, tendo

percorrido toda essa trajetória que mencionei aqui, em diversos cargos, em diversas posições, o Governador Ottomar Pinto não tem nenhuma acusação de nenhum escândalo na sua vida pública, nenhuma acusação de desvio de conduta como político e como governante.

Faço, portanto, este testemunho de maneira serena porque faço justiça a um homem que, mesmo enfrentando problemas de saúde – mas são apenas problemas corporais, não são problemas morais –, tem realmente trabalhado de uma maneira heróica para que o nosso Estado possa avançar celeremente para dias melhores e que a população de Roraima daqui a um tempo possa, de maneira mais digna, habitar, trabalhar, alimentar-se, ser educada e ter assistência de saúde. Assim, temos certeza de que o Governador Ottomar Pinto, reeleito, fará um governo de consolidação do progresso do nosso Estado. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Relação das obras do Governador Ottomar Pinto.

~~O atual governador~~ do meu Estado serviu durante 35 anos à Força Aérea Brasileira, desde Cadete à oficial General.

Construiu quase todos os aeroportos pavimentados da Amazônia: Santarém, Caximbó, Araguaína, Conceição do Araguaia, Marabá, Imperatriz, Altamira, Oiapoque, Macapá, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Boa Vista e muitos outros, num total de 34 aeroportos. Fez obras aeroportuárias no Nordeste: Petrolina, Salvador, Natal, Fernando de Noronha etc.

Por onde passou deixou sempre a imagem de um homem trabalhador, íntegro, estudioso, seu nome é legenda na FAB, na região Amazônica.

Governador do Território de 1979-1983, deputado federal constituinte, primeiro Governador eleito do Estado (1990-1994), Prefeito de Boa Vista (1996-2000). Nenhum escândalo.

Secretaria de Estado da Saúde

1. Hospital Materno-Infantil

Na primeira etapa, recuperou o Centro Cirúrgico – normalizando o serviço de cirurgias eletivas, centro de esterilização, raio x, laboratório, sala de exames e toda a área administrativa do hospital. Na segunda etapa foram reformados e climatizados os blocos, **proporcionando um acréscimo de 50% no número de leitos, totalizando 160**. Também foi construído o novo banco de leite.

2. Hospital Geral e Pronto Socorro

A UTI (Unidade de Terapia Intensiva) foi totalmente reformada e modernizada. **Leitos** - o número de leitos da rede pública subiu de 499 para 541, sendo 30 novos leitos no Hospital Materno-Infantil e 12 no Hospital Geral Rubem de Souza Bento. **Tomógrafo** - recebeu uma digitalizadora de imagem. A imagem, que antes era gerada por um filme e que, pela falta da manutenção, tinha muitos problemas, agora é digital.

3. Melhor Ecocardiógrafo do Mundo

O Governo de Roraima conta hoje com o melhor aparelho de ecocardiografia do mundo. O Ecocardiógrafo 4D é capaz de mostrar para o médico, em tempo real, o coração do paciente em 3 dimensões. Aparelhos similares encontrados em grandes centros, como em São Paulo e Curitiba, não geram a visualização tridimensional instantânea.

4. Referência mundial em Cirurgia Cardíaca

O médico Rendas Vilela Batista atua no HGR, onde já realizou cerca de 40 cirurgias do coração. Foram 19 de revascularização do miocárdio e as demais de implante e troca de válvula mitral e aórtica. Apesar das intervenções cirúrgicas no coração serem de altíssima complexidade e de alto risco, o número de óbitos é baixíssimo, segundo padrões europeus.

5. Hospital de Rorainópolis. O governo toma as últimas providências para concluir e inaugurar o hospital de referência da região Sul de Roraima, que terá médicos especialistas e vai desafogar o HGR.

6. Atendimento aos ribeirinhos. Os moradores das do Baixo Rio Branco voltam a ter tratamento médico adequado, com equipes que vão de casa em casa examinando e fornecendo remédio.

7. Atenção ao Idoso. O idoso de família carente que tem problemas de saúde não vai precisar mais ir até a farmácia para comprar o remédio. A farmácia do governo vai até ele. Um número de telefone será colocado à disposição e basta ligar para que seja atendido.

Secretaria de Estado de Segurança Pública

1. Disque-Denúncia. O serviço de disque-denúncia foi implantado de forma mais eficiente e está reforçando a parceria entre a sociedade e a Secretaria de Segurança Pública. Através do número 0800951000, o cidadão está contribuindo com a ação dos policiais no combate ao crime. Sugestões, críticas e informações sobre atividades criminosas podem ser feitas por telefone, sem necessidade de identificação.

2. Ações Sociais da Secretaria de Segurança Pública. A Casa do Cidadão vem prestando serviços de utilidade pública aos moradores da periferia. Diariamente são atendidas dezenas de pessoas através de órgãos do governo ali instalados. São disponibilizados para a comunidade médicos, dentistas, emissão de carteiras de identidade, carteira de trabalho, postagem de cartas, CPF, entre outros.

3. Policiais são treinados para combater a criminalidade. O governo do Estado vem investindo na capacitação de agentes da área de segurança pública. Até o final do ano (2005) mais de 1.000 policiais terão passado por cursos em diversas áreas, oferecidos no Instituto de Segurança (ISSeC). A intenção é prorrogar a programação de cursos até o final de 2006.

4. Polícia Civil tem solucionado crimes em Roraima. A Polícia Civil de Roraima vem cumprindo seu papel no combate à criminalidade. Com ajuda da sociedade já foram presos, desde o final de 2004, 47 traficantes, dezenas de ladrões, expedidos 200 mandados de prisão e elucidados vários homicídios de difícil solução.

5. Reforma e ampliação de delegacias. A infra-estrutura das delegacias tem sido preocupação do governo do Estado. Reformas e ampliações estão sendo feitas no

primeiro, segundo, terceiro e quarto Distritos Policiais com o objetivo de adequar esses espaços à realidade estadual e oferecer à sociedade mais segurança.

6. Aumento da frota de veículos. A frota de veículos da Segurança Pública ganhou um reforço de 114 novos carros. As operações policiais agora contam com modernas viaturas, capazes de responder com mais eficiência e rapidez às demandas diárias de combate à criminalidade no Estado. O Instituto Médico-Odonológico Legal também recebeu dois “rabcões” para remoção de cadáveres.

SETRABES (Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social)

A Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) atua tomando como referência a assistência social, o atendimento à infância e adolescência e também a geração de emprego e renda. A inclusão social é promovida através de programas, projetos, serviços e ações integradas e articuladas entre si e em parceria com a sociedade, promovendo a cidadania e a qualidade de vida.

As famílias atendidas pelos programas sociais assumem compromissos com o Governo de Roraima: frequentar cursos de formação continuada e formação profissional oferecidos pelo próprio estado; as crianças devem ser mantidas na escola; o cartão de vacina sempre em dia; mulheres grávidas têm que fazer o exame pré-natal com regularidade; os idosos devem ser encaminhados regulamente para atendimento médico.

Os principais programas sociais da Setrabes são:

1. Vale Solidário. O programa Vale Solidário atendeu mais de 80 mil famílias da capital neste primeiro ano. Foram cadastradas 89.027 famílias carentes e atendidas 80.259. Ao todo foram distribuídos 289.683 vales, totalizando R\$ 17.380,98 milhões injetados na economia local. A distribuição visa combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida de milhares de pessoas cadastradas. No interior foram entregues 41.316 vales e para dezembro está definido o repasse do dobro dessa quantia.

2. Habitação Popular. O Programa de Subsídio de Habitação do Interesse Social foi criado pelo governo do Estado, em convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF), visando à substituição das residências em estado precário por outras de melhor qualidade. Já estão inscritas 1.500 pessoas e a pretensão do governo é começar com o programa a partir do final do ano.

3. Inclusão Digital. O governo do Estado vai levar para as famílias carentes um programa de inclusão digital para proporcionar para quem não tem acesso ao computador meio de aprendizagem e familiarização com o mundo da informática.

Em parceria com o Senac e a Secretaria de Administração, o governo espera atender, de início, a 450 jovens a partir de 16 anos de idade.

4. Enxoval do Bebê. O programa tem contribuído para a redução da taxa de mortalidade materno-infantil em Roraima. A atuação tem sido concentrada nas áreas críticas, em parceria com as organizações comunitárias. As mulheres são cadastradas a partir do 3º mês de gestação e inseridas em oficinas de saúde, nas quais obtêm informações sobre pré-natal, nutrição, imunização, aleitamento exclusivo, alimentação alternativa e depressão pós-parto. Além disso, têm acesso a exames de ultra-sonografia. No 8º mês de gestação, ganham o enxoval do bebê. Após o parto, recebem, durante três meses, um “kit” contendo quatro pacotes de leite de 400 gramas. Depois, caso tenha pretensão, a mãe pode participar do Programa como colaboradora.

5. PETI. Criado com o objetivo de ajudar na supressão de mão-de-obra dos menores no País, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI - é administrado na esfera estadual pela Setrabes. O Programa atende crianças e adolescentes na faixa etária de sete a 15 anos, com uma ajuda de custo em forma de bolsa.

6. Projeto Galopando para o Amanhã. Parceria com a Polícia Militar, atende a 50 adolescentes. O projeto tem o objetivo de ensinar equitação aos jovens com idade entre 12 e 18 anos, que têm atendimento psicossocial e pedagógico e ainda recebem R\$ 50,00 de ajuda de custo.

7. Programa de Intermediação de Mão-de-Obra. Tem buscado captar vagas nas empresas e encaminhar trabalhadores ao mercado de trabalho, além de oferecer cursos de qualificação aos trabalhadores desempregados ou em busca do primeiro emprego. Em parceria com o Governo Federal e empresas locais, centenas de cidadãos já foram reintegrados ao mercado de trabalho.

8. Centro de Referência do Idoso em Açaí. Funciona todos os dias, inclusive nos feriados e finais de semana (horário diferenciado). Às sextas-feiras, sábados e domingos acontecem atividades extras. São oferecidas diversas atividades para cerca de 300 idosos. O objetivo é promover a integração com a comunidade através de atividades recreativas, educativas, culturais e psicossociais.

9. Clube Eterna Juventude. Atende a 50 idosos de famílias carentes, que têm atividade de lazer e de recreação e se envolvem em atividades produtivas com vistas à ocupação do tempo e ao desenvolvimento de trabalhos saudáveis. Participam de atividades artísticas, culturais e recreativas e integram o Coral Eterna Juventude, que faz apresentações em datas comemorativas.

Centro de Oficinas Pedagógicas. São atendidas 850 crianças em cursos de artesanato, música, dança, atividades esportivas e reforço escolar. Têm ainda atendimento médico, odontológico e psicológico.

10. Projeto "Espaço Criança Cidadã". Surgiu da necessidade de atender crianças e adolescentes (7 a 18 anos) moradores do Conjunto Cidadão. Através de atividades programadas - capoeira, dança, futebol e outras - são desenvolvidas em horário diferenciado da escola, visando à inclusão social e ao crescimento pessoal e intelectual desse segmento.

11. Centro Sócio-Educativo. É unidade destinada a adolescentes em situação de risco social e pessoal que se envolveram atos infracionais. Têm atividades sócio-educativas e profissionalizantes. Os adolescentes aprendem informática, estudam e desenvolvem atividades de panificação, recreativas e desportivas. . Contam com médicos, odontólogos, psicólogos e instrutores para ajudá-los no processo de ressocialização.

SEAPA (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Agricultura Familiar

1. Extensão Rural. Resgate do serviço de extensão rural, com a recuperação das 28 Casas do Produtor Rural, nos 15 municípios, e aquisição de 50 motocicletas para transporte de técnicos agrícolas até as pequenas e médias propriedades, beneficiando, diretamente, 10 mil produtores, com assistência técnica adequada. Mais 5 Casas do Produtor estão sendo construídas;

2. Treinamento do Técnico Agrícola. Os técnicos da secretaria foram treinados para prestar atendimento adequado ao pequeno e ao médio produtores. A previsão é de que realizem 70 mil visitas por ano, auxiliando na correta condução do plantio, na colheita, na comercialização e nos tratos culturais necessários, o que permite acesso do produtor às novas tecnologias disponíveis, para atender à demanda da agricultura familiar;

3. Clínicas técnicas. Promoção de Dia de Campo, com clínicas técnicas e encontros com produtores rurais para que tenham acesso a técnicas de manejo de culturas. Este ano, mais de 250 produtores foram treinados em várias regiões. Destaque para o Dia de Campo sobre a cultura da banana, curso sobre tração animal, suinocultura e treinamento destinado à produção orgânica, direcionado à comunidade indígena de Sucuba, em Alto Alegre, e mecanização (destoca de terra);

4. Tratores. Aquisição de 100 tratores, dos quais 80 traçados e 20 com grades aradoras, para atender a associações de produtores e administrações de colônias agrícolas, possibilitando aos produtores a possibilidade de trabalhar melhor a terra;

5. Trilhadeiras. Distribuição de 50 trilhadeiras, para atender a produtores através de associações e administrações de colônias agrícolas;

6. Casas de Farinha. Distribuição de 300 casas de farinha, para atendimento a entidades de produtores rurais que lidam com o cultivo da mandioca;

7. Transformadores. Distribuição de 1.200 transformadores de energia para atender a pequenos produtores de áreas que já têm linha de transmissão de energia elétrica;

8. Apicultura. Distribuição de 300 kits para produção de mel de abelha a produtores que ainda utilizam técnicas rudimentares e que necessitam de apoio para desenvolvimento da atividade;

9. Piscicultura. Atendimento a 1.000 produtores de peixes, dos quais 250 em Caracará, com escavação de tanques medindo 70m por 15m e financiamento da atividade através da Agência de Fomento de Roraima (Aferr);

10. Horticultura. Incentivo à atividade de horticultura, através de financiamento pela Agência de Fomento de Roraima e distribuição de adubo químico e sementes e transporte de adubo orgânico para horticultores da cidade e de colônias agrícolas;

11. Pró-Custeio. Programa de incentivo ao pequeno produtor rural, para compra de insumos, com a entrega de um vale de R\$ 500,00, por semestre, beneficiando 14 mil famílias. O programa começou a ser implementado e neste semestre já beneficiou 2.030 produtores dos municípios de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe, na região Sul de Roraima;

12. Recuperação da Feira do Produtor. As instalações da Feira do Produtor Rural, em Boa Vista, começam a passar por um processo de reforma. Os produtores estão sendo transferidos para a Feira do Passarão, enquanto se recupera toda a estrutura.

Agricultura empresarial

13. Novos silos. Aumento da capacidade de estocagem de grãos das atuais 10 mil toneladas para 27 mil toneladas, no próximo ano;

14. Calcário. Aquisição, já este ano, de 80 mil toneladas de calcário, para atendimento ao grande e ao pequeno produtores na safra agrícola de 2006, o que dá a previsão de aumento da área de cultivo em, no mínimo, o dobro da atual;

15. Licenciamento ambiental. A Femact (Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) passou a emitir a Licença Ambiental, que antes era emitida pelo Ibama, por falta de interesse do governo estadual, facilitando a vida do produtor, uma vez que o processo é mais rápido e menos burocrático.

Outras demandas

16. Combate à aftosa. Em duas campanhas, a primeira em fevereiro, a última em outubro, o governo conseguiu níveis de vacinação acima do esperado. Foram

vacinadas 480 mil cabeças de gado, de um total estimado em torno de 600 mil cabeças;

17. Exposição Agropecuária. A Expoferr volta a acontecer – entre os dias 3 e 11 de dezembro - depois de anos, dando ao produtor a oportunidade de expor e de realizar negócios e intercâmbio. O Parque de Exposições “Dandãezinho” está sendo recuperado. Estava semi-abandonado. Será a 34ª Expoferr.

Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos

1. Formação Continuada: Educação concede Progressão por Titulação a professores. A Secretaria de Educação vai reconhecer todos os certificados de cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*). Isso significa que mais de duzentos professores ganharam Progressão por Titulação. Desde 2002 eles aguardavam uma posição do Governo de Roraima. Agora, só falta a Assembléia Legislativa aprovar uma lei reconhecendo o direito dos professores.

2. Jogos Escolares voltam a emocionar os estudantes. Em 2005, o Governo de Roraima investiu e os jogos foram realizados em três fases: Etapa Norte (Alto Alegre), Etapa Sul (Rorainópolis) e Etapa Boa Vista (final). Mais de 5 mil atletas participaram das três etapas, disputando medalhas e troféus em 12 modalidades.

3. Governo reconstrói Parque Aquático do Anauá. A reconstrução do Parque custou ao Governo de Roraima R\$ 700 mil, gerando mais de cem empregos, durante dois meses. O Parque tem três tobogãs, piscinas para adultos e crianças, *playground*, quadras de vôlei de praia e futevôlei. Durante a inauguração, mais de três mil crianças foram visitar e brincar no Parque Aquático do Parque Anauá. Outros três parques aquáticos estão sendo recuperados (Jardim Primavera, Caranã e Asa Branca).

4. Escola pública: crianças vão à consulta. Em Roraima, todos os estudantes do Ensino Fundamental são atendidos pelo programa “Olho Vivo”. Até novembro deste ano, mais de 12 mil alunos passaram por exame oftalmológico. Quem precisa, em 15 dias, ganha os óculos. O Programa de Saúde Bucal visita as escolas públicas levando a esperança de um novo sorriso. O programa atende aos estudantes de 7 a 14 anos, com sete gabinetes odontológicos móveis. Em 2005 foram realizados quase 40 mil procedimentos de extração, restauração, limpeza de tártaro e aplicação de flúor.

5. Reforma, ampliação e construção de escolas na capital e no interior. O Governo do Estado reforma, amplia e constrói escolas na capital e no interior do Estado. Uma das escolas reformadas foi a Genira Brito, na Vila Félix Pinto, município do Cantá, a escola José Pereira de Araújo, na Vicinal 5, município de Iracema, a escola Pe. José Monticoni e várias outras já enumeradas pela Secretaria de Infra-Estrutura.

6. Escolas Indígenas também recebem atenção. Uma das comunidades beneficiadas em 2005 foi Sorocaima II, no município de Pacaraima. A escola índio Manoel Barbosa foi reconstruída e ampliada pelo governo do Estado. Com a reforma, a escola passou a atender a quase 150 alunos de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental das comunidades de Sorocaima I e II, Guariba, Bananal, Nova Esperança e Samã.

7. Avaliação do Estágio Probatório dos professores de 2002. O governo do Estado, através da secretaria de Educação, anunciou no mês passado os resultados da 1ª publicação da Avaliação do Estágio Probatório dos professores concursados e empossados no ano de 2002. A primeira relação refere-se aos professores concursados e empossados no município de Boa Vista-Zona Urbana. Quanto às demais localidades: município de Boa Vista-Zona Rural, municípios do interior do Estado e comunidades indígenas, ainda estão em processo de análise.

SEJUC (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania)

SOCIAL

1. Fábrica de bolas – A secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc) está implantando o projeto “Pintando a Liberdade”, para ressocializar e profissionalizar os detentos da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PA), que fabricarão bolas de futsal, de handebol e futebol de campo.

O convênio entre o Ministério dos Esportes e o governo de Roraima existe desde 2003 e não foi implantado devido a problemas estruturais só agora solucionados. A meta é beneficiar 80 detentos no prazo de um ano. Inicialmente participam do projeto 56 reeducandos que terão, a cada três dias trabalhados, a redução de um dia de pena.

O ex-detento João Neto veio de Manaus, designado pelo Ministério dos Esportes, para dar as primeiras instruções na fabricação das bolas. O projeto foi iniciado hoje (18/10) e serão produzidas 10 mil bolas em seis meses, para distribuição nas escolas da rede pública estadual de ensino. As famílias dos detentos beneficiados pelo projeto receberão um valor mensal de R\$ 100,00 pelo trabalho dos reeducandos.

2. Programa João de Barro – O governo do Estado, em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), está desenvolvendo, para os detentos em regime semi-aberto e aberto, um programa de ressocialização intitulado “João de Barro”. Em um ano foram beneficiados 75 reeducandos da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PA) e, atualmente, 17 detentos trabalham na Universidade, sendo sete na biblioteca e 10 em serviços gerais.

Cada participante do projeto recebe uma bolsa de R\$ 260,00 mensal, paga pela UFRR as famílias dos apenados. O governo arca com as despesas de alimentação, saúde e documentação.

O projeto foi elaborado pela Secretaria de Justiça e Cidadania e está sendo copiado por outros Estados. Em São Paulo, a USP já adotou o “João de Barro”.

Cada três dias trabalhados reduz um dia de pena.

3. Horticultura – Trinta e cinco detentos da penitenciária Agrícola do Monte Cristo participam do programa de horticultura desenvolvido pelo governo do Estado. A orientação de cultivo das hortaliças é feito por um técnico agrícola. A produção é vendida à comunidade a preços acessíveis e o dinheiro arrecadado é repassado às famílias dos detentos. A criação e venda de suínos também é incentivada.

Cada três dias trabalhados reduz um dia de pena.

SAÚDE

4. Atendimento Médico – Os detentos da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo estão recebendo assistência médica e odontológica. A secretaria de Saúde disponibilizou uma equipe com 15 profissionais (3 médicos, 3 auxiliares de enfermagem, um enfermeiro, um psiquiatra, um psicólogo, 3 assistentes sociais e 3 odontólogos). As famílias dos reeducandos também recebem atendimento.

5. Plano estadual de saúde no sistema penitenciário – A Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (Sejuc), em parceria com a secretaria de Saúde do Estado (Sesau) está implantando o Plano Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário. A assessora técnica do Ministério da Saúde, Ana Cristina Guimarães esteve em Boa Vista para orientar a equipe técnica na elaboração e implantação do Plano. Um termo de adesão assinados pelos secretários de Justiça e Saúde foi encaminhado à Brasília.

O investimento é de R\$ 20 mil mensais e o plano será implantado definitivamente em Novembro.

EDUCAÇÃO

6. Programa Brasil Alfabetizado – Em parceria com o Sesi, a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc) implantou em março deste ano, o programa Brasil Alfabetizado. A primeira etapa do projeto foi encerrada no dia 14 de outubro e dos 25 detentos 11 terminaram o curso de alfabetização. Convênio Federal Mec/Sesi.

7. Ensino Fundamental e Médio – Também no mês de março a Sejuc, em parceria com a Secd, iniciou o programa de ensino fundamental e médio para os detentos da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PA). No ensino médio 30 pessoas estão sendo beneficiadas. No fundamental, 90 detentos estão participando dos módulos.

Dez reeducandos que terminaram o ensino médio participaram do Enem e vão fazer vestibular no próximo ano.

OBS – Está em discussão, em nível nacional, a redução de pena através da educação. Em Roraima, a Sejuc encaminhou ao Juiz da Vara de Execuções Penais, Euclides Calil, uma minuta de projeto que pretende beneficiar os detentos que estão estudando na PA. Cada 18 horas de dedicação aos estudos reduz um dia de pena.

8. Capacitação de agentes carcerários

9. Cursos profissionalizantes para detentas – Três cursos profissionalizantes foram realizados este ano pela Sejuc: jóias alternativas, corte e costura e pequenos objetos de madeira. Mais de setenta detentas participaram dos cursos.

TRABALHO

* **PA** – Os trabalhos de limpeza, copa e manutenção hidráulica e elétrica da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PA), são feitos pelos próprios detentos. Cinquenta e oito reeducandos participam das atividades e serão beneficiados com a redução de pena na medida especificada por lei.

SEFAZ (Secretaria de Estado da Fazenda)

1. Receita do Estado aumenta mais de 30% no governo Ottomar

Estatísticas da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) mostram que durante o governo Ottomar Pinto houve um aumento significativo na receita tributária do Estado. De janeiro a outubro de 2005 foram arrecadados R\$ 173.521.794,18, contra R\$ 131.518.341,80 do mesmo período de 2004. Em termos percentuais, o aumento foi de 31,9%. O incremento da receita pode ser observado na arrecadação de todas as taxas, principalmente no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), e no IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores).

Os dados registrados mostram que o aumento da receita começou a ocorrer a partir de novembro do ano passado, mês em que o brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto assumiu o governo. A expectativa do governo é que até o final do ano a arrecadação alcance a casa dos R\$ 20 milhões.

Em 2004, Roraima ocupava a 6ª posição entre os sete estados da região Norte, contribuindo apenas com 8,98. Os esforços concentrados pela administração tributária resultaram em melhorias expressivas. Em 2005, Roraima saltou para o 3º lugar, com um incremento positivo na ordem de 22,68.

2. Contenção de despesas e ações fiscais contribuíram para aumento na arrecadação

Um conjunto de medidas e ações fiscais, aliada aos esforços e a determinação dos servidores, principalmente fiscais, foram as causas do aumento da arrecadação. Essa é a opinião da diretora do Departamento da Receita, Irani Barreiro Oliveira.

“Os números demonstram que não foi em vão o desenvolvimento das diversas atividades praticadas para o cumprimento das metas tributárias para o primeiro semestre de 2005”.

O aumento está associado às ações fiscais, em caráter educativo e até de reconhecimento como o prêmio Empresário Nota 10.

“As ações realizadas tiveram impacto na sociedade mantendo a moral do contribuinte em alta, de modo que, as metas fossem alcançadas”, complementou.

Ela afirma não ter dúvida de que as atividades da Sefaz estão atingindo um poderoso e eficiente grau de automatização. Isso porque elas estão associadas à correção de condutas, tanto do lado do contribuinte quanto do lado do Estado, facilitando o cumprimento integral das metas programadas.

3. Postos fiscais são construídos e reformados

A preocupação do Governo do Estado em estruturar melhor a cada dia o ambiente de trabalho na Sefaz, resultou num saldo positivo. Duas obras de construção, três reformas, aquisição de vários equipamentos, instalação de equipamentos essenciais ao serviço de inteligência fiscal, e vários treinamentos já foram realizados.

Entre as grandes obras estão a construção do Posto de Fiscalização de Bonfim, ampliação e reforma do Posto de Pacaraima, da casa administrativa fiscal e da Agência Especial de Renda, localizada na sede da Sefaz, além da reestruturação do espaço físico da Unidade de Coordenação Estadual (UCE).

A aquisição e instalação das câmeras nos postos fiscais de Jundiá e Pacaraima também foram um do trabalho positivo da Sefaz durante este um ano de governo. Por meio das câmeras é possível monitorar durante 24 horas, através de computadores, todos os carros que passam nessas duas barreiras. A monitoração é um dos instrumentos do serviço de inteligência fiscal.

4. Sistema tributário foi reformado para eliminar falhas

O Sistema Integrado de Administração Tributária Estadual (Siate) também passou por uma remodelagem este ano, eliminando pequenas falhas e melhorando o atendimento ao contribuinte. Aliado a revalidação da linha básica do Siate, houve o gerenciamento da rede do Sintegra, possibilitando o repasse de informações entre as demais secretarias de Fazenda dos estados signatário do convênio de cooperação técnica.

Com os recursos do convênio com o BID foi possível realizar o curso de gestão tributária (à distância) em parceria com a PUC/RS, Atualização em Macroeconomia dos Países em Desenvolvimento, treinamento voltado especificamente para a rede de computadores e manutenção e informática básica nos programas de Windows, Word, Excel e Internet.

Além disso, está em fase de encerramento o curso de pós-graduação em Auditoria Fisco/Contábil, que está sendo ministrados para 40 servidores de diferentes secretarias.

5. Governo cancela 263 empresas “fantasmas”

De janeiro a outubro deste ano 263 empresas “fantasmas” foram baixadas do sistema de tributação. Isso significa dizer que essas empresas estão impedidas de realizar qualquer tipo de transação comercial, portanto impossibilitadas de contribuir com a sonegação de tributos.

As 263 empresas foram canceladas pela Divisão de Informação Econômica, depois que os fiscais constaram nas diligências feitas in loco que elas inexistiam. Segundo a chefe da Divisão, Geize de Lima Diógenes, a única forma de coibir a prática ilícita desses sonegadores é cancelando no sistema o cadastro da empresa, possibilitando que outras secretarias de Fazenda consultem por meio do

Sintegra (Sistema de informações sobre operações Interestaduais com mercadorias e serviços) a situação daquela firma.

6. Em três meses 82 servidores da Sefaz foram capacitados

Uma das marcas do governo Ottomar Pinto é a valorização profissional do servidor público por entender que esse é um dos caminhos para o desenvolvimento de Roraima. Para o governo, servidor bem qualificado é sinônimo de serviço público bem prestado ao contribuinte.

Estatísticas mostram que de agosto a outubro 2.288 servidores passaram pela Escola de Formação do Governo. Deste total, 82 funcionários são da Secretaria da Fazenda, o que representa um percentual de 24% de servidores reciclados.

O resultado deste trabalho é um servidor mais capacitado, contribuinte mais satisfeito e a certeza de que o governo está contribuindo para melhorar os índices de desempenho no que diz respeito ao atendimento, a organização e ao comprometimento do com serviço público.

Entre os cursos ministrados estão Administração de Patrimônio, Atendimento ao público, Atualização em legislação de pessoal, redação oficial, capacitação de motoristas, chefia e liderança, excelência no atendimento ao público, gerenciamento de compras e serviço, gestão de qualidade, técnicas de zeladoria, serviço de copa, informática e inglês.

7. Prêmio Empresário Nota 10 resgata moral do contribuinte

A criação do 1º Prêmio Empresário Nota 10 ficará registrada na história de Roraima. A consagração dos empresários premiados foi uma forma encontrada pelo Governo do Estado de resgatar a moral e reconhecer publicamente 25 contribuintes que se destacaram durante o ano de 2004. Eles foram considerados os melhores no recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Além disso, foram homenageados um contador e um escritório de Contabilidade porque o governo entendeu que eles são de grande importância na relação fisco-contribuinte. O prêmio teve ainda como objetivo incentivar o recolhimento do ICMS, uma vez que esse tributo contribui para o desenvolvimento do Estado, pois ele é aplicado na construção de escolas, hospitais e infra-estrutura. Foram homenageados empresários dos segmentos de comércio atacadista, comércio varejista, indústria, agricultura e os maiores contribuintes locais e nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a será atendido, conforme o Regimento Interno, em relação ao seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vocalizo para a Casa que apresentei à Mesa dois requerimentos: o primeiro, um voto de solidariedade à pesquisadora Isabel Gonçalves, bem a propósito do Dia Internacional da Mulher, pelo seu trabalho de pesquisa genética exatamente esta que foi levada ao desespero quando viu o seu trabalho de pesquisa genética, com eucaliptos, no Rio Grande do Sul, ser destruído pelo vandalismo praticado pelo chamado Grupo Via Campesina, que é um braço do chamado MST; o segundo, na mesma coerência, um voto de repúdio a tal Via Campesina pelo ato de vandalismo, incongruente, que diz respeito à produção brasileira, ao agronegócio que, na verdade, é a sustentação da balança comercial brasileira e da saúde da economia brasileira.

Portanto, as duas coisas se casam: solidariedade à pesquisadora que se sentiu ultrajada, viu o seu trabalho desperdiçado pelo vandalismo, e o repúdio aos vândalos que não têm o menor apreço pela idéia de futuro que se possa pensar para este País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do PT; e, em seguida, ao Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para ler um artigo publicado pelo Presidente Lula, no jornal **The Guardian**, do dia 7 de março próximo passado, anteontem, terça-feira. E é um assunto de alta importância no cenário mundial.

Diz o artigo:

O século XXI será marcado por um debate crucial: como podemos fazer com que o desenvolvimento econômico e social seja compatível com a preservação do meio ambiente?

O desafio é enfrentado tanto por países desenvolvidos como em desenvolvimento, mas os ônus precisam ser compartilhados de forma mais igual. A distância entre países ricos e pobres dobrou nos últimos 40 anos. Enquanto

o mundo desenvolvido se beneficiou da prosperidade gerada pelo progresso econômico, países pobres sofreram as consequências da degradação ambiental resultante do crescimento descontrolado. Países ricos têm padrão de produção e consumo insustentáveis. Estes são responsáveis por 41% do total de emissão do dióxido de carbono, e o seu consumo de matéria-prima é quatro vezes maior do que o de todos os outros países juntos. Nessas condições, não há possibilidade de um futuro sustentável.

A escala dos recursos naturais do Brasil é extraordinária. A Região Amazônica contém 20% da água doce do planeta, e quase dois terços do País ainda está coberta por vegetação natural. Neste contexto, temos implementado políticas voltadas diretamente às nossas preocupações ambientais mais urgentes.

Quando assumi o meu mandato, o índice de desmatamento no Brasil vinha aumentando, tendo atingido uma média de 27% ao ano. A partir do segundo semestre de 2004, entretanto, iniciamos ações para monitorar o corte de árvores e para tratar da questão de distribuição de terras. Como resultado, o índice de desmatamento caiu vertiginosamente. Em um país que sofre de desigualdades sociais profundas, entretanto, o sucesso da política ambiental depende, mais do que qualquer outra, das medidas sociais e econômicas que permitam a preservação do nosso meio ambiente.

Nos próximos 10 anos, vamos dispor de 13 milhões de hectares adicionais na Região Amazônica, sob um regime de manejo que garantirá o ciclo de regeneração da floresta. E nosso compromisso com propostas responsáveis se estende para além de nosso próprio território. É imperativo que coloquemos em prática esses compromissos do Protocolo de Kyoto, para combater o impacto potencialmente devastador do aquecimento global.

Na busca por novos e sustentáveis modelos econômicos, a comunidade internacional começa a reconhecer a necessidade de uma reformulação radical do pensamento sobre a geração de energia, e o Brasil tem respondido ao usar, em maiores graus, fontes de energias limpas, renováveis e alternativas. Mais de 40% da energia do Brasil é proveniente de fontes “verdes”, contra cerca de 7% dos países ricos.

O etanol produzido pelo Brasil a partir da cana-de-açúcar tem atraído interesse em todo o mundo, uma vez que é um dos mais baratos e seguros combustíveis derivados de recursos renováveis. Três quartos dos carros produzidos hoje, no Brasil, são bicombustíveis, capazes de funcionar com o etanol ou com gasolina, ou ainda com a mistura de ambos.

O governo implementou iniciativas ambientais que também estão trazendo benefícios sociais – por exemplo, com o projeto de biodiesel. Produzido a partir de plantas oleaginosas, o biodiesel é significativamente menos poluente que o diesel proveniente do petróleo. Como pode ser produzido facilmente por pequenos agricultores nas regiões mais pobres do País, o projeto combina proteção ambiental com desenvolvimento rural e reduz a desigualdade social. Há um grande potencial para o biodiesel na África.

O Brasil está se preparando para um novo paradigma de desenvolvimento voltado aos desafios sociais e ambientais das próximas décadas. O etanol e o biodiesel são componentes-chave de nossa abordagem, e nós estamos determinados a ‘plantar o óleo do futuro’. Eu o convido a se unir em nossos esforços.

Artigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Desejo ainda lembrar, Sr. Presidente, dentro da margem de tolerância de V. Ex^a, que, a partir de segunda-feira, dia 13, inicia-se na cidade de Curitiba, Paraná, dois grandes eventos importantíssimos para essa pauta que acabamos de relatar aqui. Trata-se do Congresso das Partes, onde serão debatidas, com delegações de 188 países, a diversidade biológica do planeta e a questão dos transgênicos. E esse Congresso vai procurar não mais se ater, Sr. Presidente, à construção de idéias sobre a questão ambiental, mas muito mais do que isso: nesse Congresso o que se pretende é discutir com os países lá reunidos a implantação das propostas até então negociadas. Temos uma série de protocolos e tratados assinados por diversos países, sendo o mais significativo de todos o Protocolo de Kyoto. Com certeza, o grande debate será sobre a implementação dessas idéias.

O mundo, Sr. Presidente, segundo alguns analistas, não tem a menor condição de suportar uma taxa de crescimento como aquela que a China tem – e digo isso porque, nesta Casa, todos os dias fazemos um debate sobre esse tema –, dado o consumo que os Estados Unidos possuem. Assim, se somarmos o crescimento linear econômico da China no planeta mais o consumo dos Estados Unidos, também linear

– segundo essa informação –, não teremos lugar para plantar alimentos e para criar animais em número suficiente para alimentar tanta gente. Por isso, precisamos discutir melhor essa questão do crescimento e do desenvolvimento.

Ontem, na reunião do Copom, como já era previsto, houve um corte na taxa de juros da ordem de 0,75%. Como o Copom não se reúne mais a cada trinta dias, mas, sim, a cada seis semanas, se não me engano, o que foi cortado na taxa de juros corresponde a 0,5% ao mês.

Acabo de ler aqui um artigo de Celso Ming em que ele diz que “Devagar também é pressa”. Não adianta irmos com muita sede ao pote com relação ao corte da taxa de juros, porque isso pode ser ilusório, e tenhamos que retornar, muito brevemente, a um patamar mais elevado.

Quando o Governo Lula assumiu a Presidência, em janeiro de 2003, a taxa de juros do Brasil era de 26%. Chegou a 16%, ou seja, houve uma queda de dez pontos, voltando depois a 19%. Assim, não podemos, apenas por decreto, fazer uma coisa tão importante e nevrálgica para o controle das contas nacionais.

Numa outra matéria, João Caminoto diz que o Ministro Palocci aposta no crescimento, dada essa conseqüente queda, que não vai parar mais, basta termos alguns cuidados, não indo com tanta sede ao pote. Se mantivermos uma queda nesse patamar – nem será preciso aumentar a velocidade –, inevitavelmente chegaremos ao final do ano com a taxa real de juros abaixo de 10%.

Avalia-se que o dinheiro que hoje está depositado em agências financeiras migrará para o setor produtivo, que responderá pelo reabastecimento nacional, pelo aumento de produção e, por conseqüência, pelo aumento de oportunidades de trabalho.

Falando ainda do debate sobre crescimento e desenvolvimento, perguntamos: adianta, Sr. Presidente, ser como a Índia, que teve um crescimento econômico superior a 6%, mas também teve um crescimento da miséria, onde há, num mesmo lugar, na mesma cidade, em uma mesma comunidade, duas imagens completamente diferentes, duas sociedades distintas: uma rica e outra pobre?

Quero dizer a V. Ex^a que também queremos que o Brasil cresça – e dentro da média, é claro –, mas muito mais do que ter crescimento é preciso haver distribuição de renda.

Novamente quero aplaudir as medidas adotadas pelo nosso Governo. Sei que o meu Partido, o PT, desde que o Presidente Lula tomou posse, tem feito críticas à metodologia, ao modelo da política econômica nacional. Contudo, os resultados estão aí. Prefiro que

ela seja mais lenta e gradual, mas que se mantenha sempre para que, ano após ano, o crescimento vire distribuição de renda. E com a distribuição de renda e de oportunidades estaremos, de fato, fazendo não mais o crescimento, mas o desenvolvimento.

Pelo pouco que estou entendendo de Celso Furtado e do meu grande guru, Paul Singer, há uma diferença brutal entre crescimento e desenvolvimento. O desenvolvimento requer o crescimento, mas acrescentando a distribuição de renda, a distribuição das oportunidades de trabalho, a distribuição das oportunidades de conhecimento com a preservação ambiental.

Esse é o grande desejo do modelo brasileiro, que tem que ser próprio. Certa vez disseram que não podíamos copiar – na época em que eu sonhava com o socialismo – os modelos de Cuba, União Soviética, China, Vietnã ou coisa parecida. Está correto...

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como também, não podemos copiar, no meu entendimento, o modelo capitalista vivido em algum lugar que pode ter dado certo: na Índia, na China de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, verifica-se um crescimento de 9,9% – quase 10%. Isso é algo inimaginável para o planeta. Porém, vamos ver como está a distribuição de renda naqueles países: só de camponeses, na década de 90, foram 120 milhões de pessoas colocadas na margem da miséria.

Concedo um aparte ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Apenas gostaria de pedir um esclarecimento a V. Ex^a quando fala sobre o desenvolvimento nesta diferenciação do simples crescimento: se o grande lucro que os bancos têm recebido no País, que extrapola até as nossas fronteiras, faz parte desse ideário a que V. Ex^a se refere do Governo Lula?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O crescimento dos bancos faz parte de um receituário do sistema. E temos um sistema mundial. Nosso Governo não fez uma revolução socialista nos moldes do que se assistiu no início da década de 50, como foi o caso da China. Porém, o que se está discutindo aqui é responsabilidade fiscal, administrativa e – é claro – social.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – É dessa forma que o Governo tem feito...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sei que o meu Partido também, como já disse anteriormente, não estava convencido do modelo. Houve muitas críticas; porém, hoje, com os resultados que se estão sendo apresentados, pelo que estou lendo aqui nos artigos dos jornais, no final deste ano, inevitavelmente

te haverá uma migração de interesses, de recursos do sistema financeiro para as indústrias, para o setor produtivo como um todo.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – O que eu queria entender é se é dessa forma, se é esse tipo de distribuição, ou seja, de ampliar os ganhos, os lucros para os bancos, se é esse tipo de distribuição de renda que o Governo deseja fazer? É esse segmento que está precisando realmente de distribuição de renda?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Esse é o último elo. A distribuição de renda que estamos fazendo é aquela que toda a imprensa também tem noticiado. O Brasil diminuiu o fosso entre os mais ricos e os mais pobres; o Brasil abre oportunidades para o ingresso no Ensino Superior; o Brasil promove um enorme avanço na distribuição de renda no campo, com a questão da reforma agrária; o Brasil distribui renda por meio de política de compensação social, aumento do salário mínimo e tantas outras atividades que, com certeza, têm esse endereço dos mais pobres.

No entanto, falta um elo. Esse elo dos bancos precisa ser resolvido. Mas faço um desafio: temos interesse de, por decreto, por uma ação, digamos assim, até armada, estatizar os bancos, decretar a taxa de lucros máxima, resolver a questão dos maiores impostos sobre maiores rendas no Brasil? Não sei se o Congresso Nacional estaria disposto.

Mas o modelo está posto, Sr. Presidente, com grandes frutos para toda a população nacional. E não é à toa que o Presidente Lula cresce fortemente na sua popularidade novamente e desafia o Planeta Terra inteiro a uma nova forma de negociação, com respeitabilidade, como é o caso agora, ao visitar a Inglaterra.

Falaram que está andando de carruagem. Ele é Chefe de Estado, tem de andar mesmo. Vai andar de quê, de bicicleta? Se for à China, que é um dos países onde mais se anda de bicicleta, e o Presidente chinês andar de bicicleta, certamente o Presidente também andar de bicicleta, mas, na Inglaterra, naquela situação, como Chefe de Estado, como também fez Fernando Henrique Cardoso, andou naquela carruagem. E para mim é motivo de orgulho: um operário, metalúrgico, sentar naquela carruagem é muita coisa, e temos de nos orgulhar disso, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, eu e o Senador Heráclito Fortes, do nosso Piauí, estamos orgulhosos de V. Ex^a. Há outro Senador, o Alberto Silva, que não está aqui, que faz grandes observações a seu respeito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É meu professor de Física para a área de biocombustível.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Peço ao Lula para meditar: a história não é bem assim. Sabemos que tem de promover a agricultura e o emprego, mas, na indústria e na economia, Henry Ford disse: “Maior quantidade, menor custo e menos tempo”. Isso quer dizer economicidade. Quero que V. Ex^a vá a um supermercado, a uma farmácia: há óleos vegetais, óleos medicinais, óleos não destinados à alimentação. V. Ex^a não encontra nenhum com preço abaixo de R\$2,50. Então, o óleo para alimentar o carro também tem de ter esses princípios industriais de Henry Ford a respeito de economicidade. Isso não ocorrerá. O Lula é réu confesso, diz que não gosta de estudar. Mas estudiosos dizem que a energia que está em andamento e que vai substituir o petróleo é o gás natural, porque esses produtos não têm economicidade. Óleos vegetais que alimentam a máquina humana estão nos supermercados, mas olhe o preço! Então, não terá economicidade para ser essa alvorada. Considero o que V. Ex^a falou aqui em economia, mas aquilo tudo caiu com o muro de Berlim, com a globalização. De tal maneira que se admite na economia do mundo três períodos de globalização: a do Cristóvão Colombo, a do papel, da imprensa de Gutemberg, e esta agora. O que está havendo na Índia, esse milagre da comunicação que avança como a velocidade da luz? Neste exato momento, há empresas de capital norte-americano, capitalistas, no seio da Índia, onde a mão-de-obra é mais barata. Com US\$500, pessoas gabaritadas, técnicos de computação, estão satisfeitas. Então, neste exato momento, nos **Call Center**, estão telefonando para o mundo todo, orientando o comércio. Então, melhorou muito. Era uma mão-de-obra barata na Índia, na China, e chegou essa tecnologia. Esperamos que o Lula não se encante com a carruagem e não nos faça voltar ao tempo dos reis, mas nos faça ir à velocidade da luz. Eu orientaria V. Ex^a, que veio do Piauí, do qual temos orgulho, que acredita no saber – a sabedoria, como está na Bíblia, é ouro –, a ler este livro, **O Mundo é Plano**, de Thomas L. Friedman. V. Ex^a vai ensinar o Presidente da República a colocar este País no trilho do estudo, do trabalho, da riqueza e da felicidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, gostaria de, se V. Ex^a já...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a generosidade do Sr. Presidente. O Senador Mão Santa está querendo provar a todos nós que o mundo é plano. Sou mais nostálgico, continuo achando, Senadora Heloísa Helena, que o mundo é um moinho, e os fatos recentes comprovam. São 15 horas e 46 minutos, o

Presidente está cumprindo uma brilhante agenda no exterior. O PT está transformando o mundo no Brasil, e há só um Senador do Partido do Governo no plenário, que vem todos os dias defendê-lo. Ninguém mais! O PT não se preocupa mais com conceito, com honra, em se defender, com nada! Estão todos nos Ministérios, trocando os cargos, ou na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, brigando por verbas. Aquela ideologia que motivou V. Ex^a a levar a Igreja às ruas, romper com a Alca, com o FMI, ninguém defende mais. E aí está o Presidente querendo imitar o Juscelino. Tomara que ele tenha cuidado com os outros capítulos da novela. É lamentável esse ocaso que o Partido dos Trabalhadores vive, antes mesmo do pleito eleitoral. O Senador Jefferson Péres foi elogiado ontem devido a uma defesa apaixonada que fez do Rio Janeiro – inclusive, o articulista reclama pelo fato de a defesa não ter sido feita pela própria Bancada –, mas é um direito da indignação, meu caro Senador. O que está ocorrendo hoje no Rio é apenas um cartão postal do que está acontecendo no Brasil inteiro. Apesar de V. Ex^a ser uma pessoa que se fez no movimento rural, tenho certeza de que não concorda com o que está ocorrendo – e digo isso muito à vontade, porque não tenho um palmo de terra para entrar em conflito dessa natureza. É a insegurança que está reinando, meu caro Senador. De qualquer maneira, louvo V. Ex^a por estar aqui, cumprindo seu dever. Que V. Ex^a sirva de exemplo, que seus companheiros venham para cá, afinal de contas este Governo precisa ser defendido. E não é justo que fiquem apenas V. Ex^a e o Senador Tião Viana, como vozes isoladas, defendendo um Governo em cuja recuperação espero que V. Ex^a ainda acredite. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, é só para concluir de vez. Agradeço o aparte ao Senador Heráclito Fortes, que me tem ajudado e orientado nesta Casa. Como brincamos no Acre, quando uma pessoa é recém-chegada, é novata, é arigó. Arigó é o nordestino que chegou à Amazônia pela primeira vez e estava todo atrapalhado no meio daquela mata. V. Ex^a tem me ajudado muito neste meu primeiro mandato. Mas é claro que, em relação ao Governo, o que faço aqui não é por dever de ofício, mas por convicção. Vejo com muita convicção que valeu a pena o Brasil ter escolhido o Presidente Lula para a chefia de Governo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, lembro a V. Ex^a que hoje não é sexta-feira nem segunda, quando os Parlamentares geralmente vão para suas bases; hoje é quinta-feira, e não há ninguém do PT aqui, nenhum Senador, excetuando-se V. Ex^a, pelo menos para compor o cenário, para a TV Se-

nado mostrar que estão aqui defendendo o Presidente a quem deram o direito de governar o Brasil.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – As ocupações são muitas, ainda mais hoje, com tantas coisas que estamos fazendo.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – No que é que estão ocupados?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nas CPI.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Perdoe-me V. Ex^a, mas, na CPI, estão deixando o pobre do Ministro Antonio Palocci entregue às feras.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, não estão, V. Ex^a sabe. Estão lá, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Sibá Machado, eu gostaria que V. Ex^a concluísse seu pronunciamento.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Não a peço pela ordem, mas para uma questão de ordem. Encontro-me inscrito...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, deixe-me concluir, estou no meio de um discurso. Vou encerrar, Senador...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, não peço a palavra pela ordem, mas para uma questão de ordem. O orador, na tribuna, pode ser interrompido, para que outro fale para apresentar uma questão de ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador, estou com a palavra. Nunca fiz isso com Senador nenhum! Vou pedir esse respeito! Nunca interrompi um Senador nessas condições.

Vou encerrar, Sr. Presidente, mas peço a V. Ex^a que garanta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em um instante, o Senador encerra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Nesta semana, assim como em todo o período extraordinário, os Presidentes aceitaram. Essa regra tem de mudar agora? Não vou aceitar que isso seja feito comigo!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Sibá, quero que V. Ex^a termine. Depois, concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Pedi a V. Ex^a um aparte muito breve.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, insisto: exijo a questão de ordem. Não peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Com licença, eu gostaria de pedir a compreensão do Senador Aloizio Mercadante, para que deixássemos o Senador Sibá Machado encerrar logo. Do contrário, será criada a polêmica. Com isso, poderei passar a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, o Regimento Interno autoriza a interrupção da palavra do orador da tribuna quando se trata de uma questão de ordem. E a questão de ordem que quero apresentar, Sr. Presidente, e já a faço, é exatamente para que se cumpra o Regimento Interno, pois o orador está na tribuna como Líder, tem direito a apenas cinco minutos e se encontra na tribuna há não menos de trinta minutos. Há outros oradores inscritos, a exemplo de mim pessoalmente. Preciso falar. Essa é a questão de ordem que quero fazer, para que se cumpra o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a tem razão. Peço ao Senador Sibá Machado que conclua, porque seu tempo já chegou a vinte minutos. Já houve uma tolerância de quinze minutos. Peço que V. Ex^a conclua, para que eu possa conceder a palavra ao próximo orador, o Senador Jefferson Péres, que também já está aguardando há bastante tempo.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Quero fazer só um pequeno aparte, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Com todo prazer, Senador.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Estamos em três Senadores do PT, e há apenas um Senador do PFL. É coisa da democracia. Isso acontece no plenário.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, vou insistir na questão de ordem, porque não é possível uma coisa dessa!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para lembrar que, se eu não falasse, esticasse os apartes anteriores, a sessão teria caído. A sessão teria caído!

Eu vim para cá, sentei aqui e esperei pacientemente, porque, senão, a sessão teria caído. Portanto, se o Senador tinha tanta pressa de falar, que chegasse aqui mais cedo!

Por favor, peço que respeite a minha palavra! Não vou fazer em respeito a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos demais colegas que aqui estão. Só não aceito esse tipo de interrupção, porque ela não é justa comigo.

Mas, Senador Jefferson Péres, em homenagem a V. Ex^a, encerro meu pronunciamento. Agradeço a tolerância que teve comigo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho, pela ordem de inscrição.

Em seguida, falará o Senador Almeida Lima.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Almeida Lima, quero ater-me ao tempo regimental de cinco minutos, não mais do que isso. Temos de dar bons exemplos neste País, cheio de maus exemplos, que começam na Presidência da República.

Enquanto o Presidente, em Londres, pinta um País róseo, qual é a realidade aqui dentro? Ele próprio deveria responder a um processo de *impeachment* aqui, porque foi conivente com todo esse escândalo de corrupção, mas não sofrerá absolutamente coisa nenhuma e ainda está dando entrevistas ao **The Economist**, escrevendo artigos no **The Guardian**, pintando um quadro panglossiano de um País que, no entanto, está mergulhado em crise permanente.

Vejamos, Sr. Presidente: ontem, a Câmara dos Deputados absolveu dois Deputados. Hoje, ouvi um membro do Conselho de Ética dizer que não tem mais nada a fazer ali, porque está fazendo papel de bobo. E está mesmo. E o Senado? É melhor? Há quatro meses, o Conselho de Ética do Senado não se reúne, e há fatos graves contra Senadores.

Hoje, por insistência minha, o Conselho foi convocado para as 9 horas. Fiquei lá esperando até 9h30. Não houve quórum. O Senado não quer punir ninguém, não quer apurar nada, nenhuma acusação contra Senadores. A imprensa está calada, e não sei o porquê. Não quero condenar ninguém, não. Quero que se apure! Mas não apuram. O Conselho de Ética do Senado está inerte há quatro ou cinco meses.

Sobre a verticalização, o Congresso não respeita a Constituição. O Congresso quer quebrar a regra constitucional de um ano para mudança nas regras eleitorais. Vota uma verticalização, mudando a Constituição, e quer impingir ao Tribunal Superior Eleitoral essa mudança.

O Presidente está em Londres, e o Rio de Janeiro está conflagrado, como mostrei indignado há dois

dias. O Exército ocupa uma cidade do País em plena paz, sendo debochado pelos narcotraficantes, que fazem gestos obscenos para os soldados, que atiram, que desafiam as Forças Armadas. E daqui a um mês? Quanto vai durar essa ocupação? Um mês? Quando se retirar o Exército de lá, voltará tudo ao que era: o império do narcotráfico dominando a segunda maior cidade do nosso País.

Este é um País de fancaria, Sr. Presidente. O Supremo Tribunal Federal está reunido, hoje, para julgar mandado de segurança de quatro magistrados aposentados que querem continuar percebendo mais do que os Ministros do Supremo Tribunal Federal. E a imprensa informa que desembargadores nos Estados ganham mais de R\$30 mil e que membros do TCE de Minas Gerais ganham mais de R\$50 mil. E o Supremo está reunido para apreciar se isso é constitucional ou não.

Sr. Presidente, o que diz o art. 17 das Disposições Constitucionais Transitórias do nosso País? Não se trata de emenda constitucional, não, senhores! Isso foi colocado lá pelo constituinte originário, em 1988.

Vejam, vou ler duas vezes, para que os Senadores compreendam bem o texto.

O art. 17 das Disposições Constitucionais Transitórias fala dos vencimentos, da remuneração. E remuneração abarca tudo, Sr. Presidente, o vencimento base e tudo o mais. Mas, não satisfeito, o Constituinte escreveu:

Art. 17. Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição [ou seja, além do teto, e o teto é o vencimento do Ministro do Supremo Tribunal Federal, de R\$24 mil] serão imediatamente reduzidos [por ato administrativo] aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

Se um funcionário do Senado, seja de onde for, ganhar mais de R\$24 mil, o Presidente do Senado tem de determinar que só pague até esse teto. Está aqui: “Serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo [ouçam, Srs. Senadores], neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título”. Não há direito adquirido para percepção de vencimentos além de R\$24 mil. Não há exceção, não há penduricalho, não há vantagem pessoal, não há nada. O limite de remuneração neste País é de R\$24 mil para qualquer servidor público. A Constituição é jogada no lixo, e o Supremo está reu-

nido para deliberar se os juízes que ganham mais de R\$24 mil têm ou não direito.

Sr. Presidente, este é um País surrealista, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador Jefferson Péres, por ter respeitado o tempo.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, que trago escrito na tarde de hoje, quero fazer uma alusão ao que acabamos de assistir há poucos instantes.

É lamentável, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o nosso nobre colega Senador Sibá Machado, na condição de Líder, chegue ao plenário da Casa e, até mesmo por essa condição – que é um direito legítimo, reconheço –, peça a palavra e, automaticamente, suspenda-se a fala de todos os oradores, que se inscreveram com 24 horas, 48 horas de antecedência. Aquele é um direito de S. Ex^a, reconhecemos. E não me opus a esse direito, eu me opus ao abuso do exercício desse direito, pois o tempo regulamentar é de cinco minutos e, convenhamos, Senador, V. Ex^a já estava na tribuna há mais de 30! Aliás, esse tempo foi usado para mostrar que o Governo tem um belo programa de distribuição de renda, a exemplo do maior lucro que ele tem dado, durante toda a história deste País, aos banqueiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma pergunta invadiu a minha mente desde ontem: quem perdeu a vergonha?

Ontem, quarta-feira, a ampla maioria da Câmara dos Deputados deixou de cassar os mandatos dos Deputados Roberto Brant, do PFL, e do Professor Luizinho, do PT, como antes já havia feito também com o Deputado Romeu Queiroz, do PTB, por entender que o fato de eles terem recebido e usado dinheiro sujo de Marcos Valério não se constitui quebra do decoro parlamentar.

Pela Constituição Federal, art. 45, a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo. Como se sabe, naquela Casa Legislativa, não existe um único Deputado que não tenha sido escolhido e eleito pelo povo no exercício de sua soberania popular por meio do voto direto, secreto e universal. O que vale dizer: todo o povo brasileiro maior de 16 anos, sem distinção de raça, sexo, crença ou estatuto social, exerceu plenamente, sem coação, o direito de escolher e votar naqueles que acharam que deveriam lhe representar. Portanto, é sabido que, na Câmara dos Deputados, não existe nenhum bastardo. Todos são

legítimos representantes do povo. A composição da Câmara Federal é, por conseguinte, uma fotografia do próprio povo brasileiro. Para ser mais claro: quem dispuser de uma foto dos 513 Deputados Federais está com a foto de todo o povo brasileiro.

Mas, diante do descalabro em que se vem constituindo a vida nacional, agravado mais ainda durante o atual Governo do Presidente Lula pelo grande oceano de lama que está proporcionando ao Brasil e ao mundo, é de ser perguntar: quem perdeu a vergonha, parte da classe política ou parte do próprio povo brasileiro?

É fato que parte da classe política perdeu completamente a vergonha, mas é fato também que parte do povo brasileiro é responsável por toda essa situação, até porque perdeu a capacidade de se indignar, de se revoltar e de reagir.

Mas não se pode admitir que a sociedade civil brasileira, por meio dos seus segmentos mais expressivos, como a imprensa, as igrejas, os sindicatos, os empresários, os estudantes, os intelectuais e artistas, os profissionais liberais, todos por si e pelos seus órgãos de representação, continue omissa diante de tanta bandalheira, sem qualquer reação, o que nos leva a indagar: a omissão é o sintoma da convivência com a imoralidade que se pratica no País ou é o sintoma da letargia geral diante da vulgarização a que chegou a corrupção no País? Se assim for, é o caos total, e aí só resta concluir que está tudo acabado, está tudo perdido, o descaramento tomou conta do Brasil.

É urgente que o povo brasileiro seja despertado desse estado patológico, desse sono profundo, dessa indiferença, dessa apatia e inércia. É urgente reagir antes mesmo do dia 1º de outubro, sob pena de, naquela data, ser tarde demais. A persistir a apatia da sociedade civil organizada, somada à incapacidade de mobilização dos setores da classe política, que é contrária a toda essa patifaria, o povo brasileiro fará outro julgamento popular equivocado, como fez ao eleger esse Governo e este Parlamento. Ainda é hora de reagir.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadora Heloísa Helena, vou conceder a palavra, por cinco minutos, para aqueles que desejarem fazer comunicações inadiáveis.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, como sou a terceira inscrita...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – É porque só está V. Ex^a presente. Então, vou chamar o Senador Paulo Paim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E o Senador Suplicy? Não estava inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – S. Ex^a quer aguardar para falar depois, no segundo expediente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, sugiro, agradecendo da coração a sua delicadeza, que V. Ex^a chame outro em meu lugar, porque certamente a Ordem do Dia não vai começar agora. Então, V. Ex^a poderia chamar o próximo inscrito ou alguém que estivesse inscrito para falar pela Liderança, para possibilitar que possamos falar também.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está bem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Vai haver Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não vai haver, não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não houve acordo e não vai haver Ordem do Dia. Então, inscrevo-me depois que V. Ex^a anunciá-la.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

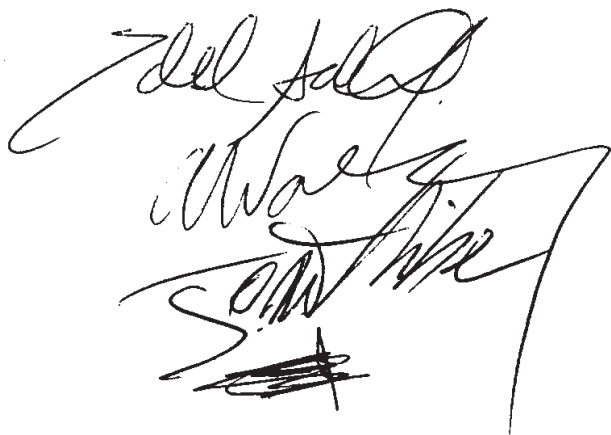
Ofício nº 002/2006 – GLDBAG – PRESID

Brasília, 21 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que estamos indicando a Senadora Ideli Salvatti como líder do Bloco de Apoio ao Governo, para a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a partir desta data.

Atenciosamente,



O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2006

Altera a redação do inciso IV do art. 7º e § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para vincular os benefícios dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ao salário mínimo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação, exceto às pensões e aposentadorias previstas no art. 201. (NR)”

“Art. 201

§ 4º – É assegurado o reajustamento, na forma prevista no artigo 7º, inciso IV desta Constituição Federal, dos benefícios para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em Lei. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde 1º-3-1991, quando ficou estabelecida a desvinculação das aposentadorias ao salário mínimo, começaram a ocorrer defasagens, que somam até o ano de 1994 um total aproximado de 20%.

As diferenças praticadas entre o aumento do salário mínimo e aquele concedido aos aposentados na última década foram:

- Em 1995 – 42,86% estendidos aos aposentados
- Em 1996 – 12% para o mínimo e os aposentados ganharam 15% (3% a mais)
- Em 1997 – 7,14% para o mínimo e 7,76% para aposentados (0,62% a mais)
- Em 1998 – 8,33% para o mínimo e 4,81% para aposentados (3,52% menos)

- Em 1999 – 4,61% estendidos aos aposentados
- Em 2000 – 11,03% para o mínimo e 5,81% aposentados (5,22% menos)
- Em 2001 – 19,21% para o mínimo e 7,66% para aposentados (11,55% menos)
- Em 2002 – 11,11%, para o mínimo e 9,20% para aposentados (1,91% menos)
- Em 2003 – 20% para o mínimo e 19,71% para aposentados (0,19 menos)
- Em 2004 – 8,33% para o mínimo e 4,53% para aposentados (80% menos)
- Em 2005 – 15,38% para o mínimo e 6,35% para aposentados (9,03% menos)
- Em 2006 as projeções são de 16% para o mínimo e 5% para os aposentados (11% menos)

A perda até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chega a 60%. Se o reajuste de 2006 ficar em tomo de 5%, o salário mínimo referente ao pagamento do INSS passará a valer R\$196,65, e o percentual de perda subirá para 78%.

Se isto não mudar, muito em breve todos os aposentados estarão ganhando somente um salário mínimo, o que, com certeza, não permitirá que eles vivam com dignidade.

Com isso, fica demonstrado que a partir de cada ano mais gente passou a ganhar o salário mínimo em detrimento do número de salários que ganhavam no ato da aposentadoria.

A aposentadoria é sem dúvida um momento especial, delicado e o futuro que com ela se avizinha é crucial.

O Sesc em sua edição “A Terceira Idade” salientou muito bem que a defasagem nos proventos provoca o empobrecimento progressivo dos aposentados e pensionistas e, por sua vez, gera a perda da autoestima, o desrespeito familiar e social e a diminuição da qualidade de vida.

Estejam certos de que, por mais difícil que fosse para o País conceder aos aposentados os seus direitos, é mais difícil para eles suportar as dificuldades que enfrentam mês a mês vendo seus ganhos diminuírem de tal forma que não sobram perspectivas para nada.

Pensem por um minuto apenas, se cada um de nós ao se aposentar fosse ano a ano vendo os vencimentos diminuírem gradativamente, enquanto que o custo de vida não diminui, a necessidade de medicamentos aumenta, planos de saúde aumentam, as despesas com impostos não diminuem, que espécie de sentimento tomaria conta de nós? No mínimo, o desespero.

Enquanto existem sobras nos vencimentos, o desespero é menor e por isso para algumas pessoas é tão difícil imaginar tais dificuldades. Mas, e quando já não sobra nada? Tirar de onde? Correr pra onde?

A aposentadoria apresenta-se como um dos direitos que a população idosa tem acesso, que é a garantia de renda quando da perda da capacidade laborativa. Entretanto em regiões e classe social com menor poder aquisitivo, este benefício tem se constituído na única fonte de renda das famílias.

E quanto aos números da Previdência?

Temos denunciado exaustivamente ao longo dos anos que o propagado déficit não resiste há uma confrontação com dados do próprio Orçamento Geral da União, no qual o Orçamento Fiscal vem sendo regularmente suplementado com recursos desviados do Orçamento da Seguridade Social.

Um estudo elaborado a partir de 1999 pela ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social) mostra, com riqueza de detalhes as datas, as leis, os valores e os órgãos para os quais foram desviados, durante o período de 1999 a 2004, quarenta bilhões de reais de recursos originalmente destinados ao Orçamento da Seguridade Social.

Esse estudo da ANFIP deixa claro que o Orçamento da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer orçamentos de órgãos dos Três Poderes da República, como também dos três níveis de governo.

Com rubricas de destinação específica, como “Ministério do Planejamento”, ou de forma menos específica, “Diversos órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário”, diversas leis tiveram a aprovação desta Casa. Em 1999 foram desviados exatos R\$3.310.004.643,07 (três bilhões, trezentos e dez milhões, quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e sete centavos).

A sangria prosseguiu nos anos seguintes: em 2000 foram R\$2,6 bilhões; em 2001 R\$13,2 bilhões; em 2002 R\$13,6 bilhões; em 2003 R\$7,8 bilhões e em 2004 R\$10,2 bilhões. Portanto, neste período foram desviados R\$40.115.911.406,74 (quarenta bilhões, cento e quinze milhões, novecentos e onze mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos).

A Seguridade Social vem apresentando superávit ao longo dos anos, é o que comprovam os dados do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que constam no site da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência.

Diante destes dados não podemos nos eximir da responsabilidade de praticar justiça em relação aos aposentados do nosso País. A proposta que ora apresento vem garantir a vinculação definitiva e o di-

reito a uma vida digna após longos anos de trabalho pelo bem do nosso País.

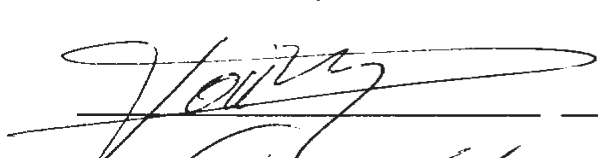
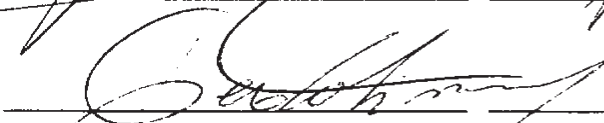
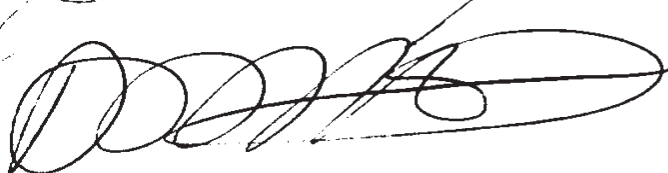
Quando olho para a caminhada que percorri até os dias de hoje, relembro com orgulho meus dias como metalúrgico, o mesmo orgulho que vocês devem sentir em se saber cumpridores da sua labuta diária, o mesmo orgulho que eu vi nos olhos dos aposentados que marcharam rumo a Brasília no dia 14 de abril, pedindo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58/2003.

E aqui eu faço um chamado também aos trabalhadores da ativa, para que botem a mão na consciência e despertem para o fato de que esta luta diz respeito a vocês também, aos futuros aposentados. Lembrem-se de que aquilo que atinge nossos aposentados hoje, aguarda por vocês amanhã.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

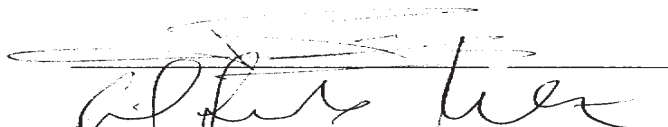
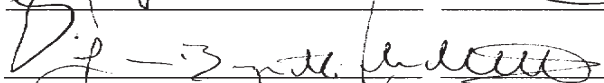
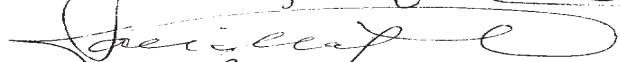
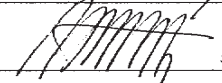
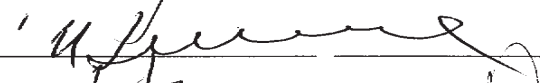


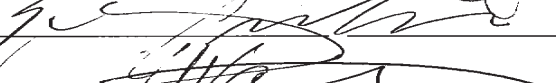
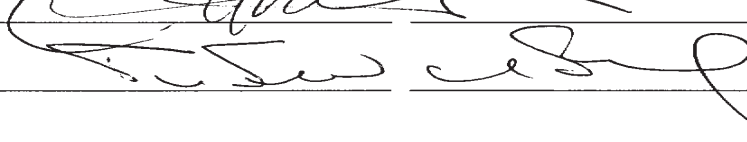
ASSINATURA

SENADOR

 Paulo Paim



ASSINATURA

SENADOR

 - GILBERTO NEGREIROS









Cont. da PEC que altera os arts. 7º e 201 da Constituição Federal.

ASSINATURA

SENADOR

D. A. de

Simão

Malvina de

Malvina de

M. de

M. de

S. de

G. de

Gilberto Mestrinho
(MARCO MAGEC)

Gilberto Mestrinho
(MARCO MAGEC)

Cont. da PEC que altera os arts. 7º e 201 da Constituição Federal.

ASSINATURA

SENADOR

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade e, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 20. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de

ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-03)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/018/2006

Brasília, 7 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Valdir Raupp, ao Projeto de Lei do Senado

nº 462, de 2003, de Sua Excelência o Senhor Senador José Jorge que, "Altera o § 1º e o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. (Para regulamentar a educação à distância)."

A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 251, DE 2006

Requeremos, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 24 de junho de 2006, bem assim o valor de R\$170.000,00 (cento e mil reais) para funcionamento da CPI.

Sala das sessões, 9 de março de 2006.

	Senador	Assinatura
1	EFENIO UERMING	
2	Antônio Carlos Magalhães	
3	Artemus	
4	Antônio Carlos de Barros	
5		JOSÉ ACRIPINO
6	Arthur Virgílio	
7	Romário J. V. M. 2	
8	PAULO CECILIO	
9	JORGE BORNHAWSEN	
10	Leonel Barreto	
11	EDUARDO ACRÉDIO	
12	CRISTOVAN	
13	MOZARTILDO	
14	DE FOLIO SOLLER	
15	FRANCISCO SERRAVALLO	

	Senador	Assinatura
16	HELOISA HELENA	Helena Helena
17	Márcio Marinho	Márcio Marinho
18	FLEXA RIBEIRO	Flexa Ribeiro
19	Marcos Amato	Marcos Amato
20	RODOLPHO TOURINHO	Rodolpho Tourinho
21	GABRIEL ADUÉS	Gabriel Adués
22	Marcelo Guehen	Marcelo Guehen
23	Marcelo Guehen	Marcelo Guehen
24		ROSEANA SARNEY
25		WILLIAM STOLME
26	GILBERTO MESTRINHO	GILBERTO MESTRINHO
27	MARCO MARCEL	MARCO MARCEL
28	TASSO JERISSATI	Tasso Jerissati
29		GERALDO MESQUITA
30		GERALDO MESQUITA

	Senador	Assinatura
31	DEMÓSTENES TOULACI	Demóstenes Toulaci
32	Alvaro	Alvaro Carlos Valadim
33	João Baptista Pimenta	João Baptista Pimenta
34	Juiz Pontes	Juiz Pontes
35	Pedro Simon	Pedro Simon
36	JOSE HENRIQUE	JOSE HENRIQUE
37	Luiz Viana	Luiz Viana
38	Leandro Pires	Leandro Pires

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação solicitada, nos termos do art. 152 do Regimento Interno. Será publicado para que produza os efeitos devidos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 252, DE 2006

Requeiro, nos termos do disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso do “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”, que ocorrerá no dia 21 de março. A comemoração dessa data, no Brasil, não pode se furtar a enaltecer a atuação do ex-membro do Congresso Nacional, Senador Abdias Nascimento, primeiro afro-brasileiro a defender, no Congresso Nacional, os direitos humanos e civis dos negros. Precursor do movimento negro no Brasil, e das ações afirmativas, apresentou o primeiro projeto de lei propondo políticas públicas de igualdade racial, que chamou de ação compensatória, e submeteu à apreciação dessa Casa projeto de lei que definiu o racismo como crime de lesa-humanidade. Solicito ainda que, observadas as formalidades regimentais, a homenagem seja devidamente comunicada ao Senador Abdias Nascimento, que completará 92 anos dia 14/03 do corrente, como reconhecimento pela sua luta, que a cada dia encontra respaldo na história desse país.

Justificação

Aproxima-se o “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”, e entidades do movimento negro de todo Brasil organizam justas manifestações que, no Brasil, não podem acontecer sem a merecida lembrança daquele que introduziu a questão racial no debate político nacional, o ex-senador Abdias Nascimento. A data foi criada pela Resolução nº 2.506, de 21-11-1969 da ONU, em homenagem aos monos no massacre de Shaperville, África do Sul. Em 1960, na cidade de Joanesburgo, 20 mil negros estavam protestando contra a lei do passe, que obrigava as pessoas a andarem com cartões de identificação, que estabeleciam locais por onde elas podiam ou não passar. Apesar de pacífica, a manifestação teve um fim trágico: a polícia atirou na multidão e deixou 69 mortos e 186 feridos. Desde então adotou-se o dia 21 de março para mobilização e reflexão contra a intolerância racial e pela liberdade de expressão.

Entre um grupo muito seleto de grandes nomes, o movimento negro tem um militante incansável no Brasil:

Abdias Nascimento, que dedicou sua vida à missão de denunciar e combater toda e qualquer forma de racismo e preconceito, além de propor políticas públicas e de ação afirmativa. Pautou sua atuação partidária no sentido de introduzir o debate da questão racial, insistindo no compromisso específico com a população afrodescendente. De volta do exílio, Abdias Nascimento se torna Deputado, participa da fundação do PDT – Partido Democrático Trabalhista, e introduz a questão racial no programa do partido, que se destaca como a primeira agremiação a estabelecer formalmente esse compromisso, inscrevendo-o como prioridade programática. O PDT foi o primeiro partido brasileiro a criar uma estrutura interna dedicada à luta contra a discriminação racial. A criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT significou entregar aos próprios negros a condução de suas propostas e políticas específicas. Não por acaso, o PDT também foi o primeiro partido a nomear secretários de estado negros, incentivar candidaturas afro-brasileiras, e criar metas de participação política dos afrodescendentes. Abdias Nascimento tem participação decisiva na formação de entidades afro-brasileiras e do movimento negro nacional. Mobilizando negros de diversas regiões do país, enfrentou os desafios da repressão e criou o MNU – Movimento Negro Unificado, o Memorial Zumbi, trazendo para a pauta do Congresso as questões da desapropriação de terras de comunidades-quilombos, o questionamento do 13 de maio e a definição do dia 20 de novembro, como o Dia Nacional da Consciência Negra. Participou da criação da Comissão do Centenário da Abolição da Escravatura, no Ministério da Cultura, que veio a perpetuar-se, com a sua transformação em um órgão permanente, a Fundação Cultural Palmares.

A luta pela erradicação da discriminação racial no Brasil se confunde com a atuação de Abdias Nascimento, e se projetou internacionalmente quando atuou de forma intensa pelo fim das relações do Brasil com o regime racista de apartheid na África do Sul e pela independência da Namíbia, além da dimensão internacional dessa militância conseguida nos Congressos de Cultura Negra das Américas.

O Brasil experimenta intenso crescimento nos movimentos negros e a questão racial comemora grandes conquistas, reconhecimento, legitimidade e apoio, constando de dispositivos Constitucionais, ações governamentais, políticas públicas, premiações, monumentos, seminários, congressos, estudos, se incorporando a grupos como o movimento sindical, de mulheres, e Abdias Nascimento, concomitantemente, tem recebido inúmeras homenagens, registrando apenas a da Presidência da República, quando completou 90 anos, considerando-o “maior expoente brasileiro na luta in-

transigente pelos direitos dos negros no combate à discriminação, preconceito e ao racismo”, em 21 de março de 2004.

Pelas razões expendidas, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 253, DE 2006

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no Art. 258, do Regimento Interno, requeremos a tramitação conjunta dos Projetos PLS 164/2003, PLS com o Projeto PLc 01/2006, por versarem sobre matérias semelhantes.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 254, de 2006

Retirada de Projeto.

Nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, “b”, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2006

Altera o § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º, do art. 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida em regime inicialmente fechado, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido pelo menos metade dela, se primário, e dois terços, se reincidente, e seu mérito indicar a progressão. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O aumento sistemático e vertiginoso da criminalidade, principalmente o experimentado nas últimas duas décadas, tem preocupado o povo brasileiro. Tanto assim que a segurança pública é sempre lembrada, em qualquer pesquisa de opinião, como uma das áreas mais sensíveis dos governos.

Autoridades e estudiosos têm se debruçado incansavelmente sobre o tema na busca de instrumentos capazes de solucionar, ou pelo menos minorar, o problema.

A conduta humana, tipificada como criminosa, recebe variados graus de reprovação e dentre os crimes que provocam maior repugnância estão, sem dúvida, aqueles chamados hediondos. Sensível a isso o constituinte 87/88 fez constar no inciso XLIII, do art. 5º da Carta Magna o seguinte:

“a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos...”

Em decorrência do mandamento constitucional foi promulgada, em 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.072, dispondo sobre os crimes hediondos, que, entre outras providências determinou o cumprimento da pena para os crimes nela definidos “... integralmente em regime fechado”.

Recentemente (23-2-2006) o Supremo Tribunal Federal decidiu, no HC 82.959, por apertada maioria (6/5) de votos, pela inconstitucionalidade do parágrafo

fo que se busca alterar com o presente PLS, sob o entendimento de que a disposição nele contida viola o dispositivo constitucional que garante a individualização da pena.

A decisão, que deverá passar pelo crivo desta Casa para que seja suspensa sua execução, conforme determina o art. 52, inciso X, da Constituição Federal, certamente será acompanhada pela esmagadora maioria dos magistrados brasileiros. Com essa interpretação, pelo menos no que tange á execução penal, autores de crimes hediondos terão o mesmo tratamento dispensado aos criminosos comuns. Dora-vante, desiguais serão vistos com os mesmos olhos – e sem vendas – em frontal subversão ao mais elementar conceito de Justiça.

Busco, com o presente PLS, restabelecer, ainda que parcialmente, a alquebrada lei dos crimes hediondos, sanando, claro, o vício de inconstitucionalidade apontado pelo Supremo Tribunal Federal.

Em primeiro lugar a propositura determina que a pena por crime hediondo será cumprida em regime inicialmente fechado, independentemente do *quantum* aplicado. Por ser o crime hediondo, como já dito em linhas passadas, de maior potencial ofensivo, entendo que mesmo quando a pena seja inferior a oito anos há que se fazer distinção destes crimes com aqueles considerados “comuns”. É intolerável que um autor de crime hediondo receba uma pena restritiva de direitos ou, se lhe for aplicada pena privativa de liberdade, comece a cumpri-la em regime aberto ou semi-aberto.

Quanto á progressão para regime menos rigoroso, forma de individualização da pena, o projeto estabelece que ela se dará após o cumprimento de pelo menos metade da reprimenda, quando o apenado for primário, e de dois terços quando reincidente.

Diferencio o primário do reincidente buscando atender as diretrizes da política criminal adotada no Brasil. A reincidência é observada para a aplicação de vários dispositivos do Código Penal, como, por exemplo, para se estabelecer o regime inicial de cumprimento de pena (art. 33, § 2º); para substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito (art. 44, II e § 3º); para agravar a pena (art. 61, I); para a concessão de *sursis* e livramento condicional (arts. 77, I e 83, I e II); como causa de interrupção da prescrição (art. 117, VI) etc.

Vejo, portanto, como cabível e necessário diferenciar o condenado primário do reincidente. A iniciativa é, sem dúvida, também uma forma a mais de individualização da pena.

Por fim, além do critério objetivo, proponho, que o juiz, para conceder a progressão, analise o mérito o condenado.

Assim senhores parlamentares, estou certo de que a determinação constitucional que exige a individualização da pena está, de sobra, contemplada no presente projeto e por isso concito Vossas Excelências a aprová-lo.

Sala das Sessões, 9 de Março de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

.....
XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

.....
Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

- I – anistia, graça e indulto;
- II – fiança e liberdade provisória.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.

.....
O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 49, DE 2006**

Denomina “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho” o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, passa a denominar-se “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Aeroporto de Jacarepaguá é um dos sessenta e seis aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e um dos três localizados na cidade do Rio de Janeiro. A presente iniciativa pretende acrescer à denominação desse aeroporto o nome de um ilustre brasileiro, morto em 6 de agosto de 2003, aos 98 anos de idade – o jornalista Roberto Marinho, cujo talento e notável visão empreendedora determinaram o sucesso das Organizações Globo, o maior complexo de comunicações da América Latina.

A escolha do Aeroporto de Jacarepaguá para a homenagem tem especial significado. Além de ser o Rio de Janeiro a cidade natal do homenageado, o bairro carioca onde se localiza o aeroporto abriga também o megacomplexo de estúdios de gravação e demais instalações integrantes da Central Globo de Produções para televisão, o chamado Projac. Símbolo incontestado do poderio das Organizações Globo, o Projac é o maior centro de produção digital do mundo, concentrando em suas instalações infra-estrutura, tecnologia e processos capazes de produzir – ininterrupta e simultaneamente – dramaturgia, shows e transmissões ao vivo.

O jornalista Roberto Marinho teve existência longa e fecunda. Cumpriu quase cem anos de vida, marcada pela dedicação ao trabalho e ao desenvolvimento do

Brasil. Manteve atividade profissional e empresarial intensa e plena de realizações. Jornalista acima de qualquer outra qualificação, iniciou-se na profissão em 1925, quando, aos 21 anos, herdou do pai, também jornalista, o pequeno e recém-projeto de lei do Senado nº 49, de 2006

O primeiro passo foi a consolidação de O Globo. Cumprido esse objetivo, Roberto Marinho investiu na ampliação e diversificação das atividades. Em 1944, inaugurou os transmissores da Rádio Globo. Em 1954, construiu nova sede para o jornal e modernizou os equipamentos de impressão, viabilizando o aumento da tiragem. Em 1965, fundou a TV Globo.

Enquanto colocava em operação novas rádios AM e FM em vários pontos do território nacional, Roberto Marinho avançou no processo de estruturação da Rede Globo de Televisão. A partir de cinco emissoras básicas, com centenas de retransmissoras, formava-se uma rede cuja cobertura estendia-se, paulatinamente, por todo o território nacional. A criação da Rede Globo de Televisão, relevante organização de comunicação do País, foi, sem dúvida, sua façanha mais vitoriosa e sua conquista mais notável.

Outras empresas foram sendo sucessivamente agregadas ao complexo empresarial Globo. Este é o caso da Rio Gráfica S.A., da Globo Vídeo, da Globo Filmes, da Globotec, da Globo Computação, da Editora Globo, da Globo Agropecuária, da Som Livre e do Sistema Globo de Gravações Audiovisuais.

Sempre inspirado por sua extraordinária visão de homem público, em 1977 criou a Fundação Roberto Marinho, notável por sua atuação no campo cultural e educativo. A Fundação que leva o nome do ilustre jornalista foi responsável pela edição de livros e obras de grande valor, pela restauração de inúmeras construções do patrimônio histórico brasileiro – iniciativa decisiva para a preservação da memória nacional, pela promoção e apoio ao esporte amador, e pelo pioneirismo na área da educação a distância no Brasil, graças a que, por meio dos tele cursos de Iº e 2º graus, milhares de brasileiros tiveram acesso ao ensino básico.

Eis a dimensão do legado do grande jornalista e empresário que pretendemos homenagear. Certos de que a vida de Roberto Marinho será sempre referência e inspiração para as gerações de brasileiros que acreditam no Brasil e lutam por um País melhor, esperamos que a proposta possa receber a acolhida dos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Edison Lobão**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia será apreciada na sessão da próxima terça-feira, dia 14 de março.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005.)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005;

e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13-4-06

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14-4-06

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25-4-06

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005.)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001,

instituindo a **Carreira do Seguro Social**; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a **Carreira de Perícia Médica da Previdência Social** e dispõe sobre a remuneração da **Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS**, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a **Gratificação Específica do Seguro Social – GESS**; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da **Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP**.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-06

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005.)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-06

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005.)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá
Prazo final: 28-4-06

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas.)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

13

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, agradeço a V. Ex^a e à Senadora Heloísa Helena pela atenção e por permitirem minha inscrição. Agradeço também ao Senador José Jorge. S. Ex^a está inscrito para falar na CPI neste momento, por isso fez uma permuta comigo esta tarde.

Eu gostaria de dizer ao Senador Heráclito Fortes que não há procedência na informação que deu há pouco. De maneira alguma deixamos o Ministro Antonio Palocci sem guarida na CPI dos Bingos. V. Ex^a, se estiver acompanhando tudo o que lá se passou, sabe que eu há pouco fiz uma arguição sobre todos os episódios, sendo seguido pelo Senador Tião Viana. Como eu tinha a responsabilidade de fazer um pronunciamento que considero relevante e importante, vim também cumprir a minha missão como Senador, na tribuna do Senado, para depois voltar lá.

Portanto, estamos trabalhando, sim, intensamente e V. Ex^a sabe que, às vezes, temos que ser dois, três, quatro ou cinco Senadores ao mesmo tempo, numa única pessoa. Essa operação de multiplicação da própria pessoa V. Ex^a muitas vezes também faz e era o que estava ocorrendo comigo: como eu estaria lá e, ao mesmo tempo, cumpriria o dever de fazer o pronunciamento aqui?

Eu apenas queria transmitir essa informação a V. Ex^a e, se puder, faça a gentileza de ouvir a minha palavra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a, como um lorde e tendo me citado, permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Sibá Machado disse que estavam defendendo o Ministro Palocci e eu falei que isso não é o que vem ocorrendo, porque ontem e anteontem não foi assim. Evidentemente, não tenho o dom da onipresença e não sabia que naquele exato momento V. Ex^a estava defendendo o Ministro da Fazenda, coisa rara no seu Partido. Assim, quero louvar a sua atitude de defender o Ministro do seu Partido e não discordar da sua política econômica, pelo simples fato de ele adotar um modelo igual ao do PSDB quando presidiu o Brasil. A carapuça não deveria ter caído na cabeça de V. Ex^a, porque toda esta Casa sabe que, nessa regra que sempre citamos a respeito de ausentes, V. Ex^a é uma exceção. Lamento que a carapuça tenha caído sobre a sua cabeça, porque V. Ex^a, até pelo fato de não ter prestígio no Partido, não ser consultado e ter sido preterido para a Liderança, numa manobra que conhece, é um homem coerente e cumpre com os deveres parlamentares que o mandato exige. De forma que não deixe a carapuça cair sobre a sua cabeça.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Senador Heráclito Fortes, justamente hoje, inclusive, farei uma análise sobre os juros altos e a valorização cambial, num diálogo muito construtivo que – acredito – estou sempre tendo com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por quem tenho o maior respeito e admiração. Defendo, sim, o procedimento que ele tem adotado como pessoa, em defesa da ética, mas, em alguns momentos, como V. Ex^a irá examinar, faço sugestões para que se baixem as taxas de juros mais rapidamente do que tem ocorrido.

A questão que se afigura cada vez mais preocupante é a insistência da equipe econômica do Governo, do Ministério da Fazenda e do Banco Central, na combinação de juros altos com o câmbio valorizado. Ontem, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central voltou a ser demasiado cauteloso, reduzindo a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) em apenas 0,75 ponto percentual para 16,5% ao ano. Admitindo-se uma taxa de inflação esperada de cerca de 4,5%, a taxa de juro real **ex ante** é ainda altíssima – quase 12%. A única informação que, com boa vontade, pode ser considerada alentadora é que, desta vez, não houve unanimidade no Copom: três dos seus nove integrantes queriam uma redução ligeiramente maior, de um ponto percentual.

Deputado João Alfredo, quase já Senador, que bom que V. Ex^a está, hoje, visitando o Senado Federal.

Os outros seis votaram pela diminuição de 0,75.

Mesmo que tivesse ocorrido a redução desejada pela minoria, o Brasil ainda continuaria liderando com bastante folga o *ranking* de juros reais no mundo – pelo menos daquela parte do mundo para a qual existem dados de acesso mais fácil. A consultoria GRC Visão divulga periodicamente um levantamento dos juros reais de curto prazo para 39 países desenvolvidos e emergentes e Hong Kong. O conjunto inclui todos os principais países. O Brasil continua na primeira posição, com 11,6% de taxa real (taxa básica nominal menos a inflação esperada para os próximos 12 meses). O segundo colocado é Cingapura, com 7%. A média geral é apenas 1,5%. Ou seja, *a taxa real brasileira é quase oito vezes a média internacional*.

O diferencial de juros entre o Brasil e os principais centros financeiros mundiais é extraordinário – e difícil de explicar. Nos Estados Unidos, a taxa de juros três meses é de 4,55% em termos nominais (dados do início deste mês de março).

Na área do euro, a taxa nominal para o mesmo prazo é 2,67%. No Japão, apenas 0,03%. Admitindo-se que não haja expectativa de depreciação do real, o diferencial de juros torna fortemente atraente a aplicação em papéis brasileiros. Nesse contexto, a medida provisória que isentou de imposto de renda as aplicações em títulos públicos de não-residentes pode ser inoportuna. Ao tornar ainda mais atraente a aplicação no Brasil, contribui para agravar a sobrevalorização da moeda.

Em grande medida por causa desse diferencial de juros, o real é a moeda, entre as principais, que mais se valorizou em relação ao dólar no passado recente. Tomemos os dados de variação das moedas em relação ao dólar no período de 12 meses até o início de março. Num conjunto que inclui as oito principais moedas do mundo desenvolvido (euro, iene, dólar canadense, libra esterlina e outras) e as moedas de 27 mercados emergentes (26 países e Hong Kong), o real foi, por larga distância, a que mais subiu em face da moeda dos Estados Unidos: 19%. Das oito moedas do mundo desenvolvido, só o dólar canadense se valorizou nesse período (em 8%). Todas as demais registraram depreciação. O euro e o iene, por exemplo, caíram 10,5%. A libra esterlina, 9,6%. Nos 27 mercados emergentes, só cinco moedas experimentaram apreciação, quase sempre pequena.

Isso significa – e vale a pena frisar esse ponto – que o problema da sobrevalorização do Real está-se agravando mais rapidamente no passado recente do que sugere a mera observação da taxa de câmbio Real/Dólar.

Não é a primeira vez que trato desse assunto. Durante a primeira fase do Plano Real, de 1994 a 1998,

nos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, abordei o tema desta tribuna repetidamente. Alguns dos Senadores presentes talvez se recordem. Depois, em 1999, veio o desastre da crise cambial. Agora, não é o fato de ser da Base do Governo que modificará a minha avaliação do problema monetário e cambial, uma vez que se afigura bastante semelhante sob vários pontos de vista.

Assim, como na primeira fase do Plano Real, estamos vivenciando novo período de juros altos e de sobrevalorização cambial. Há diferenças, é claro. De 1995 a 1998, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, as taxas de juros eram, em média, ainda mais altas. O regime cambial era diferente: tínhamos uma âncora cambial, mais precisamente um regime de bandas cambiais ajustáveis. Por outro lado, deve-se dizer também, a bem da verdade, que o cenário internacional dos anos recentes tem sido mais favorável para o Brasil. Graças a isso, em grande medida, estamos partindo de uma posição relativamente forte de balança comercial e balanço de pagamentos em conta corrente.

Mas há semelhanças inquietantes. Poucos se recordam do fato de que a sobrevalorização da primeira fase do Real foi engendrada principalmente no segundo semestre de 1994 – época em que o regime era de flutuação cambial. O grau de valorização hoje já é comparável ao que se registrou naquele período. A Fundação Centro de Estudos e de Comércio Exterior – Funcex – costuma divulgar estimativas da taxa efetiva do Real, calculado com base em uma cesta de 13 taxas de câmbio bilaterais, ponderadas pela participação dos parceiros comerciais na corrente de comércio do Brasil. Tomando-se o IPC como deflator, a apreciação efetiva do Real em relação à cesta, chega a 18% entre janeiro de 2006 e janeiro de 2005. Se tomarmos o ano de 2003 como base, a apreciação efetiva real acumulada alcançou em janeiro último, nada menos que 26%.

A deterioração da rentabilidade média das exportações não é tão acentuada, uma vez que a alta de preços das exportações compensou, em parte, o comportamento do câmbio. Mesmo assim, os números são significativos. Segundo a Funcex, o índice de rentabilidade das exportações totais diminui 6% entre janeiro deste e janeiro de 2005. Relativamente a 2003, a queda de rentabilidade até janeiro alcança 20%. Outra informação importante: a perda de rentabilidade está muito disseminada entre os setores. Num total de 31 setores exportadores acompanhados pela Funcex, inclusive o setor de calçados do Vale dos Sinos, a grande maioria registra diminuição de rentabilidade – Presidente Paulo Paim, acompanhei o discurso de

V. Ex^a no início desta semana que versava sobre esse assunto. As exceções são alguns poucos setores que obtiveram ganhos expressivos de preços de exportação (café, extrativa mineral, petróleo e carvão, refino de petróleo, petroquímicos e açúcar).

A consequência é inevitável: o declínio no dinamismo das exportações. A taxa global de crescimento das exportações brasileiras, em valor, já mostra os efeitos da valorização do Real. Veja, Senador Paulo Paim, *o ritmo de expansão diminuiu de 33%, em 2004, para 23%, em 2005, e para 15% no acumulado até a primeira semana de março de 2006. O incentivo a importar, provocado pelo barateamento dos produtos do exterior, parece estar se refletindo nos números totais de importação. No acumulado, até a primeira semana de março, a taxa de crescimento foi de 16%. O crescimento das importações só não é maior porque a economia nacional ainda está em marcha relativamente lenta. Também estão aumentando velozmente os gastos na balança de serviços do balanço de pagamentos. Os gastos com turismo e com a remessa de lucros e dividendos, por exemplo. As despesas com outros serviços também. Com serviços de computação e informação, por exemplo, os dispêndios aumentaram 34% em 2005; com aluguel de equipamentos, 89%.

Também preocupam as informações divulgadas na imprensa sobre empresas e setores específicos. Em razão do Real forte, o setor de calçados, por exemplo, teria demitido 20 a 25 mil trabalhadores no ano passado, segundo se noticiou. A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados prevê um número semelhante de demissões neste ano. No Estado de São Paulo, o pólo de Franca, como o do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, tem sofrido bastante com a sobrevalorização do Real. Terminou o ano passado com menos 4.500 empregos, uma queda de 23% sobre 2004, de maneira semelhante à que o Senador Paulo Paim registrou na perda de empregos no Vale dos Sinos há poucos dias.

Há notícias também de desativação de unidades produtivas exportadoras e de cancelamento de projetos de investimento. Empresas subsidiárias de multinacionais (a Bunge, a Saint Gobain, a ADM, a Rhodia, por exemplo) reduziriam investimentos em exportação, cancelando projetos ou fechando fábricas. Preferem, em alguns casos, transferir a sua base exportadora para países com custos em dólares mais atraentes. Até empresas nacionais estão tomando esse caminho, segundo notícias publicadas nos últimos dias. A fabricante de calçados femininos Azaléia, depois de fechar uma fábrica no Rio Grande do Sul, em 2005, anunciou que passará a produzir cerca de 30 modelos na China, em parceria com uma empresa chinesa.

Tudo bem a parceria com a China, mas é necessário verificar se não há um estímulo demasiado nesse sentido. Empregos estão sendo destruídos neste País e criados em outros países.

Diante desse quadro, reveste-se de maior relevância a audiência pública marcada com diretores do Copom no próximo dia 30 de março na Comissão de Assuntos Econômicos em sessão conjunta com a Comissão Mista de Orçamento, Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e Comissão de Fiscalização e Controle. Na ocasião ouviremos o Presidente do Banco Central e demais membros do Copom para sabermos como eles racionam para tomar a decisão sobre a taxa de juros básica, a Selic.

Sr. Presidente, gostaria de informar que, com a concordância do Presidente Henrique Meirelles, os Senadores Luiz Otávio e Gilberto Mestrinho, juntamente com os Presidentes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, marcaram uma reunião para o próximo dia 30 de março, quinta-feira, às 9h30min, a fim de dialogarmos sobre as políticas cambial, monetária, a política de taxa de juros como regularmente deve aqui expor o assunto o Presidente do Banco Central. Mais do que isso: nessa ocasião, dialogaremos sobre como é que os ex-gerentes e diretores do Banco Central analisam e tomam as suas decisões, inclusive sobre quais diferenças de opinião, como ainda ontem aconteceu no Copom, em que seis pessoas estavam a favor de uma diminuição de 0,755%, e três pessoas queriam uma maior diminuição, de 1%. Assim, conheceremos melhor como se portam e raciocinam os diretores do Banco Central.

Sr. Presidente, desejo ainda informar que, hoje, será inaugurada a Bienal do Livro, em São Paulo, um evento de extraordinária importância para o setor livreiro e o setor cultural brasileiro. Milhares de autores e editores estarão interagindo com o público, no Anhembi, na Bienal do Livro, que será aberta, hoje, pelas autoridades do Governo Federal e pelo Governador Geraldo Alckmin – não sei exatamente quem representou o Presidente Lula; espero que tenha sido o Vice-Presidente José Alencar ou o Ministro da Educação, ou o da Cultura. Enfim, trata-se de evento da maior relevância, oportunidade em que o público, até mesmo as crianças, terá a oportunidade de conhecer os autores.

Quero informar que estarei na Bienal do Livro, hoje à noite e também no domingo, das 11h30min às 18h, pois estarei autografando um novo livro de minha autoria, **Renda Básica de Cidadania: a Resposta dada pelo Vento**, que a LPM Editora, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, resolveu editar. É um livro de

bolso simples, de apenas 119 páginas, em que explico como vamos passar do Programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania.

Gostaria também de informar que estarei falando sobre o livro e esse tema, amanhã, às 10h30min, para os alunos da Faculdade de Direito de São Francisco. Às 13h, estarei na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo; às 17h30min, na Faculdade de Economia e Administração da USP e, juntamente com o Senador Roberto Saturnino, na favela da Rocinha, a convite da Associação de Moradores, da União Pró-Melhoramentos da Rocinha, na Escola CIEP Ayrton Senna, no sábado, dia 11. A partir das 9h, iniciaremos a caminhada, e, às 10h, será a palestra que faremos para a comunidade de jovens, estudantes, adultos, professores e moradores da Rocinha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, esta Presidência agradece a V. Ex^a as referências ao setor calçadista não somente de Franca, São Paulo, como também do Rio Grande do Sul. Os números do desemprego nessa área são exatamente esses que V. Ex^a coloca, fazendo referência a este Senador. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, que me passou a Presidência. S. Ex^a é o terceiro inscrito. E, neste momento, fará uso da palavra por 20 minutos, com a tolerância de mais dois.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cheguei a esta Casa por meio dos trabalhadores da saúde, da educação, dos agricultores e do povo do meu Estado de Roraima.

Hoje, farei um pronunciamento a respeito do Sistema Nacional de Auditoria, um grupo de médicos e técnicos de contabilidade e de outras áreas de trabalho no Ministério da Saúde que faz uma grande economia para este País, porque a verba orçamentária repassada para os Estados e Municípios pelo Ministério da Saúde não tem uma fiscalização efetiva. Com as auditorias é que descobrimos os desvios e as más aplicações do dinheiro.

Ao longo de nossa história, temos exemplos incontáveis de malversação dos minguados recursos públicos, quando não de desvios fraudulentos, com conseqüências sobejamente conhecidas, entre as quais se destaca a precariedade dos serviços oferecidos à população.

Essa prática condenável em qualquer lugar do mundo e em quaisquer circunstâncias torna-se acintosa quando acontece em um país pobre, como o nosso, onde milhões de pessoas são alijadas do mercado de trabalho, passam fome, não têm onde morar e não têm acesso à educação de qualidade nem a um atendimento médico minimamente satisfatório.

Faço essas ponderações porque, há uma década, a União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde (Unasus) vem alertando as autoridades para a necessidade da efetivação e do fortalecimento do Sistema de Auditoria do SUS, bem como da criação da carreira de Auditor-Fiscal de Saúde, sem que suas justas reivindicações sejam atendidas.

Observem que a criação da carreira é um imperativo que se impõe não apenas por uma questão de justiça para com a categoria, mas por uma questão de bom senso, de inteligência e principalmente de responsabilidade com a gestão dos recursos públicos. Afinal, o Sistema Único de Saúde tem o segundo maior Orçamento da União. Em 2004, a Lei Orçamentária destinou nada menos do que R\$33,2 bilhões para serem aplicados em ações e serviços de saúde, valor esse que se eleva a R\$47,5 bilhões quando se contabilizam a contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Há que se lembrar ainda que quase 90% desse gigantesco orçamento é repassado automaticamente para Municípios conveniados, sem que haja uma efetiva prestação de contas ao Ministério da Saúde. O resultado dessa incúria é conhecido de todos: o Brasil aplica recursos fabulosos na área de saúde, enquanto brasileiros continuam morrendo nas filas, mendigando atendimento médico ou dependendo da caridade alheia para obter um medicamento.

Sr. Presidente Paulo Paim, por falta de valorização e estímulo, há anos, vem ocorrendo um grave esvaziamento no quadro dos auditores do Sistema Único de Saúde. Os baixos salários e a precariedade das condições de trabalho, além de não atraírem profissionais jovens e competentes que optam pelo ingresso em carreiras de outros órgãos, representam um incentivo para as aposentadorias precoces, ocasionando uma inevitável solução de continuidade das ações de auditoria e de cooperação técnica.

Nunca é demais lembrar o que estabelece a Lei nº 8.080/90, a Lei Orgânica da Saúde, em seu art.33, § 4º:

O Ministério da Saúde acompanhará, através de seu sistema de auditoria, a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados a Estados e Municípios. Constatada a malversação, desvio ou não aplicação dos recursos, caberá ao Ministério da Saúde aplicar as medidas previstas em lei.

A legislação é igualmente clara no que diz respeito ao Sistema Nacional de Auditoria do SUS, pois, em um de seus parágrafos, determina:

Ao Sistema Nacional de Auditoria compete a avaliação técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial do Sistema Único de Saúde, que será realizada de forma descentralizada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que se depreende dessas referidas leis é que elas buscam atender ao preceito constitucional, art. 197 da nossa Carta Magna, que diz:

São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica do direito privado”.

Por outro lado, as reivindicações dos auditores do SUS, por sua justeza e legitimidade, ganharam importantes apoios ao longo de todos esses anos, de Ministros, de Procuradores e de representantes da classe política, ainda que, em alguns casos, alheios à causa corporativa. Ocorre simplesmente que essas pessoas perceberam o quanto o País teria a lucrar ou, no mínimo, deixaria de perder, se pudesse contar com um quadro de auditores bem equipado e valorizado para prevenir os desvios e para orientar quanto à forma de aproveitar melhor os recursos a serem aplicados em ações e serviços de saúde.

Já em 1994, ao dar parecer sobre as contas do Governo, o Ministro Carlos Átila, do Tribunal de Contas da União, foi categórico:

Mesmo que o Sistema Nacional de Auditoria custasse o dobro do que custa o TCU, com todas as suas Secretarias Regionais e dois mil servidores, ainda assim o controle exercido pela Auditoria proporcionaria uma economia

superior a seu custo de operação [ênfatisou o Ministro Carlos Ática naquela época].

Quatro anos depois, as recomendações vinham do Plenário daquele Tribunal, nos seguintes termos: adotar “providências no sentido de dotar o SNA, no nível federal, de recursos materiais e humanos necessários ao desempenho de suas funções” e “providências com vistas à elaboração de um Plano de Cargos e Salários para os auditores da área da saúde”.

Recomendações do TCU, com idêntico teor, repetiram-se nos anos seguintes na forma de acórdãos, ofícios, comunicações, sem que as autoridades federais tomassem as providências aguardadas. Foram sistematicamente ignorados, também, ofícios de procuradores e sub-procuradores da República e expediente desta Casa, datado de 1999, que teve como signatários diversos colegas parlamentares, muitos dos quais ainda se encontram em nosso convívio.

Ao defender o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria, os Senadores signatários lembraram:

Cabe registrar que o futuro do SNA é compartilhado, também, por outros órgãos, como o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal, bem como por outros setores da sociedade, conforme moção aprovada na íntegra pela Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde, que contou com expressiva representatividade dos usuários do Sistema Único de Saúde.

Também a 11ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no ano 2000, anotou, em seu Relatório Final, a necessidade de “regulamentar o cargo de auditor do SUS e garantir que o sistema de auditoria contribua efetivamente para o diagnóstico e a reorganização das políticas públicas de saúde”.

Mais recentemente, em 2004, o ilustre Senador Tião Viana encaminhou ofício ao Ministro Guido Mantega, do Planejamento, Orçamento e Gestão, manifestando integral apoio ao encaminhamento de projeto de criação da carreira de Auditor-Fiscal de Saúde, de forma a “reforçar e valorizar o trabalho desenvolvido por servidores que há anos executam as atividades de fiscalização e auditoria na área de saúde, sem, no entanto, estarem devidamente credenciados e remunerados para tal”.

A todas essas e a muitas outras ponderações, interpelações, advertências e sugestões, o Governo Federal fez ouvido mouco. Enquanto isso, as irregularidades na aplicação dos recursos da saúde se multiplicavam. Tenho em mão, como exemplo, dados das 887 auditorias realizadas por amostragem no ano de 2003, quando foram constatadas 5.162 irregularidades.

O documento, elaborado pela Unasus, relata procedimentos estarrecedores, como a aquisição, com verbas do SUS, de gêneros alimentícios e de materiais de limpeza que foram encontrados no supermercado de uma prefeita municipal; atesto de aquisição de material assinado por pessoa que jamais trabalhara no órgão municipal; abandono e sucateamento de centro de saúde; cobrança de próteses e órteses que jamais foram implantados ou destinados aos respectivos pacientes; cobrança em duplicidade, do paciente e do SUS, pelo procedimento médico; cobrança também concomitante do SUS e do plano de saúde do paciente; cobrança ao SUS por tratamentos não realizados; compras fictícias; e muitos outros casos.

Sr. Presidente Senador Paulo Paim, esses procedimentos listados pela Unasus evidenciam uma diversidade de procedimentos dolosos e de alta gravidade. No entanto, o documento lista também procedimentos que não caracterizam necessariamente má-fé, mas que, da mesma forma, são danosos à política de saúde, como construção de açudes e pontes com recursos do SUS; construção inacabada de hospital; aquisição de equipamentos hospitalares de alto custo por Municípios que prestam apenas ações básicas de saúde; utilização dos recursos do SUS para pagamento da folha de pessoal etc.

O trabalho dos auditores, como se sabe, não se resume a apurar e a prevenir irregularidades, mas também a orientar os executores dos convênios para que os recursos sejam bem empregados. O Governo, como se o Brasil fora um país riquíssimo, dá-se ao luxo de ignorar a importância do sistema de auditoria e, portanto, de jogar fora uma parcela significativa dessas verbas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, na condição de médico com experiência pessoal e pública nos assuntos de saúde e na condição de Parlamentar integrante da Comissão Temporária de Saúde desta Casa legislativa e da Frente Parlamentar de Saúde, tenho convicção plena de que o pleito da Unasus é inteiramente justo, bastando lembrar que os rendimentos de um auditor dessa área são em média inferiores à metade dos rendimentos, por exemplo, dos auditores da Receita Federal. Vou além: a reivindicação dos auditores da saúde por melhores salários e também por melhores condições de trabalho terá o dom, se atendida, de fazer justiça a essa importante categoria de servidores, mas terá o dom, principalmente, de evitar uma sangria de recursos públicos, de valorizar os elevados tributos cobrados à classe trabalhadora e de promover uma melhora sensível nas condições de saúde da imensa maioria do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Como ainda disponho de tempo, concedo um aparte à eminente Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa Helena (PSOL – AL) – Saúdo o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Augusto Botelho. É muito importante elogiar e enaltecer o papel dos trabalhadores do setor público, especialmente em uma área de tanta delicadeza e de necessidade técnica. Por ser da área da saúde, V. Ex^a traz também ao debate problemas gravíssimos que se relacionam ao perfil epidemiológico das nossas populações, do Norte, no Estado de V. Ex^a, do meu Nordeste, de qualquer outra Região do País, mostrando, cada vez mais, a necessidade de o planejamento de serviços públicos dar conta desse quadro de morbimortalidade, identificando do que as pessoas adoecem, do que morrem, dando conta da complexidade gigantesca que vai desde as chamadas doenças da pobreza, as doenças transmissíveis, como tuberculose, hanseníase e diarreia, que não foram superadas, que continuam matando pessoas, até as doenças crônico-degenerativas, como as cardiovasculares. Essa associação de um perfil que é extremamente grave, junto com a mortalidade ou com as seqüelas da violência, dos acidentes de trânsito, gera mais ainda a necessidade de quadros de auditoria técnica e de planejamentos de serviços de saúde pública que se coadunem com a realidade objetiva do perfil epidemiológico dessas populações. Não é um assunto qualquer. V. Ex^a já teve oportunidade de falar sobre isso, assim também eu e vários outros Parlamentares. O perfil epidemiológico do Brasil é um dos mais graves do mundo, porque traz, ao mesmo tempo, as chamadas doenças do subdesenvolvimento com as crônico-degenerativas, as cardiovasculares, os acidentes de trânsito, as doenças relacionadas à violência. E não temos tido a capacidade de planejar os serviços de saúde à luz dessa realidade objetiva. Ora não existe a porta de entrada do sistema, nem sequer com o sistema de vacinação ou com as quatro clínicas básicas de qualidade, as unidades intermediárias, as unidades de referência, as unidades de alta complexidade do setor público ou aquelas conveniadas. Então, realmente, é uma situação muito grave, muito difícil, a que se encontra hoje o setor saúde no Brasil. Daí a importância do pronunciamento de V. Ex^a, que traz a necessidade desses quadros técnicos e a necessidade de um planejamento dos serviços públicos de saúde – evidentemente, em outras áreas também – à luz da realidade objetiva e não à luz das conveniências políticas, eleitorais ou das liberações de recursos dos propinóquos que são estabelecidos. Às vezes, existe a necessidade das quatro clínicas básicas, e alguém monta um hospital de alta complexidade vizinho a uma

outra cidade onde já existe um hospital que poderia ser de referência. Então, todas essas questões que V. Ex^a traz na tarde de hoje são muito importantes. Quero parabenizar e saudar com entusiasmo o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora. Infelizmente, a construção de hospitais neste País é uma das ocasiões em que mais se rouba dinheiro público. É uma ofensa roubar dinheiro na doença das pessoas. Os hospitais chegam a ter um custo três a quatro vezes maior do que deveriam por conta de gestão fraudulenta, de superfaturamento e de outros fatores.

Já que estou tratando de saúde, quero dar uma dica aos ouvintes da Rádio Senado: não se deve votar para reeleger prefeitos que permitam que haja epidemia de dengue nas suas cidades, porque essa epidemia é fácil de ser controlada. E as próximas epidemias de dengue neste País ocorrerão com morte de pessoas, porque, a cada ocorrência de epidemia, ela vai-se tornando mais grave, e, na medida em que se vão misturando os diversos tipos de vírus naquela pessoa, ocorrem as mortes. Então, a dengue, que parece ser simples, é uma doença grave no nosso País.

Ouçó novamente V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Além desse aspecto extremamente importante, volto a falar da velha e conhecida demagogia eleitoralista da publicidade oficial. Há tanta publicidade para fazer campanha para um ou outro candidato, do Presidente da República a alguns prefeitos, e quase não se vê publicidade relacionada a aspectos importantíssimos da área de saúde, como dengue ou hanseníase. V. Ex^a acompanha e sabe o quadro gravíssimo existente hoje, em função da resistência medicamentosa na tuberculose, por ausência e irresponsabilidade do serviço de saúde, que não faz o acompanhamento, que não busca aqueles que estão faltosos. Isso serve para hanseníase e outros casos mais. Então, é só para, ao saudar o pronunciamento de V. Ex^a, fazer, mais uma vez, o apelo para que, se querem dar dinheiro para rádio, jornal e televisão para, de forma indireta, falarem bem do dirigente, do agente público, que tenham ao menos vergonha e façam a publicidade que é necessária para orientar. Quando aumenta a incidência de dengue, aí faz propaganda; quando chega o carnaval, aí faz propaganda das doenças sexualmente transmissíveis. Esse tipo de coisa é realmente terrível, porque é a ausência da eficácia na Administração Pública, a ausência do acompanhamento cotidiano não apenas nas vivências de dor, de sofrimento, no acesso ao serviço público, especialmente das populações mais

pobres, mas a ausência completa da eficácia naquilo a que se predispõe o setor público. Portanto, quero, mais uma vez, saudar V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora.

Agora vou fazer mais uma observação de como é importante a presença do Estado e do Município nas ações de saúde. Neste carnaval houve uma ação conjunta entre Município, Estado e a Polícia Rodoviária Federal em Roraima. Roraima é um dos Estados que tem um dos trânsitos mais violentos do País. Durante e até mesmo depois do carnaval não morreu ninguém no trânsito. Porém, da data em que desarticularam aquele movimento para cá já morreram quatro pessoas no trânsito. Quer dizer, uma vida vale mais que qualquer custo para fazer as coisas.

Então, precisamos é de uma ação efetiva de trabalho para prevenir os acontecimentos. Falo especialmente em relação ao trânsito do meu Estado, que é uma das principais causas de morte. Sem falar que o número de casos de malária já subiu. Teremos, este ano, uns trinta mil casos, sendo que há dois anos tivemos oito mil. Subiu porque faltou dinheiro para as ações de prevenção da malária, uma das doenças que mais se agravam na Região Amazônica.

Muito obrigado, Senador Paim, pela oportunidade que V. Ex^a me deu de trazer este pronunciamento à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Augusto Botelho, quero cumprimentar V. Ex^a e, se me permitir, como V. Ex^a falou sobre saúde, quero cumprimentar o Senador Cristovam por uma iniciativa sua.

Senador Cristovam, assinei, junto com V. Ex^a, o pedido para uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para discutirmos essa ameaça mundial, que, infelizmente, tende a chegar ao Brasil, que é a chamada “gripe do frango”.

Cumprimento V. Ex^a por trazer esse assunto ao debate no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem.) – Senador, é uma espécie de aparte ao Senador que já não está na tribuna, porque diz respeito ao assunto de que tratava.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a fala pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – A minha fala é para reafirmar que, juntos, nós convocamos uma audiência para convocar o Ministro da Saúde para que S. Ex^a venha nos dizer qual é a estratégia que o Governo brasileiro tem para enfrentar o risco da gripe aviária, porque nós temos todo o direito de suspeitar, como a Senadora Heloísa Helena acaba de dizer lá do seu lugar, que talvez nenhuma estratégia haja. Estamos contando com a sorte, e, nesse caso, é muito perigoso ficar nas mãos da sorte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Cristovam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a é o próximo inscrito para falar e já o estou convocando para a tribuna. O Senador Cristovam está inscrito, a Senadora Heloísa Helena também, eu também, e com certeza esse assunto vai ser tratado.

Senador Flexa Ribeiro, o Senador Arthur Virgílio chegou ao Plenário e antecede V. Ex^a. Assim, terá a palavra o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, V. Ex^a. A não ser que ambos queiram... (Pausa.)

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a dispõe da palavra por vinte minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tenho em mãos uma foto do Senhor Presidente da República falando da Inglaterra para o Brasil pelo telefone. Está aqui a foto.

Qualquer pessoa equilibrada, qualquer pessoa mentalmente sã, vai imaginar, Senador Cristovam Buarque, que o Presidente está ao telefone por causa da crise envolvendo o Exército, que entrou nas favelas cariocas e não sabe como sair delas. Chegou-se a ponto tal em que já não são roubados apenas os cidadãos no Rio de Janeiro e nas grandes capitais brasileiras; já assaltam o próprio Exército brasileiro.

Repito: se alguém vê a foto do Presidente e não lê a legenda, se não se apercebe da manchete, supõe que o Presidente está falando da crise da segurança pública no País. Esse jornal que tem a foto é **O Estado de S. Paulo**, edição de hoje. O jornal **O Globo** também estampou uma foto muito expressiva de Sua Excelência ao telefone. É aquela coisa assim: Duda Mendonça por trás, em espírito!

Mas estou lendo a **Folha de S. Paulo**, que está com uma foto de Vanderlei Almeida, da France Press*, que é a mais exemplificativa do que é esse Governo. Aqui está: dois soldados do Exército brasileiro e por trás

deles duas crianças, sem blusa, uma fazendo aquele gesto com a mão nos testículos e a outra com outro gesto, em que os dedos simulam um falo, um pênis. Estão fazendo isso na direção dos soldados do Exército. Ou seja, desrespeito completo em relação ao Exército, absoluto distanciamento de todos os valores do País. É esse o retrato da infância brasileira e esse é o retrato do Governo sem autoridade do Presidente Lula, que está com naquela carruagem inglesa para virar abóbora. A cinderela política em que ele se transformou aparece com sua carruagem, que vai virar abóbora.

Ele não está aqui falando em segurança pública, Senador Flexa Ribeiro. Ele está aqui conversando com o técnico da seleção brasileira de futebol, Parreira, prestigiando o atacante Ronaldo, o “fenômeno”. Ele não está atento para isso aqui, ele não passou nenhuma instrução sobre segurança pública. Ele está fazendo uma foto de campanha e, supostamente, se popularizando ao se preocupar com futebol, assunto do qual ele não entende. Não entende de governar e se arvora em fazê-lo; não entende de futebol e fica dando conselho a Ronaldo, que é considerado por alguns o melhor jogador do mundo.

Então: “Lula falou, de Londres, com Parreira por telefone”. Um “marqueteiro” deve ter dito: Presidente, o Ronaldo é tão querido no País, prestou tantos serviços ao Brasil... Pegue o telefone e ligue para o Parreira. E S. Ex^a ligou.

Está aqui, com ar aparvalhado, falando com o Parreira. Enquanto isso, o Governo dele tem uma face real, e não é a face da Cinderela, da carruagem que vai virar abóbora. É a face real do desrespeito ao Exército brasileiro, da aventura em que se meteu o Exército brasileiro, porque falta comando, falta liderança, falta quem lidere a administração deste País.

Senador Cristovam Buarque, ouço V. Ex^a, com muita honra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, em primeiro lugar, quero dizer – talvez os mais jovens não saibam – que, pelo que eu saiba, o último Presidente da República que se meteu na escalção da seleção foi o Presidente Médici, na época do regime militar. Mas isso, para mim, é um detalhe. O mais grave é o que V. Ex^a está trazendo aqui. Esse gesto desses meninos simboliza um sentimento que há no local; simboliza que eles não apenas não entendem essa ocupação como também que sabem que, encontradas as armas, o Exército sai e o povo continua entregue aos bandidos. E ninguém sabe se essas armas

serão encontradas, ninguém sabe se alguns soldados serão mortos, ninguém sabe se os soldados matarão brasileiros em território brasileiro, ninguém sabe...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um já morreu. Um adolescente que não era sequer ligado ao tráfico já morreu.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Já morreu. Ninguém sabe ainda se foi ou não o Exército, mas já é fruto desse confronto. Nessa batalha, há uma certeza: o Exército está sendo derrotado, se não do ponto de vista militar – o que seria impossível –, do ponto de vista da sua imagem e do seu papel na sua dignidade. Eu queria saber, como V. Ex^a fala da liderança, que autoridades autorizaram essas tropas a saírem dos quartéis e irem para o morro. Foi o próprio comandante do quartel, foi o Ministro da Defesa ou foi o Presidente da República? Creio que esta seja uma pergunta que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deveria fazer: quem deu a ordem de comando para que o Exército subisse aos morros?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador Cristovam. V. Ex^a, brilhante como sempre, acrescenta – e muito – aos discursos dos oradores que aparteia.

Não houve a ordem. Foi uma atitude do próprio Exército. Ou seja, o Exército se sentiu ultrajado.

A SRA. Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Então, não há Presidente da República?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente. Eu denunciei ontem, Senadora, o estado de anomia, ausência de normas e de regras a regerem a vida dos brasileiros e a disciplinar o Estado.

O Exército, Senador Cristovam Buarque, foi, modo próprio, aos morros. Tomaram uma atitude. Eu não diria que a culpa da insegurança é apenas do Governo Federal. É uma obrigação da sociedade como um todo, até das Prefeituras, mas, sobretudo, uma obrigação dos Governos Federal e estaduais.

Refiro-me, Senador Teotônio Vilela, ao fato de que chegamos a um estado de anomia tal que o Exército, sem ordem de ninguém, sobe às favelas para recuperar armas que ainda não recuperou, expondo seu prestígio e demonstrando clara e cabalmente que não há Governo neste País. O nosso Presidente, qual uma Cinderela – Cinderela de carruagem que, à meia-noite, vira abóbora –, está aqui falando ao telefone com o técnico Parreira, da Seleção. Ele não está preocupado com a segurança pública. Ele está dizendo ao Parreira que deve ter paciência com o Ronaldo. Esse

é o problema que está ocupando a cabeça fútil e vazia do Presidente da República.

Na primeira página da **Folha de S.Paulo** – faço questão de repetir –, há foto de dois soldados do Exército, foto da agência **France Press** fotógrafo Wanderley Almeida, com dois meninos: um, exibindo os testículos para os soldados; o outro, imitando um pênis com os dedos, num gesto que é muito característico da irreverência da juventude. Aqui está o quadro a que expuseram o Exército Brasileiro*! A que ponto levam este País a falta de Governo, a falta de Liderança, Senador Jereissati, que é tão preocupado e especializado em segurança pública, e a falta de comando no Brasil!

Digo que é muito “contristante”, porque o Presidente é mesmo um fracasso. Se fosse técnico de futebol, não seria um técnico vencedor. Como Presidente da República, é isso que estamos vendo.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, lembro que, ao mesmo tempo em que ocorre isso no Rio de Janeiro, no outro lado do País, no Sul – talvez na página seguinte desse jornal haja uma fotografia –, um laboratório imenso, de mais de 20 anos de trabalho, de uma empresa de papel e celulose foi destruído não se sabe direito se por integrantes do MST ou se por pessoas ligadas ao MST – não ficou muito bem identificado –, sem nenhuma intervenção de forças de segurança. O laboratório foi totalmente invadido e destruído por vândalos dizendo-se integrantes do MST, comemorando como se fizesse parte da comemoração do Dia Internacional da Mulher, também sem manifestação alguma do Governo. Ao mesmo tempo, vemos, novamente, o Presidente da República saindo da carruagem, preocupado com o apoio que deveria ser dado ao Ronaldo, deixando em polvorosa não apenas os produtores. Essa não é uma questão particular dos produtores, mas de todo o ambiente produtor brasileiro, em função do que aconteceu. Não estamos falando de invasão, mas de destruição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De vandalismo mesmo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – De vandalismo contra a produção de pesquisa científica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tasso Jereissati, apresentei um voto de solidariedade à cientista que se revoltou justamente contra o desperdício do trabalho dela e de outros especialistas em tecnologia genética e, ao mesmo tempo, um voto de repúdio ao braço desse absurdo MST que se

chama Via Campesina, que perpetrou esse atentado contra a pesquisa científica num País que despende tão poucos recursos para esse fim.

V. Ex^a tem inteira razão. Olhamos o quadro de corrupção, e a CPI está ali discutindo corrupção, numa sala e em outra. Estamos vendo o Presidente se arvorar a aconselhar o técnico Parreira. Estamos vendo a segurança pública chegar ao ponto mais agudo de crise. Estamos vendo o MST tolerado, o MST que é parceiro deste Governo, o MST que se “apelegou” com este Governo, o MST que, como a CUT, urrava como uma onça selvagem e, de repente, virou um gatinho de pelúcia nas mãos do Presidente. Há parceria nisso. Há parceria. Não há desaprovação. Eles têm um Ministro deles, o Ministro da Reforma Agrária. Um Ministro deles está lá. Há parceria do Governo. Essa é a grande verdade.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador, permite-me?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – O Ministro da Reforma Agrária foi entrevistado e não desaprovou. Disse que aquilo não fazia parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. Era essa a observação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É incrível: o MST tem um Ministro. O MST participa de uma coalizão e indicou um Ministro para este Governo.

O Senador Heráclito disse-me, Senador Jereissati, que uma pessoa do Palácio – o Presidente Fernando Henrique, ao contrário do que alguns amigos nossos julgam, julga-me uma pessoa capaz de arbitrar sobre moda – teria dito a ele: “Presidente, não use essa casaca, porque, senão, o Arthur Virgílio vai fazer alusão ao filme ‘Ladrão de Casaca’”. Então, não use a casaca. Ele vai fazer isso, com certeza”.

Eu não havia pensado nisso, mas, quem sabe, vendo as figuras de casaca eu me lembrasse de um clássico do cinema – o ator chamava-se Cary Grant. Ele passa ainda no circuito **cult**. É um filme de muita capacidade de se fazer compreendido por todas as gerações.

Eu disse: olha, de repente, influenciei na vestimenta, na indumentária do Presidente da República, Senador Teotonio. Que coisa boa! Isso significa que, talvez, eu passe a ganhar a antipatia da estilista de moda Glória Calil. Ela vai dizer: “Poxa, esse Arthur Virgílio vai deixar de ser Senador e vai entrar no meu

ramo. Vai ficar ditando moda, assessorando elegantes do sexo masculino”.

Mas, enquanto isso, a preocupação do Presidente é: Parreira ou não Parreira; casaca ou não casaca – e a produção científica brasileira é destruída por vândalos, e a segurança pública, no Rio de Janeiro, chega a esse ponto máximo de perplexidade.

Qualquer hora, Senador Cristovam Buarque, morre alguém do Exército – porque gente do povo já tem morrido muita. Vai morrer, a qualquer momento, espero que não – bato na madeira –, alguém do Exército. Trocando tiros, a possibilidade de que alguém morra é grande. Aí, estará formada uma confusão que pode virar convulsão neste País, e a única razão para se explicar esse fenômeno é a falta de governo, a falta de liderança, a falta de comando, a falta de seriedade mínima para tratar com as coisas. Ou seja: tudo pela futilidade, tudo pela eleição, tudo pela demagogia, tudo pelo *marketing* e nada pela sinceridade, nada pelo ataque frontal e concreto aos problemas vivenciados pela população brasileira, que consagrou o Presidente Lula com 53 milhões de votos há tão poucos anos.

Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se, com os recursos – estou pedindo que essas duas matérias sejam incluídas nos Anais – gráficos modernos, posso não só inserir as palavras, mas a foto, pois queria essa foto nos Anais do Senado. É preciso que os pósteros saibam que tempos obscuros vivemos hoje. É preciso que eles saibam como arriscaram a estabilidade da democracia brasileira nesses idos de 2006, quando nos estudarem em 2030, 2050 ou 2100. Eu gostaria de saber isso.

Já concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

Fiz uma pergunta ao Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Respondo a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que tem mais seis minutos, e eu os descontarei. A solicitação de V. Ex^a ficará nos Anais. No **Diário do Senado Federal** só fica o escrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Infelizmente, não poderá ficar consignada no **Diário do Senado Federal** a foto do Presidente Lula falando com Parreira ao telefone e, como se o atacante Ronaldo precisasse – vamos falar um pouco de futebol – de conselho ou do apoio do Presidente Lula. Não tem nada a ver com o Ronaldo. O Ronaldo não joga futebol parecido com os pernas de pau do Alvorada. Não tem nada a ver. Ronaldo não precisa dele para coisa algu-

ma. Ele precisa treinar, emagrecer e ser o que sempre foi, aquela figura fria na hora de fazer o gol.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concederei o aparte ao Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, a Nação observa perplexa as atitudes do Presidente Lula. V. Ex^a apresenta aqui o retrato do Presidente preocupado com a situação do Ronaldo, o Fenômeno, enquanto Sua Excelência, na viagem a Londres, diz que o Brasil não tem pressa de crescer. Expressou, aqui, com pirotecnia, sua opinião a respeito do espetáculo do crescimento, e se contradiz, dizendo que o Brasil não tem pressa de crescer, como se a Nação concordasse, mas nós estamos perdendo a oportunidade internacional de crescer, pelo menos de estarmos próximos da média do mundo. Corroborando com o que disse aqui o Senador Tasso Jereissati, o que ocorreu no Rio Grande do Sul, Senador Tasso Jereissati, ocorreu por diversas vezes em meu Estado, o Pará, onde o Movimento dos Sem-Terra invadiu áreas produtivas de plantio da Camargo Correia Metais, que dava suporte à produção de silício metálico, apoiado pelo Incra, que distribui cestas-básicas, destruindo o patrimônio. Esse é o retrato fiel da administração petista no Brasil. Senador Arthur Virgílio, os brasileiros, observando isso, corrigirão o rumo do Brasil nas eleições de outubro próximo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Ouç o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, se realmente fosse sincera a preocupação do Presidente Lula com o esporte brasileiro, não caberia ao Presidente da República uma demonstração de preocupação isolada com um atleta, por melhor que ele fosse. Aliás, o Presidente Lula vem agredindo os atletas brasileiros. V. Ex^a bem se lembra quando, outro dia, Sua Excelência fez apologia ao jogador Tevez, enquanto Ronaldinho faz gols pelos campos da Europa. Disse que o PT era comparado ao Tevez ou bem melhor que ele. Se quisesse realmente demonstrar amor ao esporte brasileiro, o Presidente podia, da Inglaterra, garantir que não faltará dinheiro para os Jogos Pan-Americanos de 2007. A burocracia não impediria a construção do estádio olímpico e de todo o complexo de que o Brasil necessita, aí sim, para fabricar milhões

e milhões de Ronaldos. Seria muito mais próprio de um Presidente da República preocupar-se com o esporte como um todo do que fazer apenas um agrado isolado para a platéia assistir. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Na verdade, de futebol, ele não entende nada mesmo, porque Nilmar, do Corinthians, joga bem mais do que Tevez. Essa é uma verdade. Basta assistir aos jogos pela televisão e constatar.

Por outro lado, não é a burocracia que impede a ajuda aos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. É o fato de o Prefeito do Rio de Janeiro ser de um partido adversário do Presidente da República. É basicamente isso. Por isso, a discriminação; por isso, a enrolação; por isso, a aparência de burocracia, tentando esconder o que, na verdade, é má-fé, vontade de dar a entender que o Prefeito do Rio de Janeiro não saberia organizar convenientemente, adequadamente, os Jogos Pan-Americanos.

Senador Tasso Jereissati, concluo dizendo a V. Ex^a que apresentei, em 10.02.2004 requerimento ao Ministro da Agricultura indagando que providências o Governo porventura estaria por adotar a respeito do que, na época, era conhecido como gripe do frango, atualmente popularizada, infelizmente, malsinadamente, como gripe aviária. Em 2004, Senadora Heloísa Helena.

O outro retrato do Governo é o que está no **Diário Oficial** de hoje – o Pregão nº 42, para compra de materiais de mesa e copa –: oito jogos de toalha de mesa: R\$15.700,00; doze jogos de toalha de mesa, outro modelo: R\$33.400,00; duas toalhas de mesa: R\$7.700,00 cada uma, toalhas de mesa caras; vinte toalhas de lavabo: R\$1 mil cada uma – não vai faltar toalha para a “companheirada”, mas não vai mesmo –; e jogos de forro de bandeja: R\$4.900,00. Total: R\$62.700,00, jogados fora. Jogados fora por um Governo que está vendo os gastos públicos aumentaram, em 2005, 10%. Ao longo dos seus três anos de Governo, a média é de 8%. O PIB cresce 2,3%, e os gastos correntes, 8% ao ano. Não há como se pensar em sustentar crescimento desse jeito.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, faço um apelo a V. Ex^a. É claro que vou permitir o aparte, fique tranqüila. Mas há uma série de oradores, cada um vai dispor de vinte minutos, e o tempo do orador já terminou.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Não há problema, Sr. Presidente. Se V. Ex^a entender que não posso apartear, não o farei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço questão de ouvir o seu aparte.

A Sr. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Tentarei fazer um breve aparte a um pronunciamento de alta complexidade como o de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Não se trata de um assunto qualquer. Sei que o Senador Jefferson Péres já tratou do mesmo assunto, o Senador Cristovam tratou das preocupações com relação à gripe aviária...

(Interrupção do som.)

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – O Senador Jefferson Péres tratou da questão do Rio de Janeiro. Sei que pode até parecer, para algumas pessoas, que falar do telefonema para o técnico de futebol ou da carruagem da rainha pode ser uma forma de ridicularizarmos o Presidente. Mas, sei que o pronunciamento de V. Ex^a não trata disso, do mesmo jeito que meu aparte não trata. O problema é que há uma coisa muito, mas muito grave, no Brasil. O Presidente dá telefonema para quem quiser. Mas ser refém desses rituais cínicos, esnobes, daquele negócio que detesto, quando a aristocracia diz que são os novos ricos, aqueles que...

(Interrupção do som.)

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ...nunca comeram mel e quando comem se lambuzam, sinceramente sempre desprezei esse comportamento esnobe, cínico, esse lixo do luxo. Mas não é nem disso que se trata. O pronunciamento que V. Ex^a faz é muito importante e muito grave, porque não é uma coisa simplória o que está acontecendo no Brasil. Do mesmo jeito que, de um lado, choram as mães das crianças que estão sendo assassinadas ou pelo narcotráfico ou pelo aparato policial, de outro, choram as mulheres dos policiais também assassinados pela violência no cumprimento e no exercício de suas tarefas. Sinceramente, não sei como... Aliás, eu não devia mais me surpreender com nada vindo do Lula e dessa gangue partidária chamada PT. Sei que tenho a obrigação de não me surpreender...

(Interrupção do som.)

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ...de não me indignar e de não me entristecer. Sei que tenho a obrigação de fazer isso, porque não vou ficar, pelo

resto da vida, lamentando esse tipo de coisa. Eu sei que eles mudaram de lado, constituíram uma farsa e uma traição de classe. V. Ex^a sabe exatamente o que eu penso do Governo de que V. Ex^a foi Líder, mas a angústia é maior por este Governo, por caracterizar a traição de um projeto e de tudo o que foi acumulado ao longo da história pela esquerda socialista democrática. A violência não é uma coisa simples. Se o Estado brasileiro não adotar uma geração, centenas de outras gerações estarão sendo perdidas. Não é uma coisa qualquer, não é uma coisa simples. Quando a menininha está na rua vendendo o corpo por um prato de comida, quando o menino de seis anos de idade vira olheiro do narcotráfico, quando uma mulher que a vida já abandonou abandona a menininha ou o menininho dela...

(Interrupção do som.)

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Não é uma coisa qualquer. Portanto, não é possível que o pronunciamento de V. Ex^a e de outros Parlamentares sobre a violência não sejam capazes de movimentar o Senado Federal. Sabem todos que eu não mantenho relação corporativa alguma com essa coisa, porque a maioria do Congresso Nacional é refém e anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto, estabelece qualquer promiscuidade, não tem sensibilidade, não tem interesse social, nada, nada. O que o imperador de plantão do Palácio do Planalto manda a Casa faz de forma subserviente e subordinada. Os que se salvam se angustiam ou na tribuna ou em algumas outras atividades perdidas. Mas não é possível que não tenhamos a ousadia, a coragem de salvar uma geração, fazendo com que o Estado adote um menino que nasce hoje. Seja com a família, seja com entidade não-governamental, seja com quem for, é realmente inacreditável que não salvemos uma única geração. Analisemos aquela cena daqueles meninos, daqueles adolescentes fazendo gestos que qualquer adolescente pode fazer, por rebeldia, por repúdio, ou por outro motivo qualquer. A maioria deles já viu os pais serem assassinados. Muitos já foram vítimas do caveirão. Igualmente os filhos do policial ou do profissional do Exército também estão com medo de que aconteça algo com suas famílias. Então, não é possível que este Governo seja tão imoral e indecente que o Presidente da República vá passear na carrocinha ou na carruagem de onde quer que seja e não retorne logo para cá. Ele tinha que estar aqui. Tinha que voltar

ao Brasil imediatamente. Não é uma coisa qualquer que está ocorrendo. É algo muito sério, e ele sequer se dá a autoridade de assumir o cargo para salvarmos ao menos uma geração. Se conseguirmos salvá-la, poderemos salvar este País. A situação é realmente muito grave. Desculpe-me por estender-me no pronunciamento de V. Ex^a. Mas é algo tão grave o que aquela foto sinaliza, assim como o fato de mulheres jogarem suas menininhas na água podre ou na lixeira. Já são mulheres tão abandonadas pela vida, que, como já não têm mais nada, abandonam qualquer um porque já foram tão abandonadas. Um menino de seis anos embaixo de uma caixa, virando olheiro de narcotráfico, e o Presidente da República, passeando, conversando sobre Ronaldinho, Ronaldão ou quem quer que seja! Isso realmente não tem quem agüente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, faça um apelo a V. Ex^a, pois já se passaram dez minutos. Se V. Ex^a me permitir dizer, houve um incidente aqui no plenário hoje entre os Senadores Sibá Machado e Almeida Lima devido ao tempo. Então, se V. Ex^a puder me ajudar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou dar a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Heloísa Helena, acolho com muita honra para o meu discurso o seu aparte comovido e justo.

Sr. Presidente, não precisando sequer do minuto que V. Ex^a me concedeu, encerro exibindo mais uma vez à Casa as duas fotos. A foto das crianças abandonadas deste País, fazendo gestos obscenos para o Exército brasileiro, e a foto da nossa “cinderela política”, com a carruagem prestes a virar abóbora, telefonando, não para saber da segurança pública, mas marqueteiramente, “dudamendonçamente” a Parreira para pedir-lhe proteção ao jogador Ronaldo, do Real Madrid.

Essas duas fotos são o retrato de um Governo, do estado de anomia a que está submetido este País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos na forma do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Exército amplia ocupação e faz bloqueios nas saídas do Rio

O Exército fez bloqueios nas principais estradas de saída do Rio e ampliou para outros municípios a ocupação em busca das armas roubadas de um quartel na semana passada.

Com lancha da PF os militares passaram a patrulhar a baía de Guanabara, e helicópteros sobrevoaram áreas ocupadas.

Duzentos homens ocuparam uma favela na zona oeste e fizeram a primeira explosão de armamentos (explosivos e uma granada). **Págs. C1 e C3**

Lula manda carta de apoio a Ronaldo

Presidente conversa com Parreira e se diz triste com críticas ao atacante

Luiz Inácio Lula da Silva disse, ontem, a Carlos Alberto Parreira, em Londres, por telefone, ter visto Ronaldo ser vaiado num jogo do Real Madrid. "Eu o vi ser vaiado e fiquei muito incomodado", afirmou Lula no telefonema, em conversa presenciada por jornalistas, quando o presidente estava numa exposição no Centro Cultural Barbican, onde visitou a mostra "Tropicália". Ele pediu ainda a Parreira que transmitisse sua solidariedade a Ronaldo, porque, "nos momentos ruins, é que a gente tem de ajudar as pessoas". "Dê um abraço nele, querido", afirmou a Parreira. "Eu acho que ele pode transformar a Copa da Alemanha na Copa dele."

O técnico da seleção brasileira confidenciou que Lula enviou carta de apoio a Ronaldo. O presidente está em visita de Estado na Inglaterra e Parreira foi a Londres para acompanhar Arsenal x Real Madrid, de Ronaldo, pela Copa dos Campeões da Europa. A conversa entre os dois de-

veu-se a um acaso. O treinador ligou para o repórter Marcos Uchoa, da TV Globo, que cobria a visita do presidente brasileiro ao Barbican. Uchoa disse, então, a Parreira que, por acaso, estava com o presidente próximo dele. Lula ouviu a conversa e, em seguida pediu: "Deixa eu falar com ele."

Parreira revelou que Lula afirmou ter mandado, também, uma carta ao presidente da Fifa, Joseph Blatter, pedindo providências para evitar atitudes de racismo no futebol europeu. "O presidente pode ficar tranqüilo quan-

Técnico da seleção elogia petista, mas diz que ainda não sabe em quem votar

to a isso, porque esta é uma preocupação da Fifa", comentou Parreira. Segundo ele, esse assunto é considerado da maior relevância, "porque não se concebe que aconteça isso no mundo atual".

Questionado se o presidente acha que a seleção pode trazer a Copa se não estiver

de salto alto, Parreira disse que, com relação ao salto alto, não está preocupado. "Porque, se vestir salto alto, perde, está fora e não traz o campeonato. Se nós mantivermos a humildade que temos mantido até então, o interesse e o espírito de equipe, com certeza não existe, no mundo, uma equipe tão boa quanto a nossa. Mas isso não é o bastante para a gente ganhar uma Copa. É preciso estar focado, com os pés no chão."

Quando lhe perguntaram se ele se incomodava com os palpites de Lula sobre futebol, Parreira declarou: "O Lula é um aficionado. Ele gosta de futebol. Ele acompanha. Mas, de tática, não entende, não. Ele gosta. Mas torcedor não precisa entender de tática. Tem que gostar, tem de

apoiar. E torcedor brasileiro é assim mesmo: ele gosta de participar. Acho que o presidente tem todo direito (de dar palpite). Ele não é diferente."

Um dos jornalistas lhe perguntou se, assim como Lula fala de futebol, ele gostaria de dar palpite em política. "Ele nunca deu palpite no futebol. Como torcedor, tem todo o direito de se manifestar." Após a insistência de um repórter, Parreira rapida-

mente opinou sobre a situação do País. "O Brasil tem pontos fortes e pontos baixos. Deixou de crescer o que tinha crescido em anos anteriores. Mas, por outro lado, o Brasil tem mantido recordes de exportação. É um trabalho bem feito, e a política econômica tem sido bem conduzida até então."

Parreira pensa em votar em Lula? "Vou resolver com calma, mais à frente", despiçou Parreira, provocando a reação rápida de um jornalista: "Que resposta mal-tucana!" Parreira não perdeu a tranqüilidade e prosseguiu no tema. "Vou resolver com calma. Eu pessoalmente gosto do presidente e acho que ele tem feito um esforço muito grande para projetar o Brasil no exterior, e tem conseguido. Há gente que critica e há gente que apóia e, como técnico da Seleção, ele nunca vai ter unanimidade." ●

Por Tânia Monteiro
ENVIADA ESPECIAL A LONDRES

PREGÃO Nº 41/2006

Objeto: Pregão Eletrônico - Confeção de materiais de mesa e copa.
Total de Itens Licitados: 00005 . **Edital:** 09/03/2006 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 . **Endereço:** Protocolo da Presidência da República situado na Portaria Principal dos Anexos. Praça dos Três Poderes - BRASILIA - DF . **Entrega das Propostas:** a partir de 09/03/2006 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br . **Abertura das Propostas:** 22/03/2006 às 14h30 site www.comprasnet.gov.br . **Informações Gerais:** O valor deste Edital é de R\$ 2,20(dois reais e vinte centavos) a ser recolhido junto ao Banco do Brasil, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser emitida através da internet no site www.stn.fazenda.gov.br, unidade favorecida: 110001, Gestão 0001, Código de Recolhimento: 28875-6, para aqueles que retirarem no Protocolo situado na Portaria Principal dos Anexos ao Palácio do Planalto e gratuito na internet nos sites www.comprasnet.gov.br e www.planalto.gov.br

GUTEMBERG RIBEIRO

Pregoeiro

(SIDECA - 08/03/2006) 110001-00001-2006NE000163

FOLHA DE S. PAULO

VIOLÊNCIA *Alencar e Forças Armadas temem vítimas civis, mas apóiam a operação no Rio; militares querem forçar tráfico a achar armas*

Para governo, ação do Exército é de alto risco

ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

O presidente interino da República e ministro da Defesa, José Alencar, classificou a operação do Exército nas favelas do Rio como de "alto risco", ontem, em conversas reservadas. O grande temor dele e do restante do governo e das próprias Forças Armadas é que haja vítimas civis, principalmente mulheres e crianças.

Apesar do risco, o governo apóia a ação —considerada no Exército uma "guerra de resistência" ou uma "guerra de nervos" com a cúpula do tráfico de drogas no Rio. Ao ameaçar só sair das favelas após reaver as armas roubadas de um quartel, a intenção é pressionar o comando dos traficantes a devolver as armas para se livrar do cerco rapidamente.

Há a suspeita, no Comando do Exército, de que as armas não estejam mais nos morros e até de que não tenham sido roubadas pelo tráfico organizado, mas sim por bandidos comuns. A pressão da Força, portanto, seria para que os próprios chefes do tráfico tratassem de descobrir os autores, recuperassem as armas e encer-

rassem assim a operação militar.

A suspeita de participação de bandidos comuns se baseia em duas avaliações:

1) o tráfico sabia que, ao roubar quartéis, atraía os soldados e abria uma guerra muito mais pesada do que a que está habituado, mesmo numa cidade conflituosa como o Rio de Janeiro;

2) se tivesse sido, de fato, um ato dos traficantes, eles já teriam desistido das armas para se livrar dos soldados e do cerco.

Como parte dessa "guerra de resistência", o Exército fechou as principais portas de entrada das favelas, inclusive a nevrálgica via Dutra, para, como foi descrito à *Folha*, "desidratar as fontes de recursos do tráfico". Ou seja, impedir o trânsito de drogas entre fornecedores, traficantes e usuários.

A idéia é cercar as quadrilhas em dois sentidos: o físico, geográfico, e o financeiro — sem drogas, não há dinheiro. Até que as armas realmente apareçam. Caso contrário, o próprio Exército admite que a situação ficará delicada, pois não teria como justificar uma retirada de mãos abanando. Seria desmoralizante.

A operação no Rio foi de risco, mas não repentina. Na verdade,

vem sendo preparado há meses e apenas esperava um "momento certo", uma justificativa consistente e que atraísse a aprovação e simpatia da sociedade.

Na avaliação do governo federal e das Forças Armadas, a participação do Exército é bem aceita entre os cariocas, mas era preciso vencer resistências em áreas de fora do Estado, especialmente na área acadêmica e entre os chamados "formadores de opinião".

A ousadia dos bandidos, sejam ou não do comando do tráfico mais pesado, de entrar num quartel e roubar armas do Exército foi o estopim que a Força Armada esperava. "Isto é inadmissível", ouviu a *Folha* de mais de um oficial a longo da semana.

A preparação da ação estava incluída, nos cálculos e planos estratégicos, do próprio envio de soldados para o Haiti, onde o Brasil comanda a força de paz da ONU (Organização das Nações Unidas). Entre outros objetivos, está o de "treinamento" para atuar em conflitos envolvendo civis, como é o típico caso do Rio.

Oficiais têm destacado as diferenças entre as favelas do Rio e do Haiti. Enquanto as cariocas são

controladas pelo tráfico, altamente armado e cheio de dinheiro, as haitianas são habitadas por bandidos comuns, geralmente pobres, desarmados ou mal armados, e ate-famintos. No Rio, são organizados. Lá, apenas gangues.

O mais importante no treinamento dos brasileiros no Haiti é a convivência direta entre o soldado armado e os civis e o autocontrole: os soldados no Haiti são treinados o tempo inteiro para não atirarem em civis e evitarem confrontos diretos a todo custo. É o que eles usam agora no Rio.

O grande temor das Forças Armadas, e não só do Exército, é que um tiroteio entre soldados e traficantes possa produzir vítimas inocentes. A ordem é não atirar, a não ser em último caso.

Nesse sentido, a foto publicada num jornal do Rio, ontem, com um rapaz provocando ostensivamente as tropas no telhado de uma casa foi fortemente discutida no "Forte Apache" —como é conhecido o Quartel General do Exército em Brasília. Ao mesmo tempo em que oficiais se mostravam indignados com a provocação, consideravam que era um bom teste para os nervos e o profissionalismo dos soldados.

Arma não está em morro, diz facção

RAPHAEL GOMES

A megaoperação montada pelo Exército no Rio, com o objetivo de sufocar o tráfico de drogas para recuperar os fuzis roubados de um quartel na sexta-feira passada, teria provocado a mobilização de líderes da facção criminosa para que as armas sejam entregues.

Uma pessoa ligada ao Comando Vermelho afirmou ontem a Folha que membros da facção foram os autores do roubo e que seus líderes os estão pressionando a devolver as armas, porque estão tendo a venda de drogas prejudicada. O assalto foi uma tentativa do CV de recuperar armamento — oito fuzis — perdido na frustrada invasão da Rocinha, em fevereiro.

Os dez fuzis e a pistola roubados, segundo relatado à Folha, não estão em um morro, mas em uma favela plana do Rio, em área próxima do quartel do Estabelecimento Central de Transporte, em

São Cristóvão, na zona norte da cidade, de onde foram levadas.

As principais favelas nessa área citada são Manguinhos, Jacarezinho e Barreira do Vasco, todas com a venda de droga dominada pelo CV. Manguinhos e Jacarezinho são duas das oito comunidades ocupadas pelo Exército.

"As armas não estão para aparecer. O pretexto que a ação do Exército está causando [ao tráfico de drogas] na favela para comprar muito mais do que dez fuzis", afirmou a pessoa, que deu entrevista sob condição de anonimato.

A intenção da Força é justamente asfixiar o comércio de drogas na cidade para torcer o tráfico a entregar o armamento.

O roubo da unidade do Exército foi levado a cabo para recuperar oito fuzis — seis apreendidos pela polícia e dois por traficantes rivais — perdidos na tentativa de invasão da Rocinha, versão corroborada por policiais. "No tráfico, fuzil não se perde", disse o infor-

mante ouvido pela Folha.

Segundo ele, o Comando Vermelho, sem dinheiro, teria optado por uma ação de risco para obter as armas, em vez de comprá-las no mercado negro. Cada fuzil tem valor estimado em R\$ 15 mil.

Sem contrabando

Outra consequência da operação do Exército identificada pela pessoa ouvida pela Folha é a interrupção do contrabando de armas e drogas para a capital fluminense devido aos bloqueios e blitzes formados ontem pelo Exército nas estradas de acesso ao Rio.

Parte da operação psicológica do Exército, a distribuição de panfletos pela força-tarefa em toda a cidade está tendo efeito entre os traficantes. Em locais cuja venda de droga é dominada pelo CV, mesmo em áreas ainda não ocupadas, os criminosos demonstram ansiedade e temor de que venham a ser alvo da ação.

"Os bandidos que roubaram as

armas não se preocupam com o bem de sua família. Eles vão usar as armas para aumentar a violência contra você. Denuncie os bandidos e os locais de esconderijo das armas. Ligue para o Disque-Denúncia", diz o texto do panfleto "Denuncie Já".

Se as armas de fato forem devolvidas em breve, será a repetição do que já aconteceu em outras ocasiões de roubos semelhantes em unidades das Forças Armadas. Um desses casos foi em julho de 2004, quando três fuzis foram desviados do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana. Três dias após 70 homens da Polícia do Exército ocuparem o Vidigal, os fuzis foram achados por meio de denúncia anônima.

A força-tarefa montada para recuperar o armamento inclui, além do Exército e da Secretaria de Segurança Pública, os setores de Inteligência da Polícia Federal e da Secretaria de Administração Penitenciária.

VIOLÊNCIA Militares ampliam ocupação com o uso de lancha e helicóptero, além de barreiras nas ruas da cidade; armas continuam sumidas

Sem êxito, Exército agora bloqueia estradas

SERGIO TORRES

DE SÃO PAULO

O Exército ampliou para municípios próximos ao Rio a ação militar em busca das armas roubadas de um quartel na zona norte. Bloqueios foram montados nas principais saídas da cidade. Em lancha emprestada pela Polícia Federal, os militares patrulham a baía de Guanabara. Pela primeira vez, helicópteros com soldados armados sobrevoaram áreas ocupadas. Como ocorre há seis dias, as armas não apareceram.

Embora o aparato tenha se tornado ainda mais visível, o Estado-Maior do CML (Comando Militar do Leste) já começou a discutir ainda que de como reservado, a hipótese de os dez fuzis e a pistola não serem recuperados.

Caso isso ocorra, o mais provável é que as tropas voltem aos quartéis, e o serviço de inteligência do Exército continue a investigar o paradeiro do armamento,

roubado na sexta passada do ECT (Estabelecimento Central de Transporte), em São Cristóvão.

Oficialmente, não há data para o fim da ocupação. O Exército considera a recuperação das armas "um ponto de honra", disse ontem o coronel Fernando Lemos, porta-voz do CML, representação que abrange os Estados do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo.

"Isso" quando o comandante [general Domingos Curado, comandante do CML] achar que não há mais condições, não adianta mais", disse Lemos.

Ontem pela manhã, o Exército ocupou, com 200 homens da Brigada de Infantaria de Paraquedistas, a favela do Metrô (Vila Kennedy, zona oeste), reduto do CV (Comando Vermelho).

Na Metrô, ocorreu a primeira apreensão de armamento em seis dias de ocupação de favelas. O Exército disse ter localizado em uma ruela dois coletes à prova de balas, uma granada e pacotes de

INT. Uma submetralhadora e fuzis afiados em uma casa no morro da Providência. Mas essas armas nada têm a ver com o material levado do quartel.

De manhã, os militares começaram a montar barreiras em pontos estratégicos de saída e chegada ao Rio. Com o auxílio da Polícia Rodoviária Federal, os bloqueios foram instalados em Niterói (15 km), após o pedágio da ponte na rodovia Rio-Santos, na altura de Itaguaí (a 60 km do Rio), na km Petrópolis (BR-040), em Parque de Camas (Baxada Fluminense) e no belvedere da Dutra (Rio-S?), em Pirai (80 km do Rio).

Os dois helicópteros circularam pela manhã. As 8h30, um deles com dois soldados com fuzis e com as pernas para fora do aparelho, passaram ao lado da pista no sentido Rio da ponte Rio-Niterói. A tarde, so um helicóptero foi usado nas zonas norte e oeste.

O patrulhamento da baía de Guanabara ocorreu durante todo

o dia. A lancha da PF, com soldados e oficiais do Exército, circulou por pontos próximos às favelas da Ilha do Governador (zona norte), onde as quadrilhas são consideradas as mais bem armadas do Rio.

O Exército deixou ontem as favelas Vila dos Pinheiros (complexo da Maré) e Parque Alegria (Caju). Segundo o porta-voz do CML, não se confirmaram os indícios de que as armas estariam lá.

Já no complexo do morro do Alemão, as tropas estenderam a ocupação da favela Nova Brasília para a vizinha Parque Alvorada.

Desde 2000, pelo menos 211 armas foram roubadas ou furtadas de quartéis das Forças Armadas no Rio, segundo o Exército, Marinha e Aeronáutica. Parte das armas é simplesmente desviada.

A Aeronáutica foi a que mais teve armas extraviadas: 126. Desde 2000, o Exército perdeu 52 armas (sendo 32 fuzis F-ai, o mesmo modelo dos roubados na sexta-feira). So 12 foram recuperados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro. S. Ex^a dispõe de vinte minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)
– Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– V. Ex^a falará em seguida ao Senador Flexa Ribeiro, por vinte minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, gostaria muito de trazer uma notícia boa sobre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Venho aqui hoje para relatar a ida do Presidente ao Pará em campanha eleitoral, como ele tem feito pelo País afora em busca da reeleição. Há duas semanas, em um comício em Marabá, no sul do Estado, ele disse que se sente decepcionado quando chega em alguns Estados e se depara com governadores usando programas federais para promoção pessoal. Imaginem!

Disse o Presidente em Marabá: “Aqui mesmo no Pará, temos repassado muitos recursos, mas sem que nenhuma citação seja feita de nosso envolvimento no desenvolvimento do Pará, que ano passado recebeu R\$5.547.000.000,00. Só em programas sociais, nós passamos nas transferências voluntárias aos Estados e Municípios R\$288 milhões. Isso apenas em 2004, não estou citando 2005”, disse o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vou repetir, Senador Arthur Virgílio: o Presidente da República foi ao Município de Marabá e disse que o Pará tinha recebido do Governo Federal, Presidente Paulo Paim, R\$5.547.000.000,00.

Em seu discurso, o Presidente Lula anunciou que repassou ao Pará “para aplicações em investimentos diretos do Governo Federal, R\$902 milhões; para o Programa de Transferência de Renda, R\$706 milhões; repasse do FNDE, R\$676 milhões, fora os repasses constitucionais, somente em 2004”.

Lula afirmou que, apesar de todo esse montante de recursos repassados ao Pará pelo Governo Federal, “não vê sequer a logomarca do Governo nas placas espalhadas nos Municípios pelo Governo Estadual”.

Senadora Fátima Cleide, o Presidente não vê a logomarca do Governo Federal nas placas porque

não há recursos federais no Estado do Pará. Esta é a realidade, Presidente Paulo Paim.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ou o Presidente Lula está sendo enganado por sua assessoria, ou falta com a verdade para tentar enganar o povo do Pará no que se refere aos repasses da União ao nosso Estado.

Além de não cumprir as promessas de campanha feitas nos palanques paraenses como, por exemplo, o asfaltamento da rodovia Transamazônica, da rodovia Santarém-Cuiabá e a conclusão das eclusas do rio Tocantins, no Município de Tucuruí, entre elas, o Presidente Lula vem penalizando o povo do Estado do Pará de forma grotesca. Só que quando ele penaliza o Estado do Pará, Senadora Lúcia Vânia, ele penaliza todos os paraenses, inclusive aqueles que votaram nele, praticamente metade do eleitorado do nosso Estado.

As transferências voluntárias da União para o Estado do Pará, em 2004 e 2005, não chegaram sequer ao patamar dos repasses feitos em 2002, último ano da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E aí os números estão à disposição para que sejam desmentidos. E isso, apesar da inflação acumulada no Governo Lula e do crescimento na arrecadação de impostos, pois nunca a carga tributária no Brasil esteve tão elevada quanto agora.

O Governador do meu Estado, Simão Jatente, disse que gostaria que fosse verdade a informação do Presidente Lula. Aliás, não é só o Governador Simão Jatene não, eu próprio e todos os paraenses, os quase sete milhões de habitantes do nosso Estado gostaríamos muito que o Presidente Lula colocasse R\$5 bilhões, R\$7 bilhões, R\$10 bilhões no Estado do Pará. Faça isso, porque isso é atender as necessidades dos brasileiros que lá vivem.

Como eu disse, nós todos gostaríamos que fosse verdade a informação do Presidente Lula de que o Governo investiu 5,5 bilhões de reais no Pará. Disse o Governador Jatene: “Se o Presidente Lula disse isso, é preciso dizer também onde esse dinheiro está sendo investido”. Os bilhões citados pelo Presidente Lula durante a sua visita a Marabá equivalem a quase todo o orçamento do Estado para este ano de 2006. Com 5,5 bilhões de reais, Senador Sibá Machado, daria para construir 100 hospitais metropolitanos iguais ao que o Governo vai inaugurar no Município de Ananindeua. São 100 hospitais! Não há como esconder obras desse tipo. Se procurarmos com uma lanterna uma obra federal no Estado do Pará, corremos o risco de não encontrá-la. Daria também para asfaltar várias vezes rodovias que o Senador Sibá Machado conhece, a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá, além de concluir várias eclusas da Hidroelétrica de Tucuruí.

O mais estranho, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, é constatar que o Presidente Lula diz ter repassado 5,5 bilhões para o meu Estado, o Pará, mas foi a Marabá participar da inauguração de uma obra, um campus universitário, que custou um pouco mais de 1,5 milhão de reais, recursos, Presidente Paulo Paim, bancados pela Companhia Vale do Rio Doce.

Quer dizer, o Presidente Lula vai ao Pará, diz que investiu 5,5 bilhões de reais em recursos federais no Estado e, em vez de ir inaugurar uma das obras construídas com esse investimento, ele vai visitar – não foi nem inaugurar porque a obra ainda não está concluída – a ampliação de um campus da Universidade Federal do Pará, e as obras dessa parte que ele visitou foram bancadas com recursos da Companhia Vale do Rio Doce. Nem recursos federais havia na obra que o Presidente visitou, na sua campanha eleitoral, no Estado do Pará.

Será que o Presidente Lula não encontrou uma única obra de importância no Pará, bancada pelo seu Governo, em que tenha investido pelo menos parte desses propalados 5,5 bilhões de reais? Se esse dinheiro já foi liberado, por que essas obras, como as eclusas e as rodovias, fundamentais o nosso Estado não foram feitas, como prometeu o Presidente Lula em campanha?

Mais do que palavras, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante que a sociedade paraense possa ver que não existem obras do Governo Federal com a dimensão de R\$5,5 bilhões. Aí é importante que toda população do Estado do Pará, que nos assiste e nos ouve pela TV Senado, tenha conhecimento, saiba que a verdade é a que está sendo dita pelo Governador Simão Jatene, de que esses recursos lamentavelmente não foram investidos no Estado do Pará. Gostaria muito que fossem porque estaria resolvida grande parte das dificuldades de nosso Estado em infra-estrutura, para que se acelerasse o desenvolvimento que vem se dando há dez anos que possibilitou triplicar o PIB do Pará: em 1994, era da ordem de R\$10 bilhões e, no final do ano passado, R\$ 31 bilhões. Isso foi feito com investimentos, seguramente, do Governo do Estado dentro de um projeto de construção do novo Pará.

Os fatos são mais fortes e, por isso, as informações do Presidente Lula não correspondem lamentavelmente à verdade. A realidade é outra porque, a cada mês, a redução das transferências da União ao Tesouro do Estado do Pará fica maior. Em janeiro deste ano, a União deixou de transferir ao Pará, por conta da compensação das exportações, cujo ICMS o Estado deixou de arrecadar, R\$28 milhões; e a previsão para fevereiro, segundo avalia o Governador Simão Jatene, é que essa perda vai dobrar de valor.

Senador José Jorge, V. Ex^a acompanha a luta que todos os Parlamentares enfrentam pela aprovação do Orçamento de 2006, ainda em discussão na Comissão Mista de Orçamento. Hoje, Senador, foi lido o parecer do Relator-Geral, e não se abriu à discussão, porque lamentavelmente ainda não se chegou a um acordo para que os Estados exportadores sejam compensados da perda de receita do ICMS desses produtos.

O Governo Federal colocou no Orçamento o valor zero, ou seja, nada para a compensação desse Estado. Fez mais. Não colocou, Senador José Jorge, recursos destinados a pagar o salário mínimo de R\$350,00; estimou para R\$321,00. Na proposta do Governo encaminhada ao Congresso, o salário mínimo é de R\$321,00. Ele diz que acertou com as centrais sindicais de pagar R\$350,00, o que consideramos ainda pouco. Mas, no Orçamento do Executivo, só há previsão para R\$321,00. Quem tem que ir buscar os recursos? A Comissão, o Relator-Geral, o Presidente e os Relatores setoriais que têm que buscar, com cortes, com reavaliação estimativa, reavaliação de receita para compensar o pagamento do funcionalismo federal e outros pontos que deveriam ter vindo do Executivo no encaminhamento do projeto, mas que devem ser atendidos aqui pelas comissões.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a teve um embate valoroso na Comissão de Orçamento quando o Governo Federal retirou os recursos do Peti para atender às necessidades das crianças, para retirá-las do trabalho infantil, dizendo que alocaria esses recursos no Bolsa-Família. Mas V. Ex^a, conhecedora do assunto, debateu na Comissão que o Bolsa-Família não atende ao Programa do Peti.

Esses são assuntos que deveriam estar sendo discutidos pelo Presidente, Senador Paulo Paim, e não o que foi colocado aqui pelo Senador Arthur Virgílio, segundo o qual Sua Excelência está preocupado se Ronaldo, o fenômeno, vai jogar, se está sendo discriminado ou não. Essa não deveria ser, nesse momento, a preocupação do Presidente, e sim os problemas por que passa a Nação brasileira.

Para encerrar, espero que, no entendimento com os Governadores e o Ministro da Fazenda, na segunda-feira, possamos chegar a um acordo com relação à Lei Kandir, para que esse Orçamento seja efetivamente aprovado já na semana que vem.

Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro, gostaria de cumprimentá-lo pelo seu discurso e testemunhar o valor do seu trabalho na Comissão de Orçamento, pelos seus conhecimentos na área econômica e, acima de tudo, pela sua sensibilidade na área social. V. Ex^a tem sido incansável na

busca de recursos para cobrir os recursos da Lei Kandir, o ressarcimento para os Estados exportadores – e o Estado de V. Ex^a é um grande exportador que acaba perdendo muito com a isenção do ICMS. V. Ex^a tem sido incansável, defendendo o seu Estado e o Brasil. Quero aqui reafirmar as suas palavras, quando diz da dificuldade que estamos encontrando no Orçamento porque o Governo manda os projetos, faz um *marketing* incrível – imaginamos que ele vai redescobrir o Brasil a cada momento, a cada dia –; no entanto, quando conhecemos a proposta de lei orçamentária com o que nos deparamos? Com projetos que são divulgados e lançados, mas cujos recursos não são alocados na proposta encaminhada pelo Executivo. Passa a Comissão de Orçamento a buscar ansiosamente esses recursos, como V. Ex^a disse aqui com relação ao salário mínimo, que chegou lá com um valor de R\$321,00, e nós tivemos a oportunidade de elevá-lo para R\$350,00 com o exame da receita, buscando recursos. Fizemos a mesma coisa com o reajuste da tabela do Imposto de Renda, cuja provisão de recursos também não foi feita. Idem com o Fundeb, também sem um centavo, embora a proposta que está sendo discutida aqui diga que o Governo vai investir, neste primeiro ano, R\$2 milhões. Para surpresa nossa, o Relator-Geral coloca, no seu relatório, o valor de R\$500 mil para ampliar um projeto que foi sucesso e que é motivo de preocupação de todos nós. Portanto, quero dizer da alegria de ver V. Ex^a ocupando esta tribuna, defendendo os interesses do seu Estado, e quero testemunhar ao povo do Pará sua dedicação, sua determinação e, acima de tudo, sua aplicação aos trabalhos parlamentares. Parabéns.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, porque a Nação brasileira tem conhecimento, por meio dos meios de divulgação do Congresso, da TV e da Rádio Senado e da TV e da Rádio Câmara, da realidade entre o discurso e a prática.

Como V. Ex^a colocou, o Governo Federal, o Executivo, o Presidente Lula encaminha ao Congresso o salário mínimo de R\$321,00, e depois diz que é de R\$350,00. Contudo, quem tem que arrumar os recursos é o Congresso Nacional, que precisa fazer a aprovação do projeto, agregando recursos aos R\$350,00 para o salário mínimo e outros pontos.

A SRA. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – O mais incrível, Senador Flexa Ribeiro, é que o próprio Governo diz que nós estamos aqui inventando receita.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É. Inventando receita porque veio alguém da realidade, para que eles fizessem as manobras que foram realizadas em 2005. Ao final do ano, com o contingenciamento

elevado, fizeram empenhos da ordem de R\$10 bilhões, no último dia, praticamente, do exercício daqueles recursos, que estavam além da necessidade do contingenciamento levado a efeito no ano passado.

Então, Senadora Lúcia Vânia, é importante que a Nação brasileira tome conhecimento desses fatos, do trabalho do Congresso Nacional, para que possam se tornar realidade os discursos que são feitos e não são colocados em prática nas propostas governamentais.

Encerrando, Sr. Presidente, para não abusar da generosidade de V. Ex^a, quero só repetir, mais uma vez, aqui da tribuna: “Presidente Lula, por favor, invista os R\$5,5 bilhões que Vossa Excelência disse em Marabá, Estado do Pará, há duas semanas. Faça isso, porque são obras de infra-estrutura que serão realizadas e virão em benefício da população paraense e brasileira, que ficará devendo esse grande benefício a Vossa Excelência, se esses cinco bilhões de reais – reais a moeda e reais de fato – forem aplicados em obras e serviços para a nossa população. Mostre essas obras, para que possamos realmente saber que Vossa Excelência está dizendo a verdade para a população brasileira”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador José Jorge, como Líder da Minoria, por vinte minutos, com a tolerância de mais dois.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando o Senado Federal instalou a CPI dos Bingos e esta começou a se aprofundar no exame do submundo do jogo no Brasil, constatou-se que a rede de influência dos bingueiros era muito maior do que até então imaginávamos.

Ao começar a ouvir depoimentos envolvendo prefeitas administradas pelo PT, em especial no Estado de São Paulo, o Governo reagiu, dizendo que a Comissão estava perdendo o foco e que não chegaria a nada, tendo até ameaçado questionar o funcionamento da CPI no Supremo Tribunal Federal. Chegaram até a apelidar a CPI de “CPI do Fim do Mundo”.

A CPI dos Bingos, na audiência que realizou ontem, confirmou o acerto da linha de investigação que vem empreendendo e que poderá redundar no fim do mundo da corrupção petista. O depoimento do motorista Francisco Chagas da Costa, homem simples mas que exibiu segurança nas suas palavras, desmontou a defesa que o Ministro Antonio Palocci apresentou em seu testemunho e confirmou, de vez, o envolvimento do Ministério da Fazenda com bingueiros.

Na sua participação na CPI, ao ser perguntado pelo Relator se já havia estado na casa do Lago Sul, a “central de *lobby*” da República de Ribeirão, o Ministro Antonio Palocci declarou que: “Não, nenhuma vez”.

O motorista Francisco, na sua sinceridade, foi explícito. “[Palocci] foi lá, ia lá. Mas não em festa. Durante o dia, mas sem festa. Não sei o que ia fazer. Foi poucas vezes... umas três vezes mais ou menos. Eu o vi entrando na casa”.

Ao tentarem abalar a sua credibilidade por não ter feito tal revelação à Polícia Federal, o motorista declarou que nada disse porque não havia sido perguntado, o que coloca em cheque a efetividade do inquérito pela Polícia Federal e reforça o papel da CPI do Senado.

O motorista declarou, ainda, que Palocci, nas vezes em que foi à casa, foi transportado não em carro oficial do Ministério da Fazenda, mas num Peugeot prata pertencente a Ralf Barquete.

Outra mentira desfeita ontem foi o envolvimento do Governo no esquema de jogos, aí envolvendo os bingos e a renovação do contrato da Gtech. O motorista Francisco Costa revelou nos depoimentos que levou dois notórios empregados de jogos de Angola para encontro no Ministério da Fazenda. Esses empresários, segundo denúncia de Buratti, teriam doado um milhão de reais para a campanha do Presidente Lula em 2002.

Outra declaração comprometedora para o esquema de Ribeirão Preto foi sobre dois telefones celulares adquiridos em nome do motorista e para os quais ele serviu de “laranja”. Esses telefones, segundo a CPI, eram utilizados pelos membros do esquema e registraram mais de duzentas ligações do Sr. Ademirson para estes aparelhos. O Sr. Ademirson, se alguém aqui ainda não sabe, é o Secretário particular do Ministro Palocci, que carrega o telefone dele.

Uma particularidade embaraçosa revelada pelo motorista é o tratamento com que os amigos do Ministro Palocci o distinguiam. Em vez de tratá-lo por Ministro, um título muito mais respeitoso, preferiam chamá-lo de “chefão”. Essa versão, como bem lembrou o Senador Antero, era a forma de tratamento registrada na gravação dos telefonemas entre os membros do esquema, realizada pelo Governo Federal.

Acho que a contundência do depoimento do motorista explica a preocupação do Governo com o depoimento dele. Segundo registra o jornal **Correio Braziliense**, na terça-feira, assessores do Ministro entraram em contato com membros da CPI pedindo que desistissem de ouvi-lo, usando um argumento prosaico: “Francisco ia contar muitas mentiras”.

O Senador Tião Viana, ao final do depoimento, desmentiu a preocupação do Ministro da Fazenda. Se-

gundo a imprensa registrou, o nosso colega petista teria declarado que o motorista “Francisco deu a impressão de que não estava aqui para fazer o mal”.

Mas, não bastasse a firmeza do motorista, o depoimento de funcionários da Prefeitura de Ribeirão Preto, dois deles em reunião reservada por recomendação médica – e, portanto, não secreta –, confirmou a existência do esquema de corrupção na Prefeitura do PT.

A ex-chefe da Seção de Obras Gerais da Prefeitura de Ribeirão Preto, Marilene do Nascimento Falsarella, confirmou que adulterava planilhas de medição de serviços, gerando um superfaturamento para a empresa de lixo Leão&Leão. O esquema criminoso seria de R\$400 mil por mês, no período de 2001 a 2004, exatamente o da administração petista, primeiro do Ministro Palocci e, depois, do seu substituto. A funcionária pública concursada reconheceu que alterava as planilhas por determinação do Chefe da Divisão do Departamento de Limpeza Urbana, Dr. Mauro Pereira, que o fazia por determinação da diretora Isabel Bordini. Segundo Marilene, “o Mauro sempre contava que não concordava com o valor a maior, que não estava certo, mas era obrigado a fazer aquilo”.

O esquema funcionava no serviço de varrição. Havia um contrato de varrição. Os fiscais da Prefeitura de Ribeirão Preto preenchiam um formulário com aquilo que efetivamente tinha sido varrido. A empresa Leão&Leão preenchia outra, com R\$400 mil a mais por mês. A SRA. Isabel Bordini, que era a diretora-presidente do órgão, mandava pagar não o que a Prefeitura preenchia, mas aquilo que a Leão&Leão preenchia. Toda a documentação – não só o testemunha dos funcionários – está nas mãos da polícia.

Os dois outros servidores ouvidos em reunião reservada confirmaram integralmente as informações da SRA. Marilene e disseram que também foram contrangidos a concordar com o esquema.

Quem, antes da instalação da CPI, sabia dos esquemas criminosos envolvendo jogos de azar e um partido político? Se a Polícia Federal não consegue ir a fundo na atuação criminosa de autoridades, como na omissão da pergunta ao motorista, nada melhor do que um instrumento poderoso de investigação como a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos deu, ontem, uma declaração contrária à prorrogação da CPI, exatamente quando a CPI está chegando aos “finalmentes” nas investigações, tanto no caso da Gtech quanto no caso de Ribeirão Preto e da morte do Prefeito Celso Daniel.

Hoje, na CPI dos Bingos – não sei se já terminou –, estão ouvindo o Delegado de Polícia de Ribeiro Preto

que está comandando o inquérito que investiga a transferência de recursos com base nas denúncias do Sr. Buratti. Essas denúncias foram desmentidas, o próprio Ministro as desmentiu, mas, com as investigações entrando na documentação, já se verifica que havia uma transferência a mais de R\$400 mil para a Leão & Leão. Essa empresa, por sua vez, recebia notas fiscais de empresas menores e fantasmas, trocava em dinheiro e pagava de propina, dos quais R\$50 mil iam para a Prefeitura de Ribeirão Preto. O Delegado da Polícia de São Paulo acabou de declarar, na Comissão, que as provas de que dispõe no inquérito já lhe permitem indiciar o Ministro Antonio Palocci, como ex-Prefeito de Ribeirão Preto, seu sucessor e alguns funcionários por formação de quadrilha e peculato.

Portanto, Senador Mão Santa, pela primeira vez no Brasil vamos ter um Ministro da Fazenda, em pleno exercício do cargo, respondendo, no caso do Supremo Tribunal Federal, a um inquérito por formação de quadrilha e peculato.

É realmente um caso inédito. Estamos vendo que essa é a nova cultura política do Brasil. Antigamente, quando havia uma suspeita maior ou um indiciamento sobre um detentor de mandato, ou do Poder Executivo, ou do Poder Legislativo, a pessoa renunciava ao cargo e ia se defender daquela afirmativa na planície, como alguém normal. Agora, neste Governo, todas as acusações são feitas e ninguém sai do seu canto. Fica todo mundo lá, como se nada tivesse acontecido. Então, essa é uma inovação deste Governo, algo que o Brasil aprendeu agora, no Governo do PT.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, 9 de março de 2006! Rui Barbosa – Senador, patrono desta Casa, jurista, jornalista, profeta – eternizou-se por muitas coisas, mas agora ele é profeta. Disse Rui: “De tanto ver triunfarem as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da honra, a ter vergonha de ser honesto e de ser patriota.”

Hoje, com o depoimento do delegado lá, indiciando o homem que devia tomar conta das riquezas e da chave do cofre do Brasil, chegou este dia: vamos ter vergonha de ser honesto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço o aparte de V. Ex^a.

As investigações sobre a participação dessa turma de Ribeirão Preto que veio para Brasília deixam o Ministro Palocci numa posição muito desconfortável para ser o condutor da política econômica brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Muito obrigada. Talvez nem precise usar tanto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um registro nesta tribuna de um fato lamentável que está ocorrendo, neste momento, no meu Estado, que é o bloqueio da BR-364, mais uma vez, desta feita bloqueada por várias etnias indígenas que reivindicam melhorias e atenções na área de saúde, principalmente.

Eu gostaria de informar à população do Estado de Rondônia que nos assiste, principalmente à população da região central do Estado, de Pimenta Bueno e de Cacoal, que já mantivemos contato com o Ministro Márcio Thomaz Bastos e com o Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, e que estamos buscando contato com o Ministro da Saúde. Um funcionário da Funai já está se deslocando da capital, Porto Velho, para Riozinho, distrito residencial indígena, a fim de conversar com os índios que neste momento bloqueiam a estrada. Esperamos que as soluções venham o mais rápido possível e que realmente representem melhoria na qualidade de vida daqueles povos.

Sr. Presidente, como ontem não pude me manifestar a respeito do dia 8 de março e hoje, pela manhã, em face de vários compromissos, não pude fazê-lo, gostaria, neste momento, não apenas de homenagear as mulheres brasileiras, mas também de ressaltar, dentre tantos temas e riqueza de acontecimentos que marcam as diversas programações deste Dia Internacional da Mulher, o nosso especial aplauso à recente medida do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de incentivo à formalização do trabalho doméstico, tema que foi objeto de pronunciamento de diversos parlamentares.

A medida anunciada ontem pela Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, permitirá ao contribuinte que tiver Imposto de Renda a pagar deduzir o valor recolhido à Previdência Social, ou seja, 12% sobre o salário pago. Este é o percentual pago pelo empregador que assina a car-

teira de trabalho do trabalhador ou da trabalhadora doméstica.

O abatimento no Imposto de Renda incidirá sobre um salário mínimo e valerá apenas para um trabalhador ou trabalhadora doméstica.

A decisão do Governo Lula tem o claro objetivo, Sr^{as} e Srs. Senadores, de estimular o registro em carteira de cerca de mais de um milhão de trabalhadores domésticos que ganham um salário mínimo ou um pouco mais e estão ainda na informalidade. Por isso, é digna esta medida do nosso apreço.

Na prática, com o desconto equivalente ao pago à Previdência, o Governo está estimulando as pessoas que têm trabalhador ou trabalhadora doméstica sem registro a legalizarem sua situação, podendo, já em 2007, deduzir parte do gasto na Declaração de Ajuste Anual.

Senhoras e senhores, na véspera do Dia Internacional da Mulher, este assunto ganhou variados espaços na mídia. O jornal **Folha de S.Paulo** o trouxe em manchete principal, com o título “Gasto com INSS de doméstica poderá ser abatido do Imposto de Renda”. “Incentivo à contratação de domésticas”, diz o **Correio Braziliense**. O **Globo** minimiza os efeitos da decisão: “Benefício no Imposto de Renda com doméstica será pouco”.

Como se trata de novidade, nascem nas páginas de jornais algumas desconfianças, observações e avaliações de “especialistas” sem rosto e nome, mas também, felizmente, análises identificadas com opiniões claras para o debate público, o que considero democrático e saudável.

Sobretudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com toda a justiça e clareza, creditar ao Governo do Presidente Lula o inegável esforço na promoção de políticas públicas dirigidas para redução de desigualdades de gênero e raça, secularmente enraizadas na sociedade brasileira, é algo que se faz necessário. E entendo que a medida ora anunciada caminha nessa direção. Ao pretender que mais de um milhão de trabalhadores domésticos passem para a condição formal de trabalho, está-se promovendo, sim, inclusão social; trabalha-se, sim, pela redução das desigualdades.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque e, logo em seguida, ao Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora Fátima Cleide, felicito V. Ex^a por trazer este assunto, que tem merecido pouca atenção aqui no Senado.

Considero que, sem dúvida alguma, é um avanço do Governo Lula essa preocupação, mas aproveito para fazer uma reflexão. Mesmo com esse avanço que o Presidente está promovendo, ainda é triste que o País tenha seis milhões de pessoas submetidas ao trabalho doméstico, em vez de estarem no trabalho que a economia produz, não por culpa do Presidente Lula – que no momento está dando esse avanço –, mas por culpa da história brasileira e de uma aristocracia que julga que não pode viver se não tiver empregadas e empregados domésticos, sendo que, dos seis milhões, apenas 1,5 milhão tem carteira assinada. Torço para que esse processo do Presidente Lula consiga levar os seis milhões à regularização, mas espero que um dia não precisemos mais ter necessidade desse resquício dos tempos do Império. Sobretudo, penso que deveríamos ter leis que regulassem não apenas do ponto de vista profissional, mas do ponto de vista do tratamento. Em alguns casos, quartos de empregadas e empregados domésticos neste País têm condições piores do que as senzalas dos escravos. O Brasil é um dos poucos lugares do mundo que tem na escola de arquitetura o conceito de quarto doméstico – quarto de empregada doméstica. Não existe mais isso no resto do mundo! Mesmo assim, é de tamanho minúsculo para se colocar uma cama. É tão pequeno que, se for uma empregada ou empregado nordestino, que gosta de dormir em rede, não consegue, porque a rede fica impossível de ser dormida, tão pequeno é o espaço entre uma parede e outra. Felicito o Governo, sim, por estar fazendo isso, mas gostaria de ver um avanço maior e que neste Brasil pudéssemos ter todos com emprego formal nos setores produtivos da economia.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com certeza, Senador Cristovam. É um sonho de todos nós superar essa fase em que o trabalho doméstico nos traz a lembrança da escravidão. E creio que, com essa medida, o Presidente Lula realmente dá um passo significativo para a superação desse fator de escravidão que, infelizmente, ainda reina em muitos lares da aristocracia brasileira, como diz V. Ex^a.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Fátima Cleide, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento, inclusive pela abertura da sua fala. V. Ex^a me dizia, minutos atrás, que talvez não usasse todo o tempo, porque viajaria com urgência para seu Estado, devido à situação dos povos indígenas daquela

região, de Riozinho, se não me engano, em relação a uma questão de saúde. V. Ex^a, como Senadora daquele Estado, estaria indo para lá de imediato, acompanhada inclusive – pelas informações que recebi – de assessores do Ministério da Saúde. Por essa primeira parte, já fica aqui o nosso cumprimento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Ainda não temos certeza se irá alguém do Ministério da Saúde. Alguém da Funai já está se deslocando para lá.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, mais uma vez, a V. Ex^a. A segunda questão trata da regulamentação de dedução no Imposto de Renda referente ao trabalho das empregadas domésticas. Quando Deputado ainda, Senadora Fátima Cleide, apresentei projeto nesse sentido; a Senadora Benedita da Silva apresentou inúmeros projetos nesse sentido e sei que outros Parlamentares assim também o fizeram. Foram apresentados, mas infelizmente não avançaram. Avalio, portanto, que essa regulamentação vem em boa hora, próximo ao Dia Internacional da Mulher, porque, sem sombra de dúvida, dos empregados domésticos quase 90% são mulheres...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – E, na maioria, negras.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E a maioria é negra ainda. Dá-se, portanto, oportunidade para que aqueles que estão no mercado informal possam ter a carteira de trabalho assinada – e V. Ex^a lembra que deve ultrapassar um milhão de pessoas. Claro que gostaríamos que os mais de seis ou sete milhões que estão no mercado informal tivessem a carteira assinada. Eu diria que todos aqueles que apresentaram projeto nesse sentido estão contemplados, porque estamos caminhando para a regulamentação definitiva do trabalhador da área doméstica. Cumprimento V. Ex^a por trazer esse tema ao debate. Aproveito a presença do Senador Mão Santa e adianto que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou hoje, de forma terminativa, o relatório do Senador Mão Santa em projeto de nossa autoria para garantir o fim do fator previdenciário. Foi bom porque todos votaram, Parlamentares da Base do Governo e também da Oposição. A aprovação foi por unanimidade, e a matéria vai para debate à Câmara dos Deputados. Com esses dois projetos, eu diria que principalmente a mulher é beneficiada, porque o fator previdenciário reduzia em 35% o valor da aposentadoria. Fiz este aparte para cumprimentar V. Ex^a pelo brilhantismo do seu pronunciamento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Quero também parabenizá-lo, assim como o Senador Mão Santa, pela aprovação do projeto.

Ouçó, com prazer, o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Obrigado, nobre Senadora Fátima Cleide. Cumprimento V. Ex^a pela relevância dos temas que aborda neste momento, assuntos do nosso Estado, como o fechamento da BR pelas etnias Cinta-Larga e Suruí, com reivindicações justas. Muitas vezes, o poder público demora muito para chegar nas bases, principalmente nas aldeias indígenas. Eles há muito tempo reclamam esses auxílios, principalmente na área de saúde. Há também a questão do garimpo dos diamantes na reserva dos Cinta-Larga, uma riqueza imensurável sem uma ordenação por parte do Governo Federal. Estive por algumas vezes com o Ministro da Justiça pedindo providências para que o Governo Federal ordenasse essa questão do garimpo. Há sempre um conflito com garimpeiros entrando nas terras. A Polícia Federal gasta uma verba altíssima para poder manter a ordem naquela região, com base em Pimenta Buen, Espigão do Oeste e Porto Velho, e é um assunto quase sem solução. Isso vai desesperando aquelas etnias indígenas. Além disso, há a questão da saúde. A Funasa, neste momento, está deixando a desejar. Talvez seja falta de orçamento – sabemos que há sempre um problema financeiro por trás disso – a demora do atendimento na assistência à saúde nas aldeias indígenas. Então, quero colocar-me à disposição, juntamente com V. Ex^a, para ajudar a resolver essa questão. O cacique Almir Suruí tem nos telefonado – ligou para mim, para a Deputada Marinha e tenho certeza de que para V. Ex^a e para outros Parlamentares também – para que os ajudemos a resolver esse problema tão sério que é o de Rondônia, para que a nossa BR seja liberada. Aproveito também o ensejo para falar sobre os buracos na BR. V. Ex^a tem andado na estrada, assim como eu, e sabe que já começa novamente, nesse período de chuvas em Rondônia, a ser esburacada a BR. Cobrei ontem do Diretor-Geral do Dnit – aproveitando esse fechamento da BR por outros motivos – providências acerca da situação dos buracos da BR-364, que têm causado vítimas quase que diariamente. Temos ajudado o Governo, o DNIT, o Ministério dos Transportes, mas, queremos essa contrapartida. Abusando um pouco no tempo deste aparte, quero também fazer coro ao pronunciamento de V. Ex^a quanto à passagem do Dia Internacional da Mu-

lher. Não tive oportunidade, anteriormente, de externar nossas homenagens. Quero homenagear as mulheres rondonienses, as mulheres brasileiras, assim como V. Ex^a, que têm galgado posições importantes na vida pública e privada da nossa Nação. Encerro parabenizando V. Ex^a pelos temas abordados neste momento, inclusive a questão das empregadas domésticas. Esse é um tema importantíssimo. O Governo Lula deu um salto nessa área, e quero parabenizá-lo de coração. É uma classe sofrida a das empregadas domésticas. Penso que elas tiveram, mesmo tardiamente, um reconhecimento pelos relevantes serviços prestados, principalmente àquelas pessoas que não podem, às vezes, trabalhar em casa e precisam de um empregado ou de uma empregada doméstica para auxiliá-los. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Valdir Raupp. Fico muito feliz porque sei que V. Ex^a também está nessa luta para resolver os problemas que nós enfrentamos no Estado.

Quero dizer também que esse estímulo do Governo Lula à formalização do trabalho doméstico é uma entre as várias outras medidas que surgirão no bojo da Campanha Nacional pela Formalização e Valorização do Trabalho Doméstico, que foi lançada, ontem, pela nossa Ministra Nilcéa Freire, nos Municípios de Nova Iguaçu e Niterói, no Rio de Janeiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o foco nas questões de gênero e raça neste Governo começou com a firme e sábia determinação do nosso Presidente de dar **status** de Ministério às Secretarias Especiais de Políticas Públicas para as Mulheres e à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. É um fato que não podemos, Senador Paulo Paim, deixar de registrar.

Um trabalho diligente está em curso na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. A sua atuação é dinâmica, passando pela criação ou reativação de casas-abrigo, centros de referência da mulher, instalação de novas delegacias e, principalmente, a execução do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, numa incessante interlocução com parceiros de governo e com as instâncias municipais e estaduais.

Quero aqui ler, apenas para ilustrar, um trecho da publicação **O Progresso das Mulheres no Brasil**, recém-saída do forno de estudo do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem, que engloba oito temas, dentre eles o crescimento profissional.

As mulheres brasileiras estão cada vez mais qualificadas, têm mais tempo de estudo

que os homens, começam a ingressar em profissões consideradas de prestígio e a ocupar postos de comando, ainda que lentamente...

Nos últimos anos, elas também vêm sendo beneficiadas por um conjunto de normas legais e ações governamentais que tentam promover a igualdade de gênero no trabalho. No entanto, as trabalhadoras ganham salários inferiores aos dos homens e em quase todas as ocupações têm sido devastadoramente afetadas pelo desemprego, são maioria no mercado informal, nas ocupações precárias e sem remuneração. Além disso, recai sobre elas grande parte das tarefas domésticas. Por isso, do ponto de vista das políticas públicas, um dos maiores desafios dos novos tempos no Brasil é promover justamente a conciliação entre família e trabalho.

Um passo para essa conciliação é a urgente e necessária aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, que amplia os investimentos para além do ensino fundamental, contemplando também o ensino infantil e médio, ou seja, a educação básica como um todo.

Com isso, os filhos e as filhas de milhares de trabalhadoras terão acesso a creches e à educação infantil. Não falamos aqui, Senador Paulo Paim, de qualquer creche ou de qualquer educação infantil. Queremos creches de qualidade, educação infantil de qualidade. Enfim, queremos educação pública de qualidade. Para isso, é urgente a aprovação do Fundeb. Se ele não faz a revolução necessária e urgente que precisamos, dá passos significativos para se atingir a revolução com que tanto sonhamos.

A inclusão das creches no Fundeb foi resultado da luta das mulheres e dos trabalhadores em educação, a partir da mobilização de suas entidades. É bom que façamos este registro aqui.

Sr. Presidente, para finalizar meu pronunciamento, peço para que ele seja dado como lido na íntegra, uma vez que considero de fundamental importância reafirmar a necessidade de esta Casa responder ao anseio das mulheres trabalhadoras deste País de ter um espaço educacional de qualidade para deixar os seus filhos.

Portanto, não temos mais razão para postergar a aprovação do Fundeb nesta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE.

Senhor presidente,

Senhoras e senhores parlamentares,

Dentre tantos temas e riqueza de acontecimentos que marcam as diversas programações deste Dia Internacional da Mulher, merece registro e nosso especial aplauso a recente medida do Presidente Lula de incentivo à formalização do trabalho doméstico.

Anunciada pela ministra Nilcea Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, a medida permitirá ao contribuinte que tiver imposto de renda a pagar, deduzir o valor que é recolhido à Previdência Social, ou seja, 12%.

Este é o percentual pago pelo empregador que assina a carteira do trabalhador ou trabalhadora doméstica.

O abatimento no Imposto de Renda deve incidir sobre um salário mínimo e vale apenas para um

trabalhador ou trabalhadora doméstica, caso o contribuinte tenha mais de uma pessoa trabalhando em casa.

A decisão do governo Lula tem claro objetivo: estimular o registro em carteira de cerca de 1, 1 milhão de trabalhadores domésticos que ganham um salário mínimo ou mais e estão na informalidade. Por isso, é digna de nosso apreço.

Na prática, com o desconto equivalente ao pago à Previdência, o governo está estimulando as pessoas que têm trabalhador ou trabalhadora doméstica sem registro a legalizarem a situação, podendo, já em 2007, deduzir parte do gasto na declaração anual de ajuste.

Senhoras e Senhores Senadores.

Na véspera do Dia Internacional da Mulher, o assunto

ganhou variados espaços na mídia. O jornal “Folha de São Paulo” o trouxe em manchete principal, com o título “Gasto com INSS de doméstica poderá ser abatido do IR”. “Incentivo à contratação de domésticas”, diz o Correio Braziliense. O Globo minimiza os efeitos da decisão: “Benefício no IR com doméstica será pouco”.

E, como se trata de novidade, nascem nas páginas dos jornais algumas desconfianças, observações e avaliações de “especialistas” sem rosto e nome, mas também, felizmente, análises identificadas, com opinião às claras, para o debate público, o que considero democrático e saudável.

Mas sobretudo é preciso, Senhores e Senhoras Senadoras, com toda justiça e clareza creditar ao governo do Presidente Lula o inegável esforço na promoção de políticas públicas dirigidas para a redução das desigualdades de gênero e raça,

secularmente enraizadas na sociedade brasileira.

E entendo que a medida ora anunciada caminha nesta direção. Ao se pretender que mais de 1 milhão de trabalhadores domésticos passem para a condição formal de trabalho, está se promovendo inclusão social, trabalha-se pela redução das desigualdades.

Existem hoje 6 milhões e 472 mil trabalhadores domésticos no País, dos quais a totalidade quase absoluta, 6 milhões e 40 mil, são mulheres, mais de 4 milhões delas sem carteira assinada! E 59% do total são negras.

Anônimas, sacrificadas pelos cuidados dispensados aos lares de classe média, a sua própria casa e família, em muitos casos única força de trabalho e renda, são estas mulheres que o nosso governo homenageia neste Dia Internacional da Mulher.

O estímulo à formalização do trabalho doméstico é uma dentre outras medidas que surgirão no bojo da Campanha Nacional pela Formalização e Valorização do Trabalho Doméstico, a ser lançada neste dia 8 de março pela ministra Nilcea Freire, em Nova Iguaçu e Niterói, no Rio de Janeiro.

Senhoras e Senhores Senadores.

O foco nas questões de gênero e raça começou quando nosso Presidente sabiamente criou a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Um trabalho diligente está em curso na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Sua atuação é dinâmica, passando pela criação ou reativação de casas abrigo, centros de referência da mulher, instalação de novas delegacias e execução do Plano

Nacional de Políticas para Mulheres, numa incessante interlocução com parceiros de governo e com as instâncias municipais e estaduais.

Tudo, Senhoras e Senhores Senadores, com o objetivo central de se promover a redução das desigualdades de gênero, tema evocado neste Plenário a cada edição das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Nesta data, quando o Senado mais uma vez promove sessão solene para celebrar as mulheres do Brasil, muitos, por certo, estão a dizer: lá vem de novo essa mulherada com a ladainha da desigualdade de gênero!

Digo sim, continuemos com a ladainha! A desigualdade de gênero infelizmente existe, é cultural, e as mudanças havidas resultam da luta e determinação das mulheres!

Bravas mulheres, iguais a estas companheiras de luz, que dão brilho a este plenário, com sua história de vida e dignidade. Merecedoras, não há dúvida, do Diploma Mulher- Cidadã Bertha Lutz.

A luta continua. Porque há um tema candente, em tudo diferente da inspiração para a criação do 8 de março, lá trás, quando operárias americanas morreram carbonizadas, num incêndio criminoso, trancadas na fábrica porque em greve queriam a redução da pesada jornada de trabalho.

Falo, Senhoras e Senhores, da enorme e crescente responsabilidade das mulheres nestes novos tempos de Brasil, saltando aos olhos de qualquer pessoa sensível uma persistente desigualdade, apesar dos vários avanços.

Apenas para ilustrar, leio trecho da publicação “O Progresso das Mulheres no Brasil”, recém-saída do

forno de estudos do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher(Unifem), e que engloba oito temas, dentre eles o crescimento profissional:

“As mulheres brasileiras estão cada vez mais qualificadas, têm mais tempo de estudo que os homens, começam a ingressar em profissões consideradas de prestígio e a ocupar postos de comando, ainda que lentamente. ..

Nos últimos anos, elas também vêm sendo beneficiadas por um conjunto de normas legais e ações governamentais que tentam promover a igualdade de gênero no trabalho..

No entanto, as trabalhadoras ganham salários inferiores aos dos homens em quase todas as ocupações, têm sido devastadoramente afetadas pelo desemprego, são maioria no mercado informal, nas ocupações precárias e sem remuneração. Além disso,

recai sobre elas grande parte das tarefas domésticas.

Por isso, do ponto de vista das políticas públicas, um dos maiores desafios dos novos tempos no Brasil é promover a conciliação entre família e trabalho”.

Um passo para essa conciliação é a urgente e necessária aprovação do FUNDEB, que amplia os investimentos para além do ensino fundamental, contemplando também o infantil e o médio, ou seja, a educação básica como um todo.

Com isso, os filhos e filhas de milhares de mulheres trabalhadoras terão acesso às creches e à educação infantil. A inclusão das creches no FUNDEB foi resultado da luta das mulheres e dos trabalhadores em educação, a partir da mobilização de suas entidades.

É isto, Senhoras e Senhores Senadores.

Conquistamos o direito ao voto, a pílula nos concedeu a livre sexualidade e saímos de nossos casulos em busca de um lugar ao sol no mercado de trabalho, para dar eco a nossa satisfação pessoal e profissional.

Mas hoje, nestes novos tempos, estamos sobrecarregadas, mais desiguais em muitos aspectos.

Somos hoje uma força produtiva que soma 36,5 milhões de mulheres, o que mostra, em relação a 1992, uma intensidade e constância do aumento da participação feminina na População Economicamente Ativa. Naquele ano, éramos 28 milhões.

Mais além da ampliação do espaço para a mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, um perfil novo surge das estatísticas, conforme a publicação “O Progresso das Mulheres no Brasil”.

Os dados mostram que a faixa etária entre 40 e 49 anos tem crescido no mercado de trabalho, superando a faixa etária anterior, de 30 a 39 anos, que dominava mais de 70% da força de trabalho feminina.

Este novo perfil – mais velhas, casadas e mães – evidencia uma identidade feminina voltada tanto para o trabalho quanto para a família, daí nossa preocupação com a crescente carga de responsabilidades.

Vamos superar estes conflitos da emancipação almejada? Vamos superar o atraso cultural, que assoberba, agride e oprime milhares de trabalhadoras? Vamos superar a pobreza que torna ainda mais desiguais a negra, a índia, a cabocla, a sertaneja?

investimentos para além do ensino fundamental, contemplando também o infantil e o médio, ou seja, a educação básica como um todo.

Com isso, os filhos e filhas de milhares de mulheres trabalhadoras terão acesso às creches e à educação infantil. A inclusão das creches no FUNDEB foi resultado da luta das mulheres e dos trabalhadores em educação, a partir da mobilização de suas entidades.

Tomara que sim. Sei o que é preciso para isso: continuar a luta. Com solidariedade, compromisso, persistência, coragem e ação.

Qualidades inquestionavelmente presentes na trajetória de vida das mulheres- cidadãs pelo Senado homenageadas, as quais saúdo com muito carinho:

A jovem e pioneira pagé Yawanawa Raimunda Putani, do Acre; a dirigente camponesa Elizabeth Teixeira, da Paraíba, uma guerreira do direito à terra e justiça no campo; Geraldina Pereira, do Pará; Jupyra Ghedini, do Distrito Federal e a advogada Rosmary Correa, de São Paulo.

Qualidades também indissociáveis da saudosa irmã Dorothy Stang. Como todas as mulheres corajosas, inabalável em sua fé por um mundo melhor, inabalável em sua coerência, retidão e clamor por justiça.

Alma nobre, registra Juvêncio Leite, cidadão de Pirapozinho – São Paulo, que em contato conosco pede a lembrança nesta solenidade da doce e marcante personagem de Anapu, no Pará, defensora dos humildes trabalhadores rurais e do meio ambiente.

É oportuno, meu caro Juvêncio, registrar a informação, publicada no dia 6 agora, de que Amair da Cunha, o Tato, acusado de atuar como intermediário no assassinato da irmã Dorothy Stang, será agora julgado em Belém, e não mais em Pacajá.

Cidade vizinha a Anapu, Pacajá é área de influência dos supostos mandantes do crime e não oferece infraestrutura para o julgamento.

Consideramos o desaforamento do júri, solicitado pelo Ministério Público, uma vitória, com especial significado neste Dia Internacional da Mulher.

A luta continua. Parabéns a todas as homenageadas nesta solenidade especial. Que seu exemplo de vida inspire as bravas mulheres brasileiras na superação das iniquidades e das diferenças.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendida de acordo com o Regimento.

Convidamos, consultando a lista de oradores, a usar da palavra o Senador Efraim Moraes, do PFL da Paraíba.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, quero cumprimentar V. Exª, que preside esta sessão, bem como os demais Senadores e Senadoras, e dizer que brilhante é o governo cujo discurso reflete-se, sem qualquer refração, na prática cotidiana dos atos administrativos. Isso se chama compromisso. Mais ainda: isso é honestidade. Infelizmente, compromisso e honestidade são palavras ausentes do dicionário dos petistas. São palavras que passam ao largo do “estilo PT” de administrar o Brasil.

Ainda nos idos da campanha, o então candidato Lula prometia aos servidores públicos remuneração justa, além de condições de trabalho decentes. Passados três anos desde que o candidato tornou-se Presidente, resta a lembrança do último reajuste geral, injusto e indecente: 0,01%. Uma inequívoca demonstração de que, em matéria de relacionamento com os servidores públicos, a tônica deste Governo é a das negociações tortuosas e a dos acordos descumpridos.

Mais um exemplo, Sr. Presidente, do desrespeito com que o Governo trata os servidores públicos é o alijamento dos Auditores Fiscais do Trabalho da carreira de Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil, cujo projeto de criação, o Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, já aprovado pela Câmara dos Deputados, agora tramita no Senado Federal, Senador Paulo Paim, sob o título de Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006. Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma discriminação inaceitável que traz em seu bojo um enorme retrocesso para o sistema de fiscalização e arrecadação do Estado brasileiro.

A Lei nº 10.593, de 2002, criou as carreiras de Auditoria Fiscal, agregando, num mesmo sistema jurídico, a auditoria da Receita Federal, a da Previdência Social e a do Trabalho. A aprovação desse diploma legal foi uma demonstração inequívoca do desejo da sociedade de criar um sistema de fiscalização forte e integrado, capaz de obter eficácia muito maior do que a verificada até então.

Desde que a lei entrou em vigor, a unificação das atividades de Auditoria Fiscal caminhou a passos largos. Uma maior comunicação entre os respectivos bancos de dados foi estabelecida e as ações integra-

das de combate às irregularidades foram intensificadas. Faltava apenas a decisão formal do Governo para a unificação das três carreiras, decisão que, infelizmente, não foi tomada e que, por isso, não consta do PLC nº 20, que tramita nesta Casa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para corrigir tamanha distorção, o Senador do meu Partido, o PFL, por Goiás, Demóstenes Torres, apresentou, na Comissão de Assuntos Econômicos, emenda que inclui o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho entre os cargos integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil. Assim, os atuais Auditores Fiscais da Receita, da Previdência e do Trabalho se tornariam Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Senadora Heloísa Helena.

Gostaria de manifestar, neste momento, meu total apoio à emenda do Senador Demóstenes Torres, que vem ao encontro do pedido que me formulou o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Sinait, na pessoa de sua Presidente, A SRA. Rosa Maria Campos Jorge. Venho, de público, encampar esse pedido, pois ele é reflexo do desejo da sociedade de ter uma auditoria forte e atuante, uma auditoria implacável em fazer cumprir as leis e em garantir que os recursos devidos ingressem nos cofres públicos.

Argumentos não faltam para a inclusão dos Auditores do Trabalho na carreira de Auditoria da Super-Receita. O Auditor Fiscal do Trabalho é quem exige do empregador a formalização na relação de emprego, e é essa formalização que gera o recolhimento previdenciário e a arrecadação do Imposto de Renda do empregado, obrigações tributárias fiscalizadas, respectivamente, pelos Auditores Fiscais da Previdência Social e da Receita. Não há melhor evidência, Sr. Presidente, para demonstrar a profunda ligação entre as três carreiras.

Segundo dados oficiais do Sinait, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, dos 3,2 milhões de empregos formais criados nos 35 primeiros meses do Governo Lula – muito longe, Senador Mão Santa, dos 10 milhões prometidos, apenas 30%, no palanque pelo Presidente para se eleger Presidente da República –, cerca de 1,7 milhão empregos se deveram à ação de fiscalização dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Além do forte impacto social da geração de empregos com carteira assinada, há ainda que lembrar os reflexos gerados na arrecadação da Previdência Social e do FGTS, bem como nas receitas tributárias da União, dos Estados e dos Municípios.

A complementaridade fica evidente quando consideramos que o combate à informalidade no mercado de trabalho acarreta sensível redução da sonegação fiscal. Do mesmo modo, a fiscalização das normas de

segurança e de saúde reduz sobremodo os acidentes e proporciona aos cofres públicos economia significativa de recurso, por meio da diminuição dos gastos previdenciários e das despesas com saúde.

Existem inúmeros outros argumentos que justificam a integração das três carreiras da auditoria. Entretanto, um exemplo prático me parece definitivo.

Numa ação de fiscalização conjunta, realizada em 2002 no setor de telecomunicações do Estado do Senador Paulo Paim, o Rio Grande do Sul, foram constatados pagamentos “por fora” que resultaram em débitos previdenciários e do FGTS da ordem de R\$40 milhões. Somam-se a isso os impactos positivos na arrecadação do Imposto de Renda dos trabalhadores integrados ao mercado formal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma prova cabal dos enormes benefícios da ação integrada das auditorias, benefícios que serão muito maiores se a integração se der de fato e de direito no âmbito da criação da Super-Receita. Ademais, tal integração não acarretará ônus ao Orçamento federal, pois os vencimentos das três carreiras se encontram equiparados desde 1989.

Senador Paulo Paim, com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Efraim Morais, faço um aparte para cumprimentá-lo. V. Ex^a faz uma análise positiva da iniciativa, mas, ao mesmo tempo, aponta caminhos. Estamos aqui para isso, para ajustar, para melhorar. Por isso, todos nós Senadores e Deputados fizemos também emendas à proposta da chamada Super-Receita, à integração de fiscais e de auditores. Quero comungar com V. Ex^a das preocupações e dos ajustes, mas, ao mesmo tempo, concordar que é importante a aprovação desse projeto. Quero dar um exemplo típico a V. Ex^a. Por que aqueles que não pagam a Previdência não são penalizados da mesma forma que aqueles que sonégam Imposto de Renda? É muito mais fácil aquele que sonega Imposto de Renda ir para a cadeia do que alguém que não paga a Previdência. Com essa integração, teremos a mesma firmeza, a mesma rigidez na fiscalização, que vai ser facilitada, inclusive, porque será feita por um único órgão. Por isso, o aparte é mais para cumprimentar V. Ex^a, que concorda com a iniciativa da criação da assim chamada Super-Receita e que, ao mesmo tempo, apresenta emendas propondo ajustes ao projeto. Nós também encaminhamos emendas ao Relator. Como sempre, cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço, Senador Paulo Paim. É evidente que V. Ex^a tem razão. Nesta Casa, há um trabalho dos Parlamentares, das

Sr^{as} e dos Srs. Senadores, para o aperfeiçoamento desta emenda. Sem dúvida, quando se trata de funcionário público, V. Ex^a tem sido vigilante. Esse tem sido um dos pontos fortes da sua atuação parlamentar não apenas nesta Casa, mas em toda a sua carreira política. Eu tive a honra e o prazer de chegar ao Congresso Nacional, tanto a esta Casa quanto à Câmara dos Deputados, ao seu lado, sempre acompanhando e – por que não dizer – torcendo pelas suas vitórias, pelas suas lutas e, acima de tudo, pela sua dedicação aos seus irmãos gaúchos e ao povo brasileiro.

Parabenizo V. Ex^a pela brilhante atuação, seja como homem de Oposição, seja como homem de Governo. V. Ex^a tem tido a mesma medida, o mesmo termômetro, a mesma temperatura e os mesmos objetivos: servir ao Estado de V. Ex^a e ao Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim, eu posso dizer que sobram motivos para que este Senado honre sua função de Casa revisora e aprove a emenda do Senador Demóstenes Torres, do PFL de Goiás. Não se trata de uma concessão casuística aos Auditores Fiscais do Trabalho. Trata-se, isto sim, de assegurar a prevalência do interesse público por uma Auditoria única e forte, que coíba os desvios legais e que assegure ao Estado brasileiro e principalmente a seu povo os recursos a que fazem jus.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 18h30min. De acordo com o Regimento, a sessão deveria ser encerrada agora. Contudo, prorrogo a sessão por mais 40 minutos, a fim de que todos os inscritos possam fazer uso da palavra.

Constam da lista de lideranças a Senadora Heloísa Helena e o Senador José Agripino. Os demais inscritos são os Senadores Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim, Cristovam Buarque e eu próprio. Portanto, solicito a capacidade sintética de cada um.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje pela manhã, assisti a uma audiência pública, seguramente uma das mais importantes de que já participei nesta Casa.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a me ouviu naquela oportunidade, e vou repetir as mesmas palavras que disse na abertura de minha modesta intervenção ao Ministro Paulo Renato, ao Governador João Alves e ao ex-Secretário Albérico Mascarenhas, da Bahia. Tratamos do Fundeb, assunto da maior importância

para a educação no Brasil, e que é um segmento do Fundef.

Foi um belo gesto o de V. Ex^a, à época militante do PT, Governador do Distrito Federal, adversário do Governo Fernando Henrique Cardoso, adversário do Ministro Paulo Renato, que teve a dignidade, teve a civilidade de elogiar publicamente a iniciativa e dizer que era boa, mesmo sendo adversário político do Governo. Foi uma boa iniciativa porque normatizou recursos para o ensino fundamental. Garantiu que 15% dos recursos dos Estados e Municípios fossem carreados para a educação, de acordo com o número de alunos no ensino fundamental, nas escolas estaduais e municipais. E o resultado ficou evidente pela exposição feita pelo Ministro Paulo Renato: a melhoria no número de matrículas, a qualidade do ensino, que devagarzinho está progredindo.

Entramos na questão Fundeb, que tem o apoio do meu partido. Assim como V. Ex^a, que à época militava nos quadros do PT, teve a dignidade de, em nome de uma boa idéia, manifestar o seu apoio, teve a dignidade de se curvar, o meu partido, o PFL, manifesta-se claramente. O Relator da matéria é o Senador José Jorge, ex-Secretário de Educação, homem do ramo. O PFL apóia decididamente a iniciativa que pretende estender do ensino fundamental para o ensino médio os recursos nos mesmos critérios, recursos que serão acrescentados de 15% para 20% das receitas estaduais e municipais, com um aporte que tem início com R\$2 bilhões por ano e chega a mais de R\$4 bilhões cinco anos depois, aporte de recursos complementares por parte da União, que neste momento contribui em muito pouco para o Fundef, com uma quantia absolutamente ridícula.

O Fundeb, como foi aprovado na Câmara dos Deputados, trazia a proposta do Poder Executivo que era a de aumentar de 15% para 20% o aporte de recursos do Orçamento dos Municípios e do Orçamento dos Estados para que o Fundeb pudesse ser o sucedâneo do Fundef, ampliando o apoio do ensino fundamental para o ensino médio e mais as creches, que não estavam incluídas na proposta original. Creches que significam um universo bastante expressivo e oneroso. Creches que, por si só, justificam a discussão, porque é meritória a inclusão do custo delas, já que se trata de uma ação social benemérita.

Mas não fizemos o que o Governo queria: que aprovássemos a toque de caixa o Fundeb na convocação extraordinária de janeiro. Teríamos cometido um desatino, Senadora Heloísa Helena, Senador Cristovam Buarque, Senador Garibaldi e Senador Paulo Paim, se tivéssemos aprovado o projeto que veio da Câmara dos Deputados, porque, atualmente, o valor

é de R\$630,00 por aluno, com os recursos do Fundef, muito aquém do que V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, preconiza – R\$2.300,00 – como número razoável para que se possa dar à escola uma boa condição de funcionamento, e para que se possa dar ao aluno a condição de receber uma boa aula. Muito longe dos R\$2.300,00.

Muito bem. O que foi dito hoje, Presidente Mão Santa, pelo Secretário Albérico Mascarenhas, homem da melhor competência, do melhor nível de competência, é que, pelos cálculos feitos, o universo cresce 105%. Que não cresça isso, que cresça 100%, que cresça 90% o universo dos alunos incluídos do Fundef para o Fundeb, do ensino fundamental para o ensino médio mais creches. Cresce 105%. E o volume dos recursos, de 15% para 20%, crescem 33%. Já imaginou, Senador Cristovam, se tivéssemos aprovado a proposta? E os dois milhõezinhos do Governo Federal ficam imutáveis durante muito tempo.

Já imaginou, se tivéssemos aprovado a toque de caixa, como o Governo queria, a maldade que teríamos feito com a educação do Brasil? Se o universo da clientela aumentou 105%, para que o valor **per capita** continuasse de R\$630,00, teríamos que aumentar a receita do programa em 105%. Se o universo dos atendidos cresce 105% e a receita 33%, seguramente se terá que deprimir o valor **per capita** de R\$630,00 para R\$500,00 ou R\$400,00, e será acabado o Fundef a troco de ampliar o programa para o ensino médio e para a atuação das creches. Deterioraríamos a qualidade do ensino a partir de uma idéia nova, que seria uma idéia no mínimo demagógica, mal pensada e incompetente.

Ainda bem – ainda bem – que as audiências públicas estão acontecendo. Hoje, foi realizada uma; na próxima terça-feira, haverá outra, por solicitação de Senadores do PT, Sibá Machado e Serys Slhessarenko. Foram eles que solicitaram, e não acusem o PFL de procrastinar a aprovação do Fundeb. Foram Senadores do PT que solicitaram novas audiências para a próxima terça-feira, a fim de que o debate prossiga. Prossiga para quê? Para que haja aperfeiçoamento, para que possamos produzir uma peça legislativa correta. Nós não estamos brincando; estamos falando da coisa mais importante para um país: educação.

Por isso, Senador Paulo Paim, eu disse que hoje participei de uma audiência das mais importantes, pela qualidade dos depoimentos e por tratar de um assunto que é a educação.

Nós não vamos chegar a Coréia nenhuma, a Cingapura nenhuma, a Filipinas nenhuma, a Estados Unidos nenhuns, ou a Alemanha nenhuma, se não

melhorarmos o padrão de educação no Brasil. Não vamos chegar a canto nenhum.

O próximo Presidente da República tem que fazer o que o Senador Cristovam quis fazer, e foi maltratado pelo Presidente da República, em quem ele votou. S. Ex^a queria mais dinheiro. Agora, não quer dinheiro, mas quer – S. Ex^a vai dizer no aparte, e quero ouvi-lo – melhores condições de funcionamento das escolas, quer qualificação do professor, quer computador na escola, quer melhoria do padrão físico da escola, quer uma série de coisas e quer mais dinheiro para remunerar convenientemente o professor. Dinheiro é um dos pré-requisitos, não é o pré-requisito.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Cristovam Buarque, que me pede um aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador José Agripino, é com muito prazer que discuto este assunto com V. Ex^a, porque vi o seu interesse. Estou totalmente de acordo com V. Ex^a. Aliás, acrescento: não é só Cingapura e Coréia, mas é também Argentina, Uruguai, Chile, México que não vamos alcançar mais. Quando eu sugiro R\$2.300,00 ao ano por criança é para chegarmos a ter um horário integral em todas as escolas brasileiras. Estamos um pouco longe, mas não podemos ficar só no que está sendo proposto. O Fundeb é um avanço tal como a Lei dos Sexagenários, que era muito pouco diante dos que queriam a abolição da escravatura naquela época. Ou pior, é como querer fazer a lei dos septuagenários, e se brigarmos mais um pouco, poderemos chegar aos sexagenários. Mas há propostas ali que podem ser muito graves. Por exemplo, ao misturar os três níveis de educação – a pré-escola, o ensino médio e o ensino fundamental –, corremos o risco de o dinheiro ir todo para o ensino médio. Aquelas criancinhas de que a Senadora Heloísa Helena tanto fala, antes mesmo da pré-escola, não se mobilizam, seus pais não se mobilizam. Os meninos do ensino médio, felizmente, já se mobilizam, seus pais já têm mais influência. Os governadores estão ansiosos para colocar mais dinheiro na educação do ensino médio, o que é bom. Mas, de repente, vão tirar do ensino fundamental, o que é uma tragédia, Presidente Mão Santa, porque um bom ensino fundamental faz um ensino médio bom. Contudo, um bom ensino médio não faz um ensino fundamental bom. Esse é o ponto. Além de ser muito pouco dinheiro. E o Governo ainda quer vender isso com uma grande propaganda salvadora da Pátria. O meu medo é que, daqui a 10 anos, venhamos a descobrir que o salto foi pequenino, como foi o Fundef, não estou contra. Mas o Fundef foi no século passado, em um governo chamado neoliberal. Agora, é um governo que vem do Partido dos Trabalhadores, com compromissos muito fortes

com a educação que estão sendo traídos. Por isso, apesar de toda a pressão dos movimentos ligados à educação para que aprovemos depressa o Fundeb, não podemos fazer isso porque será um desserviço para a educação. A pressa só serve para comer cru, disse uma vez o Presidente em relação a mim quando eu queria resolver a alfabetização em quatro anos. Chegou a hora de dizermos a ele que, ao se comer apressadamente, pode-se comer cru. Não vale a pena apressar a aprovação de um projeto insuficiente, que vai servir mais de propaganda do que de mudança na educação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque por esse substantivo aparte. V. Ex^a, ex-ministro da Educação, ex-governador e criador do Programa Bolsa-Família, ninguém lhe tira isso, Governador Cristovam. Ninguém lhe tira isso. V. Ex^a é ex-Reitor de universidade e tem autoridade profissional para falar de educação, o que me faz lembrar aquele dado muito preocupante exposto pelo Ministro Paulo Renato, com o qual V. Ex^a concorda e citou de relance, aquelas estatísticas. A concessão do Fundef é feita mediante matrícula que se angaria. E podem ser matriculadas, no ensino fundamental, pessoas dentro ou fora da faixa, que entram fora da faixa de idade no ensino fundamental e dão estatística para obtenção de recursos.

Na hora em que o Fundeb se instala e se instala o financiamento para o ensino médio, as pessoas fora de faixa do ensino fundamental podem migrar para o ensino médio, diminuindo a estatística do ensino fundamental e diminuindo a quantidade de recursos do ensino fundamental. E, como está posto, não há nenhum instrumento de reparo a esse defeito da lei; defeito como o defeito maior é ter aumentado o contingente de beneficiados com um pouquinho só de aumento de receita, inclusive com a participação modestíssima de quem quer ser o dono da idéia, que é o Governo do Presidente Lula, como V. Ex^a muito bem expõe.

Ainda bem que temos, no Senado, cabeças como as do Senador José Jorge e a de V. Ex^a, e pessoas lúcidas, como o Senador Arthur Virgílio que aqui está e que também é uma pessoa que tem uma grande contribuição a dar, para que o debate aconteça e, a partir dele, se aperfeiçoe o texto, porque estamos tratando de nitroglicerina pura, chamada educação. Nós não podemos retroceder. Como estávamos caminhando, como o Governo queria caminhar, nós íamos, com certeza, aprovar um mau projeto. Graças a Deus, demos um freio de arrumação. O meu Partido vai se empenhar no limite máximo para que essa matéria seja aprovada, mas seja aprovada com competência.

Ouçõ, com muito prazer, o honroso aparte da Senadora Heloísa Helena, que hoje está de parabéns pelo fato de estar com um ramallete de rosas vermelhas e amarelas, que lhe foi presenteado, certamente como homenagem pessoal, a que me associo, pelo Dia Internacional da Mulher. E quero aproveitar para render daqui a minha mais sentida e afetuosa homenagem à mulher brasileira na figura da minha queridíssima colega, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa Helena (PSOL – AL) – Obrigada, querido! Muito obrigada pela delicadeza.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – AM) – Um minuto em homenagem às flores e à Senadora. Se pudéssemos, seriam quinze minutos, que é o número do meu Partido, o PMDB. V. Ex^a já saltou o treze, e está na hora de encerrar.

A SRA. Heloísa Helena (PSOL – AL) – É porque tem os quinze e os quinze. Dos quinze que querem dar a rasteira e liquidar o próprio quinze, Deus me livre! Agradeço a delicadeza de sempre de V. Ex^a, Senador José Agripino, e compartilhar do aparte de vários Senadores ao pronunciamento de V. Ex^a. É muito importante que se reponha a verdade. Não apenas Jesus Cristo dizia da importância da verdade, mas também o velho Trotsky dizia que a verdade é revolucionária. Então repor a verdade é algo muito bom, porque não entra no cinismo, na vigarice e na dissimulação do mundo da política; falar a verdade é muito bom, muito importante porque é educativo. É essencial que deixemos claro à população brasileira, às mães, aos pais, aos trabalhadores da educação que o problema não é nosso em relação ao Fundeb. Criou-se um verdadeiro império do descaramento terrorista em nos responsabilizar pela ausência do Fundeb. Mas é importante deixar claro que o Governo teve mais de 3 anos para viabilizar o Fundeb e não o fez. Aliás, cada vez que o Senador Cristovam, então Ministro, se referia ao assunto, diziam que era um sonhador, que fantasiava. Qualquer um de nós, a Senadora Patrícia ou eu, em relação à educação infantil, tentávamos de alguma forma viabilizar alternativas concretas do aparelho de Estado, formava-se aqui uma verdadeira montanha de obstáculos para impedir a aprovação dos projetos. Eu dizia isso do Fundef, criado no Governo Fernando Henrique. Fico danada porque eu dizia isso do Fundef e, infelizmente, vejo a medíocre reprodução no Governo Lula. O Fundeb não é uma alternativa do Governo Federal. Não é dinheiro do Governo Federal. Nós temos que dizer isso porque a mentira é deseducativa e safada. Não é dinheiro do Governo Federal, que entra hoje com 1,1% para quatro dos Estados brasileiros, inclusive o meu, é verdade. Mas quem mantém o Fundo da Educação Básica são todos os outros Estados. Ou

seja, os 15% ou 10%, os recursos de quatro impostos da cesta básica que aumentarão para seis agora. Portanto, quem dá o dinheiro para o Fundo da Educação Básica são os Estados e Municípios brasileiros. O dinheiro é retirado do Fundo de Participação dos Estados. Temos que dizer isso, porque é muito feio fazer demagogia com dinheiro alheio. Por último, quem dá é a sociedade, porque contribui com o imposto do qual é retirado um percentual para o Fundeb. É importante dizer que, mesmo com a aprovação da PEC, ainda é preciso regulamentar. Educação infantil, tanto creche como pré-escola, ensino fundamental, médio, de jovens e adultos e profissionalizante, ainda estamos brigando entre nós para ver qual o percentual, a fatiazinha que caberá para cada uma dessas áreas, do mesmo jeito que as alterações que estamos tentando fazer são para melhorar o salário educação não apenas para os professores, mas também para outros trabalhadores da educação. É para impedir que seja retirado dinheiro da educação da desvinculação da receita da União, dinheiro da educação para compor o superávit e encher a pança dos banqueiros, do capital financeiro. Então, é só para dizer isso. Para nós, não há problema. Para todos nós que aqui estamos, é muito importante dizer isso, não há problema. Trabalhamos sexta, sábado, domingo, de manhã, de tarde e de noite para agilizar. Agora, pelo amor de Deus, não nos coloque a responsabilidade de que somos nós que não queremos aprovar o Fundeb. E não tenhamos o direito de mentir porque a mentira é tão horrorosa porque é deseducativa. Não é nenhum falso moralismo, moralismo farisaico contra a mentira não, mas é porque ela é deseducativa. Ela impede que as pessoas entendam. E ao conhecer o seu mundo, a complexidade dos detalhes técnicos ela possa ser preparada inclusive para exigir do Poder Público, municipal, estadual ou federal, o que é o seu legítimo direito. Então é muito feio, desqualificado politicamente, beira o banditismo eleitoral, utilizar-se de uma proposta como essa para manipular, ludibriar mentes e corações tão sofridos espalhados pelo Brasil. Uma coisa é a vanguarda quando fala. Quem entende e está falando e repetindo a cantilena mentirosa é porque é parte da mentira, mas a maioria das pessoas, não. A maioria das pessoas acham que não vão conseguir colocar em prática, ficam atemorizadas, aterrorizadas como se isso fosse não fosse colocá-las na fila de madrugada, no sol, na chuva, ou pedindo para algum mais novo da família colocar uma pedrinha na fila para ela conseguir a vaga ao sol e à chuva. Então é bom o pronunciamento de V. Ex^a, do Senador Cristovam Buarque, e de todos os Senadores que fazem apartes só para recolocar a verdade, a verdade que Jesus Cristo já dizia como maravilhosa, que o velho

Trotsky já dizia como revolucionária, a verdade que é educativa. Aqui, todos vão votar favoráveis, não vão? Todos nós vamos votar favoráveis até porque é menos dinheiro para o Governo Federal dar para os banqueiros amigos deles. Os banqueiros que ganham, os banqueiros que estão tendo o maior lucro da história da América Latina no Governo Lula, os banqueiros que conseguem financiar o PT mais do que financiavam o PSDB, o que por si só já é uma aberração. É só para isso. Todos nós vamos votar favoravelmente, todos nós vamos agilizar. O próprio Senador José Jorge propôs – e todos nós acatamos – que façamos as nossas emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Aprovadas ou não, elas vêm direto para o plenário; não precisa voltar para a comissão. Deixo claro que defenderei com unhas e dentes se algum Parlamentar quiser fazer valer o Regimento, porque defendo o Regimento. No meu caso, apresentarei na comissão; derrotada ou aprovada, ela virá automaticamente para o plenário para que tenhamos todo o direito de discutir tudo. Nesse debate da educação básica do Brasil, só não vale a mentira, o banditismo eleitoral e a vigarice política. Fora isso, cabe todo tipo de debate, complexidade técnica, condições objetivas de trabalho, alterações curriculares, propostas para regulamentação, cabe tudo, só não cabe a mentira. Agradeço e saúdo o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena V. Ex^a falou muita coisa, mas deixou de falar algo importante. Essa matéria passou sete meses na Câmara e queriam que ela fosse aprovada, Senador Cristovam, em um mês aqui no Senado, e para piorá-la.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – E ficou dois anos nas gavetas da Casa Civil porque o projeto inicial foi entregue em 2003. Por que essa pressa toda agora, depois de se terem feito mudanças?

Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento, porque nós sabemos que em 2003 foi entregue na Casa Civil para o Fundeb, que previa 4,5 milhões...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Um projeto de V. Ex^a, da sua época.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – ...que eu elaborei quando Ministro. Ficou lá dois anos. Por que agora essa pressa toda? E depois de se terem feito mudanças que, a meu ver, o pioraram.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Porque é ano eleitoral, só por isso.

O PT do meu Estado, Senadora Heloísa Helena – V. Ex^a deu uma explicação e me poupou o tempo de fazê-la –, o PT do meu Estado disse que é o PFL que está dificultando a aprovação do Fundeb. E eu que sou Líder do PFL por que não me manifesto? Imaginem se

eu fosse me manifestar para fazer essa perversidade com as crianças do Brasil!

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E o pior, Senador, justamente para não dar a eles os argumentos da cantilena enfadonha e mentirosa, eu não apresentei nenhum requerimento, embora ache legítimo, respeitoso e democrático, que se apresentem requerimentos para audiência pública. Mas, anteontem, na reunião da CCJ, quem estava apresentando requerimentos para novas audiências eram os Senadores do PT; portanto, não era eu nem outro Senador da Oposição. E não estou fazendo isso como uma crítica, porque considero legítimo querer estabelecer mecanismos de discussão programática sobre o projeto. Agora, só não pode, volto a repetir, mentir e levar aos outros uma responsabilidade que eles têm também.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador Garibaldi Alves Filho e encerrarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a está inscrito logo após. O orador fala há 25 minutos. Os antigos diziam: “Tolere e se abstenha”.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, sei que, a esta altura, o debate precisa ser realizado com o concurso de especialistas, técnicos, autoridades e Parlamentares que têm a maior responsabilidade para se aperfeiçoar a matéria. Tenho em mãos um documento da Confederação Nacional dos Municípios, que apresenta algumas considerações, preocupada com o impacto que a PEC de criação do Fundeb terá no financiamento da educação oferecida pelos Municípios. É claro que também louvo a matéria, a exemplo do que fizeram os Senadores Cristovam Buarque e Heloísa Helena, mas não devemos deixar de ouvir as considerações dos Municípios. De acordo com os dados do Censo Escolar, a rede de ensino médio são 7,7 milhões, e se acrescenta quase o dobro da educação infantil, 4 milhões na pré-escola. Há uma série de preocupações. V. Ex^a deve estar recebendo um documento assinado pelo Sr. Paulo Ziulkoski. Apóiam a iniciativa, mas ponderam que os Municípios não podem se ver diante de um desequilíbrio financeiro, de problemas financeiros. Como os Estados tiveram – V. Ex^a não foi Governador nessa época, mas eu fui – com relação ao Fundeb. A iniciativa é altamente louvável e congratulo-me com o discurso de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Garibaldi, V. Ex^a toca em um assunto que é muito importante.

Hoje pela manhã, nós nos referimos à questão das creches. Farei uma retificação. O Senador Cristovam não criou o Programa Bolsa-família, mas o Programa

Bolsa-escola – a César o que é de César. Comentávamos sobre o custo da manutenção de uma creche, que é duas vezes maior do que o custo de manutenção de uma escola. A criancinha pequena exige muito mais mão-de-obra, alimentação, medicamentos; outro tipo de apoio logístico. A creche é responsabilidade eminentemente municipal. É para onde vai a preocupação de V. Ex^a.

A proposta que veio do Executivo aumentava de 15% para 20% a participação dos impostos municipais, das receitas estaduais, mas não continha a responsabilidade pelas creches, que foi incorporada na Câmara. Mantém-se a mesma receita. Então, o Governo que deseja aplicar a nova sistemática do Fundeb, tem a obrigação de entender, no mínimo, a proposta do Senador Cristovam, os R\$4,5 bilhões originais como partida para o programa, para que possamos fazer o atendimento ao ensino fundamental, ao ensino médio, aos que estão fora de faixa, à educação de adultos e a creches, mas fazer o atendimento com recursos, e não sacrificar os Municípios, que não podem ser, nessa história, o filho enjeitado a quem se entrega a responsabilidade sem ter os meios. Para que não aconteça o que a Senadora Heloísa Helena falou. Senadora Heloísa Helena, o Fundeb envolve recursos de R\$45 bilhões. V. Ex^a foi cirurgicamente precisa: é 1%, 1,1%. São R\$450 milhões, mais ou menos, a participação da União...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campanha.) – Senador José Agripino, apenas quero lembrar que V. Ex^a está meia hora na tribuna – sem dúvida nenhuma, foi a meia hora mais importante dos 181 anos de Senado da República, mas há outros oradores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

São R\$450 milhões, sendo R\$200 milhões mais ou menos para o Pará; mais ou menos R\$200 milhões para o Maranhão; R\$20 milhões para a sua Alagoas; e mais ou menos R\$10 milhões para o Piauí. O resto é tudo de Estado e Município. A União, de R\$45 bilhões, entra com R\$450 milhões. Então, não queira se arvorar de dono do programa, nem do Fundeb, nem do Fundeb, nem de um e nem de outro. A César o que é de César.

Minha correção, Senador Cristovam: o seu programa foi o Bolsa-Escola, a quem rendo minha homenagem, e não o Bolsa-Família. Faço a correção.

Ouçó, um minuto só, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Trinta segundos. Quero só cumprimentar V. Ex^a e dizer que fiquei alegre ao perceber, Senador José Agripino, que, de todos que se pronunciaram no plenário, ninguém,

nem o Senador Cristovam, pelo PDT, o Senador Garibaldi, pelo PMDB, a Senadora Heloísa Helena, pelo P-SOL, nem V. Ex^a, da tribuna, é contra o Fundeb. Eu recebi um documento das entidades, pedindo que colaborássemos para a aprovação do Fundeb. No dia em que debatíamos a matéria na Comissão de Educação, foi exatamente a Senadora Ideli Salvatti quem disse que faríamos um calendário para debater a matéria. Dou este depoimento como um testemunho positivo de que ninguém está obstruindo o Fundeb. Todos querem votar o projeto, mas querem, naturalmente, discutir e melhorar a redação que veio da Câmara dos Deputados. Por isso, meus cumprimentos a V. Ex^a e a todos os Senadores que fizeram o debate, neste plenário, neste momento. Entendo que é unanimidade: todos queremos aprovar e aperfeiçoar a matéria, dentro dos limites que o Senado Federal nos permite. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Agradeço ao Sr. Presidente pela tolerância no tempo.

Só lembrando: a Senadora Ideli Salvatti é Líder do PT e é quem está propondo um calendário elástico em muito boa hora...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ... para que possamos debater e aprimorar a matéria e votemos um texto que interesse e que tenha consequência e não um texto demagógico que o Governo nos mande, exigindo que seja aprovado a toque de caixa, para que exiba como um troféu – mau troféu –, que pode significar o despreparo de milhares de crianças, daqui para frente.

Nós temos responsabilidade com este País e é em nome dela que vamos debater com parcimônia o Fundeb, para aprovar um bom projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Atentamente, eu o estava ouvindo, mas eu queria que V. Ex^a meditasse na ponderação feita pelo Senador Garibaldi Alves Filho, que foi prefeito e governador – eu também o fui. Senador José Agripino, meu pai me deu um presente: uma aritmética de Antônio Trajano. Isto é preciso que todos saibam: 50%, não há um Estado que pague menos do que isso para um funcionário público; 20% já foram tirados da educação; 12% da saúde – fizemos a lei em 82. No Poder Legislativo, não há nenhum que ganhe menos do que 6%. No Judiciário, idem. O Ministério Público é bom e é caro. Com isso, já fecharam os 100%. Administradores, governantes e

prefeitos ficarão sem nenhum tostão de investimento. Essa é a meditação que tem que ser feita.

Concedo a palavra, como Líder do PSOL, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, posso falar depois do Senador Cristovam Buarque? Porque ele tem uma atividade mais urgente do que a minha.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ainda estão inscritos os Senadores Cristovam Buarque, Garibaldi Alves e Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Espero que S. Ex^a faça o discurso em cinco minutos, como Winston Churchill.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas hoje poderemos ter de mais de cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, não precisa, pois sua inteligência é igual à de Cristo, Lincoln e Winston Churchill.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Até que não sou dos que delongam muito. Mas eu vou deixar a seu critério. Se achar que deve cortar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A meu critério, vamos ficar aqui a noite toda, porque eu adoro ouvi-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – E venho fazer uma coisa, Sr. Presidente, que pode ser surpreendente para muitos.

Eu venho defender, sim, a ocupação dos morros no Rio de Janeiro. Mas venho defender também a ocupação das palafitas lá em Recife. Venho defender, Senador Garibaldi, a ocupação daquelas áreas do semi-árido nordestino. Mas venho defender essa invasão não por militares, não por policiais. Venho defender a invasão, a ocupação, por setores que evitariam que a gente agora precisasse ocupar com militares.

Eu venho defender, por exemplo, a ocupação, a invasão, Senador Paulo Paim, dos morros do Rio de Janeiro com empregos para os jovens. Se a gente invadisse com empregos para os jovens, garantindo que esses jovens tivessem bolsas para que estudassem, que fossem incorporados, inclusive, nas Forças Armadas, em vez das Forças Armadas subirem os morros, trazer os jovens para dentro do Exército, onde aprendessem um ofício, disciplina, patriotismo. Essa invasão eu defendo.

Eu defendo também a invasão para dar emprego aos adultos, aos pais desses jovens; invasão para que eles possam ter emprego, por exemplo, para reconstruir cada um a sua casa, para colocar água e es-

goto nas ruas onde moram. Invasão de emprego, por intermédio do crescimento econômico, que ocuparia esses adultos.

Acho também que deveríamos fazer a invasão por professores. Se a gente invadisse com professores os morros do Rio, as palafitas de Recife, lá o semi-árido do Rio Grande do Norte, do Nordeste inteiro, com professores bem remunerados, bem formados, bem preparados, acho que essa invasão, essa ocupação, evitaria as outras que vão trazer muita dor de cabeça para a gente.

Eu gostaria de defender também a invasão por equipamentos, homens carregando equipamentos para as escolas, para os postos de saúde, equipamentos como televisão, computadores, ressonância magnética etc. Vamos invadir os morros do Rio de Janeiro com equipamentos médicos, com equipamentos para que a gente possa ter as nossas crianças em boas escolas.

Eu gostaria, sim, de ver a ocupação dos morros por creches para as crianças que ali moram. Mas não só por creches, pelas quais a Senadora Heloísa Helena tanto luta, mas por profissionais que são capazes de cuidar dessas crianças. Já pensou se a gente invadisse o Brasil inteiro com creches, com profissionais que sabem cuidar das crianças? Essa invasão evitaria aquela que a gente está fazendo.

Eu gostaria de ver a ocupação com artistas que levassem *shows* de rock e concertos de músicas clássicas lá nos morros do Rio de Janeiro, lá nas palafitas de Recife, lá no semi-árido, lá onde tivesse alguma pessoa pobre.

Eu queria ver os nossos morros invadidos por esportes, invadidos por quadras de esporte para os nossos jovens, iluminadas à noite, para que eles pudessem brincar, para que eles pudessem se distrair, para que eles pudessem fugir daquele dia-a-dia que os domina e que os corrompe também.

Eu gostaria de ver a gente poder ter uma invasão das terras improdutivas deste País. Eu gostaria de ver este País não precisar de o MST invadir terras; que as terras improdutivas fossem invadidas, por ordem da Justiça, pelo próprio Exército, na defesa do interesse nacional. Por que precisamos ter o constrangimento de ver o MST invadindo terras, quando essas terras improdutivas deveriam ser invadidas por oficiais de justiça, pelo Exército, quando fosse preciso, para trazer essa terra improdutiva a serviço do País, para colocá-la a serviço das mãos dos homens que querem trabalhar, casando os homens sem terra com as terras em que os homens não têm o direito de entrar.

Eu gostaria de ver, Senador Paim, uma invasão – e V. Ex^a vai gostar disso – de microcrédito pelo Brasil

afora; que pudéssemos ter uma invasão de microcrédito e de formação profissional em todos os lados do Brasil. E eu gostaria de ver a ocupação das calçadas das praias de Recife, das praias de Natal, das praias de Fortaleza. Essas calçadas invadidas para se acabar com a tragédia da prostituição infantil, que toma conta, e de um turismo sexual maldito que gera dólares e faz com que muitos fechem os olhos para isso. Se nossos soldados invadissem as calçadas de Recife e de Fortaleza para impedir a prostituição no Brasil, seria essa a invasão, Senador Mão Santa, que eu gostaria de defender.

Eu gostaria de ver a ocupação de todas as casas do Brasil em que existisse um analfabeto, a ocupação por professores de alfabetização. Como seria bonito o Brasil invadindo as casas com professores para ensinar cada brasileiro que ainda não sabe ler. Até para conhecerem a própria bandeira, onde está escrito Ordem e Progresso, pois, se misturamos as letras ali, o analfabeto continua pensando que é a mesma bandeira. Até se mudamos as letras de Ordem e Progresso e colocamos outras, vinte milhões de brasileiros, talvez, mas doze milhões, na certa, não saberiam distinguir se na bandeira do Brasil está a inscrição Ordem e Progresso ou “desordem e atraso”.

Eu gostaria de ver este País invadido por todas essas formas pacíficas de invasão, formas justas de invasão, formas corretoras do rumo da Nação brasileira. Eu gostaria que essa invasão fosse feita sem distinção ideológica, sem distinção partidária, num grande acordo nacional, em nome da ocupação pacífica da sociedade e do território brasileiro.

Alguns vão dizer que isso é idealismo e que é impossível. Alguns vão dizer que, para isso, seriam necessários muitos bilhões de reais. E até não são poucos bilhões, são R\$40 bilhões que se necessitam. Este é um valor menor que o superávit fiscal, um quarto do que pagamos de juros, mais ou menos o que a Petrobras – uma estatal – teve de lucro. Quarenta bilhões não é nada quando comparamos com R\$1,7 trilhão da renda nacional ou com R\$700 bilhões da receita do Estado.

Eu gostaria de ver o Brasil invadido por tudo isso. Eu só não gostaria de ver o Brasil invadido pelo que temos hoje: a paciência com que o povo espera que algum dia venha a invasão pacífica. Neste País, quando dizemos que precisamos fazer essas coisas, alguém diz que é preciso ter paciência. Mas foi preciso paciência para chegarmos a fabricar dois milhões de automóveis por ano, para fazer hidrelétricas, para fazer aeroportos. Ninguém quis submeter-se à paciência para atender à demanda da economia. Na hora

de atender às necessidades do povo, começamos a cobrar paciência ao povo.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, estamos já no apagar das luzes da nossa sessão. Quero só cumprimentar V. Ex^a. Na minha ótica, o pronunciamento de V. Ex^a nesta quinta-feira é um dos mais bonitos que vi nesta Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Como V. Ex^a disse, pode ser sonho, mas penso que o seu pronunciamento vai além. Eu entendo que o seu pronunciamento vai na linha de alguém que é efetivamente, como eu sei, se depender de V. Ex^a, candidato à Presidência da República, mostrando que é possível se construir um novo mundo. Estou aqui ouvindo com muita satisfação o seu pronunciamento, que aponta para o horizonte, que diz ser possível sonhar, que usa a expressão “gostaria” – ou seja, gostaria de fazer acontecer –, e que tem como linha mestra a educação. Parabéns a V. Ex^a. Eu me perguntava se faria ou não o aparte. Mas fiz questão de dizer que o pronunciamento de V. Ex^a nesta tarde parte de alguém – eu sei – que se apresentará ao seu Partido como candidato a Presidente da República.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Paulo Paim. O seu aparte sempre enriquece um pronunciamento. Eu só lamento ter de elogiar um aparte que foi tão elogioso. Mas, mesmo assim, coloco isso pela nossa irmandade nesta Casa.

Concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, proroguei por mais cinco minutos, porque todos queremos concretizar o sonho de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não é preciso, Sr. Presidente, V. Ex^a já foi bastante generoso.

Só quero, Sr. Presidente, dizer que vim aqui, como disse no começo, para falar da necessidade de ocuparmos os morros, as palafitas, o semi-árido e todas as áreas pobres deste País. Mas ocuparmos com esperança, com os médicos, com os professores; ocuparmos com emprego, com formação; ocuparmos de esperança e não de paciência, porque esta está se esgotando.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua generosidade no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Todos nós sonhávamos ouvi-lo por mais cinco minutos.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por seção da paciência do Senador Paulo

Paim, que aguarda. E o País aguarda ansiosamente para ouvi-lo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos minutos discutimos aqui o Programa Fundeb, que foi proposto à Câmara dos Deputados e a esta Casa e que agora está tramitando aqui, no Senado Federal.

Agora, venho me ocupar, em poucas e rápidas palavras, de um programa mais modesto, que não tem a significação do Fundeb, mas que é voltado para aqueles que fazem a agricultura no Nordeste: os avicultores, os suinocultores.

É que esse projeto e dele também faz parte o Governo Federal, o Ministério da Agricultura e a Companhia Nacional de Abastecimento – oferece, por meio de leilões eletrônicos, a venda de milho com subsídio; subsídio esse que representa a equalização ou paridade com o milho importado da Argentina.

Semanalmente, Sr. Presidente, são realizados leilões eletrônicos para a venda de milho destinado ao Nordeste. E esses compradores, que eu já citei aqui, se habilitam após cumprirem uma série de exigências. Após o pagamento do milho, é realizada a remoção para o Nordeste, cumprindo uma série de exigências contidas no edital de venda.

Após a chegada do milho ao destino e cumprida uma série de exigências também contidas no edital de venda, é entregue nas chamadas Suregs-Regionais a documentação, que, após ser conferida, é enviada a Brasília, para pagamento do subsídio ao arrematante – conforme o edital, o crédito seria realizado em dez dias úteis.

Geralmente, a partir do 15º dia do mês de dezembro, toda a documentação está entregue nas Suregs-Regionais, e o pagamento do subsídio só acontece a partir de março. Como exemplo, boa parte dos processos para recebimento dos subsídios que foram protocolados em dezembro de 2005 encontra-se pendente até a presente data. Encontra-se também nessa mesma situação tudo o que foi protocolado neste ano de 2006. Ou seja, o atrasado compreende tudo o que foi protocolado no mês de dezembro de 2005, e também se encontra na mesma situação de atraso tudo o que foi protocolado no ano de 2006.

Ora, Sr. Presidente, não podemos permitir que um programa como esse, criado para resolver o problema de escoamento do produto do Centro-Oeste – como o próprio nome diz, prêmio para escoamen-

to, valor para escoamento –, dada essa dependência que temos do milho do Centro-Oeste para a nossa avicultura, representando quase 70% do custo da produção, venha a atrasar de maneira significativa como está ocorrendo.

Se computarmos os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, a avicultura gera em torno de duzentos mil empregos diretos.

Sr. Presidente, é lamentável que tenhamos um programa dessa natureza e que haja um atraso, uma paralisação, sob a alegação de que se estão apurando irregularidades no programa. O produtor não tem nada a ver com isso, cumpre o seu papel, faz a sua parte, submete-se a essa burocracia voraz que se aplica.

Portanto, venho aqui fazer um apelo para que se regularize e normalize essa situação, dando condições aos produtores do Nordeste de adquirir, comprar esse milho com subsídio, porque, se ele não comprar com esse subsídio aqui, terá de comprá-lo fora, e essa situação acarretará prejuízos.

Eu gostaria de falar em nome daqueles que são produtores, daqueles que são empregadores e daqueles que são empregados. Em uma situação como a que estamos vivendo no Nordeste, com a falta de chuvas, é importantíssimo, é vital que possamos dar a assistência devida a esses produtores.

Já basta o que aconteceu com o projeto de equacionamento das dívidas. O Governo vetou totalmente o projeto aprovado na Câmara, de iniciativa de Deputados, que veio para o Senado, onde também foi aprovado. O projeto foi totalmente vetado pelo Governo Federal, que, agora, edita uma medida provisória que não corresponde em nada àquele projeto. A diferença é incrível.

Então, deixo aqui registradas essas palavras com relação a estes programas: o PROP, oferta de prêmio de risco para aquisição de produto agropecuário oriundo do contrato privado de opção de venda; o PEP, programa para escoamento do produto; e o VEP, valor para escoamento do produto. Todos esses programas estão comprometidos, a esta altura, e não se sabe por que isso está acontecendo.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância a V. Ex^a e aos Colegas que me ouvem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao Senador José Maranhão, do PMDB da Paraíba, novamente por cessão do Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordarei dois assuntos e procurarei ser o mais breve possível, para não amolar os companheiros que estão desde muito cedo aqui, trabalhando para o cumprimento de seus deveres em favor do povo brasileiro.

O primeiro assunto diz respeito a um pedido de informação que estamos dirigindo à S. Ex^a o Ministro da Saúde a respeito das obrigações que têm os gestores estaduais e municipais, os governos estaduais e municipais, de prestar informações sobre as aplicações constitucionais na área de saúde. Trata-se da Emenda à Constituição nº 29, de 13 de setembro de 2000, que estabelece os percentuais de aplicação das receitas correntes líquidas dos Estados e Municípios na área de saúde.

Esse pedido de informação fundamenta-se no fato de que essas informações não vêm sendo remetidas com regularidade ao Ministério da Saúde. Recentemente, acessamos o *site* do Ministério da Saúde, desejosos de saber os percentuais de aplicação do nosso Estado, a Paraíba, em saúde. A informação que está na Internet é de que a Paraíba só mandou essas informações ao Ministério – apesar de ser uma obrigação constitucional dos Governadores – até o exercício de 2002, coincidentemente até o período da minha gestão à frente do Governo do Estado.

E o que se sabe na Paraíba, pelos relatórios da auditoria do Tribunal de Contas do Estado, é que o Governo Estadual não vem cumprindo com essas obrigações; aplica em saúde muito menos do que devia, muito abaixo da obrigação constitucional, cerca de apenas 65% do que efetivamente deveria aplicar. Em consequência disso, a população é que sofre. Os hospitais do Estado e outros equipamentos responsáveis pela saúde do povo estão funcionando muito mal. A população sofre com isso.

Por isso, encaminhamos o seguinte requerimento de informações:

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor

Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações:

No ano de 2005, os Estados e Municípios enviaram ao Ministério da Saúde as informações necessárias para verificar o cumprimento das determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

No ano de 2005, a União, os Estados e Municípios cumpriram as determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

Quais as medidas adotadas para punir aqueles que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais?

Sala das Sessões. – Senador **José Maranhão**.

As razões dessas informações estão explicitadas, Sr. Presidente, nas próprias informações do Sistema SUS. Temos aqui a relação dos recursos federais destinados ao Estado da Paraíba pelo Sistema SUS.

Desde o exercício de 1999, foram R\$334.371.987,00. Os recursos são destinados em valores crescentes. Darei o total de seis anos. Esse total vem crescendo da seguinte forma: em 1999, R\$1.790.030,00; em 2000, R\$9.687.991,52; em 2001, R\$14.271.987,00; em 2002, R\$58.834.733,00; em 2003, R\$94.293.930,00. Tivemos um crescimento de quase R\$40 milhões do exercício de 2002 para o exercício de 2003. A atual gestão administrativa do Estado da Paraíba recebeu, em 2003, quase R\$40 milhões a mais do que no ano anterior. Em 2005, R\$78.544.000,00.

No entanto, com relação aos recursos aplicados na saúde efetivamente, revelam os relatórios da auditoria do Tribunal de Contas do Estado que a administração estadual não vem aplicando os mínimos determinados pela Constituição estadual e faz aplicação, no total, 30% a 40% inferiores ao que devia efetivamente aplicar. Por isso estamos dirigindo esse pedido de informação ao Ministério da Saúde.

Segundo assunto, Sr. Presidente.

Há alguns dias, recebi, em meu gabinete, correspondência da Associação dos Ferroviários Aposentados do Nordeste, entidade ligada à Federação Nacional dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas, solicitando minha intervenção neste Plenário em favor dos reajustes salariais acordados desde 2003 com as autoridades governamentais e até hoje não pagos.

Segundo a referida Associação, milhares de ferroviários aposentados, ou seja, cerca de cem mil pen-

sionistas e seus familiares, que dependem diretamente dessas aposentadorias, estão sendo duramente prejudicados com o não-pagamento do que lhes é devido.

Aliás, em carta enviada ao Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, datada de janeiro de 2006, a Associação solicitou informações sobre o motivo do atraso de trinta parcelas – atencem bem, Srs. Senadores: trinta parcelas! – nas aposentadorias dos seus associados. Pelos seus cálculos, são 28 meses e dois pagamentos do 13º salário que até hoje não foram integralizados e que fazem parte de Dissídio Coletivo de Trabalho nº DC-95590/2003-000-00-00, publicado no **Diário da Justiça**, em 30 de junho de 2004, devidamente julgado, tendo sido determinada a quitação pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com as entidades representativas dos ferroviários aposentados, a decisão foi cumprida apenas em parte pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, atualmente em processo de liquidação.

Vale dizer que, em dezembro de 2004, foi efetuado o pagamento de 9% retroativos ao mês de maio de 2003. Em verdade, o referido percentual diz respeito ao Acordo Coletivo de Trabalho realizado entre alguns sindicatos ligados à categoria e a empresa.

Todavia, é importante destacar que a Fenafap, não se sentindo satisfeita com o entendimento ao qual nos referimos, tomou a decisão de continuar com o dissídio e conseguiu êxito judicial com o percentual de 14%, dissídio que lhe garantiu também retroatividade a partir de maio de 2003. Dessa forma, como podemos concluir, falta saldar a diferença de 5% devida até hoje pelo Governo aos ferroviários aposentados. Diante desta realidade, não existe mais condições de adiar o acerto de contas. O Governo precisa apenas disponibilizar os recursos e reconhecer de vez a decisão judicial.

É importante destacar que, em setembro de 2005, os funcionários ativos da rede ferroviária receberam todos os atrasados em cinco parcelas. Entretanto, os aposentados e pensionistas não foram abrangidos pelo mesmo direito. Devo alertar que tal decisão feriu frontalmente a Lei nº 8.186/91, que, no parágrafo único do art. 2º, diz o seguinte: “O reajustamento do valor da aposentadoria complementada obedecerá aos mesmos prazos e condições em que for reajustada a remuneração do ferroviário em atividade, de forma a assegurar a permanente igualdade entre eles”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como desculpa por não ter incluído os ferroviários aposentados, as autoridades governamentais alegaram que não dispunham de verba. Mas, logo no início deste ano, o Governo Federal comunicou abertamente que estava pronto para realizar grandes obras de infra-estrutura pelo País afora.

Sr. Presidente, não sabemos até quando neste País as próprias autoridades públicas a quem cumpre zelar pela observância da leis continuam impunemente, continuam imperialmente desconhecendo a obrigação de acatar a lei, de assegurar aos cidadãos, sobretudo às pessoas mais humildes, como esses ferroviários, o direito, a percepção de seus próprios salários, já objeto de ações judiciais.

A Justiça, como se costuma dizer, é lenta, mas chega, porque é a única que temos. Mas nem com a decisão judicial o cidadão consegue fazer prevalecer os seus direitos. Quanto mais humilde o cidadão mais ele é vítima desse descumprimento, desse desprezo à própria norma da lei.

Eminente Senadores e Senadoras, eu gostaria de terminar este pronunciamento repetindo as preocupações manifestadas pelos líderes que comandam a Afan. Para eles, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu o Poder nacional empunhando a bandeira da democracia, da liberdade, da justiça, da diminuição da desigualdade social e do desenvolvimento sustentável, certamente não é sabedor das agruras e das dificuldades que são enfrentadas quotidianamente pelos aposentados e pensionistas ferroviários de nosso País.

Se realmente o pleito da categoria ainda não chegou à mesa de trabalho do Presidente – tenho quase certeza de que não chegou, de que anda perdido nos escaninhos da burocracia nacional –, aproveito a oportunidade para pedir-lhe que examine a questão com interesse e autorize, de imediato, o cumprimento integral do que foi firmado e decidido judicialmente em favor da categoria dos aposentados ferroviários.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente, agradecendo ao Senador Paulo Paim pela generosidade da inversão da nossa inscrição.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

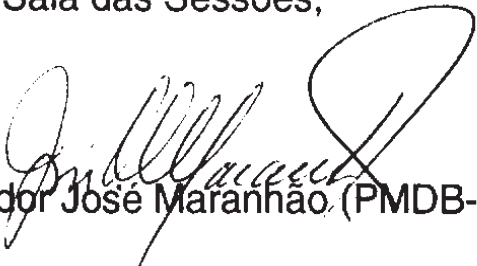
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

- a) no ano de 2005, os Estados e Municípios enviaram ao Ministério da Saúde as informações necessárias para verificar o cumprimento das determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?
- b) No ano de 2005, a União, os Estados e Municípios cumpriram as determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?
- c) Quais as medidas adotadas para punir aqueles que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais?

Sala das Sessões,



Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Sabem V. Ex^{as} o quanto gosto de permitir que seja extrapolado o tempo. Daqui a pouco acaba a prorrogação, e poderemos prorrogar a sessão novamente. Mas tenham certeza de que não será necessário que eu corte o tempo nem do Senador Paulo Paim, nem do Senador Mão Santa; nem um nem outro, ao presidir a Mesa, cortará o meu tempo também.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento, tendo a sensibilidade que sempre teve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, quero iniciar meu pronunciamento fazendo uma homenagem ao Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, esta frase é sua e, por isso, vou repeti-la no dia de hoje. Esta frase é sua! V. Ex^a a tornou marcante neste Senado da República. V. Ex^a a diz de forma repetitiva e marcou o povo brasileiro e todos nós aqui no Senado. Quis Deus que V. Ex^a estivesse no plenário neste momento e, na Presidência, a Senadora Heloísa Helena.

Por quê, Senadora Heloísa Helena? Considero hoje um dia histórico no Senado da República, mais precisamente na Comissão de Assuntos Sociais, em cuja reunião o seu Presidente, Senador Valadares, atendendo um pedido do conjunto do movimento sindical brasileiro e de aposentados e pensionistas, colocou em votação o relatório do Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, refiro-me à luta pela derrubada do fator previdenciário, que a Senadora Heloísa Helena conhece muito bem e que considero o maior crime que foi cometido contra os assalariados deste País. Faz seis anos que luto para derrubar o fator previdenciário. Apresentei um projeto na Câmara e não consegui aprovação. Aqui no Senado apresentei também um projeto, e, depois de eu conversar com inúmeros Senadores, V. Ex^a fez questão de assumir o relatório. Fez o parecer com tanta competência que todos os Senadores que o leram acabaram votando pela derrubada do fator previdenciário, por unanimidade. O seu parecer anula, revoga o fator previdenciário e aprova o Projeto nº 296, de 2003, de nossa autoria.

O que representa a aprovação desse projeto, que teve o apoio, numa audiência pública, de V. Ex^a e também da Senadora Heloísa Helena, por incrível que pareça, não é entendido por grande parte do povo

brasileiro, que não entendeu a importância dessa batalha. Pois significa, senhoras e senhores que estão assistindo nesse momento à TV Senado ou ouvindo a Rádio Senado que, no ato da aposentadoria, esse fator previdenciário – esse famigerado fator previdenciário –, aprovado em 1999, reduz os vencimentos da mulher em 35% e do homem, em 30%.

O Senado, mais uma vez, fez sua parte. Espero que a Câmara dos Deputados faça agora a sua parte e que essa votação seja pra valer.

Senadora Heloísa Helena, estavam lá Senadores de todos os partidos, da Situação e da Oposição, e, mediante os argumentos apresentados pelo Relator, ninguém teve dúvida. Disseram que não precisava nem de discussão e que poderíamos passar à votação.

Está, assim, revogado, por ato do Senado da República, o fator previdenciário. Se aprovado na Câmara, daqui pra frente não haverá mais essa de expectativa de vida, não haverá mais essa de o IBGE atestar que aumentou a expectativa de vida, e quem quiser se aposentar com o princípio da integralidade não precisará fazê-lo somente na hora da morte. Agora voltará, pelo projeto relatado pelo Senador Mão Santa e por nós aprovado, a valer a média dos últimos 36 meses, que é o princípio da integralidade.

Agradeço, Senadora Heloísa Helena, ao movimento nacional feito – espero não esquecer nenhuma – pelas seguintes entidades: GCT, CUT, Força Sindical, USI, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação, Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Confederação Nacional dos Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Nova Central Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Autônoma do Brasil, Social Democracia Sindical, Coordenação Confederativa dos Trabalhadores, Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip),

Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), Sindicato Nacional de Auditores (Unafisco Sindical) e Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Enfim, agradeço a todos aqueles que trabalharam nessa cruzada nacional e conversaram com os Senadores e Deputados.

Tenho certeza de que a classe trabalhadora do nosso País vai registrar este dia como data histórica. É um ganho que, tenho certeza, será reconhecido pelos trabalhadores do campo e da cidade, aposentados e pensionistas, Senador Mão Santa, pelo seu relatório, que acabou mobilizando a Casa e foi aprovado por unanimidade.

Agradecemos também a todos os membros da Comissão Mista do Salário Mínimo, onze Deputados e onze Senadores – a Senadora Heloísa Helena faz parte –, pois lá também debatemos a importância da derrubada do fator previdenciário.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Mão Santa, Relator da matéria. Eu encaminhava para o encerramento, mas faço questão de receber o aparte de V. Ex^a sobre o tema.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, vivemos a democracia. A democracia surgiu pelo povo decepcionado com os governos absolutistas, com os reis. Gritaram: liberdade, igualdade e fraternidade. E a democracia precisa de partidos fortes. Nós nos entristecemos, pois fomos um dos que acreditaram no PT. Votei em Lula, votei no Governador do Piauí, do PT. Mas aquela esperança de que falaram é a esperança de reconstrução do PT. Queremos vê-lo forte. V. Ex^a tem feito isso. O momento mais triste foi quando a malsinada medida provisória retirava o direito dos trabalhadores, dos velhinhos, dos aposentados. E V. Ex^a sofreu, V. Ex^a minimizou a situação com a inspiração de uma medida provisória paralela. V. Ex^a reconstrói o PT e, conseqüentemente, fortalece a democracia, ao buscar esse projeto de lei que, com certeza, já foi aprovado, e do qual fui Relator. Todos nós vivemos Juscelino Kubitschek, que está na minissérie. E eu me lembro, Senadora Heloísa Helena, de que S. Ex^a disse que a velhice é uma tristeza; desamparada, é uma desgraça. V. Ex^a, com a sua sensibilidade, olha para os aposentados, que sofrem desesperançados, sofridos e humilhados, pois foram enganados até pelos banqueiros, favorecendo o empréstimo. Eles são corretos e decentes, mas alguns estão até se suicidando, porque foram envolvidos em uma despesa que não estava na sua previsão. E é justamente o que falta, Senador Gilvam Borges, para o medicamento, para a dificuldade. V. Ex^a, portanto, faz nascer a esperança de melhores

dias, com a aprovação desse projeto. E agradeço a Deus por haver sido o seu Cireneu, o Relator. Mas tanta é a credibilidade de V. Ex^a que, no dia de hoje, havia uma sessão festiva em homenagem àquela que merece homenagem e aplausos – a mulher –, mas V. Ex^a conseguiu **quorum** qualificado, por unanimidade. Todos vieram, graças à credibilidade que V. Ex^a tem dado a esta Casa, em respeito ao trabalhador, aos que trabalharam, aos aposentados. Esses sim merecem os aplausos. E V. Ex^a merece os nossos aplausos e a gratidão de todos os aposentados do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a. Muito obrigado em nome dos trabalhadores do País: aqueles que estão na fábrica, nos bancos, no comércio, no campo, trabalhando e contribuindo com a Previdência e que sonham com uma aposentadoria decente. O relatório de V. Ex^a foi aprovado, na íntegra. O parecer ao projeto pelo qual lutamos para que seja aprovado há mais de seis anos obteve o reconhecimento de todos os Senadores e Deputados.

Senador Mão Santa, todos os projetos que apresentei na Câmara dos Deputados estou reapresentando aqui no Senado, ao longo destes quatro anos, mostrando uma coerência de conduta, uma coerência naquilo que acreditei quando Deputado Federal, e continuo com a mesma visão como Senador da República.

Fico muito feliz ao fazer este agradecimento, pois nesta Casa é que conseguimos aprovar o Estatuto do Idoso. Foi aqui no Senado Federal que aprovamos o Estatuto da Igualdade Racial. Foi aqui no Senado Federal que aprovamos, hoje, a derrubada do fator previdenciário. Foi aqui no Senado Federal que alteramos a reforma da Previdência e aprovamos a PEC paralela. E também hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, aprovamos o projeto de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, também por unanimidade, inspirado na PEC paralela, porque lá estava o comando maior, e aprovamos a aposentadoria para a dona-de-casa.

Senadora Heloísa Helena, concluo dizendo muito obrigado ao Senado Federal. Muito obrigado, Senador Relator pelo projeto que termina com o fator previdenciário e que vai garantir, daqui para frente, que o cidadão, no ato da aposentadoria, receba 30% a mais, e a mulher, 35% a mais, aprovado exatamente hoje, no dia em que tivemos uma grande sessão em homenagem às mulheres.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Mão Santa – depois eu e o Senador Gilvam Borges –, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para leitura e aprovação de requerimento de pesar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr^a Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 9 de março de 2006, em Londrina, Paraná, do Sr. Anwar Haully, irmão do Deputado Federal Luiz Carlos Haully.

Requeiro, também, que a Mesa apresente condolências à família Haully, por intermédio do Deputado Luiz Carlos Haully.

Com profunda consternação, apresento ao ilustre Deputado Luiz Carlos Haully, representante do PSDB do Paraná, o mais profundo sentimento pela perda, hoje, de seu irmão, o Sr. Anwar Haully, residente na cidade de Londrina.

Ao Deputado Luiz Carlos Haully, dedicado e valioso Parlamentar do meu Partido, peço transmitir aos familiares de Anwar esta nossa mensagem de solidariedade cristã, externada por este voto de pesar que proponho ao Senado Federal, em nome de toda a Bancada de Senadores do PSDB.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Mesa e todos os Senadores compartilhamos com V. Ex^a o pesar. À família será encaminhado o voto de pesar apresentado por V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a me permite, do mesmo modo, requeiro voto de aplauso à Sr^a Dulce Pinto da Costa – esta é uma boa notícia –, médica no Amazonas, que amanhã, dia 10 de março de 2006, será homenageada em Manaus pelo transcurso do seu 80º aniversário.

É uma senhora de enorme valor, enorme retidão moral e enorme respeitabilidade e que, se Deus quiser, vai completar muitos aniversários pela frente.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradecemos e igualmente compartilhamos com V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Mão Santa, para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros que aqui estão e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, hoje, este Plenário homenageava as mulheres importantes. E quis Deus estar Heloísa Helena presidindo esta sessão.

Mas, Senador Gilvam Borges, Senador Arthur Virgílio, penso que erramos, pois homenageamos pessoas importantes. E eu, encantado sou pela Heloísa Helena de antes, a enfermeirinha anônima, a mãe, a camponesa, a professorinha, a aposentada, desencantada, a presidiária deste País injusto. Penso que aquela enfermeirinha a quem nunca se faz uma homenagem, só na hora da desgraça e da dor. Essa é a homenagem não à Senadora, a quem respeito e merece os aplausos, mas àquela mulher que luta como a mãe de V. Ex^a, com dificuldades.

Presidente Lula, eu não entendo. Eu acreditei, eu votei, eu trabalhei muito, mas foi pequeno o meu trabalho diante a decepção que tive. Senador Paim, agradeça a Deus V. Ex^a não esquecer as origens.

Senador Arthur Virgílio, muito me lembra Heloísa Helena um conto: existia um rei e, de repente, apareceu um Ministro, o mais importante conselheiro do rei, mas existe a inveja e a mágoa. Ele, com fidelidade, com o seu coração, se dedicava ao rei. Mas ele tinha um hábito, Senadora Heloísa Helena, de desaparecer por meses. E os invejosos diziam: “Olha, ele desaparece, majestade, para tramar contra o rei, para desviar o ouro do rei”. E o rei, que tinha tanta confiança nele, mandou segui-lo.

Senador Paulo Paim, o Conselheiro Dória entrou numa fazenda velha, acabada. Senador Gilvam, ele se vestia e andava naquela fazendola com roupas velhas de homem do campo. Levaram o relatório para o rei, que, perplexo, pediu a ele uma explicação. Ele disse que, de quando em quando, repetia isso para saber da própria origem, para não se envaidecer, não ficar tresloucado ante as realezas, as mordomias e as modernidades, como as do Aerolula. Apenas voltava àquela fazendola de seus pais que lutavam no campo e que se vestia com as vestimentas que usava quando era do campo para não se envaidecer, para lembrar da origem dele.

Ô Lula, envaideceste mesmo, perdeste a cabeça e ficaste tonto. Lula...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Gilvam Borges, está em tempo. A verdade dói, mas pode fazer acordar.

Senador Paim, admiro muito V. Ex^a e admirei muito o livro de V. Ex^a. Não o invejo – porque Deus me poupou –, mas admiro V. Ex^a. Eu gostaria de ser um poeta. Minha mãe o foi. Não tenho esse dom. Vi V. Ex^a descrever sua família e sua mãe.

Lula, acorde, tenha amor no coração, veja suas origens. Vossa Excelência cometeu muitos erros. Sabe qual foi o erro mais grave, Gilvam Borges? Faleceram dois irmãos do Lula, Senador Arthur Virgílio, e ele não foi a nenhum dos dois enterros, mandou representantes. Lula, vamos perdendo, perdendo as raízes. Dória voltava para lembrar as dificuldades e as lutas do pai dele.

Quando entrou Vossa Excelência colocou o povão ali. Ô Lula, bom governante é aquele que, quando sai, é aplaudido pelo povão. Reúna, Lula. Eu vi em fotografia, pois não estava aqui. E o campo? Disseram que Vossa Excelência vendeu o seu campo. Também não gostei, não sei. Vossa Excelência recriminava certos atos de seu pai. Lula, Vossa Excelência deixa o campo e o campo está aqui.

Senador Arthur Virgílio, esta Casa tem um sentido. Surgiu, Senador Gilvam Borges, com Moisés, que foi ungido por Deus. “Moisés, sua missão é libertar meu povo”. Moisés, ungido por Deus, não quis saber se o faraó era forte, se tinha exército, Mar Vermelho. Cumpriu as ordens. Moisés recebeu as leis de Deus, e o povo não quis cumpri-las. A nossa Constituição, Lula, é a lei dos homens. Moisés quis abandonar as leis de Deus e quebrou as tábuas. O povo desembestou-se rumando aos bezerros de ouro, como os seus estão desembestados diante do ouro, do valerioduto, da corrupção e da vergonha. Disse a Moisés, o ungido: “Busque os mais velhos, os mais experimentados, que estes o ajudarão a carregar o fardo.” Aí surgiu a idéia de Senado, melhorado na Grécia, na Itália e aqui melhorado por Rui Barbosa e por nós que estamos aqui. Então, o Senado é para isso, vulgarmente, diz-se, os pais da Pátria. E é para ser isso mesmo.

Ô Heloísa Helena, Arthur, lembra-se de nós quatro, e o Paim, um vice, permitindo abrirmos isso, Heloísa Helena liderando o PT, e reuniões sextas-feiras e segundas-feiras.

Então, o Senado é isso. Eu bati e disse: nenhum núcleo duro e burro chegarão aqui. É, parecia o apocalipse, esse menino do Piauí. Nenhum! E olha aí. Olha aí, Gilvam Borges! Onde está o núcleo duro? Depois eu mesmo bati aqui e disse: Zé Maligno! Ele era poderoso, sou um homem do Piauí. Naquele tempo, Heloísa Helena, hein, nós nos enfurecemos menos do que vamos nos enfurecer com essa medida provisória. Era a malsinada que tirava dos velhinhos aposentados os direitos trabalhistas. Paim sofreu, sonhou em minimi-

zar a medida provisória. Mas essa é pior, a que vem aí. Senador Arthur Virgílio, busque força e inspiração no seu pai. Essa bandidagem... Esse Presidente da Câmara, esse Presidente do Senado, esse Presidente da República e o da Justiça...

Olhem, há lei! Se não tivermos forças, Arthur Virgílio! A lei está na Constituição! Derrubar um veto do Lula, ignorância das leis, esquecido da sua pobreza, pai e mãe dos banqueiros!

Ô, Senador Gilvam Borges, atentai bem! Foi Deus que te mandou aqui para ouvir. Você está na Oposição, luta, não deve a ninguém, sua consciência, sua luta...

Paulo Paim, Arthur Virgílio, três anos a CAE ficou estudando a renegociação da dívida dos homens do campo, onde o Lula nasceu, nas dificuldades da pobreza, que são muito piores, Lula, do que quando você foi para São Paulo! Naquele tempo, havia Presidente que prestava; agora, não temos! É, Arthur Virgílio. Então a CAE entra pela noite, com homens experimentados! Eu estou lá, mas reconheço nos outros as competências, as experiências. São ex-Prefeitos, ex-Governadores, ex-Ministros, professores. Renegociamos dívidas. O homem do campo não paga, Gilvam Borges, porque não pode mesmo. O homem do campo tem vergonha, é honrado. Esta é que é mulher: a camponesa. Estudamos, vasculhamos, aprovamos. Ô Arthur Virgílio, sabe quantos não votaram favoravelmente a isso no Senado? Só quatro. E por obediência ao Governo. Timidamente, ficaram ali. Eu estava lá em cima a observar. E veta. Arthur Virgílio, com este negócio aqui, Presidente do Senado, Presidente da Câmara, Presidente da Justiça e da República, estamos levando este País para o momento mais difícil. Aí está! Roubam até o Exército, como o Arthur Virgílio disse. Preso! Sem terra!

A Bandeira, Ordem e Progresso, já era. Agora é desordem e regresso. Essa é a verdade. Eu pensei, ô Gilvam Borges, que eles iam mudar isso para uma bandeira vermelha, mas eles foram só no branco: desordem e regresso! Aí, vão editar uma medida provisória pior, malsinada.

Paulo Paim, tire esse grupelho que aí está. Isso é normal. O PSDB nasceu do PMDB. A mulher Heloísa Helena já desgarrou e criou um Partido de solidariedade e liberdade. Faça como Cristo, que pegou o chicote e expulsou os vendilhões do templo. Ponha esses malandros dos banqueiros para fora do seu Partido e eles que vão criar o PB, Partido dos Banqueiros.

Fizemos uma medida provisória, e ele vai vetar?! Ô Senador Renan, Calheiros, onde está? Ô comunístinha Presidente da Câmara, venha cá! O que estou pedindo é a lei, a justiça. Não está nessa conquista que se pode derrubar o veto, Senador Arthur Virgílio,

do Presidente. Ou não somos homens? Ou não somos mulheres?

Mulheres, por que não derrubamos? Não vamos admitir que Lula, pai dos banqueiros e mãe dos banqueiros do Brasil e do mundo... Está aí, Arthur Virgílio, ele que defenda. Em três anos ele já pagou mais aos banqueiros do que o Fernando Henrique Cardoso em oito. Então ele é pai e mãe dos banqueiros. Paim, mande ele sair do PT e criar o partido dos banqueiros.

E agora vem, Gilvam: nº 285, seis de março. Que dia negro!

E esse vice-Presidente? Olha! Eu até tinha esperança. Mas também, Heloísa Helena, pegaram para ele assinar isso aqui. O Lula, com vergonha, vai lá passear com a Rainha – não usou a casaca porque o Arthur Virgílio já tinha o discurso: o ladrão de casaca – e deixa para José de Alencar Gomes da Silva assinar. Da Silva... Joaquim da Silva Xavier. Isso não parece mais com coisa do Silveira Gomes da Silva... Assinar! Atentai bem... Os pobrezinhos! Ô Gilvam Borges, V. Ex^a, com a consciência, com a independência, atentai bem. Medida provisória: primeiro, aquilo tudo que nós fizemos não vale nada. Cadê os pais da Pátria? O conselho de Deus a Moisés? E o pior, Paim, é que o Lula não leu nem aquelas leis de Moisés... Avalie a Constituição. Queria pelo menos a quarta, que diz: Não roubarás. Eu ficaria satisfeito.

Nós colocamos para 20 anos, eles já diminuíram para 6. Eles são dos banqueiros mesmo. Lula, paz e amor uma ova! Você é pai e mãe dos banqueiros! Diminuiu para seis anos! Ô Heloísa Helena, eles não estão pagando por quê, os homens da fazenda e do campo? Pelas dificuldades, o semi-árido não tem dinheiro, porque honra tem! Honra esse pessoal do campo tem. Oh, pessoal de vergonha! Nós conhecemos o campo, trabalham mulher e homem. Eles não estão pagando porque não têm dinheiro. Não tem mais carência, Arthur Virgílio! Se os homens não estão pagando, dinheiro não têm, o pai e a mãe do banqueiro bota esse outro otário para assinar, para ser o novo Silveira das Minas. Joaquim Silveira, assinando, sem carência. Se eles já estão lascados, o que vai adiantar? No dia em que for aprovado, o banco já está cobrando os seis anos. Se ele não tiver uma carência para vir a produção, para aumentar, ele não vai...

Brasileiras e brasileiros, este é o País mais imoral. Olavo Bilac: “Criança, não verá nunca um País como este”. Bilac! Agora, Bilac diria: “Olhai a ambição dos banqueiros, alimentados por Lula”. Nunca se ganhou tanto! Os juros, nós votamos de 1,5%, por menor, 3% e 5%... Aqui começa logo por 6%... Isso é o atestado de que o Lula é o pai e a mãe dos banqueiros.

Senador Paim, eu conheço o campo. Sou urbano, minha família é urbana. Fui Prefeitinho, fui Deputado, fui Governador. O campo está empobrecido! Lula, uma água mineral, dessa que V. Ex^a está tomando com uma cachacinha, diluindo-a com uma Perrier dessa ou com whisky, ou depois do vinho, aquele vinho caro... Paim, é R\$6,50. Um litro de leite é R\$0,75; no Nordeste, é até R\$0,50. Então, essa é a vaquinha desmoralizada, desvalorizada, a vaquinha que segura o homem no campo, a família e a produção.

Napoleão, o verdadeiro, o francês – com todo respeito ao Senador que passou aqui – disse assim, Arthur Virgílio: a maior desgraça de um homem é exercer um cargo para o qual não está preparado. É aí, Lula. Gilvam, Napoleão, o francês, disse isso.

Lembremos a grandeza de Rui Barbosa e vamos derrubar o veto do Presidente, embora o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara não queiram. Nós somos iguais. Isso é passageiro, uma circunstância, nós temos é que derrubar o veto e fazer valer aquilo. Não derrubar o veto é darmos atestado da nossa insignificância e do desrespeito ao homem do campo.

Gilvam Borges, os fazendeiros não vão pagar e vão ser executados por leilão: o carro de boi, a fazenda, os móveis precários vão para o leilão. O banco faz isso. Paim – tantos e tantos anos! –, olhai a humilhação de estar no leilão a casa do fazendeiro, a caminha, a mesa. Atentai bem, é uma vergonha!

Isto é o que venho pedir a esta Casa: vamos ter um instante de grandeza, coragem e independência. Esses Poderes têm de entender que têm de ser iguais, contrapoderes, ser o equilíbrio. Não é para se acachapar, humilhar-se ao Poder Executivo. É esse é o nosso entendimento.

Então, vamos fazer o grande dia deste Senado, derrubando o veto do Presidente da República, que se ajoelha e serve aos ricos, aos poderosos e aos banqueiros – não aos bancários. Os bancários todos estão quase como os homens do campo.

Senadora Heloísa Helena, no começo, entrei com Deus, termino com Deus e vamos continuar com Deus. Ô Lula, peça aí para lhe contarem, porque você não vai ler mesmo D. Quixote de La Mancha.

Arthur, D. Quixote disse: Sancho Pança, você me acompanhou na luta em defesa dos oprimidos, dos fracos, dos nossos sonhos, eu vou lhe dar uma ilha para você governar. E Sancho Pança – até gordinho e barbadinho como Lula, só não tinha um aerolula, tinha um jumentinho em que ele andava – disse: mas eu não posso. Aí, D. Quixote disse: mas eu vi que você é temente a Deus e isso é uma sabedoria. E deu a Ilha de Baratária* para ele governar.

Heloísa Helena, por isso é que um bispo disse que Lula não é católico, não é temente a Deus. Ele é caótico e está levando o homem do campo ao caos.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio, cujo pai enfrentou os canhões da ditadura, e ele está enfrentando a malignidade, o cupim da democracia, que é a corrupção.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Na verdade, esse aparte tem mais razão de ser em determinada hora do seu pronunciamento, quando V. Ex^a se referia às origens. Há um poema de Fernando Pessoa* que gosto muito de citar, algo tipo “o rio que banha a minha cidade é o rio mais bonito do mundo, precisamente porque é o rio que banha a minha cidade”. V. Ex^a tem razão. Quem esquece suas origens, quem se encanta com as carruagens, vira uma cinderela política, vira abóbora. Com certeza, a partir de uma determinada meia-noite, vira abóbora. Ontem foi um dia de alienação brutal, o Presidente falando com Parreira sobre Ronaldo. Nenhuma preocupação com Ronaldo. Ele tinha preocupação em aparecer nos jornais televisivos brasileiros como alguém que se preocupa com aquilo que o povo gosta, enfim. E a guerra civil no Rio de Janeiro correndo solta, inclusive envolvendo diretamente o Exército nacional, que entrou, no impulso, nesse episódio, sem que houvesse uma ordem de baixo para cima que o autorizasse a fazer isso. Ou seja, não sei como o Exército vai sair disso. Sei que, se houvesse governo, ele não teria entrado desse jeito. Poderia ser uma deliberação do Presidente da República que o Exército iria fazer segurança para acabar com essa chaga do tráfico de drogas, mas não alguém do Exército dizendo: olha, nós vamos fazer, porque assaltaram o nosso quartel. Senador, não dá para tomar uma decisão desse porte nesse clima de impulso. Mas V. Ex^a, depois, avançou. E eu concluo o meu aparte, Senador Mão Santa, dizendo que, com a sua vasta cultura, V. Ex^a foi à obra imortal de Miguel de Cervantes, e chegou a Dom Quixote de La Mancha e a Sancho Pança. Na verdade, o Presidente Lula não é mais nem um nem outro. Ele nem tem o senso de realidade, sobretudo não tem a lealdade de Sancho Pança e deixou de ter os sonhos de Dom Quixote há muito tempo. Ele não é nem um nem outro, não caberia na obra imortal de Cervantes. Ele joga de acordo com as oportunidades. Terminou virando mesmo – para falar a linguagem de futebol que ele aprecia tanto – um artilheiro do oportunismo. Não se preocupa com nada de duradouro, ou seja, guerra civil. Morreu um adolescente, não se ouviu uma palavra do Palácio do Planalto. Nada, nada! Não se sabe de uma providência que ele tenha tomado para tirar o Exército dessa crise enorme em que se enfiou, em

função do desgoverno que reina aí, do estado de anomia a que está submetido o País. E, ele, preocupado com Ronaldo, que não precisa dele para coisa alguma. Ronaldo vai, certamente, saber perder os seus quilos, treinar e ajudar o Brasil a ganhar o hexacampeonato mundial. Mas não é essa a minha preocupação. O Brasil pode ganhar e pode não ganhar. Não vai mudar em nada a vida dos brasileiros se o Brasil ganhar ou não ganhar. Não vivemos de Copa do Mundo. Nós vivemos de paz, de trabalho, de emprego, de decência, de ética, vivemos disso tudo. No entanto, o Presidente achou que a grande providência do dia era ligar ao Parreira e ficar com aquela conversa fiada, chateando o pobre do rapaz que trabalha, que não tem tempo a perder com opinião de leigo, com bobagens em seus ouvidos, quando o que se esperava do Presidente era a preocupação sincera com a questão da segurança. Mas isso não importa. Quem está morrendo agora é gente do povo, um povo que ele já esqueceu há muito tempo, porque ele já não acha que o rio mais bonito do mundo é o rio que banha a sua cidade. Ele virou o homem das carruagens e desse luxo que ilude, mas não aquece a alma. Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, já que o Arthur Virgílio buscou novamente o Sancho Pança, lembro-me da bengalada – bendita bengalada! – no José Dirceu, inspirada também no Tristão.

Mas eu queria ser justo com Sancho Pança, que foi um grande governador da Barataria. Ele era temente a Deus, tinha sabedoria, foi humilde. E Dom Quixote ensinou: arruma uma mulherzinha ajeitada, a sua Adalgisinha, direitinho; não beba demais, não coma demais, vista-se com decoro, seja honesto, tenha boas companhias. E o Sancho Pança foi até bom. Depois de aconselhar, voltou Dom Quixote de La Mancha. E eu quero dar este conselho ao Brasil. Arthur Virgílio, ele disse: Sancho Pança, eu quero dar o último ensinamento: só não tem jeito para a morte.

Então, quero dizer ao Brasil: só não tem jeito para a morte. Vamos tirar este PT do Governo para levar o povo à prosperidade e à felicidade.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, Excelentíssimos Srs. Senadores, eu acompanhava, do meu gabinete, hoje, os vários oradores. Desta tribuna ouvi excelentes pronunciamentos.

Realmente, o que me trouxe hoje ao plenário com a hora avançada é a tristeza de ver o meu País

em uma situação tão difícil e complicada, quando o Exército brasileiro vai às ruas. Então, voltamos e fazemos uma retrospectiva do abalo que as instituições estão sofrendo.

Esta augusta Casa, celeiro das leis, tem procurado de todas as formas dar sua contribuição e cumprir seu papel institucional.

Não foi apenas o Exército brasileiro que teve de ir às ruas. No Rio de Janeiro, o Departamento de Polícia Federal muitas vezes é atacado vil e brutalmente e a desmoralização campeia. E aí, Sr^a Presidenta, é preciso que o País reveja com urgência a sua política de segurança pública.

Muitos outros países, mundo afora, tiveram complicadas situações de instabilidade, de insegurança, de violência generalizada. A Itália, por muitos anos, sofreu um processo brutal em que o crime organizado envolveu todas as instituições, do poder político, do Poder Judiciário, tudo entranhado. E aquele país se levantou por uma estratégia na qual somente pela lei poder-se-ia retomar o ânimo e a cidadania, já que aquela sociedade via com desconfiança os seus políticos, os seus juízes, as suas autoridades, as suas polícias.

Deu-se, então, Senador Mão Santa, a Operação Mãos Limpas, um grande trabalho de inteligência.

O Senador Arthur Virgílio, durante todo o dia de hoje, em suas intervenções, manifestou a sua preocupação com o nosso Exército brasileiro, a nossa grande força nacional que dá a grande garantia do funcionamento das instituições, numa situação vexatória, numa situação impulsiva, numa situação desatinada pelo momento em que vivemos, buscando 10 fuzis Fao que foram roubados de seus quartéis.

Fiquei pensando que seria uma oportunidade para um exercício de força, de manobra, de treinamento. Será que os nossos órgãos de inteligência detectaram que vamos entrar em uma convulsão social na qual não se poderia ter mais controle, e o Exército poderia, então, já começar os treinamentos e as manobras para se posicionar? Começamos pelo Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é possível. Se assim o fosse, teríamos o planejamento estratégico forçado para o controle total da situação. Talvez, Senador Arthur Virgílio, não estejamos compreendendo perfeitamente por que a cidade do Rio de Janeiro, o nosso cartão postal, que vendemos pelo resto do mundo, a antiga capital da República, a capital cultural do País esteja em uma situação tão complicada como essa. Eu fiquei muito preocupado. Por esse motivo, resolvi descer, depois de várias audiências e contatos com as lideranças do meu Estado, trabalhando na Comissão de Orçamento, e acredito que o Ministro da Justiça, o Presidente Lula e as nossas forças políticas precisam

se mobilizar. Acredito muito no trabalho de inteligência, acredito que é possível resolver, reverter, mudar.

Este é um país maravilhoso, Senador Mão Santa. É um país abençoado; é um País de gente valorosa, com uma etnia e uma química toda especial. Já viajei por outros países, já contactei com outras culturas, e não há povo tão sublime e especial como o nosso.

Nós não merecemos isso. Nós merecemos a festa. Nós merecemos o carnaval, a cortesia, a criatividade, a inteligência e a altivez. Este é o perfil do povo brasileiro. Não há povo tão criativo e tão especial como o nosso.

Deve-se agir no impulso? Não podemos mais fazer no impulso. É por que pegaram dez armas? É por que o Congresso Nacional resolve mudar as regras das eleições na última hora? Creio que precisamos corrigir muita coisa.

Associo-me aos brasileiros otimistas. Assim como a Oposição, liderada nesta Casa, com muita sabedoria, por vários Líderes do PMDB, do PSDB, pela voz e inteligência do Senador Arthur Virgílio, também quero dizer que o Presidente Lula precisa ouvir. Sábio é aquele que ouve, Senador Mão Santa. Democrata é aquele que consegue tirar da Oposição os aconselhamentos e impressões. Portanto, quando a Oposição fala, a Situação deve estar atenta para fazer das críticas o instrumento para corrigir rumos e criar novas situações.

Senador Mão Santa, reza a lenda que, quando a águia chega aos 40 anos de vida, suas penas estão pesadas e encharcadas pelo tempo, pelo vento, pelas intempéries. Fica cansada e procura, nesse período da sua vida, uma fenda na rocha. Lá começa um processo de auto-avaliação, que é física. Começa arrancando suas próprias penas. Depois, arranca as garras já velhas e cansadas. Por último, bica a parede da rocha para perder o bico. Por um período, espera a nova plumagem, que vem mais leve. O bico cresce novamente, bem como as garras. E ela sai em um vôo maravilhoso!

O nosso País, jovem, com apenas 500 anos, formado por essa etnia, por essa química fabulosa de brancos, negros e índios, tem um brilho especial, um brilho cultural esplêndido. Somos, ainda, o líder da América Latina. Temos grandes vitórias pelo mundo afora. Acredito que nos vamos renovar mais ainda e que é nesse processo que vamos aprender.

Se o Exército brasileiro, por um impulso, chegou a ocupar as ruas do Rio de Janeiro, tenho certeza de que, em outro momento, não irá mais às ruas, de jeito algum. Talvez o tenha feito pelo próprio desespero, não pela arrogância da tropa e da força do fuzil, para recuperar dez armas. Lucidamente não se justifica isso. Não se justifica! Para buscar dez espingardas, dez fu-

zis, vou mobilizar cinquenta mil homens? Vou trazer meus tanques, minhas Forças – por ar, os aviões; por água, os navios; e, por terra, o Exército todo? Vou incluir todas as forças de defesa nacional para cercar o Rio de Janeiro, porque quero recuperar dez espingardas? Não existe isso.

Acredito no vôo da renovação. Acredito no aprendizado. Acredito em um País próspero. Entristeci-me hoje, Senador Mão Santa. Muito triste fiquei por ver meu País em uma situação tão tonta. O Congresso sem ainda ter definido as próprias regras das eleições, que são o carro-chefe da democracia, por meio das quais se elegem as autoridades que conduzem o País, no Legislativo, no Executivo. Vejo nosso País tonto, Senadora. O art. 16 da Constituição é explícito, e nós aqui sem termos ainda as regras estabelecidas para conduzir o pleito para escolher o Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. Isso é muita responsabilidade.

Como estamos tontos aqui, estamos tontos no Rio de Janeiro, com as nossas Forças Armadas. Estamos sem a quilha. Porém, acredito que vamos ajustar isso.

O Presidente Lula deve retornar ao País – se já não chegou –, e acredito que deve reunir-se com todas as forças especiais e institucionais de que dispomos. O Presidente deverá chamar o Exército e seus comandantes – assim deve proceder, já que é a autoridade máxima do País –, a Polícia Federal e as forças policiais auxiliares civis e militares e, com a participação do Ministro da Justiça, penso que deverá ser feito um planejamento sério.

Acredito nisso, Senador Mão Santa. Não sou do tipo apocalíptico, que acredita que, com o descongelamento veloz das calotas polares, haverá uma grande enchente e um segundo ciclo, tipo Arca de Noé, e que vai acabar tudo. Não acredito nisso. Acredito nas promessas e na estratégia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Com o maior prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Gilvam Borges, eu e o Senador Mão Santa estávamos assistindo ao seu pronunciamento. Cumprimento V. Ex^a, porque, ao longo de seu discurso, também deduzo algo que alguém já me disse. Quando se é Oposição, fiscaliza-se, critica-se e apontam-se caminhos corretamente. O papel da Situação é articular e votar. Articula-se, vota-se, avança-se para conferir sustentação aos projetos em que se acredita. Embora a minha postura seja considerada independente e um pouco rebelde, procuro avançar por esse caminho.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Ex^a não é um rebelde, mas um homem de convicções.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a aborda, neste fim de sessão – agora são 21 horas –, a questão das Forças Armadas. Ouvi sua narração sobre a águia, quase um poema, e penso que V. Ex^a foi muito feliz. No entanto, ao mesmo tempo em que V. Ex^a fazia a análise da situação do Rio de Janeiro em relação às Forças Armadas, eu também cá refletia e comentei com o Senador Mão Santa um poema que diz mais ou menos isto que vou tentar explicitar. Num primeiro momento, eles vieram à minha rua e prenderam os meus vizinhos. Eu deixei. Depois, eles vieram de novo à minha rua e prenderam os meus amigos. Eu deixei; não era comigo. Depois, vieram à minha rua e prenderam os meus parentes. Também deixei; não era comigo. Depois, entraram na minha casa e levaram até o meu cachorro. Depois avançaram na minha casa e, quando eu vi, estavam levando também a mim e à minha vida. Faço essa consideração porque confesso a V. Ex^a que estou convicto de que as Forças Armadas brasileiras tinham que reagir. Calcule a crítica que não estaríamos fazendo, neste plenário, enfim, se nada fosse feito. Então, os marginais entram no quartel do Exército brasileiro, levam metralhadoras, enfim, armas das nossas Forças Armadas? O Exército tinha que reagir; tinha que haver, de fato, uma reação. É claro que temos que medir a dimensão, mas o Exército, Senador Gilvam – e sei que V. Ex^a também concorda com a tese –, tinha que reagir; a forma nós podemos discutir. Quero aqui, neste momento, dizer que falo em defesa das Forças Armadas brasileiras. Sei que V. Ex^a também não está criticando, está fazendo ponderações, mas tinha que haver, de fato, uma reação, porque senão essa história, em forma quase de poesia, que eu procurei traduzir poderá acontecer, inclusive, amanhã ou depois, dentro das nossas casas, com as nossas vidas. Tinha que haver uma reação. No mais, meus cumprimentos pela forma ampla, generosa e qualificada como faz esse discurso, apontando o caminho inclusive do Governo. O Governo tem que ouvir bastante e procurar acertar os passos para construir a grande caminhada. Pois, como já disse aquele poeta espanhol, os caminhos se fazem caminhando.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Ouvi e assimilei o aparte de V. Ex^a.

Reza a lenda que um jovem insistia em atravessar um igarapé a nado. Na primeira vez ele nadou muito bem e chegou do outro lado. Aí, muito jovem e impetuoso, os hormônios fervilhando, ele achou que poderia nadar de volta. E assim fez. Então, por vários dias ele repetiu a aventura. Um belo dia, no meio do rio, do igarapé, quando ele achava que estava tudo bem,

veio uma grande pirarara, que é um peixe grande da Amazônia, e o engoliu.

É preciso uma grande reflexão. Não estamos criticando. Muito pelo contrário, estamos avaliando uma situação de alto nível. O que lamento é ver o Exército brasileiro, o nosso Exército brasileiro, a nossa grande garantia constitucional, ser enxovalhado, armado com canhões e metralhadoras, numa ação repressora, sem saber em quem atirar. Eles estão escondidos. É uma guerrilha urbana, sem dúvida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo um aparte ao grande orador Senador Mão Santa, que é muito ativo, muito atuante, um grande filósofo e um grande médico, não é, Senador Mão Santa? V. Ex^a tem muitos admiradores aqui e um aparte de V. Ex^a sempre engrandece e enriquece quem assume a tribuna.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam, minhas primeiras palavras são para louvar o otimismo de V. Ex^a. Juscelino Kubitschek, em uma mensagem, diz assim: “É melhor sermos otimistas. O otimista pode errar; o pessimista já nasce errado e continua errado”. E V. Ex^a prega o otimismo na Pátria. Mas quero dizer que eu, na mocidade, encantado pelo patrono do Exército, Olavo Bilac, fiz o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, CPOR, o que os universitários faziam. Foi um aprendizado muito importante. Quero dizer a V. Ex^a que na Bandeira brasileira está a síntese de toda nossa civilização, dos 506 anos, da Constituição, das nossas famílias. Lá está escrito “Ordem e Progresso”. E quem faz o Exército jura, sonha, vive. Sua razão de viver é defender a Bandeira, que simboliza a nossa Pátria. Não preciso falar das cores da Bandeira, cujo significado todos conhecem. Foi justamente no “Ordem e Progresso” da nossa Bandeira que o Exército se inspirou. Nós entramos nas favelas por causa da desordem, do desrespeito. A tradição é esta: se queres a paz, prepara-te para a guerra. Essa é a filosofia. Então, quero crer que esses oficiais, que esses generais têm essa intenção de manter aquilo que ali está inscrito. Aquilo é um lema, como V. Ex^a falou. Eu desejaria ser filósofo, mas não sou. Dizer isso foi bondade de V. Ex^a. O lema é de um filósofo, Auguste Comte, francês, que exerceu muita influência nos republicanos. Havia, no Rio de Janeiro, o Colégio Lafayette, onde quase todos os líderes republicanos buscaram o saber, e eles colocaram esse lema “Ordem e Progresso”, filosófico, positivista. E acho que esta é a razão do deslocamento. Os militares querem é garantir a Bandeira que vai nos levar ao Brasil dos sonhos que V. Ex^a está apontando.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Incorporo o aparte de V. Ex^a e já abrevio o meu pronunciamento para que possamos encerrar esta sessão, em virtude do avançado da hora. Até cheguei um pouco constrangido porque cheguei tarde, mas o coração estava muito pesado e eu achei que deveria vir a esta tribuna hoje à noite para tecer alguns comentários, principalmente sobre a questão da segurança pública.

Vejo o Presidente da República exposto, vejo o Exército brasileiro nas favelas, vejo a imprensa, a mídia nacional discutindo essa situação toda e acho que V. Ex^a tem razão: o nosso Exército se faz presente para mostrar ao País que está de prontidão.

Mas acredito no setor de inteligência. É lamentável chegar-se a um cerco como esse, um cerco a uma cidade, com a mobilização de quase quinze mil homens, de todas as nossas forças, vindos de algumas regiões de comando – é dividida a nossa força em todo o País –, e cheguem os tanques, com todo o aparato, com toda a frente, e ali fiquem presente, cercando estrategicamente todo o morro, montando-se toda uma logística... Tudo bem. Ficou muito bonito o Rio de Janeiro, lindo, como é.

O povo brasileiro tem no carioca, tem naquela gente o nosso espelho, por sua bondade, pelo trato, pelo jeito alegre, por aquela coisa toda. É o nosso cartão postal, Senador Mão Santa! Imagine essa notícia em outros países, na Europa, nos Estados Unidos, nos outros continentes: “Rio de Janeiro praticamente incontrolável! Guerrilha total!” Milhares de turistas não virão ao País. A nossa imagem maculada e nós, aqui no Congresso, tontos, ainda definindo regras para as eleições. E nós lá, no nosso querido Rio de Janeiro, ex-capital da República, cartão postal do Brasil, sem alternativa. Polícia Federal atacada, Polícia Civil atacada, Polícia Militar atacada, o Exército brasileiro atacado. Foram lá buscar dez fuzis.

Não estou criticando as Forças Armadas. Ao contrário. As Forças Armadas são a nossa garantia para o funcionamento das instituições e devemos, portanto, zelar por elas, devemos prestigiá-las. Tenho a consciência, como Senador da República, de que deveríamos ter planejado isso melhor.

Conhecemos as gangues, os bandidos, os criminosos, sabemos quem é quem. Acho que, quando o Exército chegasse, já se deveria saber como deveria ser feita a abordagem. Mas a verdade é que estamos nas esquinas, com os nossos fuzis em punho, atrás de supostos bandidos e quadrilhas que estão entranhadas no morro, no meio de uma grande maioria de cidadãos de bem. Apenas um por cento dos habitantes da favela faz parte da organização de grupos criminosos.

Portanto, acho que, se fosse necessário uma força como essa, não poderíamos passar por esse vexame. O Exército deveria chegar com tudo já planejado, com todo o apoio certo: “Em uma semana, estaremos nas ruas, com o apoio da Polícia Federal, das polícias auxiliares, com tudo identificado para, no mínimo, em um mês, haver a retirada da tropa, trazendo justamente o que se buscava”. Aí, a população se sentiria ainda mais protegida e orgulhosa de saber que as nossas forças todas institucionais estavam ali, prontas para a proteção. Porque aquelas armas lá, Senador Mão Santa, não são do soldado; são da Nação. Eles são a Nação. Eles são nossos protetores constitucionais.

Portanto, não me cabe aqui criticar as nossas Forças. Cabe-me aqui, como Senador da República, aplaudir. Cabe-me aqui, como Senador da República, orgulhar-me das nossas Forças. Agora, cabe-me aqui também, Senador Mão Santa, me entristecer, quando vejo as nossas Forças sendo enxovalhadas, agora sem condições de ir, de recuar ou de retroceder. Como será o desfecho disso tudo? A tropa vai voltar aos quartéis, possivelmente sem esses fuzis.

Eu, agora, desta tribuna, faço um apelo a algum cidadão do Rio de Janeiro, àqueles que nos assistem aqui, desta tribuna, que intercedam e ajudem o nosso Exército, ajudem as nossas instituições. Peguem as armas. Se você conhece, ou sabe, ou tem uma informação, por favor, deixem-nas lá na porta do quartel, de madrugada, numa praça pública, num logradouro público qualquer.

Quero fazer, Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, um apelo a essa gente valorosa do Rio de Janeiro, um apelo do fundo do coração: quem souber, por favor, faça esse esforço, entregue esses fuzis e permita que o nosso estimado e valoroso Exército Brasileiro* possa voltar aos nossos quartéis. São apenas 10 fuzis. Peço isso pelo engrandecimento do Rio de Janeiro, do Brasil. Essa imagem não pode perdurar por muito tempo, é uma imagem extremamente negativa ao País, muito.

Portanto, minha cara Presidente Heloísa Helena, encerro este pronunciamento associando-me a todos os Senadores, tanto de Situação como de Oposição, que aqui avaliaram o quadro.

Associo-me, para fazer este apelo, ao povo do Rio de Janeiro e ao Presidente Lula, que está retornando. Tenho certeza, não tenho dúvida de que o nosso Presidente da República é o nosso Presidente da República. Ele foi eleito. Ele recebeu o voto. Não recebeu o meu voto, mas é o meu Presidente. S. Ex^a tem um plano que, quando chegar, haverá de ser desencadeado. Um planejamento sério precisa ser exe-

cutado, não medidas paliativas, Senador Mão Santa, do faz-de-conta.

Queremos presos os verdadeiros bandidos, os cabeças. Não interessa se eles estejam ali, se é o juiz. Não interessa se eles sejam o Deputado. Não interessa se eles sejam o empresário. Não interessa. Interessa que a lei seja cumprida e que essa garantia de segurança seja proporcionada pelo Estado brasileiro.

O Presidente chegará ao País, de volta, e tenho certeza de que tomará as providências. Não vai resolver num dia ou num ano, porque é um problema crônico; mas tenho certeza de que, no planejamento de um ano, S. Ex^a tem como dismantelar essas quadrilhas que estão trazendo um prejuízo enorme ao País, muito grande.

Eu quero ver como foi feito na Itália, em outros países. O Peru vivia guerrilhas terríveis, forças separadas, seqüestros, violência total, mas o país se levantou e reagiu, com plano, com segurança, e foi debelando o crime. O sujeito não podia ir ao banco, ter um comércio, possuir nada. A guerra foi declarada total. A sociedade ficou instável, desequilibrada, desarticulada, e era preciso levantar. Mas eles passaram, tiveram que trilhar o caminho. Por isso, acredito no meu País.

Tenho certeza de que o meu Presidente, o Ministro da Justiça, as autoridades competentes haverão de montar um plano, uma estratégia. Eu me proponho a ajudar. Sou um humilde Senador, venho lá das margens do grande rio Amazonas, do Estado do Amapá, mas não tenho só planos e idéias. Tenho sugestões. Poderemos, juntos, ajudar. Creio que há muitos Senadores que podem ajudar, há muitas lideranças.

Portanto, encerro este pronunciamento agradecendo aos taquígrafos, aos funcionários da Casa – o Zezinho, comandando o cafezinho –, aos cinegrafistas, aos jornalistas, bravamente, dando garantia para a democracia.

Pode ser que uma palavra a mais não possa contribuir, mas pode ser que uma palavra e um desejo possam mudar. Acredito nisso. E vamos mudar para melhor. Estamos no processo do vôo da renovação.

Paim, parabéns, querido, por V. Ex^a estar aqui lutando pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil.

Mão Santa, que Deus te proteja e te mantenha esse persistente, tenaz e capacitado tribuno que só engrandece esta Casa.

Muito obrigado. Que Deus nos proteja e nos abençoe.

Rio de Janeiro, te levanta, entrega as armas, para que possamos ter a tranquilidade que buscamos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO
Nº 255, DE 2006****Requer Voto de Pesar pelo falecimento
do Senhor Anwar Haully, irmão do Deputado
Federal Luiz Carlos Haully.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 09 de março de 2006, em Londrina/PR, do Sr. Anwar Haully, irmão do Deputado Federal Luiz Carlos Haully.

Requeiro, também, que a Mesa apresente condolências à família Haully, por intermédio do Deputado Luiz Carlos Haully.

Justificação

Com profunda consternação, apresento ao ilustre Deputado Luiz Carlos Haully, representante do PSDB do Paraná o mais profundo sentimento pela perda, hoje, de seu irmão, o Sr. Anwar Haully, residente na cidade de Londrina. Ao Deputado Luiz Carlos Haully, dedicado parlamentar do meu partido, peço transmitir aos familiares de Anwar essa nossa mensagem de solidariedade cristã, externada por este Voto de Pesar que proponho ao Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2006**Requer Voto de Aplauso à Senhora
Dulce Pinto da Costa, médica no Amazonas,
que amanhã dia 10 de março de 2006, será
homenageada em Manaus pelo transcurso
do seu 80º aniversário.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de Aplauso à Senhora Dulce Pinto da Costa baiana de nascimento e radicada no Amazonas há 50 anos, pelo seu 80º aniversário, pelo que será homenageada hoje em Manaus. Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

A ilustre médica Dulce Pinto da Costa é figura do maior aconchego da população de Manaus, onde reside há 50 anos, procedente da Bahia, sua terra natal. No Amazonas, sua terra por adoção, a Dr. Dulce, tem fone atuação social. É viúva do Dr. Theodomiro Pinto da Costa, ex-Deputado Estadual, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas e ex-Secretário de Saúde do Estado. Hoje, a Dr. Dulce completa 80 anos e será alvo de homenagem da so-

cidade de Manaus. Ela é, pois, merecedora do voto de aplauso que proponho ao Senado.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 257, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerado a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

a) no ano de 2005, os Estados e Municípios enviaram ao Ministério da Saúde as informações necessárias para verificar o cumprimento das determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

b) no ano de 2005, a União, os Estados e Municípios cumpriram as determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

c) quais as medidas adotadas para punir aqueles que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais? Sala das Sessões, 9 de março de 2006. Senador José Maranhão (PMDB – PB).

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência defere o Requerimento nº 247, de 2006, lido na sessão do dia 8 do corrente, nos termos do art. 41, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Gilvam Borges.

Convidamos os Senadores para a sessão não deliberativa de amanhã, às nove horas. Com certeza, estes quatro Senadores estarão presentes, para garantir o **quorum** necessário para a abertura da sessão.

Espero, realmente, que o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto não sejam apenas palacetes de rituais cínicos, mentirosos e esnobes, os velhos e conhecidos sepulcros caídos, bonitinhos por fora e apodrecidos por dentro e que, realmente, sejam aquilo que sonha a grande maioria do povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Senhora Ideli Salvatti e os Senhor Augusto Botelho enviaram proposições à Mesa cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente.

As proposição será lidas na próxima sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Amir Lando, Romero Jucá, Pedro Simon e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Cada vez mais estranho”, publica-

do na seção “Opinião” do jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 3 de março do corrente.

A matéria destaca a decisão de familiares do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, de deixar o país, em função das ameaças de morte que têm recebido. Segundo o artigo, a decisão “agrega nova dose de estranheza ao caso”.

Os irmãos de Celso Daniel alegam que o irmão foi morto por ter se contraposto a um esquema de corrupção que achacava empresas de ônibus de Santo André.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CADA VEZ MAIS ESTRANHO

A decisão de familiares de Celso Daniel -prefeito petista de Santo André assassinado em 2002- de deixar o país agrega nova dose de estranheza ao caso. O irmão mais novo de Celso, Bruno, já embarcou para fora do Brasil com sua mulher e os três filhos. Os filhos do mais velho, João Francisco, devem seguir os passos da família do tio. Os Daniel alegam que o irmão foi morto por ter se contraposto a um esquema de corrupção que achacava empresas de ônibus da cidade. O Ministério Público e nova investigação da Polícia Civil colheram indícios que contradizem fortemente a conclusão do primeiro inquérito policial sobre o caso, o qual atestava que Daniel fora vítima de crime comum.

Depósitos de companhias de transporte urbano em favor de Sérgio Gomes da Silva -o assessor que conduzia o veículo com Celso Daniel na noite em que este foi seqüestrado- confirmaram o que dissera um dos empresários que denunciou o esquema em Santo André. Duas testemunhas do assalto ao veículo em que estavam o prefeito e Gomes da Silva afirmaram que este não se comportava

propriamente como a segunda vítima da ação -conforme alega-, mas como comparsa dos bandidos.

Seis pessoas que tiveram relação com o caso foram mortas ao longo da investigação, entre elas um foragido da Justiça que, antes de morrer, disse ter trabalhado com Gomes da Silva em Santo André. E um envelope com denúncias contra esse assessor de Celso Daniel foi achado no apartamento do prefeito. Fora enviado por outro auxiliar de Celso Daniel, Gilberto Carvalho, hoje chefe-de-gabinete da Presidência. Carvalho -que confirma o envio do dossiê, dizendo que apenas repassou informações anônimas que recebera- é acusado por João Francisco e Bruno Daniel de lhes ter relatado que agiu como receptor de dinheiro do esquema de corrupção, tendo-o repassado ao então presidente do PT, José Dirceu.

Agora, as ameaças de morte contra os irmãos Daniel -que desde o início das apurações endossam a versão de crime político- os levam a retirar as famílias do Brasil. O fato, aliado ao que já foi revelado até aqui, faz aumentar a verossimilhança do que dizem Bruno e João Francisco.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem acompanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula privilegia governadores aliados com liberação de verba”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 13 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva privilegiou, em 2005, governadores aliados com a liberação de verbas de investimento federal aplicadas por meio de convênios com os Estados. Do total de R\$1,4 bilhão destinado a esse fim, os três governadores petistas ficaram com 16,7% do total, apesar de comandarem Estados que reúnem apenas 3,2% da população do país. Dados do Siafi (sistema do Tesou-

ro Nacional de acompanhamento dos gastos federais) mostram que o Acre, do governador Jorge Viana, um dos petistas mais próximos de Lula e cotado para coordenar sua provável campanha à reeleição, recebeu em caixa R\$110 milhões em 2005, o que representa o segundo maior valor entre os Estados.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

DINHEIRO CARIMBADO *Os três Estados chefiados pelo PT receberam 16,7% do total*

Lula privilegia governadores aliados com liberação de verba

RANIER BRAGON
SILVIO NAVARRO

13 DE FEVEREIRO DE 2006

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva privilegiou em 2005 governadores aliados com a liberação de verbas de investimento federal aplicadas por meio de convênios com os Estados. Do total de R\$1,4 bilhão destinado a esse fim, os três governadores petistas ficaram com 16,7% do total, apesar de comandarem Estados que reúnem apenas 3,2% da população do país.

Dados do Siafi (sistema do Tesouro Nacional de acompanhamento dos gastos federais) mostram que o Acre, do governador Jorge Viana, um dos petistas mais próximos de Lula e cotado para coordenar sua provável campanha à reeleição, recebeu em seu caixa R\$110 milhões em 2005, que é o segundo maior valor entre os Estados.

O montante supera tudo aquilo destinado a São Paulo — que tem uma população quase 60 vezes maior —, beneficia o com R\$ 84 milhões, e cujo governador, Geraldo Alckmin (PSDB), poderá vir a ser o principal adversário de Lula na corrida pela reeleição.

Na comparação entre a verba

destinada à população, o Acre lidera o ranking, com liberação proporcional de R\$17,15 por habitante em 2005. Viana diz que a maior parte do valor foi usada na manutenção de rodovias federais sob tutela do Estado, que isso ocorre desde a gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O Piauí, do petista Wellington Dias, e o Estado com o terceiro maior volume de recursos liberados, R\$ 92 milhões, e o quinto na comparação com a população — R\$ 30,63 por habitante.

“É a inversão de prioridades do governo Lula, que embora ainda não tenha aprovado a redução do fundo de desenvolvimento do Nordeste, na prática está realizando a política de desenvolvimento regional, isso implica atender em mais recursos Estados que têm economia menos dinâmica”, diz o secretário de Planejamento do Piauí, Merlong Solano.

Os números do Acre e do Piauí, chefiados por petistas, contrastam com os dados de Estados do Norte e do Nordeste administrados por partidos que fazem oposição ao governo, como o Pará e a Bahia (R\$ 4,56 e de R\$ 4,32 por

habitante, respectivamente).

Também comandado pelo PT, Mato Grosso do Sul recebeu R\$ 38,8 milhões em 2005, média de R\$ 17,15 por habitante.

O levantamento reúne recursos efetivamente transferidos aos governos dos Estados em 2005, por meio de convênios, para a realização de obras e investimento. Não estão incluídas as transferências obrigatórias, como as destinadas às áreas de saúde e educação.

Os números foram solicitados a duas fontes, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso e a liderança do PSDB no Congresso.

A assessoria de imprensa do ministro Jaques Wagner, coordenador político do governo, negou discriminação ou privilégios a governadores, mas disse que o ministro afirma que busca um aperfeiçoamento para o atendimento técnico das demandas que sejam prioritárias para os Estados.

Opositores

Entre os cinco Estados com mais baixo índice de liberação de verbas por habitante, quatro são governados por opositores a Lula e um, o Paraná, é comandado por Roberto Requião (PMDB-PR), que, embora manifeste simpatia

por Lula, não se furta a frequentemente criticar o governo.

“Na verdade, temos uma política econômica claramente contrária ao desenvolvimento e de R\$ 2,08 por habitante”, diz Requião.

No rodapé da lista dos Estados com pior desempenho estão, além de São Paulo, o Rio Grande do Sul, de Geremio Rigotto (PMDB), e o Rio de Janeiro, do ex-governador Anthony Garotinho (PMDB), possíveis rivais de Lula nas eleições. Os dois devem disputar as prévias do partido.

“A liberação leva em conta a agressão, as questões partidárias, as negociações feitas para aprovar projetos no Congresso”, disse Rigotto, cujo Estado recebeu R\$ 31,5 milhões, média de R\$ 2,65 por habitante, o quarto menos atendido proporcionalmente, com R\$ 2,91 por habitante.

“[Lula] discrimina a população do Rio porque meu marido é candidato à Presidência”, disse a governadora do Rio, Rosinha Mathias (PMDB), mulher de Garotinho. O Rio recebeu R\$ 40,8 milhões, média de R\$ 2,65 por habitante, a terceira mais baixa.

A assessoria do governador de São Paulo não se manifestou. O Estado tem o pior atendimento proporcionalmente, com R\$ 2,08 liberados por habitante.

OS INVESTIMENTOS NOS ESTADOS

Os investimentos federais são realizados diretamente pela União ou são executados por Estados e municípios, por meio de transferência de verbas.

Estado	Transferências em 2005, em R\$ milhões*	Partido do governador	R\$ por habitante
★ AC	109,9	PT	164,18
AP	58,1	PDT	97,65
AR	22,8	PSDB	8,37
BA	66,6	PMDB	51,32
★ PI	92,1	PT	30,63
CE	72,7	PDT	24,12
DF	52,2	PMDB	22,38
RN	66,8	PSB	22,26
SE	39,4	PFL	20,82
★ MS	38,8	PT	17,15
RO	20,3	PPS	13,06
AM	4,2	PMDB	12,75
PB	11,7	PSDB	10,12
CE	11,1	PSDB	9,07
PE	16,3	PMDB	9,07
MT	25,2	PPS	9,00
MG	151,8	PSDB	7,89
GO	41,0	PSDB	7,29
MA	35,7	PTB	5,85
SC	32,8	PMDB	5,59
ES	15,6	PMDB	4,58
PA	31,7	PSDB	4,56
BA	60,7	PPS	4,39
RS	31,5	PMDB	2,91
RJ	40,8	PMDB	2,65
PR	21,1	PMDB	2,08
SP	34,0	PSDB	2,08

* Os dados foram levantados pelo governo dos Estados e Municípios, com base no Relatório de Gestão 2004-2005, disponível em: www.transparencia.org.br.
 * Os dados foram levantados pelo governo dos Estados e Municípios, com base no Relatório de Gestão 2004-2005, disponível em: www.transparencia.org.br.



Os três

governadores petistas ficaram com 16,1% do total repassado pela União, apesar de comandarem Estados que reúnem apenas 3,2% da população brasileira.



SÃO PAULO
São Paulo

governado pelo tucano Geraldo Alckmin, foi o menor atendido em relação à população. Nos números absolutos, é o quarto. Dos cinco Estados com menor índice proporcional de verbas, quatro têm governadores que se opõem a Lula.



O MAIS ABONADO

Proporcionalmente ao nº de habitantes, o Estado que mais recebeu verbas federais foi o Acre, governado pelo petista Jorge Viana. Em números absolutos, foi o 2º a receber mais dinheiro, apesar de ser o 3º melhor Estado em nº de habitantes.

R\$ 1,44 bilhão

é a soma dos recursos transferidos pelo governo Lula em 2005. Esse valor inclui as verbas do Orçamento 2006 e aquelas de anteriores, os chamados "restos a pagar".



OUTRO LADO

Governo nega discriminação

por JORGE PERALTA

A assessoria de imprensa do ministro Jaques Wagner (coordenador político do governo) negou que haja discriminação contra Estados e afirmou ser necessário que alguns governadores se "desparçam" dos problemas políticos para que possam estabelecer com o ministério uma relação de "colaboração e parceria".

De acordo com o ministro Jaques Wagner, não haveria discriminação, que as demandas prioritárias de todos os Estados sejam atendidas, mas afirma que, para isso, é

preciso que a "política eleitoral" seja deixada de lado.

A assessoria do ministério argumenta ainda que existem várias peculiaridades em cada convênio que precisam ser analisadas caso a caso. De acordo com o ministro, o baixo atendimento verificado no caso de Regiane, "um amigo do governo", prova que não há discriminação partidária na distribuição de verbas.

Segundo o governador do Acre, Jorge Viana, "os números que apontam a unidade da federação como um dos principais destinatários dos repasses da União são

"distorcidos" e "injustos", já que um montante teria sido utilizado para manter estradas federais sob tutela do Estado.

O argumento de Viana para afirmar que "a conta não é verdadeira" é que, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Acre seria responsável pelas obras em estradas federais. Segundo ele, o volume de recursos que chegava a R\$ 100 milhões no último ano do governo FHC.

"Foi essa distorção pelo fato de o Acre ser um dos poucos Estados em que as obras federais de rodovias estão delegadas para nós. Dos

R\$ 109 milhões, mais de 60% são recursos de obras federais que em qualquer Estado ficam fora. Se somar só aqui fica injusto", disse o governador.

O governador reclamou ainda que o levantamento não contabiliza aportes similares aos do Acre, ou seja, usados para custear obras federais. "Não é dinheiro do Estado. O que o Brasil investiu no Rio de Janeiro em indústria naval não é somado", disse.

Ele negou que sua proximidade com o presidente e o fato de ser do PT influenciem na dinâmica dos repasses.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Amigo de Lula também doou R\$25 mil para Vicentinho”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 8 de março de 2006.

A matéria mostra que o Sr. Paulo Okamoto, presidente do Sebrae e amigo de Lula, e que está na mira da CPI dos Bingos desde que admitiu ter pago uma dívida do presidente, doou R\$24.840,00 para a

campanha de Vicentinho à prefeitura de São Bernardo do Campo.

A matéria mostra, também, que Okamoto teria pago uma dívida da filha mais velha do presidente, no valor de R\$34,75 mil em aluguéis atrasados.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCALAÇÃO DO ‘MENSALÃO’ DO GRANDE AMIGO

Paulo Okamoto, que pagou dívida do presidente, colaborou com campanha em 2004

Amigo de Lula também doou R\$ 25 mil para Vicentinho

CATIA FARRA

A relação pessoal entre o amigo de Lula, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e o presidente do PT, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, doou R\$ 24.840,00 para a campanha de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, à Prefeitura de São Bernardo do Campo. O valor da contribuição, registrada em 14 de setembro de 2004, representa praticamente todo o vencimento de Okamoto por ele a CPI dos Bingos.

Em seu depoimento, Okamoto disse receber “pouco mais de R\$ 30 mil” em mensalidades, além do salário do presidente do Sebrae, para a qual foi indicada pelo Lula. O pagamento por sua participação no conselho da Brasília foi a apresentação como ex-metalúrgico.

Segundo Nelson Barbhara, o secretário da campanha de Vicentinho, Okamoto contribuiu com 54 mil etiquetas adesivas, pagando R\$ 460 por cada milhar. Ele optou por colaborar com o material já pronto e apresentou a nota fiscal. Por isso, na prestação de contas, a receita é lançada como valor estimado. “Essa é opção de quem doa. Ele dá o material e apresenta a documentação”, explicou o tesoureiro de Vicentinho.

Barbhara conta que não negociou diretamente com Okamoto, mas apenas foi orientado a procurá-lo para receber a colaboração. “Eu só recebi a informação que ele iria ajudar. E aí, na minha equipe, teve alguém que foi atrás para poder encaminhar. Porque você prepara a arte, faz tudo”.

Afirmando que a doação aconteceu há quase dois anos, Barbhara afirmou que não procurou Okamoto. “Lembro quem foi que me avisou que ele ia doar. São dois anos”.

Ontem, Vicentinho também não se lembra da doação. Foi necessário que Barbhara fizesse uma pesquisa para identificá-la. “Não sei se está declarado, ele doou mesmo. Mas não sei exatamente para o que foi, não Paulo Okamoto e um companheiro nosso, da nos a diretoria. Foi um companheiro meu de diretoria, fomos casados juntos. Presumo de um tempinho para saber para o que foi”, reagiu Vicentinho.

O deputado fez questão de trazer

OKAMOTTO NA MIRA

Paulo Okamoto, presidente do Sebrae e amigo de Lula, está na mira da CPI dos Bingos desde que admitiu ter pago a dívida do presidente. Agora volta ao foco devido a dois outros fatos envolvendo dinheiro seu

O AMIGO DE TODOS

O dinheiro de Okamoto para as contas

R\$ 25 mil R\$ 26 mil R\$ 29.4 mil

2004
Deputado pelo PT
Prestação de contas da campanha de Vicentinho para a Prefeitura de São Bernardo do Campo
Doação de Okamoto

2004
Filha de Lula
Segundo fiadora do apartamento de Lula, dívida do escritório político foi paga com 2 cheques de Okamoto em São Bernardo

2004 e 2005
Ex-presidente do PT
Dívida com o PT
Sigilos: CPI suspeita que dinheiro veio da caixa 2 montado por Marcos Valério
Por isso, pediu a quebra dos sigilos de Okamoto o que foi negado pelo STF em janeiro
Em fevereiro, o Supremo negou novo pedido da CPI

OUTRO LADO

Okamoto admite ter feito doação a Vicentinho, mas, procurado pela **Folha**, sua assessoria disse que ele não se lembrava de valor. Sobre a dívida de Lula, ele nega o pagamento. Em relação a dívida de Lula, atribuiu a Delúbio em novembro a CPI a responsabilidade pelo lançamento na contabilidade do partido. Ele disse que o dinheiro teria sido repassado direto ao PT.

que determinou o registro de todas as doações recebidas pelo partido. “Se você quer muita transparência, as doações devem ser registradas. Todo mundo que doar tem que declarar tudo”.

Barbhara ressaltou que “Vicentinho teve muita dificuldade para fazer campanha”. Segundo prestação de contas apresentada à Justiça Eleitoral, foram arrecadadas R\$ 865,32 para a disputa pela prefeitura de São Bernardo, do Rio de Janeiro, de Lula. A época, ele foi um dos poucos candidatos a prefeito em São Paulo. “Foi uma luta muito difícil”, afirmou.

Procurado pela **Folha**, a assessoria de Okamoto pediu, num primeiro momento, a origem da informação. Depois de informada que os dados são oficiais, afirmou

que Okamoto confirmava a contribuição, “provavelmente em bulhões”. Mas não lembrava que tinha sido feita de uma única vez. Tinha ocorrido diferentes doações. Até a noite de ontem, a assessoria não tinha apresentado uma versão definitiva sobre a colaboração de Okamoto.

Amigo do presidente, ele afirmou que não se lembra de ter pago a dívida de Lula. “O meu pagamento foi feito em quatro parcelas entre o começo de 2003 e março de 2004, em espécie”.

Okamoto ainda não explicou a origem do dinheiro. Em 2002, um ano antes de assumir a dívida de Lula, ele — que tinha apenas a aposentadoria como fonte de rendimento — teria ajudado a filha mais velha do presidente, Lúcia, a pagar aluguel atrasado referente à campanha de 1996, para vereador em São Bernardo.

QUEM É OKAMOTTO?

Foi nomeado presidente do Sebrae por Lula em janeiro de 2003. Ex-tesoureiro do PT, coordenou as finanças da campanha de Lula em 1989. Foi amigo do presidente desde quando era diretor deste Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no final dos anos 70.

R\$ 30 mil

é o valor aproximado de sua renda mensal, segundo Okamoto disse à CPI em novembro passado.

PERGUNTA AINDA SEM RESPOSTA

1 Por que Okamoto quitou com seu dinheiro a dívida de Lula e curian, e fez doação para a campanha de Vicentinho, se hoje seu salário equivale a quase o total de cada operação?

2 Se Okamoto quitou o débito de Lula, como diz que localizou, por que não apresentou até agora os recibos bancários?

3 Por que Okamoto não apresentou uma versão definitiva sobre a colaboração de Okamoto para impedir a quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico?

4 É verdade que Okamoto datava em prefeituras petistas atrás de listas de fornecedores para arrecadar caixa dos para campanhas, como acusou o ex-petista Paulo de Tarso Venceslau e a deputada petista Angela Guadagnin? Há como provar o fato?

Original ilegível enviado pela Ata

Okamoto pagou dívida de filha do presidente em dinheiro, em 2002

LILIAN CHRISTOFOLETTI

DA REPORTAGEM LÉILA

Um ano antes de assumir uma dívida pessoal de Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Okamoto havia socorrido a filha mais velha do presidente, Lurian Cordeiro Lula da Silva, que tinha uma dívida de R\$ 34,75 mil em alugueis atrasados. Tanto no caso de Lula quanto no de Lurian, Okamoto pagou as dívidas em dinheiro.

A ajuda a Lurian ocorreu em 2002, quando Okamoto presidia o Instituto da Cidadania, órgão ligado ao PT, e não recebia remuneração pelo trabalho. Como rendimento, tinha uma aposentadoria como ex-metalúrgico.

A dívida, como publicado pela revista "Veja" desta semana com o título "O Paradoxo de Okamoto", é referente ao aluguel de um imóvel usado por Lurian como comitê durante a campanha dela a vereadora em São Bernardo do Campo. Entre junho de 1996 e junho de 1997, Lurian não pagou o aluguel e a responsabilidade recaiu sobre a fiadora, Ida Ivone Müller Carlotti, mãe de uma amiga da petista.

A família do proprietário do imóvel, Aldo Vieira Ormonde, que morreu em 2002, entrou na Justiça contra Carlotti e ganhou. A 7ª Vara Cível de São Bernardo do Campo determinou a penhora da casa da fiadora.

A filha de Carlotti procurou Lu-



Jamais teria condições de pagar aquele acordo [sobre aluguel de imóvel usado por Lurian]

IDA IVONE MÜLLER CARLOTTI

fiadora do imóvel alugado e mãe de uma amiga de Lurian, filha de Lula

Não sei nada do Okamoto ter participado

MAURILO ORMONDE

dono do imóvel alugado por Lurian

Os dois cheques da agência do Bradesco [dados como pagamento] não são meus

PAULO OKAMOTTO

que nega ter pago a dívida de Lurian

rian e ameaçou levar o caso aos jornais, caso ela não pagasse a dívida. Okamoto foi acionado e depositou R\$ 26 mil em dinheiro —valor negociado com os Ormonde— numa conta da própria fiadora no Bradesco, na avenida Rudge Ramos, em São Bernardo.

No dia 22 de abril de 2002, Carlotti pagou R\$ 12 mil no ato. Dois meses depois, deu mais R\$ 14 mil.

Ontem, em entrevista por tele-

fone, Carlotti confirmou à Folha ter recebido a ajuda financeira de Okamoto. Depois, procurada em sua casa, não quis falar com a reportagem. A filha disse que a mãe está doente e ainda muito nervosa.

Maurilo Ormonde, dono do imóvel, disse que a negociação foi feita com a fiadora. "Não sei nada do Okamoto ter participado." Ele confirmou que o pagamento foi feito por meio de cheques de Carlotti, que declarou em juízo ter como única fonte de renda a aposentadoria de R\$ 289 mensais.

Em carta anexada ao processo, a fiadora disse que "jamais teria condições de pagar aquele acordo" e que recebeu a ajuda de amigos, sem revelar nomes.

A participação de Okamoto na negociação foi confirmada ainda por uma outra pessoa que acompanhou o desenrolar do caso, mas pediu para não ser identificada.

Ontem, Okamoto encaminhou uma nota a CPI dos Bungeos em que afirma ser "falsa" a informação de que ele tenha quitado a dívida de R\$ 26 mil contrada pela filha mais velha de Lula. "Os dois cheques da agência 0302-6 do Bradesco [dados como pagamento] não são meus", informou. O documento foi lido pelo senador Tião Viana (PT-AC) durante a sessão da Comissão.

Procurada pela reportagem, Lurian informou que não iria comentar o assunto, que, segundo ela, já está resolvido.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Presidente é bestalhão ou ladrão bonzinho, ataca Freire”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 7 de março do corrente.

A matéria mostra que o deputado e pré-candidato à Presidência pelo PPS, Roberto Freire, afirmou que Lula ou é “um bestalhão” ou “um ladrão bonzinho”. E ainda seguiu: “O governo Lula é uma fraude, um en-

gado”. O deputado ainda acusou o PT de cinismo e disse que nunca viu tanta corrupção.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Presidente é bestalhão ou ladrão bonzinho’, ataca Freire

Para deputado e pré-candidato do PPS, governo é uma fraude e aliou esquerda à corrupção

Luciano Coelho
ESPECIAL PARA O ESTADO
TERESINA

O deputado e pré-candidato à Presidência pelo PPS, Roberto Freire (PE), soltou ontem o verbo e disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou é “um bestalhão” ou “um ladrão bonzinho”. “O governo Lula é uma fraude, um engodo”, seguiu atacando Freire, no lançamento do livro *Corrupção - Origens e uma Visão de Combate*, do promotor Ruzel Lima Verde, filiado a seu partido. O deputado acusou o PT de cinismo e disse que nunca viu tanta corrupção.

“Se o presidente Lula diz que não sabe de nada, então ele é um bestalhão. Ou então, ele é ladrão, mas é bonzinho”, afirmou o deputado pernambucano, durante um discurso para cor-religionários no Metropolitan Hotel, em Teresina.

O pré-candidato do PPS também criticou as políticas econômica e social da gestão Lula. “O governo é uma fraude. Ele assumiu com idéia da mudança e não mudou nada. Ele se auto-referenciava como de esquerda e construiu o que de pior poderia acontecer à esquerda”, assinou. “Aliou a esquerda a algo que nunca tinha acontecido na

sua história: uma ligação com a corrupção.”

Durante a solenidade, Freire alegou que decidiu se lançar candidato como uma alternativa a Lula e aos tucanos. “Nós buscamos alianças para a formulação de um projeto alternativo ao que aí está. Não somos candidatos para dar continuidade ao que está aí iniciado pelos tucanos e mantido por Lula.”

Chegou a dizer o PMDB – hoje dividido entre a candidatura própria e o apoio ao presidente – deveria apoiá-lo. “O PMDB tem uma história e, se quiser ser digno dela, tem de se aliar à alternativa das esquerdas.”

CNBB não faz oposição, diz bispo

...Em nota divulgada ontem, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e arcebispo de Salvador, d. Geraldo Majella Agnelo, explica suas declarações feitas na semana passada, durante o lançamento da campanha da fraternidade.

“A CNBB não está fazendo oposição ao governo, mas apenas chama a atenção para os problemas enfrentados pela nossa população, principalmente na área social. Considera este seu dever na mis-

são que lhe é confiada”, diz a nota.

O arcebispo afirma que respeita as autoridades constituídas e não utilizou na entrevista termos como “políticalha para garantir votos, nem quis dizer que o governo Lula seja o mais submisso aos banqueiros da História do Brasil”. D. Geraldo diz reconhecer que o governo Lula tem mostrado sensibilidade pelos mais pobres, embora a CNBB insista que a situação de desemprego requer medidas também estruturais. ●

Os ataques ao governo prosseguiram em tom irado. Disse que a Nação está frustrada com o PT e defendeu uma alternativa à “tragédia brasileira que foi o governo de corrupção da administração Lula”. Frisou, porém, que não quer generalizar essa impressão para a militância regional do PT: “Não podemos falar a mesma coisa nos Estados. Temos respeito pelos petistas, pela militância. Mas o governo federal é diferente.”

Freire disse que a verticalização, por engessar as alianças nos Estados, é um abuso e uma violência contra a democracia. “As histórias têm de ser respeitadas em cada Estado. Nós temos as nossas idiossincrasias, disputas tradicionais. Temos culturas distintas no País. Não se pode dizer que o que vale para o Brasil como um todo, vai valer para cada Estado.” ●

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Brasil perdeu a melhor hora, admite Furlan”, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo** em sua edição de 8 de março do corrente.

Segundo a matéria, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, admitiu que o Brasil perdeu o melhor momento para impulsionar o crescimento da economia. A afirmação

do ministro espelha o pífio crescimento do País em 2005, que foi de apenas 2,3%.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil perdeu a melhor hora, admite Furlan

Ministro lamenta que País tenha deixado escapar uma chance de impulsionar o crescimento da economia

Tânia Monteiro
ENVIADA ESPECIAL
LONDRES

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, que integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na visita ao Reino Unido, admitiu ontem que o Brasil perdeu o melhor momento para impulsionar o crescimento da economia. “É verdade”, comentou o ministro, ao ser indagado pelos jornalistas. Otimista, porém, acrescentou: “A melhor janela talvez tenha passado, mas ainda tem janela aberta.”

Para Furlan, embora o crescimento do País tenha sido de apenas 2,3% no ano passado, grande parte das empresas apresentou números melhores. “Estão no Brasil 400 das 500 maiores empresas. O balanço delas no Brasil foi várias vezes maior que 2,3% e mostra que a grande maioria teve excelentes resultados. Portanto, é aquela velha história: na média, a temperatura é boa”, afirmou.

O ministro voltou a demonstrar insatisfação com a baixa taxa de câmbio, que vem trazendo dificuldades a vários setores exportadores, mas descartou a possibilidade da adoção de medidas mais radicais. “Não tem uma solução única para o câmbio. É preciso um conjunto de medidas”, disse Furlan, destacando, como exemplo, a redução de alíquotas de importação de vários produtos, anunciada ontem pelo governo.

INFORMAÇÃO

“Essas medidas vão dar competitividade à produção brasileira porque vários desses produtos que tiveram as tarifas reduzidas são insumos de produção. Então, eles ajudam a cadeia produtiva”, disse. Para ele, o problema é que a taxa de câmbio vem apresentando “uma flutuação unidirecional” – ou seja, sempre no sentido da valorização do real, explicou.

Sem fazer previsões sobre as taxas de crescimento deste ano, Furlan disse que o governo quer estimular investimentos e, para isso, estudar outras medidas, a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), com novo sistema de gestão,

para atrair a indústria de componentes.

Ele destacou ainda que o governo pretende reduzir impostos sobre bens de produção, dando como exemplo, a concessão do benefício a veículos de carga. Segundo Furlan, o governo quer também apresentar “um conjunto de medidas de financiamentos e impostos que teria impacto positivo na

logística no meio ambiente e na segurança nas estradas”.

PORTOS

Segundo ele, outra grande preocupação do governo é com a questão dos portos – “um nó que ainda não está desatado”. Como mostrou reportagem publicada pelo Estado domingo, a maioria dos 64 projetos definidos há um ano e meio pelo go-

FRASES

Luiz Fernando Furlan
Ministro do
Desenvolvimento

“A melhor janela talvez tenha passado, mas ainda tem janela aberta.”

“Estão no Brasil 400 das 500 maiores empresas. O balanço delas no Brasil foi várias vezes maior que 2,3% e mostra que a grande maioria teve excelentes resultados. Portanto, é aquela velha história: na média, a temperatura é boa.”

“Não tem uma solução única para o câmbio. É preciso um conjunto de medidas.”

verno para modernizar os portos brasileiros está em ritmo lento. O ministro salientou que vai fazer uma peregrinação pelos portos com o presidente Lula. “O presidente Lula já marcou ir a São Francisco do Sul, Itajaí, Vitória para empurrar as obras, porque o dinheiro está disponível desde o fim de 2004 e as obras ainda não foram feitas.” ■

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O Brasil em 1º lugar”, de autoria do deputado federal e primeiro vice-presidente nacional do PSDB, Alberto Goldman, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 16 de fevereiro deste ano.

O autor, em seu artigo, faz uma avaliação do governo Lula até o momento, afirmando que Lula e o PT tornaram a política “um espaço de promoção de vaidades, de enriquecimento ilícito e de poder para ser exercido e reproduzido pelo partido dominante”.

Ainda em seu artigo, o deputado Alberto Goldman mostra que, para o próximo processo eleitoral, o PSDB conta com dois nomes capacitados: José Serra e Geraldo Alckmin. Ambos com a consciência de que está em jogo o futuro do país. O Brasil está em 1º lugar.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Brasil em 1º lugar

O BRASIL viverá neste ano uma disputa dramática. De um lado, Lula, candidato à reeleição. Do outro, alguém que representará a rejeição a ele que se consolidou em ampla parcela da sociedade mais informada. Cabe especialmente ao PSDB expressar tal sentimento de oposição, desnudando e desmistificando o presidente, seu partido e suas alianças, e apresentar um projeto de país confiável e viável que possa renovar as esperanças de que podemos construir uma nação socialmente mais justa.

Lula e o PT estão causando imenso mal ao país. Tornaram a política — a mais nobre das artes, conjunto de ações que, com o manejo do conhecimento e dos instrumentos das instituições democráticas, objetiva construir uma sociedade melhor — um espaço de promoção de vaidades, de enriquecimento ilícito e de poder para ser exercido e reproduzido pelo partido dominante.

Não existe paralelo na história republicana de tão extenso rol de dirigentes públicos, de direções de partidos e de líderes parlamentares envolvidos em irregularidades e falcaturas sob os olhos complacentes e coniventes do presidente da República. A todo momento, mais e mais fatos vêm à tona, maculando todos nós que nos dedicamos a essa atividade necessária e honrosa.

Nem todos acompanham essa avaliação. Os menos escolarizados e menos informados têm dificuldade em aceitar o fato de que seu ídolo tem os pés de barro e seu coração não é exatamente aquele que foi mostrado. Não se deram conta, ainda, de que os que atualmente governam o país não têm escrúpulos, que são capazes de qualquer mentira e qualquer vilania. É isso que sustenta Lula. E é isso que precisamos mostrar.

Não há política sem ética. Não só a ética do bom uso do dinheiro público mas a ética da verdade e do respeito à inteligência do mais simples cidadão. Lula e seu governo permitiram o desvio de milhões de reais, qualquer que seja a destinação. O chamado caixa dois para campanhas eleitorais de partidos da base do governo foi só uma das formas de apro-

priação privada. Mas a divulgação de mentiras e ilusões não é menos grave.

O Brasil da era Lula cresceu, em três anos, à média de 2,6% ao ano. Mas o mundo em geral, e os países emergentes, entre os quais se classifica o Brasil, crescem em ritmo alucinante, de 5% a 9% ao ano. A nossa inflação é baixa, mas ainda é mais alta que a maioria. Os investimentos no Brasil (limitados pelos altíssimos juros praticados), essenciais

ALBERTO GOLDMAN

A tarefa principal, não só do PSDB mas de todos os patriotas, é derrotar Lula, o seu partido e as suas alianças corruptas

para o aumento da produção e dos empregos, são insuficientes para criar uma perspectiva de crescimento sustentado.

As médias salariais, apesar de terem crescido um pouco, são bem inferiores às de 2002. O aumento do salário mínimo, neste ano eleitoral, será mais expressivo (11% em valores reais), mas, nos três anos anteriores, foram de 0,5%, 2,5% e 8%.

O governo faz operações para tapar buracos nas estradas, mas a verdade é que, sem manutenção, o custo se tornou bem maior, e a qualidade será inferior. O preço do arroz caiu graças à alta produção, à importação e ao baixo consumo, não por ação do governo. Por isso, os nossos produtores já pararam de produzir. E o preço do cimento também caiu, mas devido à paralisação das obras dos construtores “formiguinhas” e ao baixo investimento público e privado.

As exportações cresceram, especialmente de 2002 para 2003. Todavia isso foi produto da ação do governo anterior, das transformações estruturais da economia brasileira e do excepcional crescimento das economias mundiais. Também o crescimento da produção de petróleo se deve a ações anteriores, nada ao governo Lula.

Ou seja, outros plantaram, e Lula colheu. Essas são só algumas verdades que, nos próximos meses, terão de ser divulgadas. Todavia o mais importante é mostrar que, sem mentir, sem fantasiar, sem mistificar, sem “salvadores da pátria”, podemos fazer mais e melhor.

Por isso, a tarefa principal, não só do PSDB mas de todos os patriotas, é derrotar Lula, o seu partido e as suas alianças corruptas.

Temos dois nomes que se credenciaram para encabeçar a nossa chapa: José Serra e Geraldo Alckmin. Difícil opção. Do ponto de vista do partido, existem, de imediato, perdas, maiores ou menores. Ou ficamos sem o comando da prefeitura de São Paulo por dois anos e nove meses ou ficamos sem o governo do Estado de São Paulo por nove meses.

Em qualquer das hipóteses, esses nossos líderes arriscam seu futuro político, e o partido arrisca posições arduamente conquistadas. Porém, acima das suas legítimas aspirações, e mesmo além dos interesses imediatos ou mediatos do partido, está em jogo o futuro do país. Esse é o princípio ético que deve balizar um partido político. A tarefa, agora, é optar por aquele que melhores condições tem de enfrentar essa batalha.

É o Brasil em 1º lugar.

Temos a certeza de que, qualquer que seja a escolha feita no amplo processo de avaliação que se realiza, chegaremos à convergência. Um terá a tarefa de enfrentar Lula. O outro, de conduzir o partido unido e a sociedade à vitória. Os dois terão o reconhecimento da nação.

Alberto Goldman, 68, deputado federal pelo PSDB-SP, é primeiro vice-presidente nacional do PSDB. Foi ministro dos Transportes (governo Itamar Franco) e secretário da Administração do Estado de São Paulo (governo Quéricia).

cemente@albertogoldman.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Nova denúncia complica Palocci”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do dia 20 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que, após a descoberta das poderosas conexões telefônicas de Ademirson Ariovaldo da Silva, secretário particular do ministro da Fazenda, o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves, começou a estudar a possibilidade de indiciar

o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em seu relatório Final.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE ÉTICA

Técnicos e integrantes da CPI dos Bingos voltam a falar
em pedido de indiciamento do ministro da
Fazenda por causa das ligações telefônicas de Ademirson
Ariovaldo da Silva, seu secretário particular

Nova denúncia complica Palocci

ANA D'ANGELO
E UGO BRAGA
DA EQUIPE DO CORREIO

A descoberta das poderosas conexões telefônicas de Ademirson Ariovaldo da Silva, secretário particular do ministro da Fazenda, levou o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), a estudar o indiciamento de Antonio Palocci, ministro da Fazenda, em seu relatório final. “Não descarto essa hipótese, vou esperar mais um pouco para examinar os dados que estão chegando”, disse o senador ao **Correio**. Os técnicos que auxiliam na investigação já defendem a reconvocação do secretário pessoal do ministro.

Ademirson é, nas palavras do chefe Palocci, um humilde trabalhador, responsável por marcar reuniões, preparar viagens, atender telefones e eventualmente carregar sua pasta nos deslocamentos. Ao quebrar o sigilo do celular número (61) 8111-7197, no entanto, a CPI deparou-se com uma espantosa lista de autoridades. A linha está registrada em nome da Presidência da República. O Ministério da Fazenda informou tê-la colocado à disposição de Ademirson. Mas Rogério Buratti, o ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeir-

ão Preto, já garantira à CPI que costumava falar com Palocci por meio desse celular.

Há chamadas daquele aparelho para as diretorias da Fiesp (Federação das Indústrias do estado de São Paulo) e da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), para o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, para o então líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP), para a esposa de Palocci, Margareth, para as diretorias do grupo Odebrecht e do Bradesco, para o celular do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, para figuras da antiga cúpula do PT – como Delúbio Soares e Silvio Pereira –, para o celular do então todo poderoso ministro e atual deputado cassado José Dirceu (PT-SP), para Felipe Belisário Wermus, que é o nome verdadeiro de Luis Favre, marido da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy.

Os técnicos da CPI vêm aí um indício forte de que o celular, embora fosse carregado por Ademirson, servia mesmo a Palocci. Tal constatação tem alto poder destrutivo. Porque, nas contas telefônicas reveladas com a quebra de sigilo, o (61) 8111-7197 protagoniza uma eletrizante troca de chamadas nos dias críticos da renegociação do contrato de R\$ 650 milhões fechado entre a

Caixa e a multinacional Gtech, em abril de 2003.

Chefão

Há telefonemas dele e para ele vindos de celulares usados na época por Rogério Buratti, Vladimir Poleto e Ralf Barquette, todos ex-assessores de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto. Buratti é acusado pela Gtech de ter pedido propina para viabilizar o negócio com a Caixa. Morto em 2004, Barquette na época era assessor especial da presidência do banco, ou seja, detinha posição estratégica. E Poleto havia se transferido de Ribeirão Preto para Brasília a fim de usar sua rede de contatos para fazer lobby para empresas interessadas em fazer negócios com o governo.

A justificativa dada por esses personagens para tanta conversa naquela época é a amizade que os une. Quando depuseram na CPI, tanto Ademirson quanto Palocci juraram que ali falavam-se somente amenidades entre velhos amigos, nada de negócios. Chama a atenção dos técnicos o fato de as ligações mais longas durarem de dois a quatro minutos. É pouco tempo para amigos jogarem conversa fora. Ainda mais no meio do expediente.

O próprio Garibaldi descreve a versão. Em relatório parcial, distribuído no início do ano, ele pede

o indiciamento de Buratti e a da atual diretoria da Caixa – inclusive seu presidente, Jorge Mattoso. No documento, o senador afirma ter havido cor-

rupção na renovação do contrato com a Gtech.

A dúvida se dá sobre o grau de envolvimento de Palocci. Após as revelações sobre o celular carre-

gado por Ademirson, Garibaldi já pensa em reconvocar o secretário do ministro. “Vamos examinar se o chamamos de novo. Há tempo”, falou o relator.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado na tarde de hoje, para destacar matéria publicada no **O Jornal**, de Maceió, edição do dia 07 do corrente mês, intitulada “Um plano para as lagoas”, de minha autoria.

O artigo, Sr. Presidente, cujo teor solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais da Casa, refere-se ao Plano de Ações e Gestão que o Presidente da Agência Nacional de Águas apresentou para a recuperação das lagoas de Mundaú e Manguaba. Como se sabe, essas lagoas estão ameaçadas pelo esgoto doméstico, desmatamento e poluição industrial. Agora, a esperança se volta para a Agência de Águas, cuja expectativa é a de que as obras iniciadas no governo Fernando Henrique sejam retomadas logo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Um plano para as lagoas”.

Um plano para as lagoas

Teotônio Vilela Filho

Uma de nossas verdades mais consensuais é a de que as lagoas Mundaú e Manguaba estão entre os maiores empregadores do Estado, tantas são as famílias que ganham a vida em suas águas. São 26 municípios e 40% da população alagoana às margens das duas lagoas, ou banhados pelos rios Mundaú e Paraíba do Meio. Mas todo esse complexo lagunar, tão importante que deu nome ao Estado e ilustra nossa bandeira, está ameaçado pelo esgoto doméstico, assoreamento, desmatamento e poluição industrial.

Ontem o presidente da Agência Nacional de Águas, José Machado, apresentou um Plano de Ações e Gestão Integrada para as lagoas. Acendeu-se a esperança de recuperação desse valioso patrimônio natural.

O Plano é um conjunto de projetos e propostas de legislação específica para o médio e longo prazo. Além das soluções institucionais, como a criação de um Comitê Gestor para as lagoas, o Plano prevê investimentos de R\$580 milhões – 90% dos quais para esgoto, o maior problema. É muito dinheiro, com certeza, mas o Plano abre a possibilidade de financiamento internacional. E não nos deixa muita alternativa: é fazer ou fazer, porque, a continuar como está, as lagoas

vão terminar virando um grande e morto estuário de esgotos a céu aberto.

Por isso mesmo, luto por esse Plano há muito tempo. Estive repetidas vezes na Agência de Águas, que fez um belo trabalho e um projeto pioneiro. Agora, se o governo quiser, é só retomar as obras já iniciadas e Alagoas se beneficiará da execução de um dos mais abrangentes projetos de gestão de recursos hídricos do Brasil.

No Governo Fernando Henrique, conseguimos iniciar o esgotamento sanitário em municípios à margem das duas lagoas e dos rios Mundaú e Paraíba. As obras foram iniciadas, mas, desde que Lula assumiu, parou tudo. Os deputados federais e senadores de Alagoas direcionaram sucessivas emendas ao orçamento para a continuação das obras, mas nada aconteceu. O governo não liberou um centavo. Só agora, com a aproximação das eleições, fez o empenho de algumas dessas emendas, dando a esperança de que a eleição vai conseguir o que a sensibilidade do presidente não permitiu: liberar algum dinheiro para essas obras essenciais.

Quem conhece o governo Lula não pode se animar muito. Como é ano de eleição, quem sabe ele desperta de sua letargia e começa a dar consecução a obras importantes como essa. E aí, sim, com certeza Alagoas terá chances reais de manter a verdade consensual de que Mundaú e Manguaba estão entre nossos maiores empregadores.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os Anais do Senado Federal são o testemunho mais que fiel da minha defesa, intransigente, do funcionalismo público, em todos os níveis. O servidor público é a verdadeira face do Estado. Ele é primeiro contato entre o cidadão e o Estado. Ele trabalha para o bem coletivo. O serviço público se manifesta, muitas vezes, como um verdadeiro sacerdócio, a curar vidas, a confortar na dor, a acender a luz do saber e a defender a coletividade, também não raras vezes com o sacrifício da própria vida do servidor.

Nos últimos tempos, o sucateamento do Estado brasileiro, em nome de uma privatização receita por organismos financiadores internacionais, tem provocado um verdadeiro apartheid entre o funcionalismo público e a população como um todo. Para forçar a desestatização de um determinado segmento, no sentido de “aviar” essa receita privativista, desmonta-se a estrutura dos serviços públicos e joga-se a população contra o Estado, o cidadão contra o funcionalismo público. É que, para a população como um todo, o funcionalismo público corporifica o próprio Estado.

Desmontado e sucateado, o Estado vira alvo de críticas que, em vez de construtivas, são legitimadoras de uma destruição ainda maior, e que se transforma em instrumento legitimador da sua própria privatização.

Uma vez privatizados, os serviços públicos tornam-se, ainda mais, segregadores, porque o escrúpulo não é a marca do lucro. Aí, a uma parcela cada vez menor da população, a que consegue acompanhar a evolução dos preços dos serviços privatizados, contrapõe-se uma grande massa, a depender, cada vez mais, do serviço público. Inaugura-se, então, uma espécie de causação circular, os pobres, cada vez mais pobres e numerosos, dependentes do serviço público, e os ricos, cada vez mais ricos, com acesso a serviços privatizados. Não é à toa que o Brasil tem um dos piores níveis de distribuição de renda de todo o planeta.

A constituição brasileira estabelece que são direitos do cidadão “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”. Ora, como esse dever do Estado pode ser cumprido, através de serviços de qualidade, sem que os seus servidores públicos tenham condições de vida e de trabalho adequadas? É aí que reside a minha defesa constante do servidor público. Trata-se, por definição, de uma defesa do Estado brasileiro. Mais do que isso, portanto, uma defesa do cidadão brasileiro.

É esse o motivo que me traz de volta a essa tribuna. Quero falar, hoje, da Fundação de Seguridade Social – Geap, ex-assistência patronal, operadora do plano de saúde dos servidores públicos da União. A Geap foi fundada há 60 (sessenta) anos, como entidade pública de assistência aos servidores dos ex-institutos de aposentadorias e pensões.

Hoje, a Geap é uma entidade que atua como operadora de plano de saúde na modalidade de autogestão, registrada na Agência nacional de Saúde – ANS, atendendo todos os requisitos legais para prestação de serviços da maior importância, não só para os seus assistidos, os servidores e seus dependentes, mas para o Estado brasileiro, uma vez que cuida, exatamente, de uma grande parcela do seu maior patrimônio – as pessoas, os cidadãos brasileiros.

Nos últimos tempos, outras operadoras vêm tentando abocanhar essa fatia importante do mercado, representada pelos servidores públicos federais assistidos pela Geap, e, como não oferecem as mesmas condições de atendimento, buscam desqualificar essa Fundação, como operadora legítima no segmento de autogestão. Nesse sentido, a operadora Golden Cross intercedeu junto ao Tribunal de Contas da União – TCU que, mediante interpretação da lei das licitações (nº

8.666/93), expediu resolução definindo a competência da Geap como legítima na assistência à saúde, exclusivamente dos servidores dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, bem como aos do INSS e da Dataprev.

A decisão do TCU exclui parcela significativa dos servidores públicos federais, deixando desassistidos mais de cento e vinte mil servidores e familiares, isto é, mais de cento e vinte mil vidas sem assistência à saúde.

A decisão reflete a necessidade de se resolver a questão definitivamente, e o mais rápido possível, na forma manifestada pelas entidades representativas desses servidores que, nos últimos dias, têm palmilhado os corredores do Congresso Nacional clamando, nada mais, nada menos, que por justiça.

É de se salientar que estes abnegados servidores têm consciência de que a esperança não é a última que morre, mas a única que não morre, e ela reside, hoje, no espírito público e de justiça de todos os que fazem parte desta Casa.

Assim, Sr. Presidente, buscam as representações dos servidores públicos federais a aprovação da Medida provisória nº 272, mantendo, como foi deliberado na Câmara dos Deputados, com 315 (trezentos e quinze) votos a favor da participação do governo no financiamento da saúde do servidor e seus familiares, e somente 5 (cinco) votos contrários, o seu art. 9º, que altera a lei nº 8.112/90, também chamada de Estatuto do Servidor Público Federal.

Tenho a convicção de que a alteração aprovada na Câmara dos Deputados é o remédio ideal para a solução do problema, uma vez que o observa em seus exatos limites e princípios constitucionais, tendo em vista estabelecer o padrão do Sistema Único de Saúde – o SUS, o mesmo adotado para toda a população brasileira, não se constituindo, portanto, qualquer tipo de privilégio a essa parcela de cidadãos que se constitui no funcionalismo público federal.

A MP 272 dita as maneiras legais no sentido de se prestar assistência à saúde dos servidores públicos da União, através de modalidades distintas, ficando por definir, pelo órgão empregador, que tipo de assistência será oferecida: se mediante contrato de operadora vencedora de concurso licitatório; se mediante convênio com operadora na modalidade de autogestão ou, ainda, se mediante reembolso parcial do custo assistencial.

Saliente-se que o funcionário assistido tem liberdade para escolher, livremente, o seu plano de saúde.

Por fim, chamamos a atenção desta Casa, para uma questão das mais importantes: o Estado não é

o responsável pela qualidade do atendimento. O que faz a diferença é a participação do assistido no financiamento, uma vez que, para cada real que o Governo desembolsa, o servidor responde com o dobro desse mesmo valor. Isto é, a participação do Governo é de 35%, enquanto a do servidor atinge 65%.

Quero me solidarizar, portanto, com todos os servidores públicos federais deste país: os ativos, os aposentados e os pensionistas, e dizer que acredito no espírito solidário dos meus pares, e que, com certeza, aprovaremos esta Medida Provisória, devolvendo a estes verdadeiros missionários da serventia pública o acesso à saúde de qualidade. Isso não é uma dádiva. É um direito!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano de 1945, ao apagar das luzes da ditadura Vargas, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Decorridos pouco mais de 60 anos daquela data, a CNC é, hoje, um poderoso agente socioeconômico, com importante contribuição no processo de construção da Nação brasileira.

Iniciada com a participação de 8 Federações, das quais 4 eram do Rio de Janeiro, à época a Capital do País, a CNC congrega, atualmente, 7 Federações nacionais e 27 estaduais, uma de cada Estado da União. A diversidade e abrangência de sua representação fazem da CNC o interlocutor do comércio junto a órgãos de governo, em todas as esferas, e à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Participa, também, da Câmara de Comércio Internacional (CCI) e do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Cicyp).

Um aspecto interessante e dos mais relevantes da atuação da CNC é que ela mantém um número considerável e diversificado de publicações, para informação de seus associados e para o público em geral. Dentre elas destacaria: Sumário Econômico, Síntese da Economia Brasileira, Boletim Informativo Diário, Carta Mensal, Informe Jurídico, Informe Sindical, Anuário Sindical, Coletânea de Cláusulas de Negociação Coletiva, Coletânea de Cláusulas de Dissídios Coletivos, Coletânea de Trabalhos Técnicos, Informe Legislativo, Sinopse Câmara dos Deputados e Senado Federal e Coletânea Turística.

Já nos idos de 1955, a Confederação demonstrava o vanguardismo e a fina percepção sobre os melhores caminhos para o futuro do País que a caracterizam, criando o Conselho de Turismo, com a finalidade de discutir e analisar diretrizes para o desenvolvimento da atividade no Brasil. A importância do Conselho na

definição de políticas relativas ao setor pode ser medida pelo fato de que a Câmara dos Deputados lhe consagrou, em 2005, sessão solene para comemorar os 50 anos de existência.

Interessada, não apenas, em dinamizar as atividades empresariais ligadas ao comércio, a CNC, desde logo, se preocupou em valorizar os profissionais que militam em sua área e em lhes dar proteção e promoção social. Para isso, surgiram o Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) e o Serviço Social de Comércio (SESC), ambos em 1946.

Quem não conhece, hoje, os profissionais formados por esses serviços e os benefícios recebidos pelos comerciários?

A implantação do SENAC e SESC viria se juntar ao Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), criado em 1942, formando o embrião do hoje largamente conhecido Sistema S, que congrega, além do SENAI, do SENAC e do SESC, o Serviço Social da Indústria (SESI), os seus equivalentes do ramo do transporte – SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) e SEST (Serviço Social do Transporte) –, o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizado do Cooperativismo), das cooperativas, e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Sr. Presidente, dificilmente poder-se-á pensar um projeto de desenvolvimento e organização da sociedade brasileira sem que a CNC esteja direta e ativamente implicada. Ela congrega representações do comércio atacadista, do comércio varejista, do comércio armazenador, dos agentes autônomos do comércio, do turismo de hospitalidade e dos estabelecimentos de serviços e saúde. É um enorme leque de atividades, cobrindo amplo espectro dentro da vida econômica brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não é de hoje que as lideranças empresariais se dedicam a pensar o Brasil. Com o final da Segunda Guerra Mundial e o início do processo de modernização do País, os diversos segmentos organizados da sociedade começaram a se mobilizar para enfrentar os desafios da Nação a ser construída.

Em janeiro de 1946, quando se empossou a primeira diretoria da CNC, seu Presidente, João Daudt d'Oliveira, já exortava, em seu discurso de posse, ao entendimento entre o capital e o trabalho. Sua argumentação tinha como base a Carta da Paz Social, documento de conclusão da Primeira Conferência das Classes Produtoras do Brasil (I Conclap), conferência que discutiu os problemas relativos à extrema pobreza do País, à baixa capacidade profissional do trabalhador e aos baixos índices de produtividade e remuneração decorrentes.

Mais de 60 anos depois, as questões discutidas àquela época não perderam sua atualidade. Atualidade mantida porque não soubemos enfrentar os desafios que o desenvolvimento brasileiro exige. Atualidade que implica, também, complexidade crescente, porque não soubemos tratar o povo com o respeito que lhe é devido.

A CNC, todavia, Sr. Presidente, norteadada pelo ideário de contribuir para o crescimento do País e de elevar a qualidade das atividades que representa, não esmoreceu na persecução dos objetivos traçados no alvorecer de sua existência. O Brasil, mesmo com todas as suas mazelas mudou muito. E com ele, mudou, cresceu e evoluiu a CNC.

Hoje, podemos nos orgulhar da contribuição ao desenvolvimento nacional dada pela Confederação e por todos os seus associados espalhados pelo Brasil inteiro. Não é sem razão que os comerciantes são orgulhosos do SESC e do SENAC. Não é sem razão que vemos esses Serviços espalhados por todo território nacional e permanentemente repletos de frequentadores, usufruindo dos benefícios que lhes são oferecidos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, passados 60 anos de sua fundação, a Confederação Nacional do Comércio é credora de elogios pelos excelentes serviços prestados à causa do desenvolvimento nacional.

Quanto mais organizada e participativa for a sociedade, maior êxito lograremos no projeto de fazer do Brasil uma grande Nação. A contribuição da CNC ao desenvolvimento do País, ao longo de suas 6 décadas de existência, é um atestado cabal do efeito positivo da atuação das organizações sociais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

“O Senado debate na tarde de hoje a notícia de uma ação lamentável ocorrida no Rio Grande do Sul

Cerca de 1,5 mil agricultores e ativistas da Via Campesina, organização ligada ao Movimento dos Sem Terra, o MST, invadiram com violência na madrugada de hoje o horto florestal da empresa Aracruz, no município de Barra do Ribeiro.

Destruíram um laboratório de pesquisa e 4 milhões de mudas de eucalipto, prontas para serem plantadas. Além do prejuízo econômico, o desalento dos pesquisadores que trabalhavam há mais de uma década com as sementes. Isabel Barros Gonçalves, analista do laboratório, lamentou a perda de um trabalho que durava já 19 anos.

Com a ação, anacrônica e inusitada, impensável até ontem – afinal, estamos em pleno século 21

– seus participantes e mandantes conseguiram o que pretendiam: ampla exposição na mídia para suas organizações e conseqüente fortalecimento político de suas lideranças. Redes de televisão e um fotógrafo foram avisados com antecedência e acompanharam a invasão.

O momento foi considerado ideal porque Porto Alegre abriga, nestes dias, um encontro internacional sobre reforma agrária patrocinado pela FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – e pelo Incra.

Quero felicitar o ministro Miguel Rosseto que se apressou em condenar os métodos utilizados pelos invasores. Não se poderia esperar outra atitude de Sua excelência.

Para o estado, o dano pode ser irreversível. A barbárie põe em risco o investimento de US\$1,2 bilhão, que a empresa Aracruz pretende fazer no Brasil, com a implantação de uma fábrica de celulose. Essa unidade terá capacidade de produção de um milhão de toneladas de celulose, gerando 50 mil empregos diretos e indiretos.

Além do Rio Grande do Sul, também disputam esse investimento o Espírito Santo e a Bahia, estado que já levou do Sul uma fábrica da Ford ‘dispensada’ pelo governo Olívio Dutra. Hoje, essa unidade na Bahia é responsável pela produção do maior sucesso de vendas da indústria automobilística do país. Enquanto o Rio Grande ficou só com o terreno, que já estava até pronto para receber a fábrica que não veio.

Além do meu estado, o MST promoveu invasões de propriedades em outros pontos do país. É o ‘abril vermelho’ em marcha, cujo objetivo é chamar a atenção do governo para a necessidade da reforma agrária.

E isso tudo acontece sob o governo Lula! Assistimos hoje às mesmas controvérsias em torno das estatísticas sobre a reforma agrária que marcaram os governos brasileiros, desde os militares. Todos, sem exceção, alegavam que promoviam “o maior programa de reforma agrária do mundo”. E, pelo visto, os números e otimismo oficiais não aplacaram a ansiedade dos movimentos de sem-terra.

Aqui no Senado, num debate sobre a questão da terra, questionei o líder do MST, João Pedro Stédile sobre o assunto. Achava eu que com o PT no poder essa questão estaria encaminhada. Mas, fui surpreendido pela resposta: “Senador, continuam nos enrolando.”

A reforma agrária, ao lado de outras reformas de base, já serviu de pretexto para a derrubada de um presidente da República, João Goulart, em 1964. Mas, reforma agrária pra valer não pode se limitar a distribuição de terra, característica dos assentamentos atuais – com raríssimas exceções.

Na ocasião em que percorri o país como pré-candidato à presidência da República, tinha como uma das teses centrais de minha proposta de governo a questão da agricultura familiar. Concretamente, consegui aprovar no Senado – agora está na Câmara dos Deputados – projeto de lei que torna a Agricultura Familiar um dos eixos centrais da política agrícola nacional.

Nessa proposta, constava:

- garantia de crédito rural à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária;
- taxa de juros subsidiada;
- equivalência preço-produto no pagamento do financiamento;
- carência, garantia e prazos diferenciados em crédito agrícola;
- proteção ao meio-ambiente
- produção de alimentos
- geração de empregos através de associações e cooperativas.

Ainda, as propostas de impenhorabilidade de máquinas e implementos agrícolas e a criação de um Programa de Trator Popular. O Senado aprovou essas duas propostas, sendo que depende agora da Câmara dos Deputados sua efetiva implantação.

São essas as linhas gerais de uma Política Agrícola voltada para a Agricultura Familiar. Acatadas e implementadas por um governo realmente progressista, teríamos uma verdadeira revolução no campo.

Enquanto tergiversarmos sobre esse tema, evitando soluções corajosas e urgentes, continuaremos vivenciando os acampamentos de lona – únicos no mundo – e as invasões de propriedade e prédios públicos. E, sujeitos, às ações de vândalos e aproveitadores como os que agiram no Rio Grande do Sul na madrugada de hoje, acobertados por lideranças destrutivas e reacionárias.

Muito obrigado.”

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Enaltece a Campanha da Fraternidade 2006 e o esforço da CNBB em prol das pessoas com deficiência, sob o lema “Levanta-te, vem para o meio!”.

Pela 42ª vez desde 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil acaba de lançar a Campanha da Fraternidade, agora enfatizando o lema “Levanta-te, vem para o meio!”, em prol das pessoas com deficiências.

Sob a presidência do Secretário-Geral da CNBB, Dom Odilo Pedro Scherer, o lançamento aconteceu em Brasília, na sede dessa entidade, dia 1º do corrente

mês, quando também foi celebrada a Missa de Cinzas, na Capela de Nossa Senhora Aparecida.

Vários sacerdotes concelebraram a missa e a 2ª Leitura foi feita em Braille por Francisco de Paula, pai de um dos funcionários da CNBB. Várias pessoas com deficiência participaram do ato religioso. Dar-se-á o encerramento da campanha no Domingo de Ramos, com a coleta para o Fundo de Solidariedade administrado pela Cáritas brasileira e por um Conselho presidido pelo Secretário-Geral da CNBB. Destina-se esse fundo a projetos concretos voltados para as pessoas com deficiência. A Cáritas tem o cuidado de divulgar os resultados de cada campanha e a destinação dos recursos arrecadados, dos quais 60% são aplicados nas Dioceses e 40% pela CNBB Nacional.

No Auditório Dom Hélder Câmara, sentaram-se depois à mesa, ao lado de Dom Odilo, o Cônego José Carlos Tóffoli, Secretário-Executivo da Campanha da Fraternidade; José Magalhães, Diretor Executivo da Cáritas Brasileira; e Eduardo Barbosa, Presidente Nacional da Federação das APAE.

Além de um filmete para TV, que realça diferenças das pessoas e igualdade na dignidade, jornalistas assistiram ao DVD apresentado pelo Presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella Agnelo, com a Mensagem do Papa Bento XVI para a campanha deste ano. O Padre José Carlos Tóffoli falou dos objetivos, que se traduzem como sociedade justa e solidária.

Ainda na sede da CNBB, estão expostos pelos corredores todos os cartazes da campanha e a obra da pintora Cristina Portella, isto é, quadros acessíveis aos deficientes visuais.

Em entrevista coletiva, Dom Odilo Pedro Scherer enfatizou que “a Campanha da Fraternidade (CF) é uma proposta da CNBB para a Igreja e a sociedade em todo o Brasil, para vivermos nossa conversão pessoal, comunitária e social, olhando para as necessidades de nossos irmãos. A autenticidade da nossa fé em Deus é comprovada pelos frutos de caridade e de fraternidade para com o próximo.”

Esclareceu que o tema deste ano (“Fraternidade e Pessoas com Deficiência”) e o lema “Levanta-te, vem para o meio!” visam trazer “ao centro de nossa atenção as pessoas com deficiência, que são freqüentemente vítimas de preconceito e discriminação, sobretudo num ambiente cultural que tende a marginalizar e excluir os que têm menos capacidade individual de competir com os outros e de se afirmar social e economicamente.” Dom Odilo acentuou:

“Quem são estas pessoas? São os cegos, surdos, mudos, os que têm algum tipo de lesão física ou cerebral, ou alguma deficiência mental. Em maior ou menor grau, os vários tipos de deficiência estão am-

plamente presentes no meio da população. O censo demográfico de 2000 registrou cerca de 27 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 14,4% da população. Nas regiões do Nordeste passam de 18%! Em São Paulo, com a menor incidência do País, são 11,4%. E todos nós estamos sujeitos a adquirir alguma deficiência ao longo da vida por doença, acidente ou outra causa. Por isso mesmo, o tema interessa amplamente à população.”

O lançamento da CF durante a Quaresma decorre do entendimento de que “este é um tempo de voltar às origens, aos princípios fundamentais da vida cristã.” O lema “Levanta-te, vem para o meio!” está na passagem do Evangelho de São Marcos, onde Jesus cura um homem da mão atrofiada, que estava na sinagoga. Disse Dom Odilo que “tudo leva a pensar que aquele pobre homem era desprezado e deixado lá num canto, por causa da sua condição. Era o dia sagrado de sábado, no qual não se podia fazer nenhum trabalho. Jesus chama o homem: ‘Levanta-te, vem para o meio!’ E o cura na frente de todos.”

Ainda nas palavras de Dom Odilo, Jesus convidou aquela pessoa “a ter coragem, a não se resignar no seu cantinho, a não ter medo de ocupar seu espaço e de assumir a sua dignidade. Jesus dá a entender a todos que aquele pobre homem tinha dignidade e não podia ser desprezado e abandonado a si por causa de sua deficiência.”

O Secretário-Geral da CNBB ressaltou que “o exemplo e a palavra de Jesus continuam a nos desafiar para fazermos o mesmo que ele fez. Em nossos dias, a cultura dominante vai afirmando a tendência a valorizar apenas os fortes, os belos, os que têm um como perfeito, os que podem mais, os que são capazes de competir e se afirmar sobre os outros... E, com isso, tantas pessoas que não se enquadram nos padrões de perfeição e excelência impostos pelo mercado, a moda e os preconceitos sociais, vão ficando de lado, abandonadas a si próprias, lá no cantinho de sua angústia, à margem da sociedade.”

Disse também: “A CNBB, antes de tudo, espera que a CF desperte um grande interesse nas comunidades católicas e em toda a sociedade; que ela gere discussão, gestos de apoio concreto às pessoas com deficiência e sensibilize a sociedade para o desenvolvimento sempre maior da cultura da fraternidade e da solidariedade para com todos, especialmente os membros mais frágeis e indefesos da família humana. A CNBB espera que, depois da CF 2006, as pessoas com deficiência possam sentir-se um pouco melhor no convívio social e eclesial.”

Sobre o posicionamento da Igreja em relação ao ano eleitoral, Dom Odilo afirmou: “Esperamos que o governo e a sociedade dêem especial atenção às pessoas com deficiência. A Igreja quer ser porta-voz das pessoas com deficiência. Convida os candidatos a refletirem com as bases, nas comunidades, nos mu-

nicipios sobre as reais necessidades do povo. A Igreja aponta para a superação da pobreza, o grande desnível entre pobres e ricos, as demandas da população, a revisão nas políticas econômicas e sociais em vista de uma maior inclusão social.”

Jornalistas perguntaram-lhe se a Igreja considera eleitoreiras as políticas governamentais, ao que Dom Odilo respondeu: “Não dizemos que as políticas do governo são eleitoreiras, mas deixam a desejar. Por exemplo, o programa Fome Zero tem muito ainda a fazer. Defendemos políticas sociais que incluam as pessoas, além dos programas assistenciais”.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa resposta de Dom Odilo Pedro Scherer foi prenúncio do que viria a seguir. O Secretário-Geral da CNBB acabou por desnudar seu pensamento sobre as práticas do atual Governo e deixou a idéia de que, também no seio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as ações e omissões do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva produzem uma imagem de Robin Hood às avessas. Não aquela da personagem mítica, presente nas baladas entoadas pelos menestréis, ao som de alaúdes, na Inglaterra dos séculos XIV e XV. Mas, sim, a de um Robin Hood esdrúxulo, que tomaria dos pobres para dar aos ricos.

Dom Odilo criticou-lhe a política econômica, dizendo que é preciso rever “os juros altos”, porque o Brasil tem sido um “paraíso financeiro”, extremamente concentrador. Afirmou que a população brasileira esperava mais em relação às ações sociais de Lula. Citou o fato de o crescimento do PIB brasileiro ter ficado em 2,3% no ano passado como um dos fatores que dificultam a redução da concentração de renda. E enfatizou: “É preciso rever isso. O paraíso financeiro é o Brasil. A política brasileira é extremamente concentradora”.

Pouco depois, em São Paulo, o Arcebispo Metropolitano, Cardeal Dom Cláudio Hummes, acrescentou que o acanhado crescimento do PIB foi, “para todo o Brasil, uma surpresa desagradável”, aquém das “previsões que já não eram satisfatórias”. E que “certamente deve fazer refletir a todos agora nessa campanha eleitoral”. Dom Cláudio defendeu o crescimento econômico e a redução de juros, além de políticas sociais que não se limitem à transferência de renda.

Dom Cláudio aduziu que a Igreja tem obrigação de pregar valores éticos – como honestidade, democracia e liberdade – nas eleições deste ano. “A questão da ética no sentido de uma luta contra corrupção é muito viva na Igreja. Aliás, está viva na sociedade. Espero que esteja viva também no Congresso”, declarou, antes de conclamar o povo a exigir que o Congresso investigue as denúncias de corrupção: “Não pode, por corporativismo interno, querer salvar as pessoas porque os partidos se unem naquilo que chamamos de ‘acordões’ ou ‘pizzas’. Isso deve estar longe de um Congresso que se considera ético”.

No dia seguinte, a sensação de existir um Robin Flood às avessas tomou-se mais acentuada pela fala

do Presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella Agnelo, Cardeal Primaz do Brasil, ao fazer o lançamento oficial da campanha na Bahia. Em Salvador, Dom Geraldo afirmou:

“Esse Governo gosta de fazer comparações com outras administrações. Mas não existe na História um governo tão submisso às condições impostas pelos credores do que esse Governo. Eu ainda não vi um banco quebrar no Governo Lula. Pelo contrário, os banqueiros estão lucrando cada vez mais.”

O Presidente da CNBB criticou duramente o principal programa social do governo, afirmando: “O Bolsa-Família é assistencialismo, não é promoção humana. Em alguns casos, estimula as pessoas a não fazerem nada em troca de R\$ 60, R\$ 90 por mês. O que nós queremos é trabalho e educação para todos.”

Antes da entrevista, ao participar de um programa de televisão, Dom Geraldo Majella dissera que o presidente Lula “não tem a visão do povo”. O povo quer trabalho, o povo quer educação, e não campanhas de Carnaval”.

E revelou que a Igreja Católica está preparando uma cartilha para “ajudar na formação dos eleitores, com as nossas recomendações para todas as comunidades.”

Ao pedir mudanças na política econômica, mesmo reconhecendo que alguns índices são satisfatórios, o Cardeal Primaz do Brasil perguntou: “Os indicadores, nacionais ou internacionais, mostram que um terço da população brasileira vive abaixo da linha da miséria. E isso que nos preocupa. Aí eu pergunto: tem trabalho? Tem educação? Nós estamos dizendo sempre: escuta, é urgente, tem miséria, tem fome, tem desemprego no Brasil. Então, é preciso mudar a política econômica para privilegiar os mais pobres, os mais necessitados, os mais sofrendores”, acentuou.

D. Geraldo Majella disse ainda que “acordos políticos”, estabelecidos para livrar de punição alguns parlamentares acusados no caso do mensalão”, prejudicam a imagem do Brasil. E finalizou: “Já está provado que a corrupção existe. Agora, protelar prazos para não punir os culpados é inaceitável. A gente vê que os acusados conseguem muitos ‘habeas corpus’, não vão aos depoimentos, dizem que estão doentes. Isto não dá para aceitar.”

Anteontem, em face da deturpação e exploração sensacionalista de algumas de suas afirmações, o Cardeal Presidente da CNBB emitiu uma “Nota de Esclarecimento”, nos seguintes termos:

“Diante das matérias publicadas pelos jornais, nos últimos dias, a partir da minha entrevista por ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade, quinta-feira, dia 02/03/06, esclareço o seguinte”:

– Em plena consciência da importância do respeito às autoridades constituídas, não

usei expressões que destoam da dignidade que lhes é devida;

– Não utilizei na entrevista termos como “politicalha para garantir votos”, nem quis dizer que o Governo Lula seja o mais submisso aos banqueiros da história do Brasil;

– Reconheço que o Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva tem mostrado sensibilidade pelos mais pobres da população, embora insistamos que a situação de desemprego estrutural no País requer medidas também estruturais como condição para a sua estabilidade;

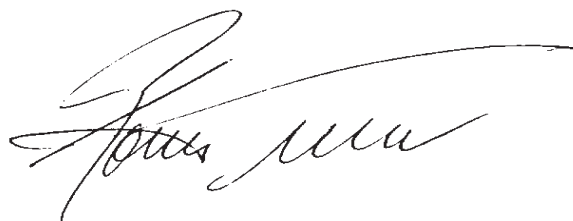
– A CNBB não está fazendo oposição ao Governo, mas apenas chama a atenção para os problemas enfrentados pela nossa população, principalmente na área social; considera este seu dever na Missão que lhe é confiada;

– Auguramos que o Bolsa Família, além de responder ao direito à alimentação, como direito fundamental à vida, consiga solidificar as mudanças qualitativas que favoreçam a uma real inclusão.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Campanha da Fraternidade tem-se revelado, desde 1964, como uma grande tomada de consciência que se renova anualmente. Desta vez, como apontam os seus organizadores, deseja motivar e ampliar atitudes fraternas, ações voltadas para a inclusão e uma verdadeira cultura da fraternidade e da solidariedade em relação às pessoas com deficiência. Como diz Dom Odilo Pedro Scherer, objetiva algo que resulte em leis justas e políticas públicas adequadas ao reconhecimento da dignidade e dos direitos dessas pessoas.

Trabalhemos neste Senado da República para que o Poder Legislativo brasileiro dê contribuição efetiva ao pleno sucesso desse movimento magnânimo.

Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 8 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal
9-3-2006
quinta-feira

10:00 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher e à outorga do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz Receberão o Diploma da Mulher Bertha Lutz – 2005/2006 a

Pajé Raimunda Putani
Senhora Elizabeth Teixeira
Senhora Geraldina Pereira
Senhora Jupyra Ghedini
Senhora Rosmary Corrêa
Plenário do Senado Federal

12:00 – Ministra Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:15 – Senadora Patrícia Saboya Gomes e Senadora Fátima Cleide, acompanhadas do

Senhor Itamar Batista Gonçalves, Gerente de Direito à Proteção Especial da Fundação ABRINQ

Senhor Vital Didonet, Coordenador da Campanha Nacional para o Direito à Educação

Senhora Denise Correa, Coordenadora do Movimento Pró-Fundeb

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:00 – Reunião de Líderes de Partidos no Senado

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:30 – Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

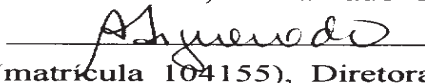
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal. **Martha Lyra Nascimento** – Chefe de Gabinete, Presidência do Senado.

TERMO DE REUNIÃO

Aos 09 dias do mês de março de 2006, quinta-feira, às 9 horas, no Plenário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, localizada na Ala Senador Nilo Coelho, sala nº 6, presentes os Senhores Senadores João Alberto Souza, Jefferson Peres, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, deixou de ser realizada a 1ª Reunião por falta de *quorum*, ficando convocada para o próximo dia 15, quarta-feira, às 18 horas, neste mesmo local e com a mesma pauta.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim,  MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ (matrícula 104155), Diretora da SSCOP – Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

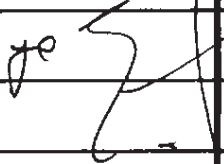

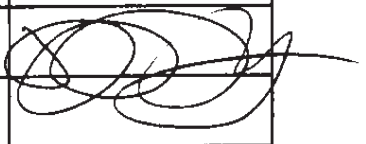
Documentos pertinentes à reunião:

Lista de Presença

Of. s/nº do Senador Ney Suassuna, de 22 de novembro de 2005

**Em 09 de março de 2006, quinta-feira, às 09hs, na Sala nº 6 da Ala
Senador Nilo Coelho.**

LISTA DE PRESENÇA

Demóstenes Torres (PFL)		Gilberto Goellner (PFL)	
Sérgio Guerra (PSDB)		César Borges (PFL)	
Heráclito Fortes (PFL)		M ^o do Carmo Alves (PFL)	
Leonel Pavan (PSDB)		Álvaro Dias (PSDB)	
Paulo Octávio (PFL)		Teotônio Vilela F (PSDB)	
Antero Paes de Barros (PSDB)		Arthur Virgílio (PSDB)	
Ney Suassuna (PMDB)		Gerson Camata (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)		Alberto Silva (PMDB)	
Ramez Tebet (PMDB)		Valdir Raupp (PMDB)	
Luiz Otávio (PMDB)		Pedro Simon (PMDB)	
Sibá Machado (PT)		(Vago)	
Ana Júlia Carepa (PT)		(Vago)	
Fátima Cleide (PT)		(Vago)	
Jefferson Peres (PDT)		Augusto Botelho (PDT)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)		Valmir Amaral (PTB)	
Romeu Tuma (PFL)			

Presidente:

Visto: _____

Brasília, 09 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho de Ética e
Decoro Parlamentar Senador João Alberto Souza
Nesta

Senhor Presidente,

Tendo sido citado em matéria do jornal Folha de São Paulo, edição de domingo, 20 de novembro, como envolvido em tráfico de influência entre uma empresa e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, venho informar a Vossa Excelência que se trata de matéria vencida, levantada pela primeira vez em 2000, e sobre a qual manifestou-se o então Procurador-Geral da República, Doutor Cláudio Fontelles, em parecer exarado à época onde concluía não haver “prova indi-

ciária mínima da participação do (deste) senador nas supostas irregularidades” e determinava a devolução dos autos à Procuradoria em Santos.

A oportunidade, permito-me, ainda, comunicar a Vossa Excelência, que procurei o atual Procurador-Geral da República, Doutor Antônio Fernando Banto e Silva de Souza, solicitando-lhe sejam tomadas as medidas cabíveis.

Assim, em atendimento ao pleno exercício do meu mandato e em respeito ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, decidi dar conhecimento dos procedimentos por mim adotados aos integrantes desse egrégio Conselho. Respeitosamente, – Senador **Ney Suassuna**.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULAR(ES)	SUPLENTE(S)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



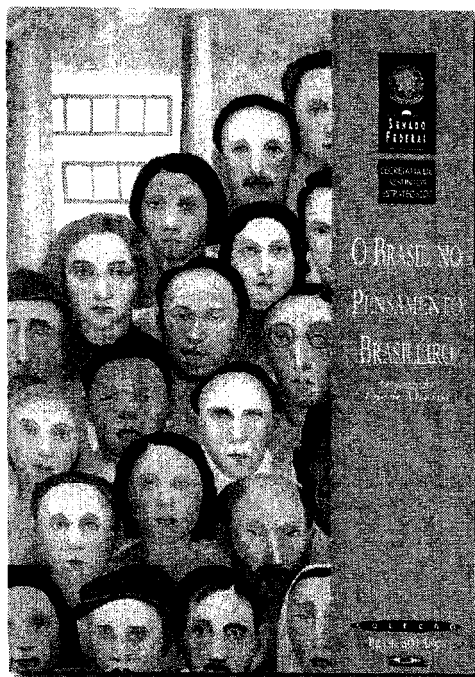
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 242 PÁGINAS